8 COLEÇÃO BAHIANAS

FEMINISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ana Alice Alcântara Costa
Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
(Organizadoras)

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER FFCH/UFBA

REDOR

FEMINISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ana Alice Alcântara Costa e Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
(Organizadoras)

FEMINISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher
e Relações de Gênero – REDOR
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia
2002

Coleção Bahianas - vol. 8

Comissão Editorial:
Alda Britto da Motta.
Ana Alice Alcântara Costa.
Cecilia M.B. Sardenberg.
Elizete Passos.
Enilda R. do Nascimento.
Ivia Alves.
Silvia Lúcia Ferreira.

Revisão
Maria José Bacelar.

Editoração Eletrônica:
Fast Design "Ricardo Tosta Júnior e Estevam M. Moreira Neto"

Capa
Edsoleda Santos

Impressão e Acabamentos
Fast Design / Envelope & Cia.

D 536 Feminismo, Ciência e Tecnologia / Organizado por
Ana Alice Alcântara Costa e Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Salvador: REDOR / NEIM-FFCH / UFBA, 2002.
320p. - (Coleção Bahianas; 8)

ISBN 85-88688-03-4

1. Feminismo; 2. Crítica Epistemológica Feminista; 3. Feminismo e Ciências; 4. Feminismo e Tecnologia; 5. Mulheres e Ciência; 6. Relações de Gênero; 7. Mulher - Política; 8. Mulher - Trabalho; 9. Mulher - Violência; 10. Mulher - Saúde; 11. Mulher - Literatura; 12. Mulher - Condições Sociais I. Costa, Ana Alice Alcântara, org.; II. Sardenberg, Cecilia Maria Bacellar, org.

CDD - 305.8

Impresso no Brasil - Outubro de 2002
Tiragem: 1.000 exemplares. ISBN 85-88688-03-4

Às mulheres cientistas brasileiras e a todas nós,
feministas: pela conquista do direito de sermos,
também, sujeitos cognoscentes.

NÚCLEOS FILIADOS A REDOR

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER-NEIM
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Estrada de São Lázaro, 197 - Federação
Salvador-BA 40210-730
Tel/Fax: (71) 237-8239
http: www.ufba.br/~neim - E-mail neim@ufba.br

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO – MULLIERIBUS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia-DCHF
Km 03, BR 116 – Campus Universitário, Módulo VII,
Caixa Postal 252-294 Feira de Santana - BA
Tel: (75) 224-8097 / 98 (75) 224-8282
Fax: (75) 224-8215
E-mail: chf@uefs.br - http:// www.uefs.br

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SAÚDE DA MULHER-GEM
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
Vale do Canela, S/N
40110-060 Salvador-BA
Telfax: (71) 245-8366 ramal 217
E-mail gem@ufba.br

PROGRAMA DE ESTUDOS EM GÊNERO E SAÚDE-MUSA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVO-UFBA
Rua Padre Feijó , 29 - 4º andar - Canela
40110-170 Salvador-Bahia
Tel: (71) 245-0544 ramal 234 / 253
Fax: (71) 237-5856
E-mail: musa@ufba.br

NÚCLEO NISIA FLORESTA DE ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO-NEPAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CONVIVÊNCIA "DJALMA MARINHO"
Campus Universitário - Lagoa Nova
59072-970 Natal-RN
Tel: (84) 215-3609 - FAX: (84) 207-7939
E-mail: ufrnnepam@hotmail.com - http: www.ufrn.br/nepam

NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER-NEM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Universitário - BR 110, KM 48
Bairro Costa e Silva
Mossoró-RN 59600-000
Tel: (84) 315-2212
E-mail: joanalacerda@bol.com.br ou ghar@terra.com.br

NÚCLEO TEMÁTICO MULHER E CIDADANIA-NTMC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Campus A.C.Simões - BR.104 Norte, KM.14
Tabuleiro do Martins - Maceió-AL
57072-340 Tel: (82) 214-1235 - Fax: (82) 214-1700
E-mail: ntmc@ccsa.ufal.br

GRUPO DE MULHER "FAZENDO GÊNERO"
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
Rua São Gonçalo, 118 – Boa Vista
50070-600 Recife-PE
Tel: (81) 3423-2800 Fax: (81) 3423-5242
Fone: (Res.) (81) 465-5649 (Laura)
E-mail: cepjc@elogica.com.br

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA MULHER
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
Av. D. Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos
52171-030 Recife-PE
Tel: (81) 3302-1538 / 1541 /1546
E-mail: fatimapalves@hotmail.com.br

ÁREA TEMÁTICA GÊNERO, FAMÍLIA E IDADE
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
Av. Dois Irmãos, 92 - Apipucos
52071-440 Recife-PE
Tel: (81) 441-5900 ramal 286 ou 288
Fax: (81) 441-4201
E-mail: adeliab@fundaj.gov.br ou fischer@hotlink.com.br

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA E REGIONAL-NDHIR
GT RELAÇÕES DE SEXO/ GÊNERO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Central de Aulas - Bloco F - Cidade Universitária
58059-900 João Pessoa-PB
Tel/Fax: (83) 216-7159 E-mail: gtsexgen@hotmail.com

NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER SERTANEJA-NEMS
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/ V CAMPUS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Campus V - Conjunto das Casas Populares
58900-000Cajazeira-PB
Tel: (83) 531-2146 Fax: (83) 531-3046

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS "ENEIDA DE MORAIS" SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO-GEPEM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Campus Universitário do Guamá
66075-110 Belém-Pará
Tel: (91) 211-1441 Tel/Fax: (91) 211-1604
E-mail: lumulher@zaz.com.br

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE GÊNERO, IDADE E FAMÍLIA-NEGIF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPT. DE ECONOMIA DOMÉSTICA
Centro de Ciências Agrárias – Bloco 860 – Campus do Pici
Caixa Postal 12.159
60021-970 Fortaleza-CE
Tel: (85) 288-9414 Fax: (85) 288-9662
E-mail: negif@ufc.br

NEIREGAM- Núcleos de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar de Relações de Gênero no Amazonas
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Av. General Rodrigo Otavio Jordão Ramos, 3000
Campus Universitário PROCOMUN
69077-000 Manaus-AM
Tel: (92) 644-2244 ramal 2051
E-mail: heloisalara@bol.com.br

NEPIMG - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Sala 61
Campus Universitário Jardim Rosa Elze
49000-000 Aracajú-SE
Tel/fax: (79) 212-6728
E-mail: nepimgse@ufs.br ou helenacruz@uol.com.br

NIEPEM - NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS MULHER, CIDADANIA E RELAÇÕES DE GÊNERO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Centro de Ciências Sociais
Av. dos Portugueses. S/n – Campus do Bacanga
65080-040 São Luís-MA
TEL: (98) 217-8425 / 8404
E-mail: meiremulher@uol.com.br

G.T. MULHER NA LITERATURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS - CAC
Av. Moraes Rego, s/n - Cidade Universitária
Recife-Pernambuco
50670-420
Fone: (81) 271-8307 Fax: (81) 271-8787
E-mail: luzila@ipadnet.com.br

GRUPO PLANEJAMENTO E POLÍTICA DE GÊNERO
Av. Rosa e Silva, 1455/205 - Aflitos
Recife-Pernambuco 52050-020
Tel: (81) 241-9173 Fax: (81) 441-4449
E-mail: vgehlen@elogica.com.br

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO - NEPEM
UNISERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Centro de Ciências da Saúde/ Dept. de Enfermagem
SG. 12 – Sala 36 - Campus Universitário - Ininga
Teresina-PI 64049-550
Tel: (86) 234-1219 Fax: (86) 215-5560
E-mail: nepem@ufpi.br

GRUPO FLOR E FLOR ESTUDO DE GÊNERO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Rua Antônio Guedes de Andrade, 114 – Catolé
Campina Grande-PB 58104-410
Tel: (83) 341-3300 Ramal 31
(83) 337-4427
E-mail: naca@mailbr.com.br

PROGRAMA PAPAI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILISOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Rua Mardonio de A. Nascimento, 119 - Várzea
Recife-PE 50741-380
Tel/fax: (81) 3271-4804 / 3272-526
E-mail: papai@npd.ufpe.br
http:/www.ufpe.br/papai

FAGES-FAMÍLIA, GÊNERO E SEXUALIDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Acadêmico Hélio Ramos
CFCH 13 andar, PPGAC
Cidade Universitária
Recife-PE 50670-901
Tel/fax: (81) 271-8282
E-mail: fages@npd.ufpe.br

NÚCLEO DE ESTUDO E PESQUISA DA MULHER
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UFRO
Laboratório de Geografia - Projeto Beradão
BR 364, Km 9,5 - Sentido Rio Branco
78900-500 Porto Velho-RO
Tel: (69) 222-3450 - E-mail: gracinhasilva@osite.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

PARTE I – REFLETINDO SOBRE FEMINISMO(S), CIÊNCIA(S) E TECNOLOGIAS(S)

CRÍTICA FEMINISTA Á CIÊNCIA
Diana Maffia 25

ESTUDOS SUBSTANTIVOS SOBRE MULHER E CIÊNCIAS NO BRASIL
Fanny Tabak 39

AS MULHERES NAS CIÊNCIAS: O DESAFIO DE UMA PASSAGEM...
A PASSAGEM DO PRIVADO PARA O PÚBLICO
Nadia Regina Loureiro de Barros Lima 51

CIÊNCIA E CRÍTICA FEMINISTA
Laura Susana Duque Arrrazola 67

O VIÉS ANDROCÊNTRICO EM BIOLOGIA
Ângela Maria Freire de Lima e Souza 77

DA CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA A UMA CIÊNCIA FEMINISTA?
Cecília Maria Bacellar Sardenberg 89

NOVAS TECNOLOGIAS E IMPACTO SOBRE A MULHER
Maria Helena Santana Cruz 121

IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS
Lucila Scavone 141

PARTE II – TRABALHANDO COM A PERSPECTIVA DE GÊNERO

ÉTICA DA VIDA E FEMINISMO
Marion Teodósio de Quadros 153

RELAÇÕES DE GÊNERO E CULTURA NO DISCURSO JURÍDICO
Ana Maria Vasconcelos Melo
Amy Adelina Coutinho de Faria Alves 167

José de Alencar, a Democracia Proporcional e o Direito de Voto das Mulheres
Maria Luzia Miranda Álvares 177

Escolhas Insensatas? O Voto Feminino nas Eleições Municipais de Salvador
Ana Alice Alcantara Costa 197

Construindo uma 'Nova Cidadania': Reflexões sobre a Interação entre Movimento Feminista e Estado na Criação da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador
Silvia de Aquino 217

O Ônus da Invisibilidade: O Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar
Lígia Albuquerque de Melo 229

Gênero, Agricultura Familiar e Geração de Renda: Um Estudo de Caso
Sylvia Maria dos Reis Maia
Tâmara Cruz Arapiraca 243

Viúvas Alegres: Uma Nova/Velha Geração
Alda Britto da Motta 263

Refazendo o Ritmo: Mulheres Velhas em Ritmo de Festa
Márcia Queiroz de Carvalho Gomes 277

Professoras e Escritoras – A Possibilidade de Profissionalização das Mulheres Cearenses de Classe média no Final do séc. XIX e Início do séc. XX
Helena Selma Azevedo 291

Entre Bruxas e Princesas: A Construção de Identidades Femininas entre as Prisioneiras de Canudos
Walney da Costa Oliveira 305

Sobre as/os Autoras/es 319

INTRODUÇÃO

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Ana Alice Alcântara Costa

Em 1973, quando a chamada "Segunda Onda" do feminismo mal começava a banhar nossas praias, a historiadora inglesa, Sheila Rowbotham (1973, p. 28), já afirmava que era possível para nós, feministas, "[...] nos vermos através de nossas próprias criações culturais, nossas ações, nossas idéias, nossos panfletos, nossas organizações, nossa história e nossa teoria".

Quase três décadas depois e em tempos de uma "Terceira Onda", poderíamos certamente acrescer essa lista com muitos outros feitos. No particular, caminhamos bastante no sentido do avanço de nossas reflexões teóricas, desenvolvendo um campo de estudos significativamente amplo e profícuo, que visa produzir saberes de relevância para as lutas das mulheres. Contudo – é preciso reconhecer –, esse caminhar não tem se dado de forma linear, nem sem tropeços. Ao contrário, ele se faz através de rupturas e *demarches,* de significativas mudanças de ênfase e deslocamentos de terreno, a ponto de algumas autoras chegarem a afirmar que existe "[...] um golfo entre a teoria feminista do anos 70 e a dos anos 90" (Barret; Phililips, 1992, p. 2).

De fato, quem se dispuser a percorrer a trilha traçada pelas reflexões teóricas feministas, desde a retomada do movimento nos anos 60 aos dias de hoje, não poderá deixar de detectar mudanças significativas no seu interior, até mesmo na própria forma e teor dos discursos. Por certo, chamará atenção o fato de que, enquanto até meados da década de 70 esses discursos ainda se mantinham em torno de denúncias e no estilo dito panfletário, nos idos dos anos 80 eles já se mostravam bem mais moderados, primando cada vez mais pela sofisticação – de sorte a se tornarem de difícil compreensão e acesso às próprias feministas não-acadêmicas.

Há de se observar, também, mudanças importantes no que se refere aos principais interlocutores e temas em destaque, mudanças essas que têm acompanhado, em grande parte, a própria difusão/apropriação do pensamento feminista, através das diferentes tradições disciplinares e áreas do saber. Observa-se, por exemplo, que até meados dos anos 80, as abordagens feministas se concentravam sobretudo nas ciências sociais e na história, ao passo que, nos últimos quinze anos, os principais avanços vêm-se dando na psicologia, na teoria literária e na filosofia, com especial destaque para a história e filosofia das ciências.

Não resta dúvida, porém, de que uma das mais significativas mudanças verificadas no período em apreço – talvez até mesmo *a* mais significativa – diz respeito ao deslocamento de ênfase nas reflexões: dos *estudos sobre mulher/mulheres* para a problemática das *relações de gênero*. Este avanço teórico tem permitido não apenas a abertura de novos espaços discursivos, de novas fronteiras para reflexão e análise, mas também um repensar da "mulher" em novas bases. A perspectiva de gênero tem possibilitado a construção de uma epistemologia crítica feminista – um discurso feminista sobre a ciência e uma teoria crítica do conhecimento – que, se por um lado fundamenta as bases de um saber feminista, por outro, vem abrindo espaço para questionamentos e reavaliações até mesmo dos próprios fundamentos desse saber.

De fato, nos últimos quinze anos, sacudidos por ventos pós-modernos, os debates feministas vêm-se deslocando do plano teórico-metodológico para questões de ordem epistemológica, com desdobramentos contraditórios que, necessariamente, implicam o repensar do projeto feminista enquanto produção de conhecimentos e para além. Mais precisamente, ao mesmo tempo que se avança no sentido da crítica feminista à ciência e tecnologia e, assim, fundamentam-se as bases para a construção de uma ciência feminista, coloca-se hoje em jogo a autoridade epistêmica do sujeito do feminismo, mas, não mais apenas em termos dos fundamentos da Ciência Moderna. Agora, tal questionamento se formula também no próprio interior do pensamento feminista, o que, sem dúvida, traz implicações tanto científico-acadêmicas quanto políticas, que precisam ser devidamente avaliadas.

Esta coletânea representa um esforço neste sentido. Mais especificamente, ela reúne o resultado de conferências e trabalhos apresentados durante o X Encontro da REDOR, realizado em Salvador, Bahia, em novembro de 2001, sob a organização e coordenação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia.

Criado em 1983, o NEIM guarda a distinção de ser o segundo núcleo de estudos sobre a mulher e gênero surgido no Brasil, bem como o que tem agora a mais longa história de atividade continuada. Reunindo professoras e pesquisadoras que desenvolvem trabalhos nesse campo de estudos, o NEIM vem se constituindo em um espaço privilegiado para a necessária permuta de informações e o aprofundamento de questões teórico-metodológicas, contribuindo, assim, para o avanço da discussão em torno da problemática da mulher e das relações de gênero na nossa sociedade. Por isso mesmo, o NEIM tem merecido o reconhecimento da comunidade acadêmica da UFBA (ou mesmo de todo o país) pela qualidade de sua produção e preocupação com a formação de novas pesquisadoras. Tem merecido, também, o reconhecimento da sociedade baiana, em especial o movimento de mulheres, pelo seu compromisso na luta em defesa dos direitos da mulher e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as diferenças de gênero não sejam determinantes para manter as mulheres afastadas das estruturas do poder e subjugadas a outros caprichos patriarcais e às violências sexistas.

Ao longo de seus dezenove anos de existência, o NEIM tem promovido uma série de eventos nacionais, regionais e locais, com o intuito de incentivar o avanço dos estudos feministas, articulando espaços para o debate e intercâmbio entre profissionais da área. Nessa perspectiva, em 1995, reconhecendo a necessidade de estreitar os laços entre essas profissionais atuantes no estado da Bahia e, assim, avaliar o "estado da arte" no âmbito estadual, o NEIM promoveu o I Simpósio Baiano de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre a Mulher e Relações de Gênero. A partir daí, a cada ano, um número crescente de pesquisadoras de diferentes universidades baianas têm participado dessa atividade.

Em 1992, depois de meses de articulação e planejamento no sentido de concretizar uma proposta formulada – dentro de um ônibus, em meio a uma verdadeira "enxurrada paulista" – pelas poucas companheiras dos estados do Norte e Nordeste que participaram do Encontro de Núcleos da Mulher realizado pelo NEMGE/USP (em 1991), o NEIM conseguiu reunir, pela primeira vez, um grupo de 20 pesquisadoras representando núcleos de instituições de ensino e pesquisa dessas regiões. Tínhamos como objetivos articularmos um espaço para trocarmos experiências, analisarmos os problemas enfrentados no desenvolvimento dos estudos sobre a mulher e gênero nas nossas universidades

e, mais importante, formularmos estratégias para romper o bloqueio ao acesso a informações e recursos que mantinha as pesquisadoras das nossas duas regiões em situação de desigualdade em relação às nossas companheiras do Sul e Sudeste. Foi então, nesse nosso primeiro encontro, que nasceu a REDOR.

A REDOR é uma organização não-governamental feminista, que tem por objetivos congregar, articular e desenvolver os estudos sobre as mulheres e relações de gênero no Norte e Nordeste. Atualmente, conta com cerca de 130 pesquisadoras(es) associadas e com a filiação organizativa de 23 núcleos. Através da REDOR, unimos esforços no sentido de minimizar as discrepâncias regionais ainda hoje existentes em relação ao Sul e Sudeste, particularmente no que se refere ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas feministas.

Desde o primeiro encontro, em Salvador, a REDOR tem contado com as iniciativas dos núcleos filiados e com o apoio da Fundação Ford, que vêm possibilitando a realização de encontros anuais – a cada ano em uma capital diferente dos estados norte-nordestinos, a saber: Recife (1993), Natal (1994), João Pessoa (1995), Belém (1996), Maceió (1997), São Luis (1998), Fortaleza (1999) e Terezina (2000). Em 2001, para o X Encontro da REDOR, voltamos a Salvador, realizando, conjuntamente, o VII Simpósio Baiano de Pesquisadoras sobre a Mulher e Relações de Gênero.

Para nós, que participamos da articulação da REDOR desde sua idealização, esse foi um momento muito gratificante, pois representou o coroamento de todo um processo de lutas, enfrentamento de preconceitos, rechaços e infinitas dificuldades, mas, ao mesmo tempo, de muito companheirismo, solidariedade e troca.

É preciso ressaltar, porém, que muito mais do que celebrar nossas conquistas, o X Encontro foi um momento de visualizar perspectivas para o futuro; afinal, ele marcou também a entrada da REDOR no novo milênio. Por isso mesmo, tornou-se pertinente que nele nos voltássemos para os novos desafios postos para nossas atividades de ensino e pesquisa, a partir das questões levantadas com o aprofundamento da crítica feminista à ciência.

Por certo, desde a retomada do feminismo, em fins dos anos 60, o fazer científico e o desenvolvimento tecnológico têm estado sob a mira constante do olhar feminista. E foi através desse olhar que se tornou evidente terem as diferentes disciplinas se constituído a partir da exclusão (ou da representação distorcida) das vidas e experiências das mulheres, apoiando-se em práticas discriminatórias que deram lugar à predominância masculina entre cientistas, sobretudo no campo das ciências naturais. Em conseqüência, nesse, como em outros campos do conhecimento, predominou também um viés androcêntrico na escolha e definição dos problemas abordados, assim como no desenho dos projetos e interpre-

tação dos resultados obtidos, o que não deixou de ter conseqüências também para os desenvolvimentos tecnológicos.

Mais recentemente, porém, a crítica feminista às ciências tem primado pela radicalidade, questionando não apenas as práticas, mas, sobretudo, a própria concepção clássica, positivista de ciência e seus pressupostos. Isso vem se verificando a partir de desenvolvimentos na história, sociologia e filosofia das ciências, que têm demonstrado a sua historicidade, e com a construção do conceito de gênero. Reconheceu-se nele um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação do mundo social e intelectual, que se estende para muito além dos eventos e corpos de homens e mulheres.

Munida de uma perspectiva de gênero, portanto, a crítica feminista tem-se incorporado ao coro das abordagens des/construcionistas, questionadoras das noções de universalidade e neutralidade fundamentais à empreitada científica moderna. Apoiando-se, em especial, na noção de que o conhecimento científico é moldado por seu contexto histórico e social – ou seja, que as explicações científicas são também construções sociais, historicamente específicas – denuncia que ele não está imune ao viés patriarcal: o *sujeito* das ciências tem sido o homem branco, ocidental e, portanto, as construções científicas são essencialmente "masculinas", não são universais, e sim particularizantes.

Mas, se isso é verdade, ou seja, se "[...] os sistemas de explicação refletem o lugar de onde se conhece" (SILVA, 1998, p.12), as teorias feministas também não escapam de questionamentos sobre objetividade. Caberia, pois, perguntar: o que legitima a teoria feminista? É possível falar de uma epistemologia feminista? De uma ciência feminista? Uma tecnologia feminista?

Por certo, se tais questões estão na ordem do dia nas agendas feministas, tornar visíveis as mulheres e o embricar das relações de gênero no mundo da ciência continua sendo pertinente, principalmente no Brasil, onde estudos sobre mulher e ciência ainda permanecem incipientes.

Abrir um espaço para que as estudiosas e estudiosos vinculados à REDOR pudessem refletir sobre essas e outras questões, de semelhante teor, foi, portanto, o propósito específico do nosso encontro. Reservamos, assim, a Parte I desta coletânea, *Refletindo sobre Feminismo(s), Ciência(s) e Tecnologia(s)*, para o registro das conferências e intervenções em mesas organizadas em torno dessa temática central.

Em consonância com o próprio avanço da crítica feminista à ciência e seus desdobramentos no Brasil, as três primeiras contribuições voltam-se para o problema da exclusão feminina do mundo das ciências. Assim, *Diana Maffia*, da Universidade de Buenos Aires, traça um panorama da participação feminina no setor de ciência e tecnologia, com dados comparativos entre Brasil e Argentina. Esse panorama foi elaborado a partir da construção de indicadores sociais com

uma perspectiva de gênero, atendendo à necessidade premente de elaboração de políticas que visem a igualdade de oportunidades e a diminuição da brecha de gênero. A questão, para a autora, não é só aumentar a massa crítica de pesquisadoras, mas sim identificar os preconceitos de gênero que mantém as mulheres excluídas do setor.

Essa questão é também abordada *Fanny Tabak*, pesquisadora do CNPq, tomando como base três estudos substantivos: a participação das mulheres no ensino superior e nos programas de pós-graduação (como alunas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a participação feminina na Academia Brasileira de Ciência em seus 80 anos de existência; e, por último, um estudo voltado para uma experiência realizada com meninas do segundo ano do segundo grau em quatro escolas do Rio de Janeiro, com o propósito de analisar seu (des)interesse pela ciência.

Partindo de uma discussão sobre a trajetória dos estudos sobre mulher e ciência no Brasil, *Nadia Regina Loureiro de Barros Lima* (NTMC/UFAL) lança também um olhar ao panorama da presença feminina no campo das ciências, debruçando-se, então, sobre a complexidade das relações de gênero que permeiam esse contexto e que definem de modo geral a incorporação da mulher no mercado de trabalho e suas escolhas profissionais.

Procurando aprofundar a análise dos mecanismos em jogo na exclusão feminina no campo das ciências, *Laura Susana Duque Arrazola* (Fazendo o Gênero/UFRGN) propõe que a "... relação mulher e ciência revela a dialética de uma dinâmica cujo caráter é triplo: político, social e epistemológico", trazendo para discussão os fundamentos teórico-metodológicos que serviram de base à realização de uma pesquisa sobre as mulheres na ciência, desenvolvida com o apoio da REDOR e CNPq.

À luz da contribuição de algumas teóricas feministas e embasada em sua própria experiência de vinte anos de atuação no campo das ciências naturais, *Ângela Maria Freire de Lima e Souza*, Professora Adjunta do Instituto de Biologia da UFBA, analisa o viés androcêntrico que atravessa os estudos biológicos e seus desdobramentos no ambiente de trabalho acadêmico, mostrando como a razão patriarcal, cartesiana, ainda norteia o fazer científico e o treinamento dos futuros biólogos e biólogas, com repercussão no direcionamento de suas pesquisas.

Em seu ensaio, *Cecilia Maria Bacellar Sardenberg* (NEIM/UFBA) propõe-se a ir além da crítica feminista à ciência, analisando as contribuições e limites das diferentes estratégias epistemológicas feministas no sentido da construção de uma ciência feminista, isto é, "[...] de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero", que leve adiante os interesses das mulheres e de outras categorias historicamente subordinadas.

Os dois últimos trabalhos que integram a Parte I desta coletânea têm como propósito analisar o impacto das novas tecnologias a partir de uma perspectiva de gênero. Assim, *Maria Helena Santana Cruz*, do NEPIMG/UFSe, e atual coordenadora da REDOR, analisa os impactos da globalização das economias e dos avanços tecnológicos no mundo do trabalho, em especial no trabalho feminino, mostrando os seus efeitos "daninhos" na vida das mulheres trabalhadoras.

Por sua vez, *Lucila Scavone*, da UNESP/Araraquara, traz uma análise das tecnologias reprodutivas, enfatizando as tecnologias médicas, com base nas críticas filosóficas, sociológicas e feministas. Para a pesquisadora, o movimento feminista é o espaço privilegiado para a elaboração dessa crítica, na medida em que as mulheres são as grandes consumidoras dessas tecnologias. Porém, nem sempre há uma reflexão sobre a utilização dessas tecnologias e seus impactos sobre a saúde das mulheres. Como argumenta a autora, a utilização das novas tecnologias reprodutivas, a título experimental, em mulheres pobres de países mais atrasados economicamente, vem transformando-as, não raramente, em principais vítimas dessas tecnologias.

Podemos, pois, concluir que, se nas críticas feministas à ciência, a questão central tem sido saber como as categorias e relações de gênero interferem na construção da ciência e da tecnologia, as contribuições do X Encontro da REDOR mostraram que as análises dos efeitos do conhecimento científico e da aplicação de novas tecnologias sobre a sociedade, continuam a ser importantes, sobretudo numa perspectiva de gênero.

A Parte II deste livro, *Trabalhando com a Perspectiva de Gênero*, congrega trabalhos que se valem dessa perspectiva para lançar um olhar a diferentes esferas, instâncias e/ou momentos da vida social e como estes são, por vezes, representados. Trata-se apenas de uma pequena amostra que, esperamos, seja representativa dos diferentes temas e questões debatidas nos Grupos Temáticos da REDOR – isto é, nos espaços privilegiados para as trocas e reflexões sobre os nossos "fazeres científicos".

O primeiro trabalho aqui incluído, de autoria de *Marion Teodósio de Quadros*, parte de uma análise conceitual da bioética em seus principais fundamentos e campos de ação, para estabelecer um contraponto crítico a partir da perspectiva do feminismo. Segundo a autora, o feminismo questiona exatamente se a bioética é capaz de assegurar direitos fundamentais ao ser humano, uma vez que ela apresenta lacunas na forma de tratar as desigualdades sociais e a opressão presentes, em particular, nas relações de gênero.

O trabalho de *Ana Maria Vasconcelos Melo* e *Amy Adelina Coutinho de Faria Alves*, baseado em uma análise documental de processos de guarda de menores, pensão alimentícia, e ações de desquite no Fórum Gumercindo Bessa em Aracaju,

aborda a questão de como a cultura e os imaginários jurídicos nas práticas do Direito, construídos na perspectiva das relações de gênero enquanto relações assimétricas e, portanto, relações de poder, comprometem a cidadania feminina e a democratização dos direitos sociais, na medida em que interferem na fundamentação das sentenças.

Maria Luzia Miranda Álvares traz a público uma outra vertente do famoso romancista José de Alencar, que se destacou na literatura brasileira por seu interesse especial em retratar a vida e o cotidiano de mulheres fortes: a do parlamentar, autor de vários trabalhos políticos, preocupado com o direito de representação das minorias e a democracia proporcional. A autora busca exatamente explorar as bases do pensamento de José Alencar sobre os conceitos de representação, minorias e democracia, para analisar o lugar que o direito de voto das mulheres ocupa nessa produção política.

Ana Alice Alcantara Costa parte de uma contextualização analítica do processo histórico de lutas das mulheres brasileiras pela conquista do direito ao voto e as características específicas presentes no exercício dessa cidadania, para entender como se dão as escolhas femininas. Neste sentido, a autora lança mão dos dados de uma pesquisa eleitoral realizada pela REDOR em Salvador, por ocasião das eleições municipais de 2000, para identificar e analisar os critérios das escolhas eleitorais femininas, à luz dos conceitos de gênero, relações de gênero e cultura política.

Tomando como ponto de partida a luta do movimento feminista pela criação das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência em Salvador, *Silvia de Aquino* analisa como o movimento vivencia e constrói o que ela chama "uma nova cidadania". Uma cidadania que abrange a experiência concreta do seu exercício a partir da relação de diálogo, de negociação entre sociedade e Estado. Tal cidadania exige sujeitos sociais ativos e capazes de interferir, demandar, interagir e influenciar no aparelho estatal.

Saindo do campo das lutas políticas, porém sem sair da discussão da cidadania, *Lígia Albuquerque de Melo* trata do descaso da política agrícola em relação à questão da eqüidade de gênero, tomando como base de análise a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar. O trabalho feminino, uma vez não reconhecido no âmbito da agricultura familiar, proporciona uma falta de identificação da mulher enquanto produtora, o que, segundo a autora, "[...] resulta não somente na desvalorização de sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público meta são os produtores da agricultura familiar".

No mesmo caminho de análise do papel da mulher na produção agrícola familiar, *Sylvia Maria dos Reis Maia* e *Tâmara Cruz Arapiraca* analisam a

contribuição feminina na constituição da renda familiar de pequenos agricultores de quatro assentamentos implantados pelo INCRA na região cacaueira do Sul da Bahia. De forma minuciosa, Maia e Arapiraca analisam as atividades desenvolvidas pelas mulheres e concluem que na região estudada, as mulheres são responsáveis por 43,6% da renda familiar. Essa constatação tira a mulher da invisibilidade social e a transforma em sujeito ativo.

O trabalho seguinte, de *Alda Britto da Motta*, trata de um tema inusitado, as "viúvas alegres". Como aponta a própria autora, "As viúvas sempre povoaram o imaginário cotidiano, entretanto, apesar do seu número demograficamente significativo, sempre estiveram quase-ausentes dos estudos e pesquisas científicas". Ao longo do seu trabalho, Motta vai analisando as transformações no cotidiano de mulheres e homens ao ingressarem nessa situação, explicitando como relações assimétricas de gênero definem papéis, contextos, aspirações e resistências diferenciadas para ambos, e como estas próprias transformações também são afetadas/modificadas pelo tempo histórico.

Também nessa perspectiva de estudar as relações de gênero vivenciadas por homens e mulheres idosos, *Márcia Queiroz de Carvalho Gomes* analisa as novas formas de sociabilidade dos grupos, com ênfase nas festas enquanto momentos não só de interação e trocas, mas também da construção de novos comportamentos e identidades que perpassam os limites dos próprios grupos, para demarcarem novas maneiras de ser, estar e viver o envelhecimento, principalmente para as mulheres.

Buscando construir a história das mulheres no Ceará a partir de sua inserção na educação e na cultura cearense, *Helena Selma Azevedo* procura dar visibilidade a personagens femininos de fins do século XIX e início do XX. São escritoras, professoras, e mulheres abolicionistas que conseguem romper o cerco do privado e inserir-se no mundo público. Através da biografia dessas mulheres, a autora vai desvendando as resistências, os rechaços de uma sociedade conservadora à incorporação feminina, ao tempo em que vai construindo a história da literatura cearense.

No trabalho apresentado por *Walney da Costa Oliveira*, é a historiografia baiana que se esboça através de uma abordagem de gênero. Em particular, a partir de uma discussão do conceito de identidade, o autor analisa as relações de gênero e as identidades femininas construídas em relação às sobreviventes e egressas do arraial de Belo Monte, identificadas como "jagunças" no período pós-guerra de Canudos. O autor utiliza como fonte histórica o *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, uma organização civil voltada para o trabalho filantrópico de atendimento das vítimas do conflito, criado com o objetivo de "atuar em favor [dos] feridos [em] Canudos e viúvas e órfãos dos combatentes".

Acreditamos que as conferências e trabalhos aqui reunidos, apresentados ao X Encontro da REDOR e VII Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero, demonstram com justeza e pertinência os esforços direcionados na sua realização.

Gostaríamos, pois, de registrar aqui os nossos agradecimentos a todas e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram nesse sentido, bem como para esta publicação. De maneira muito especial, queremos agradecer:

- à Fundação Ford, que vem apoiando a REDOR desde o momento em que ainda era um sonho de Cecilia Sardenberg, sua idealizadora;
- à CAPES e ao CNPq, por terem, finalmente, começado a reconhecer a importância da REDOR, apoiando o nosso Encontro;
- ao CADCT (hoje FAPESB), na pessoa da sua diretora, Dra. Cleilza Ferreira Andrade, sempre incentivadora das nossas iniciativas, o mesmo se aplicando à Dra. Ivete Sacramento, Magnífica Reitora da Universidade Estadual da Bahia;
- também em nome da equipe do NEIM, queremos agradecer de público à constante colaboração da artista plástica Edsoleda Santos, que tão desprendidamente nos tem cedido suas obras para ilustrarem nossos cartazes e capas de livros, a exemplo do cartaz do X Encontro e da capa desta coletânea;
- queremos ainda aproveitar esta oportunidade para homenagear a Profa. Fanny Tabak, fundadora do primeiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher no Brasil, o NEM da PUC do Rio de Janeiro, também uma de nossas madrinhas – nos idos de 1982, ela nos trouxe a idéia, e o mais importante, nos convenceu a criar o NEIM. A ela nossos sinceros agradecimentos;
- do fundo do coração, fica nosso profundo agradecimento a Rita Margarida, Secretária da REDOR, que cuida de todos os nossos sufocos, e foi imprescindível para o sucesso do Encontro;
- a toda equipe técnica do NEIM – Jurandir, Márcia, Clayton e nossas(os) estagiárias(os), que deram o apoio necessário e até mais;
- ao nosso comitê editorial, principalmente Alda Motta, pela contribuição na leitura e seleção dos trabalhos para publicação;
- a Maria José Bacelar, pelo sempre prestativo apoio como nossa assessora técnica em questões de editoração;
- e para finalizar, em nome do NEIM, do MUSA, do GEM, núcleos da UFBa, e do MULIERIBUS, da Universidade Estadual de Feira de Santana, que constituíram a Comissão Organizadora do X Encontro e

VII Simpósio Baiano, agradecemos a todas e todos os participantes; mais uma vez, conseguimos construir aquela solidariedade e companheirismo que têm sido marcas constantes da nossa trajetória conjunta de quase uma década.

Saudações Feministas!

Salvador da Bahia, outubro de 2002.

Referências

BARRETT, Michèle; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Eds.). **Destabilizing theory:** Contemporary feminist debates. Stanford, California: Stanford Univ. Press, 1992. p. 01-09.

ROWBOTHAM, Sheila. **Woman's consciousness, man's world.** Harmondsworth: Penguin Press, 1973. p. 28.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos PAGU,** São Paulo, n. 10, p. 7-20, 1998.

CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA[1]

Diana Maffia

Quando pensamos nesta mesa que vocês têm no boletim, havia uma expectativa de fazer o que Sandra Hardding mencionava em seu texto; era passar da situação das mulheres na ciência à questão da ciência no feminismo. Eu gostaria de nessa breve fala, fazer um pequeno apanhado disso tudo. Ver um pouco a situação das mulheres na ciência, e ver, de forma breve, a situação da ciência no feminismo.

No ano de 1994, realizou-se, em Mar Del Plata, Buenos Aires, uma reunião preparatória de Beijing. Essa reunião de 1994 foi muito importante para mim e para o trabalho em epistemologia. Primeiro porque eu vinha trabalhando sozinha (eu sou filósofa) alguns temas de epistemologia feminista. Nessa reunião, me encontrei com mulheres cientistas da Argentina e juntas decidimos armar uma rede de gênero, ciência e tecnologia que ainda continua. Além disso, foi nessa reunião que conheci Fanny Tabak – uma relação profunda de muita admiração. Fanny foi nossa convidada no congresso internacional que realizamos em 1998 de: Gênero, Ciência e Tecnologia; e nos impulsionou muito para fazermos cria-

ções sobre a situação das mulheres nesse setor. Havíamos sonhado em fazer juntas um trabalho que finalmente nunca pôde acontecer. Mas eu gostaria de dedicar-lhe este ganho parcial de uma pesquisa que fizemos no ano passado sobre quatro países da América Latina, dos quais eu simplesmente vou mostrar algumas partes que tenham a ver com o Brasil e Argentina, para que possamos ver alguns paralelos.

Brasil e Argentina têm em comum o fato de que a proporção de mulheres em relação com os homens é bastante alta –isso não quer dizer que existem poucas mulheres em ciência e tecnologia no Brasil e nem na Argentina. Agora vamos ver quais são esses problemas, que já sabemos não serem de quantidade.

Para o trabalho que utilizamos e que realizamos na rede, o que fizemos foi definir indicadores fundamentalmente com dois objetivos: primeiro, elaborar um diagnóstico da situação das mulheres no setor de ciência e tecnologia e, a partir daí, fazer propostas de indicadores e de política para alcançar a igualdade de oportunidades e a diminuição da brecha de gênero.

Para a construção de novos indicadores, tomamos o conceito do trabalho da CEPAL, em que se considera que um indicador procura expressar uma parte importante do fenômeno, pois sempre é um conceito que sintetiza situações geralmente muito mais complexas. Não pretendem descrever um fenômeno, se não indicar e alertar sobre o sentido no qual evolui.

Os indicadores que utilizamos, que são um primeiro conjunto de indicadores – em parte o trabalho se propõe sugerir outros mais complexos –, foram: a porcentagem de pesquisadores segundo o sexo por disciplina científica (a análise por disciplina científica permite qualificar as carreiras femininas, eqüitativas e masculinas); a porcentagem de pesquisadores segundo sexo e por categoria (a análise dos níveis hierárquicos alcançados pelas mulheres e pelos homens permite reconhecer seu nível no sistema); a porcentagem de pesquisadores segundo sexo e idade (a análise etária em relação ao sexo, permite avaliar as mudanças em relação aos diferentes níveis do setor e a permanência neles; uma coisa que se pode averiguar por meio disso é que as mulheres demoram mais para chegar em cada categoria e permanecem mais tempo estáticas nestas); a porcentagem de pesquisadores segundo sexo e idade por nível hierárquico alcançado (a análise por disciplina em relação à idade e ao nível hierárquico permite visualizar a situação da mulheres já inseridas no setor); e a porcentagem de mulheres em postos de decisão política, que é fundamental porque é onde se estabelece a razão última de avaliação que é o julgamento por pares.

A análise da proporção de mulheres, em caso de decisão política, permite observar a possibilidade das mesmas de alcançarem níveis autônomos de decisão. Vimos a porcentagem de bolsas outorgadas segundo o sexo; o acesso às

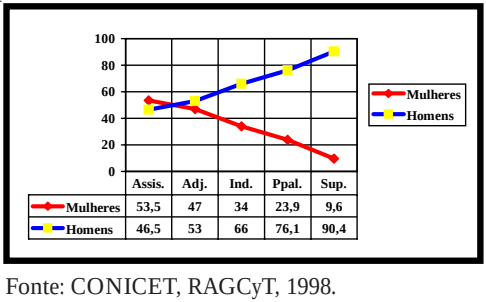
bolsas permite estabelecer as possibilidades de ingresso no setor de ciência e tecnologia diferenciado entre homens e mulheres. E também a porcentagem de pesquisadores por sexo segundo o montante de subsídios outorgados. Este indicador permite determinar a autonomia para o desenvolvimento de uma linha de investigação diferenciado segundo o sexo.

Esta manhã, falamos um pouco da importância de tornar visível a situação das mulheres no setor de ciência e tecnologia. Ter, por um lado, os dados desagregados por sexo e, por outro lado, construir indicadores – eu creio que na América Latina existe um trabalho coletivo, e vi que tiveram uma reunião também para trabalhar nos núcleos aqui na Bahia sobre o tema de indicadores – que sejam sensíveis para recolher as questões que nos interessam enquanto diferenças de gênero.

A participação dos homens em relação às mulheres no setor está melhor, precisamente no Brasil, onde existem 1.33 homens por cada mulher, e na Argentina, onde existem 1.4. A diferença em outro país que investigamos, por exemplo o México, existem 2.4 homens por cada mulher.

Em nível hierárquico na Argentina, o organismo do Estado que centraliza o maior número de trabalhadores e trabalhadoras dedicados à ciência e à tecnologia é o Conselho Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (CONICET) onde existe uma carreira de pesquisador. Na Argentina, é minoritária a quantidade de pesquisadores que só dependem da universidade e praticamente não existem pesquisadores na atividade privada. Isto é algo que compartimos com o Brasil, e que é importante destacar: a pesquisa está sustentada pelo Estado, de modo que as políticas relacionadas com o setor são políticas de Estado; não estão liberadas para o mercado.

Na carreira de pesquisador do CONICET, existem cinco categorias, de menor a maior hierarquia – vocês a podem ver aqui – que são: assistente, adjunto, independente, principal e superior.



	Assis.	Adj.	Ind.	Ppal.	Sup.
Mulheres	53,5	47	34	23,9	9,6
Homens	46,5	53	66	76,1	90,4

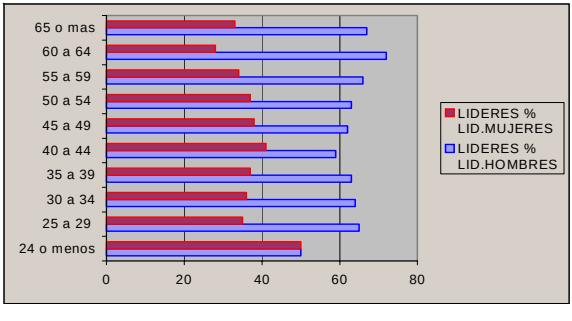
Fonte: CONICET, RAGCyT, 1998.

FIGURA 1 – GRÁFICO REPRESENTATIVO DA CARREIRA DE PESQUISADOR DO CONICET DISTRIBUÇÃO POR CATEGORIA (1998).

Ao analisarmos a distribuição nas distintas categorias da carreira de pesquisador, podemos ver que as mulheres apenas são a maioria na categoria mais baixa, a de assistente; são iguais aos homens na categoria seguinte, que é de adjunto, e já na categoria independente, existem dois homens para cada mulher pesquisadora. As mulheres são a quarta parte dos pesquisadores e apenas 8% delas alcançam a categoria superior.

O CONICET está dirigido por comissões assessoras, por disciplinas científicas, uma junta, um diretório e um presidente. As mulheres nunca ocuparam a presidência do mesmo, raramente no decorrer de sua história têm participado do diretório. Atualmente estão ausentes do diretório e são minoria nas outras instâncias de decisão do organismo como a junta e as comissões assessoras.

No Brasil, como vocês sabem, o sistema de pesquisa está organizado em duas grandes categorias: a inferior, chamada de não líder, e a superior, de líder. A posição das mulheres líderes ajustadas por idade e número (total de pesquisadoras em relação aos homens), resulta em todas as faixa etárias, menos da metade, exceto nas mais jovens. O nível acadêmico alcançado, comparando mulheres e homens, mostra que o nível inferior, o de graduados, tem uma distribuição ligeiramente majoritária de mulheres até os quarenta anos, invertendo-se essa situação até ser quase excludente a presença masculina a partir dos sessenta anos. Isso indica uma evolução no acesso das mulheres aos cargos, o que pode ser visualizado na figura a seguir:



Fonte: CNPq- Diretório de Grupos de Pesquisadores, 1998,Versão 3.0, Brasil. RAGCyT.

FIGURA 2 – GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE PESQUISADORES DE ACORDO COM O NÍVEL HIERÁRQUICO, ORGANIZADO POR IDADE – BRASIL

No nível seguinte, o de especialistas – que é a figura que está acima –, as mulheres predominam levemente até observar-se um nível similar a partir dos cinqüenta anos.

Nos mestrados, podemos observar uma distribuição mais ou menos simétrica entre mulheres e homens, com exceção dos maiores de sessenta anos. No nível superior, isso me parece um dado muito valioso, do qual vamos esperar os resultados.

Nos doutorados, as mulheres representam, até os trinta anos, quase 80% das doutoradas. Logo em forma constante se inverte esta relação, predominando os homens. Mas existe realmente uma enorme quantidade de pesquisadoras jovens, que seguramente vão modificar o perfil da pesquisa no Brasil.

Enquanto nas disciplinas científicas, na Argentina, no CONICET, a maior quantidade de pesquisadoras e bolsistas concentram-se nas áreas biomédicas, físicas e nas da ciência da terra e da água.

Na análise da distribuição por sexo nas diferentes disciplinas científicas, observamos que as mulheres são maioria nas áreas de literatura e filosofia; iguais em número aos homens nas áreas de biologia, medicina, química, história, sociologia e bioquímica; e minorias em áreas como engenharia, engenharia química, agropecuária, direito, economia, matemática e arquitetura. Em todas as disciplinas analisadas, ainda nas de clara preponderância feminina, como a literatura, as mulheres sem dúvida se encontram relegadas, no sistema de pesquisa do CONICET, nas categorias mais baixas, entretanto, encontram-se super representadas nas mais altas.

Aqui no Brasil, existe um predomínio feminino nas áreas humanas, que é a única área onde estas são maioria. Entretanto, em ciências biológicas e da saúde, é eqüitativa a distribuição. Já em ciências agrárias, engenharia e exatas, da mesma forma que na Argentina, é claro o predomínio masculino.

Vou mencionar a análise por idade, que é um dado importante, tanto na Argentina quanto no Brasil. Na Argentina, existe um número similar de mulheres e homens no sistema científico e tecnológico até os cinqüenta e cinco anos. Porém, é clara a preponderância masculina ao comparar-se o nível hierárquico alcançado por mulheres e homens em relação à idade de entrada no sistema. Resulta muito interessante observar que, das mulheres que ingressaram no sistema antes dos cinqüenta anos, só 0.5% ocupa a posição máxima, quando 3% dos homens se encontram nesse nível. Significa que, para os que começam aos quarenta anos, existem seis vezes mais possibilidades para um homem que para uma mulher.

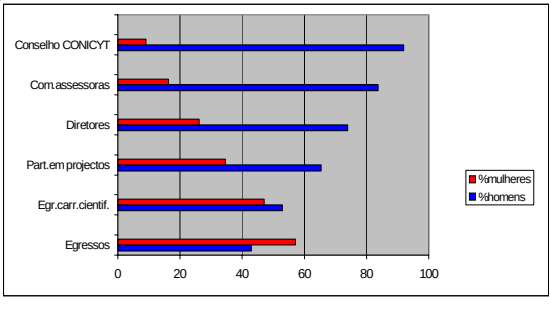
A categoria imediata inferior foi alcançada por 3.1% das mulheres e por 12.2% dos homens. O que nas categorias inferiores ainda não se aplica.

No Brasil, as mulheres são maioria no sistema de ciência e tecnologia até os trinta e cinco anos, têm uma relação eqüitativa até os cinqüenta e são franca minoria em idades mais avançadas.

Analisando-se a categoria hierárquica em função da idade, observa-se que os homens sempre alcançam em maior proporção os cargos mais altos,

ainda que exista uma relação mais equivalente na faixa etária de quarenta a cinqüenta anos. Na luz desses resultados, tanto na Argentina quanto no Brasil, é evidente que a idade é uma das variáveis que influem na menor presença das mulheres nos cargos mais altos, considerando o momento histórico de incorporação das mulheres no setor. Porém, não parece que seja esta a questão fundamental; a informação disponível permite observar que parte dos problemas têm a ver com a sub-representação das mulheres em lugares de decisão.

A Figura 3 a seguir, apresenta a distribuição de mulheres e homens no âmbito acadêmico, no Uruguai:



Fonte: Maria Juliana Abella, Diretora do CONICYT, 1998, Uruguai.

FIGURA 3 – GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO SEXO NO ÂMBITO ACADÊMICO E HIERÁRQUICO - URUGUAI

Quando olhamos o gráfico acima, vemos a sub-representação das mulheres nos níveis de pesquisadoras, diretoras, nos comitês de decisão e comitês de governo e nas instituições de pesquisa. Se pensarmos que a objetividade dos resultados das avaliações depende do julgamento entre pares, a sub-representação das mulheres encontradas em nossa pesquisa, indubitavelmente, reforça as dificuldades existentes para o progresso na carreira.

Uma pergunta importante, que temos formulado, é se a incorporação das mulheres nos níveis de decisão de ciência e tecnologia mudaria a situação atual das mulheres. Pesquisas atuais abordam o que se considera o aparente paradoxo da massa crítica, em que o aumento das mulheres não produz os efeitos esperados nem as mudanças qualitativas previstas. Nesses estudos, assinala-se algo que observamos em nossas entrevistas na Rede Argentina de Gênero, Ciência e Tecnologia: em geral as mulheres que triunfaram nas ciências negam a existência de qualquer barreira discriminatória.

Em uma pesquisa anterior, de tipo qualitativa, realizada com mulheres que ocupavam os cargos máximos em ciência e tecnologia, a quase totalidade de nossas entrevistadas, quando lhes era perguntado se alguma vez se sentiram descriminadas por serem mulheres, responderam que não. Logo, ao contarem

suas trajetórias, no final da entrevista, começaram a perceber, juntas, o conjunto de barreiras que poderiam ser fruto de preconceitos. Porém, em certos casos, mantêm-se, as pesquisadoras entrevistadas, na posição de culpar as outras mulheres pelo abandono, pela falta de paixão a sua carreira, por preferirem a vida familiar e/ou por falta de talento.

Para muitas mulheres que hoje ocupam lugares de destaque, o preço de serem admitidas nas carreiras científicas foi o de fazer seus, incondicionalmente, os valores e a forma de trabalhar de seus colegas masculinos. Isso não quer dizer que devam rechaçar tais valores e tais modos de trabalho, mas, ao menos, devem poder discuti-los.

Não se trata apenas de aumentar a massa crítica de pesquisadoras. Sua desvantagem numérica não é o único problema, senão um dos sintomas do problema. Os preconceitos de gênero (que impedem uma participação igualmente frutífera e que não permitem mudanças, não só na vida das mulheres como também no resultado da própria ciência) seriam uma parte da base do problema.

Em toda empresa universalista, a ética, a ciência, a política tornam-se pobres quando limitado o acesso de atores diversos à sua construção coletiva. Essa exploração deixa em aberto, em realidade, um desafio que consiste em nortear uma política destinada à integração de mais mulheres à ciência e à tecnologia.

Apesar dos esforços realizados pelas mulheres para se incorporarem às estruturas científicas e tecnológicas, um bom número delas decidem abandoná-las. O problema não parece ser só na escolha da carreira ou na formação, senão, principalmente, na incorporação e retenção profissional.

Devemos, então, pesquisar adequadamente os motivos de tal abandono. O que significa, que em países emergentes como o nosso, ocorrem desperdícios de recursos sumamente qualificados, pagos com o esforço de toda a sociedade. É evidente que registrar e reconhecer o problema são os primeiros passos para encontrar soluções.

Se nossos países avançam e fazem um compromisso internacional de dar prioridade à eqüidade de gênero, como se estabeleceu no último congresso da UNESCO, o problema será resolvido – devemos recordar que sem dados não existem diagnósticos, e sem diagnósticos não existem prioridades e nem aplicações possíveis de políticas públicas adequadas. Pois, assumimos que é impossível reclamar uma eqüidade entre homens e mulheres no setor de ciência e tecnologia sem que exista um projeto do país, econômico e social, que almeje conseguir uma qualidade de vida para o conjunto da população.

Sem dúvida, que a história recente nos têm mostrado que tanto os países desenvolvidos como aqueles em que há triunfado movimentos de emancipação, a situação das mulheres não tem variado substancialmente. Isso se refere à necessidade de políticas específicas de eqüidade de gênero para alcançar situações justas.

Quando pensamos nesse diagnóstico, perguntamo-nos então o que temos que fazer, nós, as feministas, para conseguirmos essa eqüidade entre homens e mulheres? Uma coisa que temos que fazer é tornar visíveis quais são as barreiras que encontram as mulheres no setor de ciência e tecnologia, tratar de visualizar e determinar quais são essas barreiras.

Em geral, se distinguiram três tipos de mecanismos de exclusão das mulheres no setor de ciência e tecnologia: os mecanismos que costumam ser chamados de explícitos ou formais, os mecanismos ideológicos ou pseudocientíficos e os mecanismos implícitos ou informais.

Os mecanismos explícitos ou formais hoje quase não existem, pois eram os mecanismos que impediam, por leis ou por regulamentos, o acesso das mulheres às universidades.

Vocês sabem que as universidades foram criadas aproximadamente no século XIII, porém, até o século XIX, nenhuma universidade, nem européia nem americana, admitiu mulheres. As primeiras universidades que admitiram mulheres foram: a da Suíça em 1860, a da França em 1880, a da Alemanha em 1900, a da Inglaterra em 1870. Digo isso para que se observe que no Brasil e na Argentina, aproximadamente pela mesma época, começavam a admitir mulheres. Este movimento de admissão de mulheres na academia foi aproximadamente pela mesma época.

Na Inglaterra aconteceu algo interessante, porque em 1869 criou-se o primeiro *college*, de Virton College. As mulheres podiam estudar, mas não recebiam o título; faziam provas, mas não estavam nas atas; então, elas não podiam trabalhar. Doze anos depois, em 1897, conseguiram que lhes entregassem os títulos que correspondiam aos estudos realizados nas universidades, porém, com essa conquista houve todo tipo de distúrbios, manifestações e desordens de rua, porque consideravam um perigo social as mulheres que estudavam.

A Academia de Ciências, as academias de ciências mais antigas são: a Royal Society de Londres, fundada em 1640 mais ou menos, admitiu sua primeira mulher em 1945; e a Academia de Ciências de Paris, em 1666, que admitiu sua primeira mulher em 1979. Vejam vocês, que tiveram que passar mais de trezentos anos para que estas academias recebessem mulheres; isso é uma barreira formal.

É muito interessante notar o seguinte: quando já havia ganho seu primeiro prêmio Nobel, foi pedido à Academia de Ciências de Paris a admissão de Marie Curie. Os acadêmicos negaram o pedido de ingresso de Marie Curie à

academia. Ela volta a fazer o pedido alguns anos depois, alguns meses antes de receber seu segundo prêmio Nobel, em 1910. Os acadêmicos se reúnem e percebem que não havia nenhuma norma explícita que proibisse às mulheres o ingresso à academia, porque era óbvio que não podiam entrar na academia. De modo que não tinha porque haver nenhuma norma explícita; então, decidem que vão se reunir e votar o que se faz em relação a isso, e por noventa votos contra cinqüenta e cinco ganha a posição de explicitar a proibição do ingresso de mulheres à academia francesa. Isso ocorre em 1910, quando já existia sufragismo, quando muitas mulheres já votavam, quando, de fato, Marie Curie ia para o seu segundo prêmio Nobel, a academia se dá ao luxo de explicitar sua misoginia através de uma norma explícita, porque não haviam sido suficientemente cuidadosos em 1660, quando da criação da Academia.

Outros tipos de barreiras que a ciência produz como conteúdo descritivo da natureza feminina são as ideológicas ou pseudocientíficas (hoje pela manhã falamos bastante disso), que se naturalizam em uma falta de condições cognitivas que as expulsam necessariamente de todos os lugares de produção de conhecimento.

Os argumentos são variáveis. Esta manhã vimos vários: que nós mulheres somos esponjosas e úmidas, que temos uma alma dominada pelo útero, que somos excessivamente emocionais, que nossos crânios são pequenos, que nossos cérebros são menores, que nossos hormônios nos dominam, que nos falta testosterona para tomarmos decisões, que o nosso lado esquerdo do cérebro está mais desenvolvido, por isso temos essa facilidade para falar, mas que em realidade é no lado direito onde recebe a capacidade matemática e a capacidade de manejo espacial, portanto, não podemos ser boas para a matemática, nem para a física e nem para as ciências exatas.

Isto é, toda essa produção de conhecimento, que conta com o aval da ciência, serve de argumento para determinar de maneira rígida os lugares sociais que nós mulheres podemos esperar ocupar. São um tipo de barreira, que podemos chamar de pseudocientífica, porque em geral há, dentro dessas teorias, um mau uso das regras mesmas da ciência. Isto é, existem generalizações abusivas.

Como por exemplo, a recente observação do cérebro das mulheres observando cérebros de macacos; que as mulheres estavam mais perto dos símios que do europeu médio, portanto, para observar seu cérebro era melhor fazer analogias com cérebros de macacos que cérebros de europeus, que se supõe que são todos masculinos, por isso se dão tão bem.

Uma terceira barreira são as barreiras de tipo implícito ou informal. Normalmente se faz distinção entre dois tipos de discriminação: a discriminação territorial e a discriminação hierárquica. A discriminação territorial tem a ver com o que se relega às mulheres em certas áreas da atividade científica, em áreas que

estão marcadas pelo sexo. É o trabalho invisível dentro dos laboratórios, a classificação, a catalogação em história natural, a produção de herbários, todos os trabalhos que sejam rotineiros e não teóricos geralmente são realizados por mulheres.

Normalmente o que dizem é que as mulheres são prolixas, e são confiáveis para o trabalho porque são muito detalhistas, então é melhor sentá-las longe de onde se elaboram as hipóteses, inclusive fisicamente distantes. Colocá-las para fazer um trabalho de maneira isolada, que tenha a ver com algo mecânico, rotineiro, repetitivo e ao que não se reconhece valor teórico, e que não se reconhece, o que é muito pior, o apoio que se dá à produção de valor teórico.

As barreiras hierárquicas têm a ver, em geral, com o fato das mulheres estarem localizadas, como vimos nas estatísticas, nos níveis inferiores da ciência. O que produz o fenômeno que na Argentina chamamos de "teto de cristal" e que vocês chamam de "teto de vidro", um pouco mais de realismo latino-americano. Esse fenômeno, do "teto de vidro" ou "teto de cristal", significa que existem limitações no acesso a lugares superiores, onde se pode ver quais são os seguintes passos para a evolução elaborada, mas de alguma maneira esses passos não podem ser alcançados, mesmo quando se cumpram as condições.

Outro mecanismo hierárquico é a exclusão das mulheres das redes informais de informação, que em geral são lugares muito importantes de produção e conhecimento para, por exemplo, o acesso a bolsas ou acesso a financiamentos ou às pesquisas que estão em curso, às idéias que estão em curso e que vão ser desenvolvidas.

Eu queria finalizar, porque a idéia era que isso tivesse um limite. Queria finalizar com algo que estivemos olhando um pouco esta manhã, algo que tem a ver com a pergunta das feministas sobre o por quê de se produzirem esses tipos de resultados, esse tipo de expulsão das mulheres na ciência.

Depois de muito lutar por ascender na ciência, as feministas não gostam da ciência que existe, não gostam da forma como se faz ciência e, portanto, as críticas começaram a ser diferentes das originais. Uma das coisas que se diz é que a ciência, como parte da construção da modernidade, está presidida por uma série de dualismos: a relação racional e irracional; ativo e passivo; pensamento e sentimento; razão e emoção; natureza e cultura; poder e simplicidade; objetivo e subjetivo; abstrato e concreto; e algumas que vocês têm aí: público e privado; feitos e valores; mente e corpo etc. O que podemos observar nesses dualismos é que se tratam de dicotomias, isto é, que se tratam de pares conceituais que têm duas qualidades: são *exaustivos* e *excludentes*.

Que são *exaustivos*, quer dizer que cada par conceitual engloba um universo inteiro de discurso. Segue a regra do "terceiro excluído" da lógica bivalente,

que diz que algo é “A” ou “não-A” e não existe uma terceira possibilidade. Que são *excludentes*, quer dizer que se algo pertence a um lado do par, não pode pertencer ao outro. Segue o princípio de não contradizer a lógica bivalente, que diz que se algo é “A” não pode ser “não A” e vice-versa.

Vendo estas dicotomias, observamos várias coisas. Primeiro, observamos que este par está sexualizado. Isto é, que a coluna da esquerda corresponde ao estereótipo da masculinidade, enquanto a coluna da direita corresponde ao estereótipo da feminilidade.

Ser objetivo faz parte do estereótipo da mente masculina. Ser subjetivo faz parte do estereótipo da mente feminina. Ter raciocínio universal, se atribui aos homens – sem dúvida que foi criticado em toda a história da filosofia e das ciências a mulher não ter mais que raciocínio para assuntos particulares. A razão é uma qualidade especificamente masculina, enquanto a emoção é uma qualidade especificamente feminina. Dessa maneira, vemos então que os pares estão sexualizados e que formam um estereótipo de masculinidade e feminilidade.

Vemos também, que a coluna da esquerda tem valores epistemológicos, e a coluna da direita não tem valores epistemológicos. E vemos também, que existe uma hierarquização desses pares. Significa dizer que, como costuma ocorrer na história do pensamento, toda diferença vai ser resolvida em uma hierarquia.

Não é simplesmente dizer que os homens sejam diferentes das mulheres, e sim que se estabeleça entre eles uma hierarquia, como se estabelece entre qualquer sujeito ao qual se atribui uma identidade e aqueles outros que se deixa na alteridade – sujeitos esses dos quais as mulheres são um paradigma.

Então, o par está de uma vez hierarquizado e sexualizado. E a ciência se identifica com o lado epistemologicamente valioso, com o lado esquerdo do par, que quer dizer, com o lado masculino. O que contribui para fixar o estereótipo de que as mulheres estão excluídas dos lugares de produção do conhecimento, pois essa determinação da natureza feminina não só é descritiva, senão que se transforma em prescritiva. Quer dizer que aquelas mulheres que se afastam do estereótipo vão ser sancionadas, pois o estereótipo não só diz como somos, senão como devemos ser enquanto mulheres.

O feminismo se apresenta – se pensarmos no feminismo dos anos 70, o feminismo da segunda onda – como um feminismo da igualdade, um feminismo que procura romper as barreiras que impedem às mulheres o acesso ao mundo público, pensando que o que se discute é a sexualização do par. É pensar que o que se discute é que nós mulheres estejamos fixadas como estereótipos no lado direito do par. O feminismo da igualdade vai dizer que não é certo que nós mulheres não possamos desenvolver todas essas qualidades do lado esquerdo; se tivermos educação adequada, podemos fazê-lo.

Nesse feminismo da igualdade, além do mais, penso que nesse assunto Fanny é uma pioneira, pois, nos anos 70, começou a trabalhar duramente para produzir o acesso das mulheres a tais lugares, onde se produz uma série de estudos.

Quando estou fazendo uma descrição temporal e estou distinguindo diferentes modos do feminismo, não quer dizer que um supere o outro, porque todos convivem na atualidade e todos esses estudos são importantes fazer simultaneamente.

O feminismo da igualdade produz estudos quantitativos, desenvolve formas originais de ações afirmativas, que significam formas de fortalecimento de discriminação positiva para mulheres, e para poder melhorar seu acesso ao setor de ciência e tecnologia.

Esta manhã, falamos precisamente do projeto de Fanny Tabak com meninas nas escolas, suas possibilidades de se aproximarem de modelos de identificação de mulheres científicas e o impacto que isso havia tido nas escolhas das carreiras. Produz uma visualização das conquistas das mulheres que fazem resenhas sobre o descobrimento de mulheres, de mulheres científicas.

Existem muitos esforços pedagógicos de integração em que se trabalha com alfabetização científica e tecnológica. Ou seja, com democratização do conhecimento, com o acesso de todas as mulheres a produtos da ciência e da tecnologia.

O feminismo da diferença, que surge nos anos 80, não vai discutir a sexualização. Vai dizer que nós mulheres de verdade somos subjetivas, emocionais etc., porém, isso está muito bem, e é importante que nós mulheres sejamos assim, porque humanizamos a sociedade, humanizamos a ciência. O que não é aceitável é que elas estejam diminuídas hierarquicamente. Significa que o feminismo da diferença vai aceitar a sexualização, porém, vai discutir a hierarquização desse modelo dicotômico.

O feminismo da diferença produz principalmente estudos qualitativos, histórias de vida, analisa a relação entre família e carreira – que é algo que ainda deve ser realizado –, vê quais são as relações entre vida familiar e até onde a vida familiar e as tarefas familiares obstaculizam ou não, porque existe também um mito que diz respeito a isso. Em investigações feitas com mulheres casadas com filhos, ou solteira sem filhos, observa-se que a produção teórica das mulheres não varia nem com seu estado civil nem com o número de filhos. Assim, parece que são os maridos que dificultam. Porém, para maior esclarecimento, teria que se pesquisar um pouco mais a relação entre família e carreira, a discussão do papel social da ciência e da tecnologia.

Muitas feministas da diferença são pacifistas, são ecologistas e vêm discutido os abusos, o caráter de domínio que tem a ciência, os abusos no uso da tecnologia, e também têm trabalhado nos aspectos subjetivos nos processos de criação da ciência.

Finalmente, nos anos 90, surge o feminismo crítico, o feminismo radical. E o feminismo radical vai discutir tudo. Vai discutir o fato da ciência estar desenhada de maneira dicotômica. O fato de que a sexualidade ou os gêneros estejam desenhados de maneira dicotômica. Vai discutir a sexualização e a hierarquização desses pares, e nos falará de estruturas complexas que, em realidade, vão desenhar outro mecanismo de descrição, tanto da ciência como da subjetividade, em ambos os casos um processo construtivo.

Tanto os sujeitos quanto a ciência, para esse feminismo radical, são construções sociais, construções coletivas. Assim, no feminismo crítico se elaboram estudos da área que se chama desde muitos anos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, trabalhando nas políticas científicas e na politização que a ciência tem e como se vincula a ciência e a tecnologia aos processos de domínio político e geopolítico. Ou seja, falar de ciência em países desenvolvidos e em países periféricos é falar da possibilidade de uma ciência multicultural, da possibilidade de uma ciência global, transnacional. Fazem estudos culturais da ciência, falam do modo como a ciência está impregnada de valores que não têm nada a ver com valores que a ciência atribui a si mesma, e discutem, inclusive, as diferenças entre sexo e gênero, porque se falar da ciência como um processo cultural, vai se discutir a idéia de uma base natural que poderia ser o sexo, e uma leitura cultural que poderia ser o gênero, dizendo que o sexo mesmo é algo lido culturalmente.

Este é um panorama absolutamente rápido. Vou simplesmente concluir dizendo que o risco dessas posições críticas é o enlace que costumam fazer entre algumas posições críticas feministas e o pós-modernismo. Digo risco, porque existe um problema que escapa dentro desse desenho crítico do feminismo, o problema da identidade. Um dos eixos temáticos que vocês vão dedicar as seções do congresso.

A identidade tem um duplo sentido: tem um sentido, por um lado, de igualdade e, por outro lado, tem também o sentido de diversidade. Quando dizemos fortalecer identidades, estamos dizendo identidades diversas. Creio que nos dois casos, seria preciso fazer algumas precisões.

No caso da igualdade, teríamos que fazer uma distinção, como a que faz Célia Amorós, entre unificação e equiparação. A unificação, diz ela, é o que se corresponde com o espaço da equiparação, é o espaço das idênticas. Ela diz que as mulheres aparecem como indiscerníveis, que compartem uma predicação comum, e então são unificadas em um coletivo que ao unificá-las impossibilita que existam sujeitos livres capazes de fazer pactos sociais e, portanto, devemos tornar práticas suas relações. Entretanto, a equiparação, a homologação de discerníveis sob um mesmo parâmetro é o espaço dos iguais, o espaço que se atribui ao domínio político masculino.

Enquanto a diversidade tem que fazer uma distinção em estas diversidades, particularmente na diversidade de gênero, entre o que Amélia Valcárcel, outra filósofa espanhola, chama de a autodesignação e a heterodesignação. Ou seja, que quando somos consideradas uma diversidade, o somos na perspectiva de alguém que atribui a si mesmo identidade. Somos diversas para um sujeito de enunciação que atribui a si mesmo ser o norte do humano, e a respeito desse norte aparecem outras identidades como diversas. Sobre essa diversidade, é importante distinguir, dizia Valcárcel, a autodesignação, ou seja, o modo como descrevemos nossa própria identidade e a heterodesignação, o modo em que outros distinguem nossa identidade. Nós mulheres temos sido sistematicamente heterodesignadas, entre outras coisas pela ciência, e chegou o momento de sermos autodesignadas.

Eu creio que dez anos de reuniões de núcleos e a expectativa de que todos esses temas sejam discutidos nos dias seguintes, são um modelo de descrição por autodesignação, e espero que realmente seja frutífero para todas.

NOTAS

[1] Tradução: Clarice Costa Pinheiro

ESTUDOS SUBSTANTIVOS SOBRE MULHER E CIÊNCIAS NO BRASIL

Fanny Tabak

Eu gostaria de começar agradecendo o convite para participar desta reunião da REDOR. Quando soube que tinha sido criada a REDOR, achei isso muito importante e fico feliz de ter tido a oportunidade de ver a quantidade de trabalho que vocês já realizaram e de felicitá-las por isso.

O que eu pretendo fazer aqui é expor os resultados de estudos que realizei sobre o tema. Uma primeira observação que faço aqui é a de que Mulher, Ciência e Tecnologia ainda não é um dos temas prioritários, nem nos núcleos acadêmicos, nem nas ONG's que se dedicam ao estudo de relações de gênero, ou sobre a mulher. Realmente, ainda não é. São pouquíssimas as pesquisadoras que enveredaram por essa linha de pesquisa, o que eu confesso que lamento. Nós já tínhamos constatado isso há anos atrás, quando nos reunimos em um seminário preparatório para Beijing, realizado em Mar del Plata (Argentina). Já então identificávamos que havia poucas pesquisadoras no continente que se dedicavam especificamente a essa temática.

A minha motivação principal parte, aqui, nesta reunião da REDOR, que abrange os estados do Norte e do Nordeste, do fato de que as mulheres que se encaminham para carreiras científicas são ainda muito poucas. Optei por estudar isso e fiz alguns cortes metodológicos de maneira arbitrária. Não quero que vocês saiam daqui com a impressão de que eu estou achando que Ciências são apenas a Física ou a Matemática, mas existem até hoje razões, que foram inclusive invocadas aqui e que todas nós conhecemos, resultantes da sociedade patriarcal, vinculadas a uma definição dos papéis sexuais, à existência de estereótipos etc. e que induzem as mulheres a se encaminharem para as profissões, carreiras, cursos universitários que nós chamaríamos de "tradicionalmente femininos". Enquanto nós não revertermos isso e não tivermos em proporção bem mais significativa de mulheres nas ditas ciências exatas ou "duras", ou que nome se prefira dar, acho difícil que possamos deslanchar mais rapidamente esse processo de conquista do saber, do conhecimento, que o novo milênio exige.

A primeira constatação é que se não constitui um tema prioritário, mas é fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento do país, me pareceu que era muito importante realizar estudos, que poderiam ser denominados substantivos, sobre o *status* e a presença da mulher na Ciência e na Tecnologia, e foi isso que eu tentei fazer.

A primeira coisa foi fazer um levantamento bibliográfico, para tentar saber quem é que já estudou isso e como estudou, com o objetivo de conhecer a situação real, inclusive com um intuito um pouco mais avançado, de desmistificar teses incorretas, equivocadas.

Na conferência de abertura desta reunião da REDOR, Diana Maffia tratou bastante disso, também no minicurso que proferiu, externando a preocupação em eventualmente poder encaminhar propostas, sugestões de programas, de ações capazes de estimular uma presença feminina mais visível.

A minha preocupação foi também tentar identificar obstáculos, dificuldades, percalços ainda existentes, numa tentativa de encaminhar sugestões ou de pensar coletivamente como seria possível remover tais obstáculos e finalmente contribuir para prestar atenção nas pesquisadoras dos Núcleos acadêmicos, das ONG's, das instituições em geral, para a importância desse tema, que continua não sendo prioritário.

O que eu verifiquei é que um certo número de pesquisadoras de prestígio, produtivas, de diferentes países, haviam dado uma contribuição muito significativa. Eu sempre dou grande crédito à UNESCO, que durante muitas décadas

revelou enorme preocupação com a educação da mulher, com a questão da elevação do nível de escolaridade das mulheres no campo da Ciência e da Tecnologia. E ainda, a afirmação de que a desigual participação das mulheres nesses campos significa, na realidade, uma negação dos direitos humanos. Se, de um lado, eu digo que para um país é difícil se desenvolver se ele não conta com a inteligência, o talento, a criatividade dessa metade da população – que são as mulheres – por outro lado, recusar às mulheres ou dificultar para elas essa participação mais ampla nesses campos, uma presença mais visível, isso significa, na prática, negar às mulheres o direito humano que elas têm de contar com uma participação mais significativa.

Por outro lado, pesquisas realizadas na Finlândia, na Inglaterra, nos EUA, em diferentes países enfim, e também no Brasil, demonstram que houve nas últimas décadas do século XX uma presença muito mais forte da mulher nas universidades, nas instituições de ensino superior, o que não contribuiu porém para um aumento relativo de mulheres naqueles campos da Ciência e Tecnologia, ou seja, os índices de participação feminina continuam a estar muito aquém do que seria necessário e razoável esperar.

Uma pesquisadora finlandesa, que deu importante contribuição ao estudo do tema, foi Veronika Stolte-Heiskenen, que coordenou pesquisas para a UNESCO e é a organizadora do livro *Women in Science*. Segundo ela, duas linhas puderam ser definidas a partir dos numerosos estudos realizados: uma, a mulher na educação de nível superior ou a mulher nas universidades; e a segunda, estuda os estratos da mulher na Ciência. Os tipos de abordagem utilizados foram facilmente identificáveis. Um dos tipos que chama de psicológica e que estuda diferenças genéticas examina o processo de socialização diferenciada, como se fosse uma rejeição da mulher a ingressar em carreiras científicas. Trata-se aqui das ciências ditas "duras" ou exatas. Em vários encontros de cientistas realizados no Rio, organizados pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher da PUC-Rio, foi mencionado que a oportunidade de ingressarem mais mulheres nessas áreas não depende dos atributos individuais das mulheres, mas sim de fatores macroestruturais.

Às vezes, é uma questão econômica – quanto menor a oferta de cargos, maior a competição, maior a dificuldade para a mulher romper essas barreiras e, em conseqüência, menor a participação feminina. A partir dos anos 70, os historiadores da Ciência passaram a observar a presença feminina nessas carreiras ou na comunidade científica em geral, a atentar para a

credibilidade científica das mulheres e muitos chegaram a afirmar que a mulher não teria capacidade nem competência para desenvolver uma profissão nessa área.

Gostaria de chamar a atenção para um fato importante: foi justamente a partir dos anos 70 que, nos EUA principalmente, começaram a ser implementados os programas de estudos sobre a mulher (Women´s Studies) nas grandes universidades. No ano de 1980, em Copenhague, durante a Conferência da ONU que fez uma avaliação da primeira metade da Década da Mulher, foi organizada uma série de sessões dedicadas a esses programas. Tive a oportunidade de participar dessa programação e, ao regressar ao Brasil, comecei a preparar, juntamente com um grupo de colegas de diferentes áreas do conhecimentos, a criação do primeiro núcleo acadêmico de estudos sobre a mulher.

Estou feliz neste momento, ao verificar que esses núcleos, dos quais vocês são representantes, existem em praticamente todos os estados do Norte e do Nordeste.

Vou tentar explicar agora, mesmo que sumariamente, cada um dos três estudos que foram realizados. O primeiro deles se insere na linha mencionada antes – A mulher no ensino superior. A pesquisa foi realizada junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior universidade pública do Brasil. Aqui estão alguns quadros que apresentam dados numéricos relativos a um conjunto de indicadores selecionados.

A pesquisa foi realizada junto ao corpo docente e ao corpo discente, e o objetivo principal era verificar se teria ocorrido alguma mudança substancial ao longo de vinte anos (a partir do ano de 1970) . Foram definidos alguns anos considerados emblemáticos: 1975 (Ano Internacional da Mulher); 1980 (Conferência de Copenhague, que avaliou a primeira metade da Década); 1985 (Conferência de Nairobi, encerramento da Década da Mulher e do Plano Decenal de Ação da ONU); 1990 (início da última década do século XX). Mais tarde, foi possível avançar até 1995 (Conferência de Beijing) e em alguns casos, com a colaboração da universidade, obter dados para o ano de 2000.

Para o *corpo discente*, os dados referem-se aos dois níveis: graduação e pós-graduação e correspondem à matrícula inicial e à conclusão de curso de alunos em cada um daqueles anos, nos Centros escolhidos: Ciências Matemáticas e da Natureza; Ciências da Saúde; Tecnologia – Engenharias. Os dados estão desagregados por sexo, o que permite conhecer a evolução das matrículas e da graduação de mulheres.

TABELA 1 - NÚMERO DE MULHERES EM CURSOS DE GRADUAÇÃO / CENTRO / DEPARTAMENTO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTROS	CURSOS	1977		19982		1985		1990	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Tecnologia	Civil*	15	12,3	5	21,7	3	20,0	5	21,7
	Elétrica	14	17,3	1	11,1	9	3,0	14	4,5
	Metalúrgica	1	7,1	1	12,5	0	0,0	0	0,0
Engenharias	Mecânica	7	5,5	0	0,0	1	10,0	2	12,5
	Produção	6	17,6	1	50,0	0	0,0	0	0,0
	Química	78	33,6	55	26,4	83	40,3	81	39,0
Ciências Matemáticas e da Natureza	Matemática	92	61,3	65	40,3	73	39,0	70	36,0
	Física	37	30,3	23	20,2	22	21,1	19	18,6
	Química	35	49,3	26	52,0	24	52,1	30	67,0
Ciências da saúde	Medicina	103	35,0	91	49,0	81	46,0	101	62,0
	Odontologia	35	55,0	46	58,2	37	53,0	44	60,3
	Farmácia	87	71,3	82	62,6	84	62,0	90	63,4
	Nutrição	40	95,2	60	93,7	64	98,4	65	91,5
	Biologia	75	60,0	81	59,5	53	47,7	66	59,0

Fonte: Divisão de Registro de Estudantes - UFRJ

* Inclui Engenharia de Estruturas, Recursos Hídricos e Ciências da Terra. Quadro montado pela autora.

TABELA 2 - NÚMERO DE MULHERES / DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS (MESTRADO) - 1970 / 1990 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS - FACULDADE DE MEDICINA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ÁREAS*	ANOS														
	1970			1975			1980			1985			1990		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Biofísica	6	4	66,6	11	3	27,2	17	7	41,1	8	3	37,5	15	12	80,0
Bioquímica	3	2	66,6	5	2	40,0	9	7	77,7	5	3	60,0	10	8	80,0
Bioquímica Médica		Zero			Zero			Zero			Zero		3	2	66,6
Clínica Médica		Zero			Zero			Zero			Zero		1	1	100,0
Dermatologia		Zero		3	1	33,3		Zero		1	1	100,0	4	4	100,0
Endocrinologia		Zero		1	Ø	Ø	1	Ø	Ø	1	Ø	Ø	1	1	100,0
Farmacologia		Zero			Zero		3	Ø	Ø	4	3	75,0	1	Ø	Ø
Gastroenterologia		Zero		2	1	150,0	2	1	50,0		Zero		3	2	66,6
Ginecologia				5	3	160,0	3	Ø	Ø	3	1	33,3	2	1	50,0

ÁREAS*	ANOS														
	1970			1975			1980			1985			1990		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Histologia e Embriologia		Zero		2	2	100,0	3	2	66,6	7	3	42,8	2	2	100,0
Medicina Fis. e Reabilitação		Zero			Zero			Zero		3	2	66,6	1	1	100,0
Microbiologia		Zero			Zero		12	7	58,3	9	8	88,8	9	9	100,0
Nefrologia		Zero			Zero		2	1	50,0		Zero			Zero	
Neurologia		Zero			Zero		5	1	20,0	5	Ø	Ø	5	3	60,0
Nutrição		Zero			Zero			Zero			Zero		6	6	100,0
Nutobiologia		Zero		7	3	[1]42,8	3	2	66,6	2	2	100,0		Zero	
Odontologia		Zero		3	Ø	Ø	14	7	50,0	6	1	16,6	2	1	50,0
Ortopedia		Zero		3	Ø	[1]Ø	6	Ø	Ø	2	Ø	Ø	1	Ø	Ø
Pediatria		Zero		1	1	[1]100,0	6	1	16,6	5	1	20,0	5	3	60,0
Pesq. Produtos Naturais	3	Ø	Ø	7	2	28,5	9	5	55,5	10	4	40,0	4	4	100,0
Reumatologia		Zero			Zero			Zero		2	1	50,0		Zero	
Tecnologia e Proc. Bioquímicos		Zero			Zero		3	2	66,6	4	2	50,0	5	3	60,0
Téc. Polímeros		Zero			Zero		5	4	80,0	6	4	66,6	21	14	66,6
Fisiologia e Pneumologia		Zero			Zero		9	1	11,1	2	Ø	Ø	1	1	100,0
Enfermagem		Zero		9	9	100,0	41	40	97,5	6	4	66,6	45	43	95,5
TOTAL	**12**	**6**	**50,0**	**59**	**27**	**45,7**	**153**	**88**	**57,5**	**89**	**43**	**48,3**	**149**	**121**	**81,2**

Fonte: Sub-Reitoria de Pós-Graduação - UFRJ

1)Dados para 1976.

*Não foi possível obter os dados relativos a Ciências Biomédicas.

Obs.: ZERO significa que não há registros de dissertações defendidas para o ano em questão.

Quadro montado pela autora.

TABELA 3 - NÚMERO DE MULHERES / DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS (MESTRADO)
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN –
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO	ANOS														
	1970			1975			1980			1985			1990		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Estatística		Zero			Zero		1	Ø	Ø	5	5	100,0*		Zero	
Física		Zero		1	Ø	Ø	10	1	10,0	11	3	27,2	7	4	57,1
Físico-Química		Zero		1	Ø	Ø**	1	Ø	Ø***	4	3	75,5	8	3	37,5
Matemática		Zero		6	2	33,3**	14	9	64,2	5	Ø	Ø	4	2	50,0
Química Orgânica	1	Ø	Ø	11	6	54,5	6	4	66,6	2	1	50,0	13	8	61,5
TOTAL	**1**	**Ø**	**Ø**	**19**	**8**	**42,1**	**32**	**14**	**43,7**	**27**	**12**	**44,4**	**32**	**17**	**53,1**

Fonte: Sub-Reitoria de Pós-Graduação - UFRJ

*Dados para 1984. ** Dados para 1970. *** Dados para 1981.

Obs.: Zero indica que não há registros de professores na categoria. Quadro montado pela autora.

TABELA 4 - NÚMERO DE MULHERES / DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS (MESTRADO) - 1970/1990 – CENTRO DE TECNOLOGIA - COPPE - ESCOLA DE ENGENHARIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMAS* (ENGENHARIA)	CATEGORIA														
	1970			1975			1980			1985			1990		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Engenharia Civil Recursos Hídricos	1	Ø	Ø	1	Ø	Ø	3	Ø	Ø	4	Ø	Ø	4	2	50,0
Engenharia Civil Estruturas	5	Ø	Ø	10	Ø	Ø	9	1	11,1	11	2	18,1	19	4	21,0
Engenharia Civil Geotecnia		Zero		5	Ø	Ø	4	1	25,0	9	1	11,1	8	3	8,0
Engenharia Elétrica	9	1	11,1	10	1	10,0	26	3	11,5	7	2	28,5	25	2	8,0
Eng. Metalúrgica e Materiais	8	Ø	Ø	9	1	11,1	16	4	25,5	10	4	40,0	12	2	16,0
Engenharia Mecânica	2	Ø	Ø	4	Ø	Ø	7	Ø	Ø	9	2	22,2	15	1	6,6
Engenharia Nuclear	3	Ø	Ø	8	1	12,5	17	4	23,5	18	5	27,7	9	2	22,2
Engenharia Oceânica	2	Ø	Ø	5	Ø	Ø	5	3	60,3	3	Ø	Ø	11	1	9,0
Engenharia de Produção	13	Ø	Ø	16	1	6,2	13	6	46,1	17	4	23,5	27	5	18,5
Engenharia Química	9	1	11,1	2	2	100,0	13	6	46,1	17	4	23,5	27	5	18,5
Transportes		Zero			Zero		2	Ø	Ø	4	1	25,0		Zero	
TOTAL	**52**	**2**	**3,8**	**70**	**6**	**8,5**	**115**	**25**	**21,7**	**105**	**27**	**25,7**	**157**	**27**	**17,2**

Fonte: Sub-Reitoria de Pós-Graduação - UFRJ - Seção de Pessoal
*Não foi possível obter dados relativos aos programas de Engenharia Biomédica, Sistemas de Computação e Planejamento Energético.
Obs.: ZERO indica que não há registros de professores na categoria. Quadro montado pela autora.

Para o *corpo docente*, foram definidos alguns indicadores: regime de trabalho (dedicação exclusiva, 40 horas e 20 horas); titulação (graduado, mestre e doutor); categoria funcional (professor auxiliar, assistente e titular). Além disso, foi examinado também o avanço que teve lugar ao longo dos vinte anos transcorridos entre 1970 e 1990 (em alguns casos até 2000) no que se refere à obtenção de bolsas do CNPq, no país e no exterior, para a participação em programas de pós-graduação – mestrado e doutorado e de especialização, no país e no exterior.

TABELA 5 - NÚMERO DE MULHERES / CORPO DOCENTE / CATEGORIA – 2001 – ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO	CATEGORIA														
	Auxiliar			Assistente			Adjunto			Titular			Total		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Exoressão gráfica	Ø	Ø	Ø	2	Ø	Ø	7	4	57,1	Ø	Ø	Ø	9	4	44,4
Mecânica	Ø	Ø	Ø	8	Ø	Ø	19	1	5,2	5	Ø	Ø	34	1	2,9
Eletrônica	Ø	Ø	Ø	4	Ø	Ø	27	1	3,7	2	Ø	Ø	33	1	3,0
Eletrotécnica	Ø	Ø	Ø	5	1	20,0	16	1	6,2	2	Ø	Ø	23	2	8,7
Naval	Ø	Ø	Ø	5	Ø	Ø	15	1	6,6	2	Ø	Ø	22	1	4,5
Metalurgia	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	13	2	15,3	6	Ø	Ø	19	2	10,5
Nuclear	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	3	1	33,3	Ø	Ø	Ø	3	1	33,3
Industrial	Ø	Ø	Ø	9	2	22,2	19	Ø	Ø	2	Ø	Ø	30	Ø	Ø
Hidráulica e Saneamento	Ø	Ø	Ø	2	Ø	Ø	18	2	11,1	Ø	Ø	Ø	20	Ø	Ø
Transportes	1	Ø	Ø	4	1	25,0	4	1	25,0	Ø	Ø	Ø	8	2	25,0
Construção Civil	Ø	Ø	Ø	7	1	14,3	13	4	30,7	Ø	Ø	Ø	20	5	25,0
Mecânica Aplic. e Estruturas	Ø	Ø	Ø	4	1	25,0	18	2	11,1	Ø	Ø	Ø	22	3	13,6
TOTAL	**1**	**Ø**	**Ø**	**50**	**6**	**12,0**	**172**	**20**	**11,6**	**19**	**Ø**	**Ø**	**241**	**26**	**10,7**

Fonte: Sub-Reitoria de Pós-Graduação - UFRJ
Quadro montado pela autora.

TABELA 6 - NÚMERO DE MULHERES / CORPO DOCENTE / REGIME DE TRABALHO - 2001 ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO	REGIME DE TRABALHO											
	DE			40hs			20hs			Total		
	T	F	%	T	F	%	T	F	%	T	F	%
Exoressão gráfica	8	4	50,0	Ø	Ø	Ø	1	Ø	Ø	9	4	44,4
Mecânica	25	1	4,0	Ø	Ø	Ø	7	Ø	Ø	32	1	3,1
Eletrônica	29	1	3,4	1	Ø	Ø	3	Ø	Ø	33	1	3,0
Eletrotécnica	17	2	11,7	Ø	Ø	Ø	6	Ø	Ø	13	2	15,4
Naval	21	1	4,7	Ø	Ø	Ø	1	Ø	Ø	22	1	4,5
Metalúrgica	19	2	10,5	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	19	2	10,5
Nuclear	3	1	33,3	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	3	1	3,3
Industrial	24	2	8,3	1	Ø	Ø	1	Ø	Ø	26	2	7,7
Hidráulica e Saneamento	13	2	15,3	1	Ø	Ø	Ø	Ø	Ø	13	2	15,3
Transportes	4	Ø	Ø	2	1	50,0	3	1	33,3	9	2	22,2
Construção Civil	10	4	40,0	5	1	25,0	5	Ø	Ø	20	5	25,0
Mecânica Aplic. e Estruturas	11	3	27,2	Ø	Ø	Ø	11	Ø	Ø	22	3	13,6
TOTAL	**185**	**23**	**12,4**	**10**	**2**	**20,0**	**47**	**1**	**2,1**	**242**	**26**	**10,7**

Fonte: Escola de Engenharia - UFRJ - Seção de Pessoal
Quadro montado pela autora.

Os dados apresentados nos quadros montados a partir do levantamento feito junto à UFRJ mostram que algumas áreas/departamentos daqueles Centros tinham muito poucas mulheres, como é o caso da Engenharia Mecânica, por exemplo. Esse fenômeno foi também observado em outros países.

Às vezes, os percentuais correspondentes às mulheres são um pouco mais elevados, mas os valores absolutos são sempre muito baixos.

No que se refere ao corpo docente, os dados relativos à categoria funcional, por exemplo, que diz respeito à hierarquia dentro da Universidade – professor auxiliar, assistente e titular (a mais elevada) mostram que a proporção de mulheres que atingem o topo dessa hierarquia é extremamente baixa.

Na categoria funcional mais alta – professor titular, por exemplo, em muitos departamentos não havia nenhuma mulher. E a proporção daquelas que estavam no regime de trabalho de dedicação exclusiva também era muito reduzida. Isso, apesar de grande parte das professoras possuir grande prestígio como pesquisadoras e sua titulação acadêmica ter atingido o mais alto grau.

O segundo estudo que realizei foi na Academia Brasileira de Ciências, que completava 80 anos de existência. Procurei saber o que tinha acontecido com as mulheres. Embora tivesse sido fundada em 1916, somente 35 anos mais tarde foi eleita a primeira mulher para pertencer aos seus quadros. Os pesquisadores eram eleitos para a Academia para duas categorias: membro associado e membro titular. A pesquisa abrangeu o período de 1951 (ano da eleição da primeira mulher) até 2000, analisando cada uma das décadas. O artigo de minha autoria publicado na revista da SBPC – Ciência Hoje – denunciando a baixa representatividade de mulheres na Academia talvez tenha contribuído para aumentar o número de eleitas em 2000 e 2001, inclusive na categoria de titular.

TABELA 7 – NÚMERO DE MULHERES ELEITAS / CATEGORIA / PERÍODO 1951 A 1995
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

	1951 - 1960			**1961 - 1970**			**1971 - 1980**			**1981 - 1990**			**1991 - 1995**			**TOTAL**		
Categorias	**T**	**F**	**%**	**T**	**F**	**%**	**T**	**F**	**%**	**T**	**F**	**%**	**T**	**F**	**%**	**T**	**F**	**%**
Associada	25	4	16,00	43	3	6,97	60	6	10,00	39	5	12,82	47	7	14,89	214	25	11,7
Titular	24	Zero	Zero	23	1	4,34	56	3	5,35	41	1	2,43	59	7	11,86	203	12	5,9
TOTAL	49	4	8,16	66	4	6,06	116	9	7,75	80	6	7,50	106	14	13,20	417	37	8,8

Fonte: Catálogo dos Acadêmicos - Academia Brasileira de Ciências - 1995. Segunda Edição, Vols. 1 e 2. Notícias da ABC - fevereiro de 1996.
T = Total de eleitos.
F = Feminino.
Obs. - Alguns membros aparecem duplicados devido à sua promoção de uma categoria para outra no período correspondente. Quadro montado pela autora.

TABELA 8 – NÚMERO DE MULHERES ELEITAS / ÁREA / PERÍODO 1951 A 1995
ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

	1951 - 1960			1961 - 1970			1971 - 1980			1981 - 1990			1991 - 1995			TOTAL		
ÁREAS	**T**	**M**	**%**	**T**	**M**	**%**	**T**	**M**	**%**	**T**	**M**	**%**	**T**	**M**	**%**	**T**	**M**	**%**
Ciências Biológicas	15	2	13,33	23	2	8,69	27	5	18,51	33	3	9,09	30	4	13,33	128	16	12,50
Ciências Químicas	4	Zero	Zero	13	1	7,69	14	3	21,42	9	1	11,11	15	1	6,66	55	6	10,90
Ciências da Terra	6	Zero	Zero	4	zero	Zero	15	1	6,66	7	1	14,28	15	2	13,33	47	4	8,51
Ciências Físicas	6	1	14,28	5	Zero	Zero	14	Zero	Zero	9	Zero	Zero	19	2	10,52	53	3	5,66
Ciências Matemáticas	3	1	33,33	6	Zero	Zero	14	Zero	Zero	4	Zero	Zero	10	2	20,00	37	3	8,10
TOTAL	34	4	11,76	51	3	5,88	84	9	10,71	62	5	8,06	89	11	12,35	320	32	10,00

Fonte: Catálogo dos Acadêmicos - Academia Brasileira de Ciências - 1995. Segunda Edição, Vols. 1 e 2. Notícias da ABC - fevereiro de 1996.
T = Total de eleitos.
M = Mulheres.
Quadro montado pela autora.

Fato inédito aconteceu: pela primeira vez, foram eleitos representantes das Ciências Sociais e Humanas. Mas as pesquisadoras do Norte e Nordeste continuam ausentes.

O terceiro estudo realizado e talvez o mais importante – que denomino de "experimento" – foi realizado junto a meninas do 2º ano do segundo grau, em quatro escolas do Rio de Janeiro – duas públicas e duas privadas. A pesquisa se intitulou *Motivando mais mulheres para carreiras científicas.*

O objetivo era despertar entre essas meninas – organizadas em grupos – o interesse pelas ciências ditas "duras" ou exatas e possibilitar que tivessem contato direto com cientistas (mulheres) e pesquisadoras de algumas das mais importantes instituições do Rio. Essas cientistas fizeram palestras nas escolas e depois receberam a visita das meninas nos seus laboratórios. As alunas puderam observar *in locu* em que consistia "fazer Ciência" e esclarecer dúvidas e incompreensões.

O estudo mereceu o apoio do UNIFEM e foi divulgado em diferentes seminários e conferências. Foi produzido um vídeo – *Mais Mulheres em Carreiras Científicas* – que registra o depoimento das cientistas, as visitas aos laboratórios e depoimentos extremamente interessantes de algumas das meninas que participaram do experimento. Ficou evidente a influência dos estereótipos sexuais na educação, a pressão da família, o desconhecimento do que é Ciência e a responsabilidade das escolas na desinformação total das alunas.

O vídeo foi apresentado em diferentes eventos, inclusive por ocasião da Conferência de Beijing, em sessão da reunião anual da SBPC, em conferência realizada em Buenos Aires, sobre o tema Mulher, Ciência e Tecnologia.

Uma outra iniciativa muito importante tomada pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher da PUC-Rio foi a realização de dois Encontros de Mulheres Cientistas, que atuam nas várias áreas da Ciência e da Tecnologia, em instituições de grande prestígio, localizadas na área metropolitana do Rio. Estiveram presentes engenheiras, físicas, químicas, biólogas, da Petrobrás, Eletrobrás, Furnas, Fiocruz, UFRJ entre outras. O objetivo inicial era traçar um "Perfil da mulher cientista". Entre as muitas perguntas que foram feitas, queríamos saber quais as motivações para a escolha da profissão, a trajetória profissional, as dificuldades encontradas. A pergunta central dos debates travados era: *Por que tão poucas mulheres se encaminham para carreiras científicas?*

Foram muitas as sugestões apresentadas e intensos os debates travados.

Houve consenso em torno da afirmativa de que é muito mais difícil para a mulher seguir uma carreira científica, numa sociedade ainda de caráter patriarcal e em que as instituições sociais capazes de facilitar o trabalho da mulher ainda são uma aspiração a conquistar.

AS MULHERES NAS CIÊNCIAS:
O Desafio de uma Passagem...
A Passagem do Privado para o Público

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima

> Today, science and technology have come to dominate our society. And once again we are hearing that women are incapable of scientific creativity. But woman are fighting back. They are speaking out against such patriarchal attitudes. They are asserting that women,, including women scientists, can change the world. And
> Margaret Alic (1986, p.73)

Nessa mesa, que compartilho com a Drª Fanny Tabak a exposição do tema "Estudos substantivos sobre mulher e ciência no Brasil: a mulher nas ciências", pensei em desenvolver minha fala, inicialmente, identificando no Brasil estudos e produção realizados sobre o tema em foco; em seguida, tentarei situar o estado atual da questão, a partir da perspectiva temática que, no GT - Gênero, Identidade e Cultura/REDOR, vem sendo trabalhada: a questão das cientistas nas universidades, dimensionando a construção da subjetividade.

Estudos e Produção sobre Mulher e Ciência no Brasil

> Cientista é um homem que está sempre de avental branco, usa óculos, é franzino, circunspecto e, admitamos, um tanto maluco. Esqueça. Dessa imagem clássica do cientista padrão só sobrou o avental. Os números do último levantamento sobre os pesquisadores brasileiros, realizado pelo CNPq, sugerem um perfil diferente do profissional dedicado à ciência. O dado mais interessante do censo começa pela mudança de gênero: em vez de o cientista, cada vez mais será preciso falar a cientista.
>
> Flávia Varella (2001c, p. 84)

Na sociedade moderna e contemporânea, muitos têm sido os desafios enfrentados pelas mulheres, particularmente a partir de sua inserção nos espaços públicos, representados socialmente como de domínio masculino. Esses desafios têm levado essas mulheres a assumirem "posições de sujeitos", reveladoras de uma "pluralidade de identidades" que podem expressar contradições consigo mesmas, enquanto indivíduo ou sujeito mulher, dada sua condição de gênero e geração, segundo sua classe e raça. Mais que desafios, poder-se-ia dizer que essas "diferentes identidades" nada mais seriam do que expressões da "crise de identidades", própria dos tempos modernos, desde finais do século XX[1]. Diversos estudos e pesquisas[2] mostram o quanto as mulheres têm caminhado e avançado na ocupação de espaços do mundo público, antes quase que exclusivos dos homens, a exemplo dos espaços acadêmicos.

Um rápido olhar nas escolas, universidades e outros centros de atividade acadêmica evidencia o avanço progressivo da presença das mulheres nestas instâncias institucionais das esferas públicas. Como vêm mostrando os estudos, até poucas décadas atrás, nas universidades predominavam os homens, exceto nos cursos cuja prática profissional parecia ser a do cotidiano doméstico das mulheres, concebida como constitutivas de sua identidade de mulher: Educação ou Pedagogia, Serviço Social, Economia Doméstica, Enfermagem,[3] cursos esses em que têm prevalecido as mulheres ou, tão somente, têm sido freqüentados por elas.

Essa presença cada vez maior das mulheres nos espaços acadêmicos estaria revelando a minimização e /ou superação do androcentrismo na academia?

Dados das décadas de 80 e 90 dão conta de que nas universidades brasileiras e de outros países do Primeiro ou do Terceiro Mundo (do Norte ou do Sul), se constata significativa presença de mulheres nas chamadas *profissões femini-*

nas, e naquelas que se *feminilizam*, a exemplo de algumas áreas da Medicina, Veterinária, Odontologia, entre outras. Apesar disso, as universidades continuam a reproduzir o androcentrismo e a representar seus espaços como masculinos, principalmente em se tratando da pesquisa, da direção e administração institucional dos centros acadêmicos. Uma ilustração desse fato nos é informado através de dados da FINEP[4], que indicam como "[...] a proporção de mulheres entre os pesquisadores produzindo ciência com financiamento da FINEP é maior que a proporção de mulheres entre os cientistas que decidem sobre a aprovação de projetos nesta mesma instituição." (AZEVEDO et al. 1989, p. 279).

Na Suécia, país considerado pela ONU como o de maior igualdade sexual no mundo, uma mulher cientista tem que ser 2,5 vezes mais produtiva do que seu colega homem, para ser avaliada igualmente a este e receber financiamento para projetos de pesquisa[5]; no Brasil, outrossim, através do "Ranking da ciência"[6] realizado em 1999, constatou-se o quanto a produção da cientista estava aquém da de seus colegas homens.

Como a organização da vida social, as ciências também são organizadas pelas relações de gênero, étnico-raciais e de classe. Muito em função disso, a imagem de quem produz ciência – cientista – tende a chegar ao nosso imaginário sempre como a de "[...] um homem que está sempre de avental branco, usa óculos, é franzino, circunspecto e, admitamos, um tanto maluco." (VARELA, 2001c, p.84). Tanto pela linguagem, como pelas imagens veiculadas, o que nos chega é essa construção simbólica de cientista como correspondente à imagem de um homem, branco e aburguesado, seja pela sua própria origem de classe, seja por estar bem perto dela, como *pequena burguesia*, "classe média".

Mais recentemente, porém, as estatísticas vêm mostrando que, dessa imagem clássica de cientista padrão, a tendência é, com o passar do tempo e no ritmo que as mudanças estão acontecendo, restar apenas o avental, visto que, continua Varella (2001c, p.84): "[...] os números do último levantamento sobre os pesquisadores brasileiros realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sugerem um perfil diferente do profissional dedicado à ciência". De acordo com esses números, conforme Varella (2001c, p.84):

> O dado mais interessante do censo começa pela mudança de gênero: em vez de o cientista cada vez mais será preciso falar a cientista. Os homens estão perdendo a hegemonia, e aumenta marcadamente a quantidade de mulheres debruçadas sobre as bancadas dos laboratórios. No total, eles ainda são maioria (56%), mas nas faixas etárias mais jovens elas ganham em quantidade.

Essa arrancada feminina no campo das ciências, em que hoje as mulheres representam 44% do total de pesquisadores brasileiros, chegando a serem maioria nas faixas etárias mais jovens, aponta para dois aspectos relevantes: do ponto

de vista da prática científica, o aspecto da contribuição para o avanço da ciência, desde Marie Curie (só para citar uma das mais conhecidas, ao lado das outras oito ganhadoras do Prêmio Nobel em ciências), passando pelas dez pioneiras na Ciência da Computação – as computadoras (WINANT, 2001)[7], como eram chamadas – ou, mais recentemente, as cientistas participantes do Projeto Genoma, inclusive brasileiras; entre estas, merece destaque a premiada pela Unesco e empresa L'Oreal em "Mulheres Cientistas", Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano, em São Paulo/USP (VARELA, 2001a; 2001b), pelos estudos realizados sobre os aspectos genéticos das doenças neuromusculares, sendo uma das cinco mulheres em todo o mundo a receber o prêmio este ano. Apesar dessa arrancada feminina no mundo da ciência, em que, cada vez mais, pesquisadoras jovens, dedicadas e apaixonadas, se debruçam em pesquisas de laboratórios, ainda se evidencia que essa participação vem acontecendo de modo dicotomizado, ou ainda está aquém da presença masculina. Nisso consiste o segundo aspecto a ser apontado, conforme corroboram os dados mais recentes do CNPq, em que, de acordo com as áreas de atuação, a maioria masculina está concentrada nas ciências agrárias, exatas, sociais, engenharia e computação, enquanto a maioria feminina está nas ciências biológicas, da saúde, humanas, letras e artes. Essa distribuição dicotomizada também é constatada no Centre National de la Recherche Scientifique/France (CNRS), que conta em seus quadros apenas com um terço de mulheres, cuja presença ainda é mais reduzida na área de exatas, como por exemplo, nos cursos de engenharia (RAYNAL, 1999).

Historicamente no Brasil, somente em 1879, com a "Reforma Leôncio de Carvalho", estabeleceu-se o ensino para todas as crianças e se passou a permitir o ingresso de mulheres em instituições de ensino superior. Assim sendo, as mulheres cientistas brasileiras contam apenas com quatro ou cinco gerações de atividade universitária (AZEVEDO, 1989) e, mesmo assim, 1/3 da força produtora de conhecimentos científicos é de mulheres. Atualmente, de acordo com as estatísticas de instituições de ensino superior (MEC/Inep e Capes), a situação das mulheres evolui, conforme aumenta o nível de escolaridade (VARELLA, 2001c, p.87); todavia, no degrau mais elevado da carreira acadêmica – o doutorado –, os homens voltam a ser maioria.

Diante desse quadro, e considerando-se as condições históricas de inserção na prática científica, há que se evidenciar, não só as relações de classe e de raça, mas também as de gênero, donde o conhecimento ser marcado pelo código patriarcal que, "[...] enquanto saber-poder, vai constituir um obstáculo epistemológico à produção do conhecimento, bem como à participação da mulher nesse âmbito" (LIMA, 1993, p.8). Essa ocorrência se efetiva tendo em vista o fato de que "[...] as expectativas sociais dirigidas para a mulher na esfera privada ten-

dem a limitar a sua inserção no campo das ciências, enquanto esfera pública e masculina" (Lima, 1993, p.8).

Em suma, é na tentativa de bordejar o sentido da presença das mulheres no âmbito acadêmico e da produção científica que questionamos: será que o envolvimento e presença das mulheres no ensino, pesquisa e extensão universitária, têm mudado a condição de gênero das mulheres? Até que ponto, a *feminilização* das universidades tem levado a repensar as ciências do ponto de vista das mulheres? Como é esta mulher que tem estado inserida na prática científica? Será que as mulheres cientistas têm assumido para si o modelo masculino da prática científica, caracterizado como racionalista, objetivo e neutro? Será que o mundo androcêntrico das ciências tem *masculinizado* essas mulheres ou, pelo contrário, as têm levado a manter-se mais *femininas*, em nome das diferenças? Ou ainda, nem uma situação, nem outra, mas uma nova realidade, em que, traços masculinos e femininos se amalgamando, vêm gestando uma configuração nova de prática científica?

Foi seguindo o rastro desses questionamentos que partimos para dimensionar a busca do "Estado atual da questão" sobre as mulheres nas ciências.

Estado Atual da Questão: Deslocamento de Identidade e Transição

> Até agora, ninguém – nem universidades, iniciativa privada, governo ou público em geral – resolveu o problema que a natureza criou para as cientistas. Capazes como são, provavelmente elas mesmas o resolverão – como o fizeram suas progenitoras intelectuais.
> Sharon B. McGrayne (1995, p. 38)

Na trajetória profissional das cientistas, a complexidade[8] estrutura e perpassa a teia de relações estabelecidas entre elas e o mundo circundante, dado esse revelado pela representação nelas presente, seja de si mesmas, como mulheres e cientistas, seja da ciência, seja da relação entre homens e mulheres na sociedade. Essa tessitura relacional complexa salta à vista a partir de vários fios que se imbricam, num entrelaçado que ora se combinam coerentemente, ora se contradizem, fazendo jus à complexidade que caracteriza o real e o humano na sua constituição.

Na base desse fluxo representacional, uma fiação mestra se sobrepõe: trata-se da relação intrínseca existente entre mundo privado e público na vida das cientistas. Imaginamos essa fiação mestra como se fosse a espinha dorsal do mundo representacional das cientistas, no que se refere à sua identidade de gêne-

ro, a partir da qual se distribuem os demais fios que darão conta das demais atribuições sociais por elas assumidas. Inserida na vida pública, buscamos identificar como acontece esse processo de inserção e, o que se manteve constante nas falas delas, foram as dificuldades impostas pela divisão sexual do trabalho, impingindo-lhes a roda-viva das duplas jornadas de atividades que lhes caracterizam o cotidiano. Esse não é um dado novo na vida das mulheres trabalhadoras em geral, nem das cientistas particularmente, desde que passaram a participar dessa prática profissional. Dificuldades sempre vivenciaram; se ontem tinham elas que se esconder por trás dos móveis para assistirem às conferências científicas, ou trabalhar voluntariamente nessa área de atividade científica, hoje as dificuldades são de outra ordem. Porém, uma delas permanece: trata-se das responsabilidades familiares que continuam ainda sob o encargo prioritário das cientistas. É a velha estória da relação de produção e reprodução em que, apesar de hoje as mulheres estarem significativamente inseridas no mercado da produção, os homens ainda não adentraram no espaço doméstico, onde se dão as relações reprodutivas, continuando estas ao encargo das mulheres, que passam a acumular as duplas jornadas de trabalho.

É disso que nos falam as cientistas da UFAL, mas também as de outros espaços científicos de trabalho, onde o maior problema identificado na vida profissional dessas mulheres consiste em "[...] serem as principais responsáveis por carregar e criar seus filhos. Tanto para Marie Curie, como para Maria Geoppeert Mayer ou Jocelyn Bell Burnell, foi muito difícil combinar a carreira com a vida doméstica. A ciência muda rapidamente, e as mulheres que se afastam para se dedicar aos filhos podem precisar de muita reciclagem." (McGrayne, 1999, p. 394). A atribuição do mundo privado como responsabilidade prioritária (senão, exclusiva!) das mulheres faz com que a sua trajetória profissional seja condicionada às demandas familiares, aos "[...] atropelos que elas se vêem nesse lugar de dar a vida... gravidez, ser mãe, dar atenção aos filhos nas suas diferentes fases... [porque] a curva da vida das mulheres é cheia de altos e baixos." (cientista da UFAL, área II). Esse problema foi resumido por Stephen G. Brush (apud McGrayne, 1999, p. 394), professor de história da ciência da Universidade de Maryland, ao afirmar: "Quando uma mulher chega ao cargo de professora assistente, é provável que esteja beirando os 30 anos. Tem então cinco ou seis anos para produzir excelentes artigos em quantidade suficiente para obter estabilidade". A partir de então, continua ele: "Se tiver filhos, deverá atender às obrigações familiares enquanto compete com outros cientistas que trabalham pelo menos, 60 horas por semana. Se adiar a maternidade, o relógio biológico se esgotará quase ao mesmo tempo que o relógio da estabilidade."

Além dessa dificuldade de ordem objetiva, explicitamente posta, existem aquelas outras que atuam na surdina, sub-repticiamente, mas, nem por isso, de modo menos eficiente, em relação aos resultados negativos à produção profissional: são os dispositivos invisíveis atuantes através do *teto de cristal*.

De "Um Teto Todo seu" Ao "Teto de Cristal"

Estudos que estão sendo realizados sobre trabalho feminino, principalmente nos países anglo-saxões (Burin, 1996), vêm identificando traços atribuídos às mulheres como da ordem de uma "natureza feminina", traços esses que se presentificam na fala das cientistas; tais estudos vêm identificando, na carreira profissional de mulheres, um movimento de detenção que as impede de avançar, resultando daí estados de mal-estar, crises existenciais que põem em risco sua subjetividade e carreira profissional. O modo como esse processo se efetiva e as conseqüências resultantes na vida das mulheres não são muito diferentes do ocorrido nas primeiras décadas do séc. XX, em que deslanchavam as lutas políticas em prol da participação das mulheres na vida pública, cujos relatos chegaram até nós por várias vias, inclusive pela literatura. É nesse campo que busco estabelecer uma relação com os estudos atuais realizados, tomando como referência uma das obras de Virgínia Woolf (1985), onde ela busca situar as mulheres no mundo dos homens. Trata-se do ensaio literário *Um Teto Todo Seu*, publicado em 1929, resultado de anotações que essa notável romancista inglesa organizou para duas conferências em estabelecimentos de ensino para mulheres, em Cambridge. O porque do título *Um Teto Todo Seu* remete para a idéia nuclear da escritora que, circunscrevendo a série de obstáculos que impedem o trabalho das mulheres nas letras, afirma, reiteradamente, a necessidade de *um teto todo seu* e 500 libras por ano, como condição precípua à essa produção; em determinado momento, chega a justificar essa ênfase no aspecto material da vida, esclarecendo que "[...] a liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não apenas nos últimos duzentos anos, mas desde o começo dos tempos." (Woolf, 1985, p. 141). Mesmo admitindo o sentido simbólico que pode advir das quinhentas libras por ano, representando "[...] o poder de contemplar, e de que a fechadura na porta significa o poder de pensar por si mesma" (Woolf, 1985, p. 141) e o quanto de objeção suas ouvintes poderiam levantar, Woolf não abre mão de sua ênfase. Nesse ponto, a escritora se encontra com Marx que, ao se referir ao "reino da necessidade" e ao "reino da liberdade", enfatiza a premência das condições materiais de existência como básicas para se construir a emancipação humana. Em

relação à produção das mulheres escritoras, pensa Woolf (1985) que, se esse *teto todo seu* lhes fosse garantido, com certeza, elas viriam a produzir (daí a cem anos) obras de alta significação.

Retornemos para os estudos realizados atualmente sobre o trabalho feminino e o que teriam eles a ver com *um teto todo seu*. De acordo com esses estudos, de raízes sociológicas, aquele processo de detenção que impede as mulheres de avançar em suas carreiras profissionais, acontece porque elas se vêem confrontadas com uma espécie de superfície superior invisível denominada *teto de cristal*; originariamente, esse termo foi usado para analisar a carreira profissional de mulheres que haviam tido altas qualificações em seus trabalhos, graças à formação intelectual de nível superior, mas que, em determinado momento de suas carreiras profissionais se vêem como que estancadas. A invisibilidade dessa superfície resulta do fato de que não existem leis explícitas, nem dispositivos institucionais impedindo as mulheres de avançar e, por isso se tornam mais poderosos, porque são difíceis de serem detectados. Enriquecendo essa hipótese sociológica, estudos outros de inserção psicanalítica sobre depressão em mulheres de meia-idade vêm também trabalhando com esse conceito, visto que traços presentes nos estudos sobre trabalho feminino vêm sendo também detectados na clínica psicanalítica, justamente aspectos que se encontram nos interstícios das relações sociais. Mabel Burin é uma dessas estudiosas que vêm investigando a possibilidade de trabalhar com o conceito de *teto de cristal*, desta feita usando esse instrumental teórico como operando simultaneamente a partir de uma dupla inscrição, ou seja, como realidade cultural opressiva e como realidade psíquica paralisante. A proposta de Burin (1996, p. 79): "Uma hipótese de gênero: o 'teto de cristal' na carreira profissional"- busca articular a noção de *teto de cristal* com algumas hipóteses psicanalítica e de gênero para compreender traços do mal-estar presente nas mulheres.

Mais precisamente, afinal, em que consiste mesmo *teto de cristal*?

> Se denomina así a una superfície superior invisible en la carrera laboral de las mujeres, difícil de traspasar y que les impede seguir avanzando. Su invisibilidad está dada por el hecho de que no existen leys ni dispositivos sociales establecidos ni códigos visibles que impogam a las mujeres semejante limitación, sino que está construido sobre la base de otros rasgos que, por ser invisibles, son difíciles de detectar. Debido a esta particular conformación del "techo de cristal", para estudiarlo debemos buscar sus rasgos en los intersticios que deja el entramado visible de la carrera laboral de este grupo de mujeres. (Burin, 1996, p.79).

Trabalhar com a dupla inscrição do *teto de cristal*, enquanto operando simultaneamente, implica, por um lado, identificar nos estudos já realizados a partir da perspectiva de gênero, como nossa cultura patriarcal constrói obstáculos para as carreiras profissionais das mulheres; e, por outro, tentar apreender as

condições de construção da subjetividade feminina, que tornam possível tal imposição cultural. Estudos realizados sobre a construção dessa subjetividade feminina[9] vêm apontando para o período precoce da infância, como um dos momentos cruciais na gestação do *teto de cristal*, enquanto limite; mais tarde, na adolescência, esse fato vai adquirir uma dimensão ampliada. Um dado ilustrativo desse fato advém de nossa pesquisa sobre as cientistas e sua identidade de gênero na UFAL, em que, quando questionadas sobre a representação que tinham, enquanto profissionais inseridas no campo da produção científica, sempre se percebiam aquém dos parâmetros do que seja *ser cientista*, de acordo com os critérios estabelecidos pela comunidade científica, afirmando: "[...] eu sou uma simples pesquisadora, cientista é algo que está lá em cima..."

O que estaria, na verdade, incrustado no imaginário dessas cientistas que, apesar de qualificadas de acordo com o critério máximo estabelecido pela comunidade científica e se dedicarem exclusivamente ao trabalho de pesquisa e produção de conhecimento, ainda se consideram *bebês*? Será uma imagem semelhante à existente no imaginário popular, aquele "[...] estereótipo do cientista (como) um professor com aparência de maluco, jamais uma mulher normal que talvez seja mãe?" (Cavalcanti, 1991, p. 53). Se, para a construção desse imaginário contribuíram valores e fatores de ordem androcêntrica, para a construção de uma nova ciência urge que estes sejam desconstruídos e, à luz de uma perspectiva de gênero, que direciona uma crítica à ciência existente, essa possa ser reconstruída a partir de novas bases e parâmetros. E, isso porque, enfim, fazendo nossas as palavras de Hilary Rose (1989, p. 242):

> Precisamos da ciência e tecnologia para a suficiência econômica e o crescimento social, uma ciência e tecnologia para as mulheres e para os homens que nos permitirá construir os instrumentos para a sociabilidade e o controle e direção das nossas próprias vidas. Nada menos que metade dos laboratórios é uma boa divisa, para começar.

Público e privado, condições objetivas e subjetivas, espaços sociais e discursivos visíveis e invisíveis, coexistem concomitantemente, de modo contraditório e multidimensional, dando conta de uma rede de relações, com os fios sendo tecidos conjuntamente. Se a contradição é da ordem do humano, no caso das cientistas, esse traço se revela como significativo, à medida que é estruturante à própria construção de sua subjetividade; sendo o espaço acadêmico, ao lado de tantos outros espaços públicos, de hegemonia masculina "[...] os homens têm que lutar para permanecer" cabe às mulheres, em lá chegando "[...] as mulheres estão lutando para chegar" (Castoriadis, 1999, p. 40), se adaptar às regras já existentes ou questioná-las, tendo em vista buscar apreender o sentido das mesmas. Por sinal, como tão bem coloca Castoriadis (1999), buscar o sentido (do

mundo) é exatamente o que vem caracterizar o sujeito – essencialmente, aquele que faz perguntas, que se questiona – e a subjetividade, como "[...] a capacidade de receber o sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo." (CASTORIADIS, 1999, p. 105). Nessa busca de sentido, as cientistas estão vivenciando momentos conflituosos, seja de ordem intra-subjetiva (com elas mesmas), seja nas relações interpessoais com os companheiros, os filhos, a família mais ampla, amizades, em suma, o palco da vida social onde os valores culturais estão postos como norteadores da vida humana. Como fiação mestra, a relação entre o privado e o público, em que, como num campo de forças em tensão, elas se sentem divididas: de um lado, como mulheres, mães, esposas, donas-de-casa, tentando responder às prescrições do tradicionalmente esperado para elas; do outro, a cientista, profissional inserida num espaço de trabalho, cujas regras passam pelo crivo da hegemonia masculina. É uma situação de conflito, com culpas e cobranças se presentificando no cotidiano pessoal e profissional; todavia, o conflito aponta para a transição e, como diz McGrayne (1999, p. 108), "Capazes como são, provavelmente elas mesmas o resolverão – como fizeram suas progenitoras intelectuais."

Em suma, no que se refere à postura das cientistas em relação às mudanças nas relações de gênero, seguem relativamente o ritmo das mudanças em outras instâncias sociais, podendo ser caracterizadas como que em transição, situação essa semelhante à de outros espaços sociais, inclusive, no mundo da ciência, onde se está vivendo um clima de amplo questionamento em torno da mudança de paradigmas, nas palavras de Morin (2000, p. 41), "[...] entre dois mundos: um que está prestes a morrer, mas que não morreu ainda, e outro, que quer nascer, mas que não nasceu ainda. Estamos numa grande confusão."

Confusão e mudanças também perpassam a identidade de gênero das cientistas.

Retomando a questão inicial, nessa passagem do privado (de onde as mulheres estão saindo, mas também continuam!) para o público (onde estão se inserindo), como vem acontecendo essa travessia? Do ponto de vista da ciência, com muitos ganhos, visto que as mulheres estão produzindo e contribuindo para a expansão do conhecimento; o modo como isso vem se realizando, na maioria das vezes, sob os moldes masculinos, seja na forma de perceber a prática científica, justificando procedimentos cartesianos; seja tendo que se adaptar a esses moldes (horários, critérios definidos pela comunidade científica do fazer ciência, etc.); seja questionando/protestando, mas adotando-os como estratégias de sobrevivência. Em outras, porém, questionando-os e defendendo aquilo que é considerado tradicionalmente feminino, como possibilidade de fazer ciência.

É realmente de transição que se trata. Não de substituir uma relação por outra, até porque, essa outra mesma não existe pronta e emergirá na construção,

na caminhada em que, ao invés de se adotar valores disjuntivos ("ou...ou"), o que se está a observar mais incisivamente, apesar da hegemonia ainda de parâmetros patriarcais, é de uma tendência aos valores conjuntivos ("e...e"). É disso que nos fala uma das cientistas que, mesmo sendo representada como *doce e frágil*, consegue produzir numa área em que se espera *força*. É disso que fala também uma outra, ao mencionar o que diz às jovens, filhas, alunas... diante do conflito entre espaço público e privado: *Concilie!*

Todo esse quadro pois, implica o deslocamento de identidades, não mais representativas daqueles modelos tradicionais, mas ainda não apresentando um novo perfil, porque o momento é de transição paradigmática na ciência, na sociedade e também nas relações de gênero. Daí, que a apreensão da identidade de gênero das cientistas implica que não se perca de vista a intrínseca relação entre as identidades (masculinas e femininas) e as expressões do simbolismo de gênero e da organização gendrada de trabalho na ciência. Os deslocamentos vão acontecendo à medida que os sujeitos discursivos vão se reposicionando na rede de representações sociais em que gênero, enquanto uma categoria assimétrica, caracteriza o pensamento humano, a organização social e a identidade individual. Diante disso, a identidade de gênero das cientistas, das "rendeiras do saber...", acaba por incorporar essa marca conjuntural em que os deslocamentos de identidades sintetizam esse momento histórico de transição, em que feminino e masculino, corações e mentes, longe de constituírem departamentos estanques, se apresentam enredados na tessitura da construção do conhecimento científico.

Em suma, é disso que vêm tratando as pesquisas que buscam esclarecer porque profissionais, altamente qualificadas, num ritmo de ascensão progressivo, e em determinado momento de suas carreiras, estancam. Esse estancamento acontece como decorrente da existência de uma superfície superior invisível, o *teto de cristal*, a partir do qual as mulheres não conseguem continuar. Essa linha de análise remete para a construção da identidade de gênero, em que meninos e meninas, desde a mais tenra idade, aprendem a como se tornarem homens e mulheres; isso vai repercutir na vida adulta, inclusive na trajetória profissional. Essas referências são constatadas no discurso das cientistas, desde as escolhas profissionais até o desempenho atual, como cientistas e como mulheres, constituindo um dispositivo obstaculizante, revelando, por um lado, como os parâmetros masculinos monopolizam o mundo da ciência; e, por outro, como esses parâmetros são significativos nessa inserção das mulheres nas ciências que, diante de toda gama de dificuldades existentes, acaba por constituir um desafio a ser enfrentado, o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o público.

NOTAS

[1] Cf. reportagem de Fernando Rossetti (1997).
[2] Cf. Apêndice A - "Estudos sobre Mulher e Ciência".
[3] Cf. Elizete Passos (1997).
[4] Financiadora de Estados e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Funciona como um banco para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país, igualmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq). Entre 1987/88, a presença de mulheres nos comitês assessores era, como na Finep, de 17.1% (AZEVEDO, 1989).
[5] Cf. reportagem de Fernando Rossetti (1997).
[6] Levantamento de cientistas do Brasil com maior influência na pesquisa mundial, realizado pela Folha de São Paulo, em 12 set. 1999.
[7] Artigo que resgata o pioneirismo das mulheres na ciência da computação.
[8] O conceito complexidade é utilizado de acordo com o referencial paradigmático de Edgar Morin (2000), em que "complexus" significa "o que é tecido junto".
[9] Estudos sobre identidade de gênero feminino fundamentam essa construção na precoce identificação da menina com a mãe, quando fatores de constituição do aparato psíquico feminino contribuem para a formação do "teto de cristal", como a constituição do "desejo hostil" e do "juízo crítico" na subjetividade feminina. Cf.: Burin (1996).

REFERÊNCIAS

ALIC, Margaret. **Hypatia's heritage**: a history of women in science from antiquity to the late nineteenth century. London: Britsh Library, 1986.

AZEVÊDO, Eliane S. et al. A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuüção. **Ciência e Cultura** (Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), São Paulo, 41(3), p. 275-283, mar. 1989.

BARROSO, C.L.M. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 27, p. 613-620, 1975.

BURIN, Mabel. Género y psicoanálisis: subjetividades femininas vulnerables. In: BURIN, Mabel; BLEICHMAR, Emilce Dio (Comp.). **Género, psicoanálisis y subjetividades**. Barcelona: Paidós, 1996.

CAVALCANTI, Solange B. A mulher na ciência: ainda um peixe fora d'água? In: LIMA, Nadia Regina L.de B. (Org.). **Mulher & Ciência.** Maceió: EDIFAL, 1991. p.51-57.

CASTORIADIS, Cornelius. Para si e subjetividade. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar P. do (Org.). **O pensar complexo** - Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p35-46.

DURÁN, Maria Ángela. **Mulher, ciência, universidade**. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1987.

LIMA, Nadia R. L. de B. Mulher e ciência: A hegemonia do código patriarcal. **Mulher & Ciência**, Maceió, v.1, p.17-31, 1991. (Col. Gênero e Cidadania).

_____. Relações de gênero - Categoria inserida numa nova visão paradigmática de ciência. **Série Documenta /Eicos**, Maceió, n.1, 1993.

McGRAYNE, S. B. **Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel em ciência, suas vidas, lutas e notáveis descobertas**. São Paulo: Marco Zero, 1999.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PASSOS, E .S. (Org.). **Um mundo dividido**: O gênero nas universidades do norte e nordeste. Salvador: UFBa, 1997.

RAYNAL, Florence. La science au masculin pluriel. **Label**, France, oct. 1999.

ROSE, H. Nada menos que metade dos laboratórios. In: ROSE, Steven; APPIGNANESI, Lisa. **Para uma nova ciência**. Lisboa: Gradiva, 1989. p.221-242.

ROSSETTI, Fernando. Academia discrimina mulher cientista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, seção Cotidiano, domingo, p. 8, 8 jun. 1997.

SILVA, Léa M. da et al. A trajetória da mulher na Universidade Federal de Minas Gerais. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a mulher,** Uberlândia, v. 4, p. 48, 1987.

TOSI, L. La creatividad feminina en la ciencia. **Impacto, Ciencia y Sociedad**, XXV, p. 127-138, 1975.

_____. Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras?. **Ensaios de Opinião**, São Paulo, p. 2-9, 1979.

_____. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 33(2), p. 167-177, 1980.

_____. Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 4, n. 20, p. 34-42, set./out. 1985.

_____. As mulheres e a ciência: sábias, bruxas ou sabichonas? **Impressões**, São Paulo, n. 0, p. 9-20, 1987.

VARELLA, Flávia. Uma brasileira em Paris. **O Globo**, São Paulo, 02 mar. 2001a.

_____. Prêmio científico contempla mulher. **Gazeta de Alagoas** (Especial), Maceió, 10 fev. 2001b.

_____. Doutora em expansão. **Veja**, São Paulo, p.84-87, 14 mar. 2001c. (Ciência).

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WINANT, Marleen. Pioneiras são relegada na história oficial. **Folha de São Paulo** (Folha Informática), São Paulo, p. 5, 07 mar. 2001.

APÊNDICE A – ESTUDOS SOBRE MULHER E CIÊNCIA

Ano	Autora/Título
1975	BARROSO, C. L.M. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro.
1975	TOSI, Lucia. La creatividad femenina en la ciencia. Impacto.
1979	TOSI, Lucia. Cripto-domésticas, interlocutoras inteligentes ou criadoras?
1980	TOSI, Lucia. A mulher brasileira, a universidade e a pesquisa científica.
1985	TOSI, Lucia.Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo.
1987	TOSI, Lucia. As mulheres e a ciência: sábias, bruxas ou sabichonas?
1987	DURÁN, Mª Ângela. Mulher, Ciência, Universidade. (PUC/RJ).
1987	SILVA, Lea Mª et al. A trajetória da mulher na UFMG.
1990	BLAY, Eva A. Mulher, Ciência e Sociedade - Abordagem das relações de gênero nas disciplinas da USP.
1991	LIMA, Nadia Regina L. de B. Lima el al. Mulher e Ciência. (UFAL).
1992	COSTA, Albertina de O.; BLAY, Eva A .(Org.). Gênero e Universidade. (NEMGE/USP).
1997	PASSOS, Elizete S. (Org.). Um mundo dividido: O gênero nas Universidades do Norte e Nordeste. (NEIM/UFBA).
1998	DUQUE-ARRAZOLA, Laura S.; LIMA, Nadia R.L.de B. Resgate e representação da identidade de gênero de mulheres na ciência e nas artes: a passagem do privado ao público. (UFAL Maceió, UFPE, Recife).
2001	DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. et al. Mulheres nas ciências e sua identidade de gênero: Identidades florescentes. (UFRPE). LIMA, Nadia Regina Loureiro de B. As rendeiras do saber: nas malhas da ciência, o enredamento de corações e mentes - Um estudo sobre a cientista e sua identidade de gênero na UFAL.

CIÊNCIA E CRÍTICA FEMINISTA

Laura Susana Duque Arrazola

Como toda mesa redonda, esta também se propõe a pontuar algumas questões que permitam logo depois estabelecer, apesar da limitação do tempo, um debate necessário para avançar na compreensão epistemológica e política em que a temática em questão nos introduz.

1. Mulheres e ciência – na aparente irrelevância desta relação se exprime e sintetiza uma história feminina (individual e coletiva) de revoltas e lutas, de discriminação, interdições e transgressões, de poder-saber[1], o que também se revelou no discurso das cientistas entrevistadas para efeitos de uma pesquisa sobre mulheres nas ciências e sua identidade de gênero, da qual participei (DUQUE-ARRAZOLA, 2001)[2]. Desse ponto de vista, a relação mulher e ciência revela a dialética de uma dinâmica cujo caráter é triplo: político, social e epistemológico. Uma das saídas encontradas por algumas feministas acadêmicas à exclusão das mulheres e discriminações ao feminino no mundo androcêntrico das ciências, tem sido uma ciência feminista (ROSE, 1983; HARTSOCK, 1984)[3] com novas questões, objetos de estudo e metodologias que não as sustentadas pela filosofia das ciências positivas

ou pela epistemologia empirista (GERGEN, 1993)[4]. Entretanto, uma ciência feminista é algo questionado por filósofas/os e cientistas feministas e não feministas de diferentes disciplinas científicas (HARDING, 1993; KELLER, 1984; GERGEN, 1993).

2. Desde os idos dos 70 e nos anos 80 até o presente[5], os estudos e pesquisas sobre mulher, gênero e ciência forneceram uma *estonteante* gama de problemas teóricos, epistemológicos e políticos, base de grandes polêmicas entre feministas acadêmicas, especialmente nos Estados Unidos. A crítica feminista questiona as ciências pelo seu caráter androcêntrico, desvelando que elas não são neutras do ponto de vista do gênero, da classe e da raça.

A crítica feminista às ciências naturais e sociais identificou nelas "uma ciência mal conduzida", uma ciência distorcida pela visão masculina, tanto na elaboração da problemática, nas teorias, conceitos, métodos de investigação, como nas observações e interpretação dos resultados (HARDING, 1993).

3. No Ocidente, a ciência considerou por longo tempo que sua preocupação era tão somente com os fatos naturais (fatos científicos), independentemente do mundo humano, o que consolidou uma separação entre natureza e sociedade, compreendendo-se nela a cultura, a política.

Tradicionalmente tem se alegado uma universalidade e neutralidade[6] à ciência (universalmente válida e objetiva). Esta concepção está sustentada principalmente no empirismo, mecanicismo e no positivismo, os quais têm gerado "uma longa hegemonia metafísica" (OLIVA, 1990, p. 12)[7]. Contraditoriamente, porém, tem sido influenciado pela visão cartesiana e sua razão dualista[8]. É concebida como universal e objetiva por associar a ciência à natureza e à descoberta de suas leis (gerais, universais). Desse ponto de vista, falar em ciências sociais e humanas seria contraditório e uma insensatez. O estatuto de ciências destas é recente e ainda objeto de controvérsias: além de não ser um objeto da natureza, é *impregnado* de valores, de subjetividades; de difícil distinção e distanciamento objetivo do sujeito (de conhecimento) desse objeto de conhecimento; ainda que metodologicamente problemático, esse distanciamento é tido como impossível. Segundo essa concepção, as ciências seriam *uma* e o conhecimento científico teria um estatuto epistemológico radicalmente distinto dos outros conhecimentos, dada a "superioridade e objetividade de suas explicações". Formuladas via inferências indutivas, estariam baseadas em rigorosas e meticulosas observações[9], especialmente em se tratando das modernas ciências da natureza, com sua linguagem neutra por excelência, as matemáticas. As ciências seriam objetivas e neutras por constituírem um conhecimento (leis universais) independente da classe, raça, sexo, e outras características dos indivíduos e grupos sociais. Consequentemente, o desenvolvimento e avaliação das ciências não estariam sujeitos a explicações sociais nem políticas[10].

No passado século XX, essa concepção de ciência foi objeto de grandes questionamentos por sociólogos/as e historiadores/as das ciências não-feministas e por feministas de diferentes campos do saber científico.

Explica Maria Teresa Citeli (2000), nos anos 70, primordialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, emergiram contextos favoráveis ao surgimento de diversas linhas de pesquisa acadêmica envolvendo diversas disciplinas como Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, procurando redefinir os objetos de estudo dessas disciplinas e incorporando novas questões, interesses e abordagens. Nesse contexto, surgiram dois campos de estudo: os estudos sobre gênero e ciência e os estudos sociais das ciências, também conhecidos como sociologia do conhecimento científico. Estes enfatizaram que "[...] a produção de conhecimento é um empreendimento fundamentalmente social" (CITELI, 2000, p. 44), abandonando as clássicas separações entre fatores sociais, cognitivos e naturais. Esses estudos passaram a ver os fatores sociais e políticos como "efetivamente constituintes" da prática científica e não como "contaminadores externos" da produção científica de conhecimentos, concepção promulgada pelas ciências positivistas em questão.

A crítica às ciências feita por cientistas feministas e por homens e mulheres não feministas dirigiu-se preferencialmente a suas bases empírico-positivistas e cartesiana[11] (separação dicotômica mente e corpo). Embora sustentadas por concepções filosóficas e epistemológicas divergentes, ambas negam, em nome de uma racionalidade, as emoções, empatias e paixões (subjetividade), a *não razão*, diria Jill McCalls Vickers (1988)[12]. Emoções e valores devem ser repelidos da produção científica de conhecimento. As emoções distorcem e impedem a observação para produzir conhecimentos objetivos e neutros. Na tradição positivista, afirma Alison Jaggar (1997), as emoções podem até sugerir hipóteses, mas nunca intervir no teste das hipóteses.

A crítica do empirismo feminista às ciências sugere que os conceitos fundamentais do pensamento científico "sofrem de um desvio machista", são androcêntricos, brancos, burgueses e ocidentais, questionando assim a objetividade e neutralidade dos conhecimentos produzidos por essas ciências. Uma das críticas feministas a essa produção científica é que não foi propriamente a experiência das mulheres, nem as relações de gênero, as que fundamentaram essas teorias[13] a que recorremos e reinterpretamos para nossas análises e produção científica (HARDING, 1993).

Para Sandra Harding (1993), o problema epistemológico levantado pela crítica feminista não é simples. Os esforços iniciais de reinterpretar as categorias de diferentes teorias (discursos teóricos), uma ação prática de cunho teórico-epistemológico e político, para tornar analiticamente visível as mulheres e as relações de gênero, fizeram entender que nem as atividades das mulheres, nem as

relações de gênero (dentro dos gêneros e entre os gêneros) podem ser simplesmente acrescentadas aos discursos teóricos "[...] sem distorcê-los e sem deturpar nossos próprios temas" (HARDING, 1993, p.7). Como vemos, aparece aqui uma das exigências de um rigor científico, o qual as teorizações feministas não podem evadir, mesmo sob modos não positivistas, nem cartesianos. Contudo, considera a autora, essas teorias e suas categorias "[...] ao mesmo tempo se aplicam e não se aplicam às mulheres e às relações de gênero" (HARDING, 1993, p. 8). O empirismo feminista tem feito releituras e re-interpretações dessas teorias desde uma perspectiva feminista, tomando emprestado delas conceitos e categorias. Porém, seu corpo analítico não tem permitido análises científicas satisfatórias das descobertas sobre as relações e as experiências das mulheres, ficando abalada "[...] a legitimidade das estruturas analíticas centrais das teorias" (HARDING, 1993, p.8); essas teorias não se elaboraram tendo entre suas questões e problemas a experiência das mulheres nem as relações de gênero.

4. O *feminismo da diferença*, aponta Londa Schienbinger (2001), contribuiu para refutar a neutralidade de gênero das ciências, revelando que valores considerados femininos foram excluídos das ciências e que desigualdades de gênero foram construídas na produção e estrutura do conhecimento[14]. Seria uma construção de gênero nas ciências.

Assim mesmo, têm sido questionadas as teorizações que tomaram como sujeito e objeto paradigmático o homem, reduzindo a humanidade a um homem essencial e universal no masculino, quando, de fato, tratava-se de homens brancos, ocidentais, heterossexuais, das classes dominantes ou da burguesia. Igual risco correu o feminismo em transformar as mulheres numa "mulher universal". Teorizou sobre as mulheres a partir da experiência social das mulheres brancas, ocidentais, heterossexuais e das classes dominantes, de onde procedia a maioria das teóricas feministas. Estas experiências foram tomadas como sujeito e objeto de sua análise. Mas o feminismo trouxe à baila que não existe um genérico humano homogêneo num universal masculino. O humano é constituído por homens e mulheres de diferentes raças, de diferentes gerações e preferências sexuais, de diferentes sociedades e que vivem em condições sociais diferenciadas (classes sociais).

Com a influência do movimento negro e da experiência das mulheres do chamado Terceiro Mundo, países do Sul, e o avanço da teorização e pesquisas científicas realizadas por feministas, essa "mulher universal" que surgia em algumas interpretações feministas, também foi questionada por outras abordagens feministas. As mulheres sujeito e objeto dessa teorização feminista passaram a ser abordadas na imbricação dialética das relações de classe, de gênero, de raça/etnia e geração segundo a história das sociedades concretas[15]. Não existe o homem nem a mulher "universal", e sim homens e mulheres que as relações sociais de gênero, de classe, de raça e a cultura tornam social e politicamente desiguais.

5. Os estudos baseados em questões de gênero abriram um novo domínio de investigação. Aponta Ilona Löwy (2000, p. 24): "O acesso mais amplo das mulheres à pesquisa científica, a influência do feminismo e dos estudos de gênero tiveram como resultado recente a modificação da percepção científica do natural masculino e feminino". Entretanto, os estereótipos sexistas têm uma notável persistência e sempre reaparecem sob formas renovadas. Nos anos 90, por exemplo, "clichês sexistas" foram associados às novas pesquisas em embriologia, anatomia comparada, endocrinologia e biologia molecular. É indispensável a luta contra o sexismo e conceitos racistas, o que não é fácil nem gratificante quando se trata de "[...] um público convencido de seus bons argumentos" (Löwy, 2000, p. 21).

Emily Martin (apud Löwy, 2000) demonstrou a influência do feminismo sobre a linguagem metafórica usada pelos pesquisadores e sobre a orientação prática de suas pesquisas. Entretanto, adverte Ilona Löwy (2000), não podemos esquecer que as ciências são um empreendimento de caráter cumulativo, de cujo passado as mulheres foram excluídas, o que continua pesando sobre o presente. Mesmo com a feminização das ciências nas últimas décadas do século XX, os "grandes cientistas" continuam a ser percebidos e estar representados pelos homens cientistas (prêmios Nobel, membros de Academias científicas, diretores de instituições e laboratórios de prestígio).

6. Perante a contestação do universal humano abstrato – e da ciência – e a particularidade da condição feminina, os estudos de gênero propuseram substituir o "universal abstrato", que não aceita a diversidade, por um "universal concreto", conceito tomado por Ilona Löwy de Françoise Collin (Ni-Ni, nem universalismos nem essencialismos). Universal concreto que valoriza as singularidades e as particularidades, bem como as narrativas e discursos de pontos de vista diferenciados e não os de uma voz só, sob a perspectiva de "nenhum lugar", como sintetiza o historiador inglês H. Butterfield (apud Löwy, 2000). Esse universal é constituído por realidades naturais e sociais diferentes, por exemplo, por classes sociais dominantes e subalternas, por grupos sociais dominados e discriminados; constituído por diversos pontos de vista, os quais bem podem ser iguais, semelhantes, divergentes, contraditórios, antagônicos. Todavia, a produção científica se faz em condições espaciais e temporais diferentes, mostra divergências, mudanças e transformações dos campos do saber e da realidade em que se realiza; é, portanto, histórica. A produção científica não poderia ser a "essência de um universal". Estudos da história das ciências mostram que o universal alegado pelas ciências positivistas é um universal fabricado por cientistas mediante a difusão e circulação dos instrumentos e das práticas científicas. Os conhecimentos científicos seriam então universais, não por corresponderem a uma realidade universal, mas por circularem. É essa circulação que os faz universal.

Estando assim constituído esse "universal concreto", as ciências e a materialidade produzida por ela, bem como seus conhecimentos, deveriam ser enraizados, quer dizer situados, como propõe Danna Harway (apud LOPES, 1998).

Uma ciência fundada em conhecimentos situados seria a alternativa ao totalitarismo e ao relativismo. Uma ciência situada, diz Ilona Löwy (2000), abre caminho para uma outra concepção de objetividade, de universalidade, que inclui a diversidade, a crítica, a paixão, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade. E Maria Teresa Citeli (2000), apoiando-se em Margaret Lopes (1998), considera que é plausível dizer que a questão da objetividade une e ao mesmo tempo separa os estudos sociais das ciência e os estudos feministas das ciências.

7. Certa crítica feminista às ciências como atividade essencialmente masculina e marcada por valores masculinos: hierarquia, valorização da força e uso de metáforas bélicas, tem levado a crer na possibilidade de uma "ciência no feminino" capaz de corrigir os desvios da pesquisa científica atual. O que, porém, não tem sido pacífico nem dentro nem fora do feminismo. Algumas/uns críticas/os dessas abordagens consideram que as mulheres devem assegurar-se de entrar em todos os ramos das ciências igualitariamente e contribuir significativamente.

Neste momento histórico da produção científica por parte de feministas, da sua crítica às ciências e à epistemologia empirista que predomina entre estas, bem como à crítica ao empirismo feminista[16], à produção científica feminista alternativa (pós-modernas, às releituras feministas do marxismo, entre outras), o que mais se coloca à frente do feminismo acadêmico, são desafios à *prática teórica* feminista e a sua praxis transformadora da sociedade. Para Sandra Harding (1993, p.11; 28), enquanto "[...] não há uma ciência normal para nós" - feministas -, temos que "[...] aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica" sobre a realidade política que vivemos e pensamos e "[...] usar a própria instabilidade como recurso de pensamento e prática [...]" Continua ela, as categorias analíticas feministas devem ser instáveis e devemos encará-las como "[...] oportunidades para propor melhores problemas do que aqueles dos quais partimos". Segundo Harding (1993, p.28): "[...] devemos, simultaneamente, cultivar a investigação "separatista" artesanalmente estruturada e impregnar de valores e objetivos feministas as ciências industrialmente organizadas."

NOTAS

[1] Ver, entre outras, McGrayne (1994).

Maria Teresa Citeli (2000), retomando Evelyn Fox Keller e os vários sentidos que atribui ao conhecimento como poder, salienta o sentido especial que tem na ciência moderna: poder de dominar a

natureza. E vê a construção de gênero como a construção da exclusão das mulheres e do representado como feminino, dos significados de poder que o conhecimento pode engendrar. A exclusão do feminino nas ciências, tem constituído historicamente uma concepção peculiar de ciência: a ciência concebida como indiscutivelmente universal, objetiva, impessoal, e masculina. Definição que demarca o masculino e o feminino, a ciência da não ciência, a boa da má ciência.

[2] Sub-projeto de Pesquisa realizado pelo Grupo de Pesquisa Integrada-GPI MARE&SAL da UFAL e UFRPE, integrante do Projeto Integrado de Pesquisa *Resgate e Representação da Identidade de Gênero de Mulheres nas Ciências e nas Artes: a passagem do privado ao público*, financiado pelo CNPq. Do projeto integrado fizeram parte o GPI MARE&SAL da UFAL/UFRPE/UFBA/REDOR/CNPq e foi coordenado pela profa. Dra. Izabel Brandão da UFAL.

[3] Cf. Hubbard (1993).

[4] Para o caso das ciências sociais, Mary M. Gergen (1993) faz uma crítica às ciências androcêntricas a partir de seis princípios metodológicos da mesma: a) independência do/a cientista do objeto de pesquisa; b) a des-contextualização do objeto para conhecer as leis universais que o regem; c) neutralidade da teoria e da prática científica, elas seriam isentas de valor; d) independência do/a cientista dos fatos objeto de estudo; e) a superioridade das ciências e dos/as cientistas. Como alternativa propõe uma metateoria e metodologia feminista que incorporem o princípio segundo o qual pesquisador/a e objeto de pesquisa são interdependentes. Apoia-se no pensamento feminista que considera que a descontextualização do objeto modifica seu significado, e articular valores do feminismo com a produção científica e assim desenvolver novas teorias e formular novas práticas de pesquisa e dar a voz aos/às participantes da pesquisa. Reconhece que a crítica feminista se inspira num trabalho intelectual coletivo relacionado a muitas e diversas correntes de pensamento.

[5] Para situar-se um pouco nesse debate ver, por exemplo, Harding (1993) e *The Science question in feminism* (1986); Young (2001); Schienbinger (2001); Citeli (2000); Gergen (1993); Harawey (1999).

[6] Irme Lakatos (apud CHALMERS, 1994, p.12), em 1973, referindo-se à questão (política) da demarcação das fronteiras da ciência e da pseudociência, considerava que os julgamentos a respeito se baseavam em critérios de demarcação, sendo para ele esta a "[...] razão por que o problema dos limites entre a ciência e a pseudociência não é um pseudoproblema de filósofos de poltrona: ele tem serias implicações éticas e políticas". Um exemplo disso é a discussão sobre raça e inteligência ocorrida no "novo *stablishment* liberal do Ocidente".

[7] O ideal empirista tem dominado o discurso metacientífico, ou seja, aquele que se tem proclamado por sobre a ciência e como o caracterizador de seu método.

[8] O racionalismo de Descartes e sua concepção de ciência como sistemas dedutivos, não exerceu tanta influência nas ciências modernas como o empirismo de Bacon, cujo discurso era mais técnico-científico, não especulativo, nem dedutivo.

[9] Eulalia Perez Serdeño (2000) assinala que a ciência moderna, que se inicia com a revolução científica, está conformada por dois processos distintos, mas complementares entre si, a institucionalização e a profissionalização. Nesse processo de institucionalização, a ciência tem sido considerada e reconhecida socialmente como tendo uma função social, a de explorar o mundo, investigar a natureza por meios (métodos e instrumentos de pesquisa) diferentes aos da especulação filosófica, a religião, a tradição, que permitam conhecê-los e controlá-los. A ciência moderna se institucionalizou a partir do s. XVII com a fundação da Royal Socitey de Londres, em 1660. Sua institucionalização e legitimação coincidiu com a exclusão dela das mulheres. Na França, já em 1635, as mulheres foram excluídas explicitamente por primeira vez das modernas academias eruditas.

Revela Eulália Perez que a prática científica foi considerada *amateur*, até quando não se estabeleceu uma relação formal e contínua entre a ciência, a economia e a política. Até então, não existiam instituições encarregadas de conduzir as investigações científicas.

[10] Alan Chalmers (1994), critica aos/as tradicionalistas defensores da autonomia e racionalidade da ciência e a sociólogos/as contemporâneos céticos da objetividade destas. Para ele, existe uma relação ciências-explicações sociais e considera fundamental compreender os sentidos dessa relação, distinguindo os "aspectos cognitivos" e "não-cognitivos" da ciência: organização social da ciência, influência da ciência na sociedade, instituições ou sociedades científicas, laboratórios. Para ele, a sociologia não-cognitiva da ciência não está em questão. O problema radica nos aspectos cognitivos desta, já que se referem à

natureza e ao conteúdo da(s)s ciência(s). Todavia, essa distinção se refere a uma outra, a "boa ciência" e a "má ciência", diria Chalmers, a que os tradicionalistas aceitam poder ser referendadas as explicações sociológicas.

[11] Para maiores aprofundamentos ver, entre outras/os, Saffioti [s.d.]; Luz (1988).

[12] Cf. também, entre outras/os, Jaggar (1997).

[13] Marxismo, estruturalismo, funcionalismo, filosofia e epistemologia empirista, teoria crítica, psicanálise, hermenêutica, entre outras.

[14] Pós-modernistas como Donna Harawey (1995) e Judith Buttler (1997) consideram que o feminismo da diferença tende a enfatizar uma "mulher universal" e a romantizar valores considerados femininos.

Se nos voltarmos um pouco ao passado da ciência moderna, encontraremos filósofos, ideólogos e cientistas de renome mundial que afirmaram ser a ciência uma prática masculina por excelência. Francis Bacon, no séc. XVII, conclamou a Royal Society de Londres a "desenvolver uma filosofia masculina" como era chamada a nova ciência. Karl Joël, no séc. XIX, historiador da filosofia alemã, em sua crítica ao Iluminismo francês, exortou a um retorno a uma filosofia masculina, aplaudindo e identificando-se com o pensamento filosófico de Immanuel Kant, para quem a atividade intelectual deveria ser desenvolvida por alguém com barba. Georgem Simmel, no séc. XX, afirmava que a objetividade era de fato um atributo masculino e Evelyn Fox Keller, reformulando Simmel, considerava que a ciência é masculina na pessoa do cientista, de seu *ethos* e substância (SCHIENBINGER, 2001).

[15] Segundo Sandra Harding (1993, p.10) as análises sexistas e as formulações feministas iniciais estão erradas, são inadequadas ou distorcidas. Também para ela, a teorização "é, em si mesma, perigosamente patriarcal" porque presume a separação entre sujeito e objeto, entre quem conhece e o que é conhecido, e supõe uma visão exata, eficaz e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam uma perspectiva que nos parece correta.

[16] A adesão feminista a uma epistemologia empirista – obter das pesquisas, resultados objetivos e livres de valor – termina, de modo convincente mas enganador, subvertendo o empirismo: o movimento político feminista, bem como as mulheres como grupo, e os homens feministas – melhor dizendo anti-sexistas – têm maiores probabilidades de produzir conhecimentos científicos mais objetivos e menos tendenciosos do que os homens ou não feministas como grupo social. Critica as normas lógicas, os conceitos, por serem androcêntricos, brancos, burgueses, ocidentais e se esquece que a adesão mais rígida ao método científico não pode eliminar essas predisposições, já que os próprios métodos as reproduzem, deturpando as mesmas interpretações feministas (HARDING, 1993).

REFERÊNCIAS

BUTTLER, Judith. Variaciones sobre sexo e genero Beauvoir, Wittig y Foucault. In: LAMAS, Marta (Org.). **El genero** - la construccion cultural de la diferencia sexual. PUEG México: Universidade Autonoma de México, 1997.

CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo, **Cadernos Pagú**, São Paulo, n. 15, 2000 .

DUQUE-ARRAZOLA, Laura et. al. **Mulheres nas ciências e sua identidade de gênero**: identidades florescentes. Recife: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher/GPI MARE&SAL/Depto. de Ciências Domésticas/UFRPE, 2001.

GERGEN, Kenneth J. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, Mary McCanney (Ed.). **O Pensamento**

feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Edunb, 1993.

HARAWEY, Donna. Saberes localizados – a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, 1995.

_____. **Primate visions: gender, race, and nature in the world of modern science**. New York: Routledge, 1999.

HARDING Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, ano 1, 1° sem. 1993.

HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specificaly feminist hisytorical materialism. In: HANDUNG, S.; HINTIKKA, M. (Ed.). **Discoverty reality**: Feminist perspectives on epistemology, metaphísics, metodology and philosophy of science. Dordrecht: Reidel, 1984.

HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade das ciências naturais. In: GERGEM, Mc.Mary. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Eduunb, 1993.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison; BORDO Susan R (Org.). **Gênero, corpo, conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

KELLER, E.F. **Reflections on gender & science**. Nova Haven: Yale University Press, 1984.

LOPES, Margaret. "Aventuras" nas ciências: refletindo gênero e história nas ciências naturais no Brasil. **Cadernos Pagú**, São Paulo, n. 10, 1998.

LÖWY, Ilona, Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". **Cadernos Pagú gênero, ciência, história,** São Paulo, n. 15, 2000.

LUZ, Madel Teresinha. **Natural, racional social, razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

McGRAYNE, Sharon Bertsch. **Mulheres que ganharam o prêmio Nobel em Ciências**: suas vidas, lutas e notáveis descobertas. São Paulo: Marco Zero, 1994.

OLIVA, Alberto. **Epistemologia**: a ciência em questão. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ROSE, Hilary. Hand, brain and herd: A feminist epistemology for the natural sciences. **Signs** n. 9, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **Novas perspectivas metodológicas das relações**. [s.d.]. Mimeografado.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SERDEÑO, Eulalia P. Institucionalizacion de la ciencia, valores epistémicos y contextuales: um caso exemplar. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 15, 2000.

VICKERS, Jill, Mc. **Memórias de uma exilada ontológica**: as rebeliões metodológicas da pesquisa feminista. Tradução de João Bosco G. Pinto. 1988. Mimeografado.

O VIÉS ANDROCÊNTRICO EM BIOLOGIA

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

As feministas não têm estado sozinhas na crítica à Ciência Moderna. Reflexões críticas sobre seus fundamentos emergiram há muito tempo, especialmente entre os epistemólogos, como Kuhn (2000), em *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Feyerabend (1993), em *Contra o Método*, Morin (2001), em *Ciência com Consciência*, entre outros. Tais obras se situam no começo um novo capítulo na história da filosofia da ciência, mudando de modo decisivo a visão até então predominante; a observação científica nunca é neutra ou inocente, está sempre alicerçada numa teoria subjacente, está comprometida com interesses diversificados, especialmente àqueles de grupos dominantes da sociedade, e está assentada em um paradigma de simplificação, em lugar de reconhecer e trabalhar com a complexidade. A estabilidade é temporária, sujeita a rupturas periódicas no curso do que foi denominado por Kuhn (2000) de revoluções científicas. Este autor tem uma grande importância para a crítica feminista à Ciência porque prioriza as dimensões históricas, sociais e psicológicas da pesquisa científica. Deste modo, assim como o Gênero, a Ciência é um construto social. A essas vozes juntam-se os ambientalistas, intelectuais das mais

diversas áreas, ativistas dos direitos humanos e das minorias, todos unânimes em afirmar que, embora a Ciência tenha trazido muitos benefícios através do avanço tecnológico, são claras também as grandes ameaças que estas mesmas tecnologias trazem, além do fato de que os verdadeiros desafios da humanidade – como a fome, as doenças endêmicas, as emergentes, entre outros – continuam longe de serem resolvidos.

A originalidade da crítica feminista reside na identificação e na denúncia do forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos, que incluem assimetrias de gênero no ambiente acadêmico e nas instituições de pesquisa, os princípios epistemológicos que norteiam o fazer científico, a forma pela qual são treinados e socializados os aspirantes à carreira de pesquisa, entre outros aspectos.

Esta reflexão parte da crítica feminista às chamadas ciências "duras", mas vai me conduzir à Biologia, por duas razões: em primeiro lugar, a Biologia ocupa hoje o lugar e o *status* que a Física ocupava em meados do século XX; o seu impacto na vida das pessoas e a autoridade que lhe é conferida, proporcional à sua aproximação com as ciências exatas, é enorme; é o alvo perfeito da crítica feminista. Em segundo lugar, convivo com ela há vinte e sete anos e, portanto, conheço bem suas práticas, seus códigos e as normas que temos todos de aprender para lidar com ela. Embora todos saibam muito bem do que estamos tratando, considero pertinente definir com clareza o que seja Ciências "duras" (*hard*) e Ciências "moles" (*soft*). Lembro-me da teórica feminista Pauline Bart (apud GERGEN, 1993) que sugere a substituição dos termos "duras" e "moles" por "secas" e "molhadas"; pelo menos assim estaremos nos referindo à experiência sexual feminina... Então, para fazer jus à platéia, passarei a usar os termos *secas* e *molhadas*. A partir da proposição de Schienbinger (2001), segundo o critério epistemológico, as primeiras seriam aquelas que produzem dados firmes ou robustos, a partir de fatos estritamente reproduzíveis; pretendem-se imparciais, absolutamente neutras, abstratas, quantitativas; do ponto de vista ontológico, estudam coisas duras, inanimadas; sob a ótica didática, são consideradas difíceis, requerem grande capacidade de concentração, trabalho duro, tenacidade, alto grau de abstração. Em contraposição, as Ciências "moles" (ou molhadas) produzem dados maleáveis, estrutura epistemológica aberta, lidam com objetos como os seres vivos, o comportamento, as sociedades, etc. Com esses critérios, chega-se a uma dicotomia forçada: Física, Química e Matemática são "secas"; as ciências da vida e as sociais são "molhadas".

Um dado muito interessante que emerge, com base na própria concepção filosófica que respalda a Ciência Moderna e que na verdade remonta à filosofia ascética, é a criação de uma forma de conhecimento fechado, hierarquicamente ordenado, constituído de oposições binárias como mente/corpo, razão/

emoção, objetividade/subjetividade, luz/sombra etc., estabelecendo uma hierarquia: no topo da pirâmide de prestígio estão as Ciências "duras", perto da base, as "moles". O biólogo Scott Gilbert (apud SCHIENBINGER, 2001, p. 297) chega a afirmar: "A biologia lida com a matéria suja: sapos, lesmas, caudas de filhotes, sangue, suor e lágrimas; a química lida com a matéria purificada e quantificada [...] a física, com a matéria idealizada [...] a matemática afirma ter se livrado totalmente da matéria."

É nesse contexto que o gênero se impõe: os homens são naturalmente dotados das habilidades exigidas pelas ciências "secas", enquanto que as mulheres, exatamente porque são desprovidas, também na sua essência, dessas mesmas habilidades, são naturalmente atraídas pelas ciências "molhadas". Vemos assim que o meio científico reproduz fielmente os estereótipos de gênero já consagrados na sociedade; histórica e socialmente, a objetividade sempre esteve associada ao masculino e a subjetividade, ao feminino; as mulheres foram expulsas do campo da objetividade em função de sua sensibilidade, intuição, seu apego às coisas da alma etc., em um contexto em que subjetividade é fonte de erro, segundo Morin (1996), o ruído a ser eliminado, em um mundo cada vez mais afeito às ciências, à tecnologia e à matemática.

A Biologia tem sido considerada uma Ciência "molhada", uma vez que trata do imprevisível, das intrincadas relações que caracterizam o mundo vivo, de sistemas abertos, de verdades transitórias e assim por diante. No entanto, a minha experiência como bióloga me permite afirmar que a Biologia pode perfeitamente ser caracterizada como uma ciência "seca", segundo o critério epistemológico, e que é fortemente marcada por um viés androcêntrico, expresso de muitas maneiras, entre as quais destaco, em função do tempo que disponho, apenas alguns exemplos: da linguagem, das representações e metáforas; das bases epistemológicas, de cunho marcadamente positivista; do reducionismo, ou a fisicização da Biologia, dos objetivos, das prioridades e da situação das mulheres nas hieraquias das instituições de pesquisa.

Em relação à validade da primeira afirmativa, isto é, a Biologia é "seca", bastam algumas constatações: uma característica marcante da Biologia moderna é a utilização cada vez mais forte do uso de métodos quantitativos nas suas análises do mundo vivo. Por métodos quantitativos os investigadores se referem às técnicas experimentais aleatórias, "quase experimentais", testes objetivos, análises estatísticas multivariadas, estudos com amostras, etc. (COOK; REICHARDT, 1986). Estes autores concluem que os métodos quantitativos se apóiam numa concepção global positivista, hipotético-dedutiva, particularista, objetiva, orientada aos resultados e própria das ciências naturais. Expressões como "linguagem universal e impessoal",

“rigoroso controle das variáveis”, “protocolo experimental”, categorias rígidas para análise, neutralidade científica, entre outras, soam continuamente nos laboratórios e salas de aula das instituições que formam cientistas, inclusive biólogos. Uma pesquisadora que entrevistei para minha pesquisa atual referiu esta situação:

> “Eu acho que isto está muito arraigado na gente [metodologia quantitativa]... É difícil o biólogo sair desse curso com a perspectiva de trabalhar de outra forma... Assim, sem ser medindo, somando, percentual, freqüência, incidência, não sei o quê.”

Eu me lembro que ao fazer a minha dissertação de mestrado, estudava a reação das minhas plantinhas a duas soluções distintas, sulfato de potássio e cloreto de potássio; eu colocava as plantinhas e as sementes para germinar naquelas condições e observava para ver o que acontecia. Fazia muitas repetições daquilo e era óbvio para os meus sentidos, para a minha percepção que uma das substâncias era mais tóxica do que a outra, mas meu orientador me obrigava a fazer 4800 observações individuais daquele experimento, 4800 contagens para cada tratamento que era dado e quando eu questionava e dizia que parecia claro que as plântulas sofrem mais sobre essas condições do que sobre aquelas condições, ele dizia: “Não interessa, o que interessa é o que você vai conseguir estatisticamente, com dados estatísticos e com medições comprovadamente sérias, com medidas milimétricas.” Neste contexto, as pessoas que são treinadas cotidianamente para o trabalho científico aprendem e incorporam o modelo dominante de produção do conhecimento e o reproduzem sem contestação, para serem aceitos por seus pares e se sentirem adequados ao trabalho que executam.

Assim, outros aspectos que caracterizam a pesquisa biológica são precisamente aqueles que se estabeleceram como a única forma legítima de fazer ciência e que se constituem alvo da crítica feminista à Ciência:

a) a independência entre cientista e objeto de estudo; os biólogos aprendem cedo que é absolutamente necessário o distanciamento do objeto da pesquisa. A subjetividade pode “mascarar” os resultados ou manipular os dados;
b) a descontextualização da matéria do campo em que está inserida física e historicamente; muitos estudos em Biologia são realizados em condições que apenas se aproximam das condições reais; por exemplo, eu tenho dito para os meus alunos que, por melhor que seja, uma casa de vegetação não é o campo... Outro exemplo é a inserção de organismos transgênicos nos ecossistemas, uma prática no mínimo irresponsável, uma vez que são imprevisíveis as conseqüências globais, a médio e longo prazos;

c) teoria e práticas neutras em valor; é freqüente o argumento de que as novas biotecnologias não são um mal em si, apenas é preciso usá-las eticamente. Esta é uma forma muito cômoda de agir, que possibilita não assumir responsabilidades.

Quanto ao viés androcêntrico na linguagem e nas representações do mundo nas Ciências Biológicas, os exemplos são intermináveis; pode-se começar lembrando os símbolos que geralmente são usados para designar os sexos feminino e masculino em estudos reprodutivos em plantas e animais: as armas de Marte e o espelho de Vênus, numa alusão subliminar à disposição para a luta e a coragem dos machos e à vaidade e frivolidade femininas. Um outro exemplo é a concepção difundida largamente nas escolas de ensino médio, nos cursos de formação de biólogos e, é claro, na mídia pretensamente "científica": o espermatozóide é o herói que vence as adversidades da vagina e do útero e vai ao encontro de um grande óvulo que vem sendo arrastado através da trompa até ser despertado no momento da fertilização. Os espermatozóides são representados como espertíssimos, velocíssimos, disputam uma batalha com seus semelhantes para alcançar o óvulo e "produzir o milagre da vida". O óvulo é representado como uma "coisa lerda", completamente passiva, à espera do herói da criação. É bastante recente a noção dos dois gametas como parceiros e o reconhecimento da intensa e definitiva participação do óvulo no processo de formação do novo ser: aspectos como a interação do óvulo com o espermatozóide e a indução das primeiras etapas do desenvolvimento passaram a ser relevantes nas últimas décadas do século XX. Uma abordagem da Biologia Molecular desprovida do viés masculino permite a constatação de que o óvulo é até mais ativo do que o espermatozóide; o papel das mitocôndrias, inclusive do ponto de vista genético, dos ribossomos na síntese de proteínas logo após a fertilização e das próprias proteínas sintetizadas constituem aspectos cruciais no desenvolvimento do zigoto. A Biologia do Desenvolvimento felizmente vem resgatando a importância do gameta feminino no processo de reprodução.

Ao nível celular, a marca do gênero, ou melhor, o modo masculino de ver os fenômenos, as coisas do mundo, como naturalmente e obrigatoriamnete hierarquizados, se manifesta na forma pela qual o núcleo é considerado em relação ao citoplasma; o DNA muitas vezes é referido como a molécula mestra, enquanto a infinidade de processos celulares que ocorrem no meio citoplasmático é relegada ao segundo plano. Os genes envolvidos com o metabolismo básico da célula são comumente referidos como "housekeeper"(donas-de-casa)... esta é uma metáfora muito interessante do ponto de vista do gênero, porque associa de novo as funções de base, os afazeres domésticos, a uma função culturalmente associada ao feminino.

O exemplo definitivo do modo hegemônico de fazer ciência é o Projeto Genoma, que custou bilhões de dólares e envolveu os maiores cientistas do mundo nas áreas afins aos objetivos da empreitada. Todos os holofotes se voltaram para o DNA, na tentativa de se compreender as complicadas interações que caracterizam um sistema vivo, dentro de um modelo de conhecimento altamente reducionista. Esta abordagem é característica da nova Biologia, desde que se aliou aos computadores, sequenciadores, etc.: a vida parece então muito simples, traduzível pelo mecanismo de replicação da molécula de DNA e da seqüência dos nucleotídeos que a compõem e de outros processos bioquímicos semelhantes. Bem, o resultado é que, decepcionados com as respostas insignificantes que obtiveram em relação às expectativas, os pesquisadores já pensam em dirigir a atenção ao proteoma (conjunto das proteínas presentes numa célula viva)... Se os esforços continuarem a ignorar as interações, em lugar de enfatizá-las, dificilmente chegaremos a respostas satisfatórias.

Longino e Doell (1996), focalizando as áreas de Evolução e Endocrinologia, em estudos sobre as supostas bases das diferenças de comportamento no âmbito sexual, apresentam dados interessantes; as autoras mostram como o determinismo biológico tem estado a serviço da supremacia do macho (como também de raça e de classe). Relatam pesquisas que associam a divisão de trabalho entre os sexos em sociedades modernas a profundas raízes evolutivas que remontam aos antigos primatas. Alguns antropólogos afirmam que a dominação social do macho é um comportamento determinado pela presença dos andrógenos, hormônios presentes apenas em pequenas concentrações nas fêmeas. A própria evolução da espécie humana é explicada, nesse contexto, pela hipótese do "homem caçador", segundo a qual o uso de ferramentas, um importante indicador do processo evolutivo que nos afasta dos outros primatas, favoreceu a bipedia e a postura ereta, além de ter determinado as alterações na dentição, uma vez que não seria mais necessário exibir os caninos para intimidar os inimigos; bastaria usar uma arma. Harding (1998) chama a atenção para um detalhe interessante: é pressuposto que apenas os machos da espécie usariam ferramentas... Uma visão ginocêntrica explica o desenvolvimento do uso de ferramentas como uma resposta das mulheres ao estresse nutricional causado pela gravidez e, mais tarde, ditado pela necessidade de alimentar seus filhos (e toda a comunidade), com alimentos plantados e colhidos por elas, com instrumentos agrícolas primitivos. Qualquer uma dessas hipóteses é verossímil, mas a impressão que se tem é que apenas o homem teve papel definidor do processo evolutivo da espécie, como se só ele acumulasse variações surgidas em seu material genético e, em interação com o meio ambiente, desenvolvesse novas características adaptativas.

No entanto, é em âmbitos muito mais graves que se expressa o traço patriarcal: estudos biológicos sobre as mulheres estão longe de atenderem aos seus interesses, contribuindo muitas vezes para consolidar a discriminação e a opressão femininas nas mais diversas sociedades, a exemplo dos estudos sobre a reprodução humana e planejamento familiar. A esmagadora maioria dos métodos contraceptivos são invasivos e prejudiciais ao corpo da mulher e ao seu metabolismo. Tardiamente foram levados em conta e devidamente divulgados os efeitos colaterais de contraceptivos orais, por exemplo. A pílula do homem, embora tenha sido desenvolvida há muito tempo, não é utilizada de modo abrangente, nem as pesquisas se desenvolvem nesse campo com a mesma desenvoltura dos trabalhos que exploram a fisiologia feminina.

Como se não fossem suficientes os fatos aqui considerados, ainda temos de enfrentar a evidente (e às vezes nem tanto) discriminação sofrida por mulheres cientistas, sempre postas à prova quanto às habilidades exigidas para o exercício da ciência, em um mundo marcado por sistemas simbólicos, cujo fator estruturante é o falo.

Esta é uma situação que parece ter melhorado nos últimos anos. No entanto, embora tenha havido uma grande expansão do universo feminino que faz pesquisa biológica, sendo hoje a presença feminina maior do que aquela observada, por exemplo, nas ciências matemáticas, as mulheres ocupavam, até 1996, somente 28 vagas entre as 189 existentes para os cientistas da Biologia na Academia Brasileira de Ciências (ABC). A doutora Fanny Tabak já se referiu hoje aqui à ABC, e demonstrou que estamos agora com mais duas mulheres lá. No Instituto Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro, no entanto, um dos maiores centros de pesquisa na área biomédica da América Latina, as mulheres já eram maioria na época: 128 pesquisadoras para 75 pesquisadores; a tendência parece ser a de aumentar esta presença feminina: o número de bolsistas do sexo feminino inscritos no CNPq do mesmo Instituto, como vimos ontem aqui, continua crescendo.

São números significativos e promissores, que vêm reforçar o que se afirma há bastante tempo: mulheres são tão capazes de produzir conhecimento quanto os homens. O que se sabe, porém, é que os números não asseguram uma situação ideal. Nada garante que as mulheres vão ter as mesmas chances que os homens de ocuparem cargos importantes, que lhes permitam, por exemplo, definir os rumos dos trabalhos, definir prioridades ou opinar sobre a destinação de verbas para os projetos de pesquisa. Nem mesmo se assegura que não sofrerão, ao longo de suas carreiras, discriminações e comentários de conotação sexista no ambiente de trabalho.

O estudo recente de Plonski e Saidel (2001) relata alguns dados interessantes: 42% dos pesquisadores cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesqui-

sa mantido pelo CNPq é de mulheres, com idade média de 42 anos; elas representam 51% dos pesquisadores com idade entre 25 e 29 anos, mas apenas 28% na faixa etária de 60 anos ou mais. As mulheres são maioria nos cursos de especialização (55%), mas são minoria com o doutorado (35%); este último dado explica a sua presença modesta na coordenação de grupos de pesquisa. Continua bastante consistente a distribuição diferenciada de homens e mulheres nas diferentes áreas de conhecimento; elas são a maioria nas humanidades e saúde, enquanto os homens dominam as engenharias, ciências exatas e agronomia. Os homens graduados se lançam imediatamente no mercado de trabalho competitivo ou, se ficam no meio acadêmico, buscam os graus mais elevados da carreira, enquanto as mulheres se concentram nas humanidades e educação, buscando tempo integral nas instituições de ensino. Parece claro que as assimetrias de gênero vão se perpetuando na academia, a despeito do acesso cada vez maior das mulheres às universidades. Os números, portanto, não dizem tudo.

No que tange à nossa realidade, o trabalho coordenado por Passos (1997), *Um Mundo Dividido: o Gênero nas Universidades do Norte e Nordeste*, configura-se como uma radiografia da situação das mulheres no nosso campo de trabalho. Tomando-se a UFBa como exemplo, pode-se destacar: nas últimas três décadas, houve um significativo aumento no número de mulheres, tanto na categoria docente como na discente; entretanto, elas continuam concentradas em cursos tradicionalmente associados às mulheres, como Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Secretariado, Decoração, entre outros; no Curso de Ciências Biológicas, a presença feminina é predominante, observando-se, no entanto, um aumento no número de estudantes do sexo masculino; a princípio, atribuímos esse aumento à criação do Bacharelado em Ciências Biológicas, na década de 80, o que pode ter atraído os homens, em função de se configurar então a possibilidade de uma carreira de pesquisador/cientista e não a de professor, já que o curso anteriormente só oferecia a opção da Licenciatura; parece estar acontecendo uma mudança ou, pelo menos, uma tendência a ela, em relação ao preconceito de campo cognitivo (mulheres seriam menos racionais e mais emocionais), uma vez que aumenta a presença feminina nos cursos de Matemática, Ciências Contábeis e Ciências da Computação, embora continuem existindo entre os docentes os tradicionais redutos masculinos, como os Departamentos de Cirurgia e os de Engenharia, por exemplo; o universo de mulheres é maior nas estruturas intermediárias da carreira universitária, como por exemplo, Adjuntos I e II, bem como em ocupação de cargos como chefias de Departamentos e Coordenação de Colegiados. Entretanto, nos cargos de destaque e que encerram poder de decisão predominam os homens, a exemplo dos cargos de Reitor e de Conselheiros.

Recentemente, por ocasião da Reunião da Sociedade para o Progresso da Ciência (SBPC), em Salvador, uma eminente pesquisadora na área das Ciências Biológicas declarou que nunca foi discriminada por ser mulher no Brasil, embora reconheça a ocorrência de discriminação de gênero em países como os Estados Unidos; a dúvida que me assalta é se isto é verdade para a grande maioria de pesquisadoras brasileiras que cotidianamente realizam seu trabalho, muitas vezes apenas seguindo os "protocolos experimentais" das instituições de pesquisa, chefiadas por alguém (um homem, quase sempre, uma vez que os dados do CNPq demonstram a baixa incidência de mulheres coordenando grupos de pesquisa), cujo nome aparecerá em primeiro lugar nas publicações. Para mim, é mais coerente pensar que a discriminação não é manifesta, não há perseguição ou boicote, mas a própria realidade cotidiana do mundo da ciência, construída para os homens, silenciosamente, vai nos intimidando, nos afastando; como optar por ficar até altas horas da noite seguindo um experimento no laboratório se há crianças pequenas em casa sob o olhar distraído do pai, que não foi socializado para o cuidado, para a maternagem? Como sair do estado e até do país para fazer a pós-graduação desejada? Não é mais "conveniente" esperar um pouco, fazer uma pós-graduação por aqui mesmo ou simplesmente "deixar pra depois pra ver como é que fica"?

Mas há exemplos de discriminação propriamente dita; a história da Biologia tem exemplos de mulheres excepcionais que foram prejudicadas por seus pares precisamente por serem mulheres. O caso célebre de Rosalind Franklin ilustra de modo bastante claro o preconceito e a discriminação que podem ser dirigidos a mulheres que exercem o trabalho científico. Rosalind Franklin exerceu um papel crucial numa das maiores descobertas do século XX: a descrição da estrutura da molécula de DNA. Este feito permitiu os avanços biotecnológicos que culminaram recentemente com o Projeto Genoma Humano. Franklin obteve sozinha as imagens de difração de raios-X que permitiram a seus colegas Watson e Crick a descoberta da estrutra em dupla hélice da molécula; o trabalho rendeu o Prêmio Nobel aos dois autores e a Maurice Wilkins, que era o chefe do grupo que ela integrava, sem nenhuma menção ao trabalho realizado por ela. Diversos autores contam o "caso Franklin" (HAUSMANN, 1997; FRIEDMAN; FRIEDLAND, 2000; MCGRAYNE, 1995), mas, ainda que relatem o modo pelo qual ela foi prejudicada e reconheçam o importante papel desempenhado por ela na definição da estrutura da molécula do DNA, não escapam de tecer comentários sobre seu "temperamento difícil", sua aparência descuidada e suas alterações de humor, suas esquisitices. É interessante observar que, em homens, estas características são chamadas de excentricidades e agregam charme ao seu portador... mas dificilmente tais características são lembradas para descrever um grande cientista ou para falar da importância de suas descobertas.

Outra grande pesquisadora, Barbara McClintock, ganhadora do Nobel de Medicina e Fisiologia de 1983, esperou três décadas para ter reconhecida sua grande descoberta: os genes que se movem dentro do genoma, com importantes implicações sobre os processos evolutivos das espécies. A esta grande cientista, Keller (1996) atribui a descoberta de "um novo modo de fazer ciência", citando-a como um exemplo de um modelo feminino de abordagem científica. A interpretação de McClintock da biologia da célula constitui um modo inteiramente diferente de olhar o mundo e a Natureza. Evidentemente, esta não é a postura dos homens da ciência, para quem a objetividade é sagrada, a subjetividade incompatível com o chamado "rigor científico" e o sujeito jamais deve se confundir com o objeto.

Para que não digam que casos como esses são coisa do passado, vou citar um exemplo bastante atual de discriminação. O caso envolve o francês Luc Montagnier e o americano Robert Gallo, que disputaram por muito tempo a paternidade da descoberta do vírus da AIDS e proporcionaram a um mundo perplexo um dos maiores escândalos dos bastidores (ou submundo) da Ciência: o caso nunca suficientemente bem explicado da forma como Gallo obteve amostras do virus. O que poucas pessoas da comunidade científica e da sociedade em geral sabem é o nome da co-autora da descoberta, a imunologista Dra. Françoise Barré-Sonoussi.

O grande desafio no momento, no que tange aos avanços da Ciência e suas repercussões sobre a vida das pessoas é o *Projeto Genoma Humano* e seus desdobramentos, que incluem questões sobre hereditariedade e reprodução, diagnóstico genético pré-natal, medicina fetal, contracepção e Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas (NTRC). (OLIVEIRA, 1997). Do ponto de vista de gênero, estas questões se revestem de grande importância, uma vez que a mulher constitui o alvo preferencial de pesquisas na área, especialmente as do chamado Terceiro Mundo; é sobre seus corpos que terão efeito as novas tecnologias e é imperativo que elas se tornem sujeitos desse processo, como cidadãs comuns ou como cientistas responsáveis pela destinação dos novos saberes, atentas às questões éticas que, no seu conjunto, se tornam a mais importante exigência atual no campo das Ciências da Vida. Neste sentido, lembro que a possibilidade de mudar as coisas a nosso favor, dentro da academia e fora dela, é a contínua luta no cotidiano, especialmente em Núcleos como os nossos, dentro das universidades. Se depender de trabalho e de coragem, nós vamos conseguir.

REFERÊNCIAS

COOK, Thomas D.; REICHARDT, Charles S. **Metodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa.** Madrid: Morata, 1986.

FEYERABEND, Paul**. Contra o método.** Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Agua, 1993.

FRIEDMAN, Meyer; FRIEDLAND, Gerald W. **As dez maiores descobertas da medicina.** Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GERGEN, Mary M. Rumo a uma metateoria e metodologia feministas nas Ciências Sociais. In: GERGEN, M. (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Brasília: Edunb, 1993. p. 110-128.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista?. In: BARTRA, Eli (Comp.). **Debates en torno a una metodología feminista.** México, D.F: Universidad Autonoma Metropolitana, 1998.

HAUSMANN, Rudolf. **História da biologia molecular.** Trad. Celma E. L. de Araújo Hausmann. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1997.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism & Science. In: KELLER, E. F.; LONGINO, Helen E. (Ed.). **Feminism & science.** Oxford, New York: Oxford University Press, 1996.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2000. (Coleção Debates).

LONGINO, Helen E.; DOELL, Ruth. Body, bias and behaviour: A comparative analysis of reasoning in two areas of biological science. In: KELLER, Evelyn F.; LONGINO, Helen E. (Ed.). **Feminism & science.** Oxford, New York: Oxford University Press, 1996. p. 73-90.

McGRAYNE, Sharon B. **Mulheres que ganharam o Prêmio Nobel em Ciências**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

MORIN, Edgar. A noção do sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas.** cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **Ciência com consciência.** Trad. de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Fátima. Uma visão feminista sobre os megaprojetos da Genética Humana. **Revista Bioética,** [Rio de Janeiro], v. 5, n. 2, p.263-272, 1997.

PASSOS, Elizete S. A mulher na Universidade Federal da Bahia. In: PASSOS, Elizete Silva (Org.). **Um mundo dividido:** o gênero nas universidades do Norte e Nordeste. Salvador: UFBA, 1997. p. 113-162.

PLONSKI, Guilherme Ary; SAIDEL, Rochelle G. O papel das mulheres na C&T. **INOVA, Gestão e Tecnologia**. Boletim do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da Universidade de São Paulo, São Paulo, ano VIII, n. 25, jan./fev./mar. 2001.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a Ciência?** Trad. de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção Mulher).

DA CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA A UMA CIÊNCIA FEMINISTA?[1]

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

"Todo conhecimento, no momento da sua construção,
é um conhecimento polêmico;
tem que primeiro destruir para abrir espaço
para suas próprias construções."

Gaston Bachelard
La dialectique de la durée[2]

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nos sas) lutas (OAKLEY, 1998) – este o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia. Ele se formula a partir da constatação de que, historicamente, a Ciência Moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios.

Não por acaso, a crítica à ciência tem figurado, desde há muito, como um dos principais pontos nas agendas feministas. E vem se ampliando e aprofundando, dramaticamente, nos últimos quinze anos, de sorte a destacar-se hoje como uma das análises mais contundentes dos dogmas, práticas e instituições da ciência (KELLER; LONGINO, 1996; SCHIENBINGER, 2001; HARDING, 1987).

De fato, instrumentada por um olhar desconstrucionista de gênero, a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi "neutra". Como já observava Virginia Woolf em 1936: "A ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai, e infectada, também" (apud ROSE, 1989, p.221).

Contudo, se há concordância entre pensadoras feministas nesse ponto, nem todas estão dispostas a se colocar contra a ciência ou descartar seus métodos e procedimentos tradicionais. Na verdade, muitos são os questionamentos e divergências – e calorosos os embates – no tocante aos níveis da crítica que se faz à ciência e, assim, também quanto às estratégias epistemológicas que melhor poderão fundamentar e instrumentar a produção de uma saber feminista. Questiona-se, por exemplo: o que torna esse saber especificamente feminista? Para construí-lo basta apenas denunciar e combater o androcentrismo na "má ciência"? Ou será que, de fato, só um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres poderá levar adiante uma prática científica emancipatória para todas e todos? Mas, não seriam essas estratégias também "suspeitas", dadas "[...] suas lealdades com os princípios do Iluminismo implícitos nesses projetos científicos e epistemológicos[...]?" (HARDING, 1991, p. vii). Então, qual seria o *status* de um saber feminista em relação à ciência ?

Por certo, essas e outras questões, que embalam os debates atuais, demandam da nossa parte – de todas/os nós, pesquisadoras/es engajadas no projeto feminista nas ciências e academia –, senão algumas respostas e definições, ao menos uma reflexão em torno das diferentes implicações da crítica à ciência para nossa prática político-científica.

É, pois, nessa direção que pretendo caminhar neste ensaio, identificando e analisando, ainda que em breves considerações, os encontros e desencontros e, assim, as ambigüidades e tensões entre os principais posicionamentos epistemológicos, desenhados nos embates ora em curso, e o seu significado para os estudos feministas nas ciências sociais e humanas. Mas que fique claro desde o início: não se trata aqui de uma avaliação "inocente" ou não compromissada. Ao contrário, pretendo defender a proposta de uma ciência feminista – isto é, de um saber alavancado em uma perspectiva crítica feminista de gênero – o que significa dizer que, no exame proposto, meu objetivo maior será o de conferir tanto os avanços registrados quanto os novos desafios postos para esse projeto político e científico que acalento.

Feminismo e Ciência

Obviamente, abordar a questão "feminismo e ciência" requer, no mínimo, muita cautela: se os dois termos da relação já se referem a zonas contestadas e contestáveis em si próprias, tentar justapô-las torna a questão muito mais complexa e polêmica (Harding, 1991, p.297). A começar pelo fato de que, dentro dos parâmetros da Ciência Moderna, falar de uma ciência feminista é falar do impensável; no mínimo, de uma "[...] contradição em termos" (Harding, 1987, p.182). Ora, as práticas científicas feministas fundamentam-se, assumidamente, em uma práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero –, ao passo que um dos fundamentos básicos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre "fatos" e "valores". Sem essa separação, ou melhor, só com total "neutralidade" é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de "verdades científicas". Conseqüentemente, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado.

Nesse sentido, importa lembrar que tanto como prática política quanto teórica, o projeto feminista tem suas raízes históricas nas filosofias do Iluminismo – na própria "modernidade" (Sorj, 1992) –, atendo-se, assim, a uma filosofia política que se sustenta no pressuposto da existência de uma intrincada relação entre racionalidade, autonomia e liberdade (McClure, 1992). Por certo, os movimentos feministas que (re)surgiram nos anos 60 – a chamada "Segunda Onda" feminista – não só herdaram como se mantiveram, pelo menos inicialmente, fiéis as esses princípios (Sorj, 1992). Assim, buscaram "autoridade na razão" em teorias que pudessem explicar as "causas" da subordinação da mulher na sociedade e, com base nelas, formular um projeto emancipatório informado pela ciência (Barrett; Phillips, 1992); como no dizer de Kirsten McClure (1992), buscaram formular uma *scientized politics*.

Logo, porém, as feministas da Segunda Onda se depararam com o viés androcêntrico que tem permeado as teorias tradicionais, manifesto tanto na total exclusão ou invisibilidade do "feminino", quanto na forma (distorcida) em que as mulheres e seu universo são representados. Mas, as tentativas de incluir as mulheres e os temas relativos ao cotidiano feminino como objetos legítimos de investigação se forjavam, ainda, nos anos 70, com base nos mesmos conceitos,

esquemas e métodos das teorias tradicionais, isto é, dentro dos próprios esquemas das problemáticas patriarcais (Grosz, 1995; Harding, 1986; Nye, 1995; Fraser; Nicholson, 1988). Ademais, apesar das significativas diferenças entre essas problemáticas e, portanto, entre as três principais correntes de pensamento feminista que então se constituíram – feminismo liberal, socialista e radical –, as questões postas eram semelhantes, ainda que fraseadas distintamente. Essas correntes eram, por assim dizer, filhas do mesmo impulso modernista e igualmente engajadas em formular uma prática política "cientifizada" (Mcclure, 1992; Barrett; Phillips, 1992).

Por certo, as divergências existentes entre essas correntes de pensamento e as políticas correspondentes não devem ser subestimadas (Barrett; Phillips, 1992). Enquanto para as feministas liberais a subordinação da mulher é uma questão de socialização diferenciada e discriminação com base no sexo – o que fundamenta as lutas por direitos iguais, políticas de ações afirmativas e reformas semelhantes –, para as feministas socialistas e radicais essas políticas de reforma social, ainda que necessárias, não são suficientes, pois não chegam à raiz do problema. No entender das feministas socialistas e radicais, as causas da opressão e subordinação das mulheres são estruturais. Mas, há uma profunda discordância entre elas quanto à estrutura determinante nesse caso: para as socialistas, a primazia recai na estrutura capitalista de produção, ao passo que na perspectiva do feminismo radical a determinância maior está na estrutura patriarcal da reprodução[3].

Ressalte-se que essas divergências não eram (e continuam não sendo) desprezíveis. Quem há de se esquecer dos calorosos debates sobre "sexo e classe" que caracterizaram as trocas entre feministas socialistas e radicais nos anos 70? E o que dizer das muitas tentativas frustradas de arranjar um casamento entre as duas abordagens? [4] Todavia, há de se concordar com Michèle Barrett e Anne Phillips (1992, p. 4) quando afirmam: "A diversidade das respostas ajudou a ocultar o consenso nas questões: [...] por detrás das agudas discordâncias sobre o que era primário ou secundário, as feministas se uniam na importância que colocavam em estabelecer os fundamentos da causalidade social."

Sem dúvida, contribuições relevantes surgiram desses debates, como também foram e têm sido importantes as contribuições de outras teóricas feministas que se valeram e continuam se apropriando de esquemas e macro-teorias, originalmente cegas no tocante às relações de gênero e às mulheres, ou mesmo explicitamente patriarcais – a exemplo da difícil "costura" do pensamento de Marx, Freud, Lacan e Lévi-Strauss elaborada por Gayle Rubin (1975) na conceituação do seu "sistema de sexo/gênero". No entanto, como bem observou Grosz (1995, p.86), tornava-se cada vez mais evidente que "[...] não seria possível simplesmente incluir as mulheres nas teorias nas quais elas foram antes excluídas, já

que essa exclusão era um princípio estruturador fundamental e um pressuposto chave dos discursos patriarcais."

Ademais, mesmo que se caminhasse no sentido de legitimar as mulheres como objeto de investigação científica, a sua (nossa) legitimidade enquanto sujeitos do conhecimento – a nossa autoridade epistêmica – se batia com a questão da objetividade e "neutralidade" científicas.

Nesse ponto, há de se destacar que as pensadoras feministas vêm de há muito colocando em questionamento os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento, ou mesmo o que pode ser conhecido (WESTKOTT, 1979; CODE, 1991). Entretanto, por muito tempo, a questão da relação sujeito/objeto permaneceu ambígua nas posturas assumidas (MIES, 1998). Como deveriam as mulheres, enquanto "sujeitos do conhecimento", se colocarem em relação ao seu "objeto"? Deveriam se manter distanciadas do objeto de investigação, mesmo que este fosse "mulheres" ou o "feminino", sustentando assim os princípios da "objetividade científica"? E caso optassem por se identificar com seus "objetos" ou suas lutas ? Não estariam abdicando desses princípios e, assim, da "autoridade na razão"? E não perderiam, então, o reconhecimento de seus pares nos âmbitos acadêmicos e científicos? (GROSZ, 1995, p. 87).

Felizmente, para todas nós, a possibilidade de romper com muitos desses impasses vem se abrindo para uma teoria feminista (ou para as teorias feministas) do conhecimento, a partir de dois desenvolvimentos distintos, embora interligados. O primeiro diz respeito aos avanços teórico-metodológicos no interior do próprio pensamento feminista com a construção e teorização em torno das relações de gênero. De fato, pode-se mesmo falar de um avanço paradigmático – com gênero construiu-se, por fim, um objeto teórico para as investigações e reflexões feministas – que tem permitido não apenas a abertura de novas fronteiras para reflexão e análise, como também a solidificação das bases para a construção de uma epistemologia feminista. No particular, tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do *self*, bem como um princípio classificatório de organização do universo (HEILBORN, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser re-avaliados e re-definidos, no sentido de possibilitarem "[...] análises dos efeitos do gênero *no* e *sobre* o conhecimento." (FLAX, 1990, p.26, grifo nosso).

Nesse intuito – e aqui tem-se o segundo desenvolvimento acima referido –, a crítica feminista à ciência tem encontrado apoio e pistas nas novas aborda-

gens à epistemologia histórica e suas contribuições para a desmistificação da Ciência Moderna. Em especial, na medida em que essas novas abordagens têm demonstrado o caráter histórico e, assim, social e político das construções ditas científicas, abrem espaço para que se coloque em questionamento a sua suposta "neutralidade". Em outras palavras, sem necessariamente invalidarem a relevância dos achados científicos, esses novos desenvolvimentos na epistemologia histórica por certo têm pavimentado o caminho para a desconstrução dos fundamentos da Ciência Moderna e das filosofias iluministas. Mas essa tarefa, é preciso destacar, tem sido levada adiante sobretudo pelas filosofias ditas "pós-modernas."

Convém aqui ressaltar que o termo "pós-modernismo" vem sendo aplicado, indiscriminadamente, a uma série de abordagens e posicionamentos que são, de fato, bastante divergentes (Butler, 1995). Mas não seria errôneo afirmar que, em grande parte, tais posicionamentos compartilham um profundo descrédito no tocante às noções de verdade, conhecimento, poder, racionalidade, história, sujeito e linguagem, dentre outras associadas ao pensamento iluminista e com os fundamentos da Ciência Moderna.

De uma maneira ou de outra, ou em maior ou menor grau, a crítica pós-moderna tem questionado a noção de que a razão se constitui como um instrumento de percepção privilegiada, capaz de oferecer um fundamento objetivo, seguro e universal para o conhecimento e que este, uma vez adquirido através do uso "correto" da razão, seja "verdadeiro", "real", ou imutável. Questiona, também, o pressuposto de que a própria "razão" tem qualidades transcendentais e universais e que, portanto, pode ter existência fora de uma experiência corpórea; que existem conexões entre razão, autonomia e liberdade; que conflitos entre verdade, conhecimento e poder podem ser superados pela autoridade da razão e que esta é sempre neutra e socialmente benéfica; que a ciência seja sempre o uso correto da razão; ou que a linguagem seja sempre transparente e apenas um meio de comunicação (Flax, 1992, p. 222-227).

Em consonância com tais questionamentos, as filosofias ditas pós-modernas, nas suas versões mais extremadas, têm postulado várias "mortes", dentre elas:

- a "morte do homem", no sentido de desconstruir as noções essencialistas da natureza humana, propondo, ao invés, que o "homem" não é um ser transcendental e sim um artefato social, histórico e linguístico (estando nisso implícita a desconstrução da razão como algo fora da história);
- a "morte da história", desconstruindo, assim, a noção de que a História tenha qualquer ordem ou lógica intrínseca: trata-se apenas de uma "metanarrative" construída pelo homem para definir e justificar seu lugar no tempo; e,

- "a morte da metafísica", com o intuito de desconstruir o "real" como algo externo ou independente do sujeito do conhecimento: assim como o "homem", também o "real" é socialmente e historicamente construído (FLAX, 1990, p. 32-35).

No lugar dos fundamentos Iluministas, as filosofias pós-modernas oferecem uma série de posicionamentos relativos à construção do conhecimento, propondo que o que se tinha antes como "epistemologia" era apenas "retórica" (GRASSIE, 2001; HARAWAY, 1995). O que se argumenta é que não existe um "ponto de Arquimedes" que confira, à ciência ou à "razão", autoridade epistêmica maior ou mais próxima à verdade; a ciência não está fora da história (FLAX, 1990; 1992). Trata-se apenas de um "discurso" a mais sobre o "real", um discurso socialmente construído. Daí porque a ênfase das abordagens pós-modernas recai na análise e desconstrução desses "discursos", o que explica o deslocamento da análise das "coisas" para as "palavras", observado nos debates contemporâneos (BARRETT, 1992). A noção subjacente é a de que todo conhecimento é mediado pela linguagem e, portanto, também metafórico. Modelos e teorias funcionam como metáforas complexas, ou se utilizam de associações metafóricas para criar significados. Logo, a tarefa principal da desconstrução é expor essas associações e as conseqüências práticas da sua aplicação (GRASSIE, 2001).

Por certo, não é difícil entender porque, para usar das palavras de Bila Sorj (1992, p.19), "[...] a crítica pós-moderna irá exercer um forte fascínio junto à teoria feminista." De fato, injetada por uma perspectiva de gênero, ela permite um "[...] sacudir dos fundamentos sociais, políticos, científicos e metafísicos dos sistemas teóricos patriarcais." (GROSZ, 1995, p.88). Assim, ainda que marcada por muita ambivalência e tensões (COSTA, 1998; SORJ, 1992), o encontro entre o feminismo e as filosofias pós-modernas tem propiciado o forjar-se de uma crítica feminista sobre a ciência que a fere no seu cerne, sobretudo ao revelar as categorias de gênero implícitas na construção das noções de sujeito, racionalidade, objetividade e de outros semelhantes "princípios" e estratégias epistemológicas associados ao pensamento iluminista.

Em especial, a crítica feminista tem argumentado que a Ciência Moderna desenvolveu-se a partir de uma estruturação conceitual do mundo que incorporou, no seu vértice, ideologias de gênero historicamente específicas, ainda hoje evidentes na cultura e nas práticas das ciências naturais (KELLER, 1996, p.2-3). Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada em uma lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc.

Para as feministas, o ponto chave é que essas dicotomias se constróem, por analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o "masculino", ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza etc., sobre os quais os primeiros se impõem hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como o "feminino" (LLOYD, 1996). Em outras palavras, tal qual sugeriu Joan Scott (1988), também nas construções científicas as categorias de gênero aparecem como instrumentos de representação do poder.

De fato, seguindo essa linha de argumentação, Genevieve Lloyd (1996) desconstrói o mito do "homem racional" (*man of reason*), tão central para a ciência, retraçando a sua construção através de diferentes momentos na história do pensamento ocidental, desde a Grécia Antiga até as postulações de Francis Bacon. No particular, Lloyd (1996) analisa como se estabelece a relação entre conhecimento e poder – o poder da mente (masculina) sobre a natureza (feminina). Assim afirma Lloyd (1996, p.41): "O conhecimento racional foi construído como uma transformação ou controle transcendente sobre as forças naturais; e o feminino tem sido associado com aquilo que o conhecimento racional transcende, domina, ou simplesmente deixa para trás."

Um caso ilustrativo de como essa dicotomia tem permeado as construções ditas científicas nas ciências naturais nos é oferecido por Londa Schienbinger (1996). De acordo com essa autora, a associação do feminino com a natureza e do masculino com a mente se faz presente no *Systema naturae* de Carolus Linnaeus – precisamente, na sua designação da espécie humana como *Homo sapiens* ("homem sábio"), ao mesmo tempo em que situa nossa espécie na classe dos mamíferos ou *Mammalia.* De acordo com Schienbinger (1996, p.144): "Na terminologia de Linnaeus, uma característica feminina (a mama lactente) liga os seres humanos aos brutos, enquanto uma característica tradicionalmente masculina (razão) marca a sua separação."

Por certo, uma série de outros casos ilustrativos poderiam ser aqui citados – de fato, os estudos feministas sobre o androcentrismo nas ciências têm se multiplicado bastante na última década –, mas creio que os exemplos discutidos nos bastam para por à mostra o teor da crítica feminista à ciência, ou seja, para revelar não apenas como as categorias de gênero têm se inserido no vértice da Ciência Moderna, mas sobretudo que o suposto "sujeito universal" dessa ciência tem sido o *homem branco ocidental* [5].

Seguramente, isso tem trazido conseqüências bastante desvantajosas para as mulheres, principalmente no sentido de excluí-las dos processos de investiga-

ção e negar-lhes(nos) autoridade epistêmica, menosprezando os estilos e modos cognitivos ditos "femininos". Ademais, o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as(nos) representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos, tal como acontece com as teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses femininos menores e obscurecem as relações de poder entre os sexos (SMITH, 1987). Por último, mas não menos importante, o androcentrismo vem produzindo conhecimentos em ciência e tecnologia que não apenas não são úteis para as mulheres e outros segmentos subordinados, como vêm alimentando e reforçando as hierarquias de gênero, bem como outras hierarquias sociais (ANDERSON, 2001, p.1-2).

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS EM QUESTÃO

Podemos dizer que, de um modo geral, a crítica feminista historiciza a ciência, voltando-se para a análise de como as categorias de gênero tem historicamente influenciado os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente, justificativas e práticas de investigação ditas científicas. Busca, dessa maneira, "[...] identificar as maneiros em que os conceitos e práticas dominantes na atribuição de conhecimentos, e sua aquisição e justificação, sistematicamente prejudicam as mulheres e outros grupos subordinados." (ANDERSON, 2001, p.1). Nesse intuito, essa crítica vem revelando que o androcentrismo tem ido muito além da mera exclusão das mulheres do mundo da ciência, tendo um papel determinante não só na construção da cultura da ciência, mas também no próprio conteúdo dos conhecimentos produzidos (SCHIENBINGER, 2001).

Mas, a crítica epistemológica feminista não pode restringir-se apenas a ser "crítica". Deve indagar e visualizar como seria a ciência "[...] quando os que a praticam forem diferentes e quando a categoria de gênero for levada em consideração." (FARGANIS, 1997, p. 229). Melhor dizendo, uma epistemologia feminista deve constituir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo tanto de descontrução como de construção, principalmente porque, como bem coloca Linda Alcoff (1994, p.441), um feminismo que "[...] desconstrói tudo e não constrói nada [...]" é potencialmente perigoso para qualquer grupo politicamente atuante. Cabe-lhe, pois, propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados.

Sem dúvida, essa tarefa seria bem menos problemática para todas nós se o pensamento feminista não fosse uma arena de tensões, onde se embatem posicionamentos plurais e polêmicos, quando não conflitantes. É claro que essa diversidade de olhares e de posturas certamente enriquece nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência, como uma de suas expressões; contudo, as divergências entre feministas tornam impossível falarmos de "epistemologia feminista" no singular. Segundo afirma Sandra Harding (1991, p. 06): "Não há um só conjunto de assertivas, além de algumas poucas generalizações, que podem ser chamadas de 'feministas' sem provocar controvérsia entre feministas."

Talvez a única assertiva epistemológica feminista que, de fato, encontre consenso seja a noção mais geral de "conhecimento situado", isto é, de que o conhecimento reflete a perspectiva ou "posicionalidade" dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição (ANDERSON, 2001). Todavia, as implicações que isso tem, ou possa vir a ter, para as estratégias epistemológicas feministas, são concebidas de maneira significativamente distinta por diferentes correntes de pensadoras feministas.

Em uma das primeiras tentativas de identificar essas diferentes correntes e suas limitações, Evelyn Fox Keller (1996) sugeriu pensá-las como se dispostas em um "espectro", situando-as da direita para a esquerda em termos do seu grau de "radicalidade" na crítica à ciência. Assim, na avaliação de Keller (1996, p. 28-29), a "crítica liberal", ou do feminismo liberal, ficaria situada mais ou menos no centro e a do feminismo radical, identificada pela autora com as epistemologias relativistas (ou pós-modernas), na extrema esquerda.

Para Keller (1996), a crítica liberal é a mais simpática à Ciência Moderna, já que não questiona a concepção tradicional de ciência, nem a confiança na sua neutralidade. Ela se apoia, fundamentalmente, na denúncia às práticas discriminatórias em relação à inserção das mulheres no mundo da ciência e, poderíamos acrescentar, na luta por igualdade de oportunidades e políticas educacionais de incentivo ao interesse de meninas pela ciência.

Por certo, não se há de discordar da justeza dessas lutas, até mesmo porque, como propõem feministas situadas um pouco mais à esquerda das "liberais" no espectro de Keller (1996), a predominância masculina nos meios ditos científico-acadêmicos tem contribuido para a reprodução do viés androcêntrico na escolha e definição de problemas para investigação, bem como no desenho metodológico das pesquisas e interpretação dos resultados.

Segundo Keller (1996), porém, esse tipo de crítica é mais comumente dirigido às chamadas ciências *soft*, ou seja, de menor rigor científico. Supostamente, então, os verdadeiros cientistas "[...] podem e devem somar esforços aos das feministas para juntos tentarem identificar a presença desse viés – igualmente

ofensivo, embora por diferentes razões, a cientistas e feministas – e tornarem essas ciências *soft* mais rigorosas." (KELLER, 1996, p. 30). Em outras palavras, trata-se de combater a "má ciência" com maior rigor científico.

Para a referida autora, contudo, a crítica radical, ou do feminismo "radical" é muito mais contundente, vez que atinge também as chamadas "ciências duras" (*hard sciences*) ao expor a "ideologia científica" e, assim, questionar "[...] os próprios pressupostos de objetividade e neutralidade que subscrevem a empreitada científica." (KELLER, 1996, p.30). No seu entender, a crítica radical aponta, acertadamente, para a necessidade de se ver a ciência não apenas como um processo cognitivo, mas também como um produto social e, portanto, como um processo moldado pelos contextos sociais e políticos. Diz ela: esse entendimento deve se constituir como um "[...] pré- requisito necessário, tanto política como intelectualmente, para uma teorética feminista na ciência." (KELLER, 1996, p.31).

Mas, importa ressaltar, Keller fica longe de endossar uma postura relativista, ou do relativismo feminista (ou pós-moderno). De fato, ela considera esse posicionamento "radical" tanto política como intelectualmente perigoso, uma vez que solapa as próprias assertivas feministas. Vale aqui reproduzir as considerações de Keller (1996, p.31) na sua extensão:

> Unir o pensamento feminista a outros estudos sociais da ciência traz a promessa de olhares radicalmente novos, mas também adiciona ao perigo intelectual uma ameaça política. O perigo intelectual reside em se ver a ciência como um produto puramente social; a ciência se dissolve assim em ideologia e a objetividade perde todo o seu significado intrínseco. No relativismo cultural resultante, qualquer função emancipatória da ciência moderna é negada, e o arbítrio da verdade recai no domínio político. Contra esse pano de fundo, cresce a tentação para feministas abandonarem suas assertivas de representação na cultura científica e, assim, retornarem a uma subjetividade puramente "feminina", deixando a racionalidade e a objetividade no domínio masculino, descartadas como produtos de uma consciência puramente masculina.

Sem abrir mão da possibilidade de se entender ou apreender o mundo de forma racional, o que Keller (1996, p.32) propõe, ao invés do relativismo, é a desconstrução da dicotomia objetividade (masculina) / subjetividade (feminina), no sentido de uma re-conceituação da objetividade como um processo dialético, que dê conta também da auto-reflexão e que, assim, seja distinto do "objetivismo" que tem caracterizado grande parte da empreitada científica.

Situando-se, tal como Keller, entre a "crítica liberal" e o "feminismo relativista", Helen Longino (1990) avança no sentido da construção de uma epistemologia social – que ela própria caracteriza por "empiricismo contextual crítico" e que se apropria de uma perspectiva de gênero – , ao voltar-se para a análise da intermediação de "forças sociais" na construção e desenvolvimento da

ciência. Longino (1990) reconhece, assim, a relevância da crítica pós-moderna aos conceitos tradicionais (iluministas) de neutralidade e objetividade na ciência. Ela própria vale-se de uma abordagem desconstrucionista para demonstrar como os estereótipos de gênero se imiscuíram nas teorias sobre evolução humana, peso dos hormônios sexuais no comportamento, diferenças cognitivas entre os sexos e de orientação sexual.

Todavia, assim como Keller, também Longino não descarta a possibilidade de se manter critérios de objetividade na investigação científica e na produção do conhecimento. Para tanto, afirma Longino (2001), é preciso reconhecer que "forças sociais" não atuam necessariamente como forças "maléficas", no sentido de sempre introduzirem um viés ou mesmo resultarem em "irracionalidade" na ciência. Pelo contrário, elas têm um papel relevante em assegurar maior rigor, principalmente porque a investigação científica não é um processo individual e sim social. Como uma, dentre outras possíveis forças sociais, portanto, o feminismo (ou os feminismos) atua no campo da ciência, no sentido de provocar refinamentos, correções, rejeições ou mesmo compartilhando assertivas e modelos formulados por outras semelhantes forças (Longino, 1996, p. 277).

De um modo geral, essa visão é compartilhada por autoras como Lynn Hankinson Nelson (1992), Elizabeth Anderson (2001), Lorna Schienbinger (2001), dentre outras, que têm incorporado a crítica epistemológica feminista, sem contudo descartar alguns dos fundamentos básicos da ciência moderna, sobretudo o de objetividade (tanto nas teorias de descoberta como da evidência), ainda que re-significando-os. Em muitos casos, aliás, isso tem demando incursões bastante sofisticadas na filosofia da ciência (ou mesmo na teoria social feminista), o que as situa em uma postura crítica à ciência muito além – ou tendendo bem mais para a esquerda no "espectro" sugerido por Keller (1996) – do que aquela assumida pelo feminismo liberal mais tradicional. Não é de se admirar, portanto, a sua recusa em serem colocadas – como acontece na taxomia proposta por Sandra Harding (1986) – na vala comum do "feminismo empiricista" (Anderson, 2001).

A referência aqui feita é à notória e notável análise das diferentes estratégias epistemológicas feministas elaborada por Sandra Harding em *The Science Question in Feminism* (1986), onde essa autora distingue três posicionamentos feministas básicos, quais sejam: *feminismo empiricista*, que se apoia no princípio de justificativa e verdade do projeto científico, mas denunciando e combatendo o androcentrismo da "má ciência"; *feminismo perspectivista* (*feminist standpoint*),[6] que defende um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres; e, *feminismo pós-moderno* para o qual as duas outras estratégias são questionáveis devido ao seu "fundamentalismo".

É preciso ressaltar, porém, que diferentemente das autoras acima discutidas e enquadradas por Harding no *feminismo empiricista*, a sua proposta no referi-

do livro é menos preocupada com a crítica feminista à ciência do que com a questão da ciência para o feminismo – como, aliás, já é aludido no título. De fato, embora Harding esteja preocupada sim com a crítica feminista à ciência (afinal, ela foi treinada na filosofia da ciência), a sua preocupação maior é política. Segundo afirma a própria Harding, ao se referir às diferentes críticas feministas no capítulo introdutório do livro em discussão:

> Estas críticas têm a virtude de chamar atenção para as incoerências socialmente daninhas de todos os discursos não feministas. Consideradas na sucessão descrita neste capítulo, elas nos levam desde a *questão da mulher na ciência* à *questão*, mais radical, *da ciência no feminismo*. Embora os três tipos de crítica questionem, antes de tudo, como podem as mulheres receberem um tratamento mais eqüitativo dentro da e pela ciência, as duas últimas se perguntam como se pode utilizar, para fins emancipatórios, uma ciência tão profundamente involucrada em projetos caracteristicamente masculinos. Enquanto as críticas na *questão da mulher* ainda consideram que a empreitada científica pode ser redimida e reformada, as críticas na *questão da ciência* se mostram céticas ante a possibilidade de se encontrar algo digno de redenção ou reforma, do ponto de vista moral e político, na visão científica do mundo, na sua epistemologia subjacente ou nas práticas que justifica. (HARDING, 1996, p. 27).

Cabe lembrar que o projeto feminista nas ciências e na academia forjou-se em um impulso modernista, apoiando-se, assim, na noção da complexa mas estreita relação entre racionalidade, autonomia e liberdade. Pressupunha, portanto, que "[...] o que autoriza o discurso de uma feminista é a 'teoria', e o que autoriza a melhor teoria feminista é a 'ciência'." (McCLURE, 1992, p. 361)[7]. Mas, ao colocar a ciência como uma questão para o feminismo, Harding (1986) mostra a necessidade de se redimensionar essa relação. No dizer de McClure (1992, p.361-362, grifos da autora):

> Ao insistir que a ciência é uma *questão* [...] Harding interrompe o próprio mecanismo através do qual *Feminist Politics* garantia e controlava a ligação entre os compromissos normativos feministas com a emancipação e seus compromissos práticos com a transformação social. Uma vez ausente a autoridade da ciência inquestionável – isto é, sem uma confiança implícita em uma explicação unificada, ampla e consistente de uma causalidade sistemática, de um mundo social presumivelmente sistemático – o caráter da teoria feminista, a eficácia da práxis feminista e a natureza de uma relação de mutualidade entre elas tornam-se indeterminadas.

Ora, a questão principal a qual Harding (1986) se refere, se bem que indiretamente, não me parece ser outra senão a da "desautorização" da *autoridade na razão* na qual nossas companheiras da Segunda Onda (eu dentre elas, aliás) buscaram fundamentar sua (nossa) *política cientifizada (*McCLURE, 1992). Como dar procedimento aos nossos fazeres políticos e científicos se os princípios que

os autorizavam anteriormente são agora questionados? Que estratégias epistemológicas poderão melhor avançar a produção feminista de um conhecimento politizado?

Em *The Science Question in Feminism*, porém, Harding (1986) não fornece respostas, pelo menos não em termos de propor uma estratégia epistemológica feminista normativa. Na verdade, Harding foge de categorizações fechadas – até mesmo porque sua análise aponta para diferentes posicionamentos, nenhum deles suficientemente "não problemático" ou inseparável das controvérsias contemporâneas mais amplas na filosofia e epistemologia das ciências (McClure, 1992, p.362). Ao invés, Harding se vale de um "movimento" pós-modernista, no sentido de "navegar" através desses diferentes posicionamentos, procurando avaliar – não de "lugar nenhum", mas a partir dos questionamentos levantados por cada um desses posicionamentos (ou estratégias) em relação aos outros[8] – as suas afinidades e incompatibilidades, bem como suas limitações e vantagens para uma ciência que se quer libertadora e, portanto, politizada (uma *politicized science*, no entender de McClure).

No mesmo livro, Harding (1986) irá afirmar que o fato desses posicionamentos se mostrarem ambivalentes e contraditórios não deve causar apreensão. Conforme ela própria sugere, devemos entender as epistemologias feministas como "[...] mediações transitórias sobre a substância das assertivas e práticas feministas [...]" e, portanto, acalentarmos suas possíveis ambivalências e contradições (Harding, 1986, p. 141). Contudo, Harding (1986, p.182) não descarta a possibilidade de uma estratégia justificatória que, para além de conferir "autoridade epistêmica" à crítica feminista, possibilite a construção de saberes no sentido da derrubada da ordem patriarcal.

Nesse sentido, já em *The Science Question...*, Harding (1986) não esconde suas simpatias pelo *feminismo perspectivista, e* que ela, mais tarde, defenderá abertamente. De fato, em *Whose Science? Whose Knowledge?*, Harding (1991) sugere que tanto o compromisso fundamentalista do feminismo empiricista com a Ciência Moderna, bem como o interpretacionismo sem chão do feminismo pós-moderno, oferecem muito pouco para uma estratégia epistemológica feminista comprometida com a produção de saberes emancipatórios. Em contraste, o *feminismo perspectivista* é visto por ela como uma "conquista" (e, portanto, muito mais do que uma simples "perspectiva"), na medida em que representa uma "luta política e intelectual" na problematização das epistemologias empiricistas.

Originalmente proposta como estratégia justificatória feminista por Nancy Hartsock (1986), *o feminismo perspectivista* tem como fonte de inspiração a epistemologia marxista e, assim, uma estratégia epistemológica reconhecidamente politizada.[9] De um modo geral, porém, o pressuposto básico dessas

epistemologias é o de que não existe conhecimento "neutro" nem "absolutamente objetivo"; todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo não a "verdade", mas o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos. Contudo, uma postura anti-relativista se impõe, vez que, para as epistemologias perspectivistas, nem todas as perspectivas (ou ângulos de visão) oferecem as mesmas vantagens epistêmicas.

Na perspectiva marxista, toma-se como pressuposto que a vida material (posição de classe) não só estrutura como impõe limites na maneira de se entender a complexidade das relações sociais, principalmente em sistemas de dominação. Grupos situados em posições diametralmente opostas pela vida material e pelo sistema de dominação terão, portanto, ângulos de visão também diametralmente opostos. Contudo, argumenta-se, em uma sistema de dominação, a visão dos grupos dominantes é a que se impõe sobre as demais; por isso, ela é tanto parcial quanto perversa. Assim, para ver através dessa visão imposta, ou seja, para chegar à sua própria visão, os grupos dominados terão que travar uma luta tanto política quanto epistêmica, daí porque uma perspectiva engajada baseia-se em uma dupla-visão e torna-se uma "conquista" (HARTSOCK, 1986, p.160). Poderíamos então dizer que essa postura, ou conquista, implica em uma "política cientifizada" que é, simultaneamente, uma "ciência politizada".

Segundo Nancy Hartsock (1986) o *feminismo perspectivista* se sustenta no pressuposto de que as desigualdades de gênero operam, de várias maneiras, no sentido de produzir experiências qualitativamente diferentes para mulheres e homens, bem como de posicioná-los em ângulos de visão distintos, senão opostos. Como sexo oprimido, porém, as mulheres não apenas desenvolvem relações com e, assim, uma compreensão da realidade diferente da dos homens, como também a "dupla visão" que lhes confere maior vantagem epistêmica. Não se trata de algo enraizado nas diferenças biológicas entre os sexos, isto é, não é uma característica "essencial" do feminino, mas produto dos padrões das relações de gênero nas sociedades sexistas, que estruturam as diferentes experiências que homens e mulheres terão. Dessa forma, o *feminismo perspectivista* defende um saber alavancado na perspectiva e experiências das mulheres, ou seja, uma epistemologia enraizada nas desigualdades de gênero que se quer erradicar.

Por certo, tais assertivas não representam algo necessariamente "novo" no pensamento feminista. Penso que essa estratégia epistemológica já se faz presente na assertiva "o pessoal é político", formulada nos grupos de conscientização e ação feministas que se formaram nos anos 60 [10]. Isso se depreende, por exemplo, dos trechos reproduzidos abaixo, extraídos de um panfleto distribuído pelo Grupo Feminista *Redstockings*, de Nova York, em 1968, e posteriormente publicado por Robin Morgan (1970, p. 533-534):

> Porque nós vivemos tão intimamente com nossos opressores, isoladas umas das outras, fomos impedidas de perceber nosso sofrimento pessoal como uma condição política. Isso cria a ilusão de que a relação de uma mulher com seu homem é uma questão interpessoal entre duas personalidades únicas, que pode ser trabalhada individualmente. Na realidade, cada uma dessas relações é uma relação de *classe*, e os conflitos entre homens e mulheres individuais são conflitos *políticos* que só podem ser resolvidos politicamente.
> [...]
> Nós entendemos nossa experiência pessoal e nossos sentimentos sobre essa experiência, como base para a análise de nossa situação em comum. Não podemos confiar nas ideologias existentes pois elas são produto de cultura patriarcal. Nós questionamos todas as generalizações e não aceitamos nenhuma que não seja confirmada por nossa experiência.

Pautando-se na troca de experiências e vivências das mulheres para uma reflexão coletiva, os grupos de conscientização e ação feminista propunham, assim, não apenas formular estratégias de luta – sua praxis política –, como também uma estratégia epistemológica, isto é, um saber construído a partir dessa troca entre sujeitos estruturalmente situados em posição subordinada.

Vale ressaltar que a relevância política e científica dessa proposta já foi reconhecida por Catharine MacKinnon (1987); ela viu nesse processo de *consciousness raising* um "método", especificamente feminista e radical, para a construção, simultânea, de uma teoria do conhecimento e uma teoria do poder. Diz ela: "A teoria feminista do conhecimento é inextricável de uma crítica feminista do poder porque o ponto de vista masculino se impõe sobre o mundo como sua forma de apreendê-lo." (MacKinnon, 1987, p.130).

Trabalhando por outras vias, ou seja, na crítica feminista à sociologia, Dorothy Smith (1987) deriva uma perspectiva análoga que também reclama vantagem epistêmica para um ponto de vista pautado na experiência das mulheres – inclusive das mulheres sociólogas na própria prática sociológica – como ponto de partida na formulação de problemas sociológicos. Essa sociologia "alternativa" reveste-se, assim, de uma nova maneira de pensar a relação sujeito e objeto, a saber:

> Embora a investigação sociológica é necessariamente um relação social, aprendemos a desprezar nossa própria parte nela. Recuperamos apenas o objeto de seu conhecimento como se esse falasse todo por si mesmo e de si mesmo. A sociologia não proporciona que se veja que existem sempre dois termos para essa relação. Uma sociologia alternativa deve ser reflexiva [...], isto é, deve preservar a presença, preocupações e experiência do sociólogo como conhecedor e descobridor. (SMITH, 1987, p. 92).

Para Smith (1987, p.94), a posição das mulheres na sociologia oferece-lhes(nos) precisamente um ângulo de visão bifurcado, ou uma dupla visão, pois permite-lhes(nos) "[...] reconhecer a dificuldade que envolve a sociologia a partir

de sua afirmação de ser sobre o mundo em que vivemos e sua falha em explicar ou mesmo descrever suas características reais como as encontramos quando as vivemos." Para a socióloga mulher, isso significa que "[...] a análise e exploração de sua própria experiência enquanto um método de redescobrir a sociedade, restitui-lhe a um centro que, pelo menos nessa iniciativa, é todo dela." (SMITH, 1987, p. 95).

Sem negar a relevância de tais contribuições, autoras identificadas com o *feminismo pós-moderno* têm, contudo, levantado uma série de questionamentos no que se refere às assertivas do *feminismo perspectivista*.[11] Alega-se, por exemplo, que a perspectiva resvala no "essencialismo", ao postular, por implicação, a "universalidade" da experiência feminina (BUTLER, 1995). Ademais, nessa concepção, a materialidade da vida das mulheres confunde-se com a experiência feminina, não se levando em conta os possíveis hiatos "[...] entre a posição social (compreendida como as experiências vivenciadas das pessoas) e a posição discursiva" (COSTA, 1998, p.78). A própria noção de "experiência" é pouco problematizada, aparecendo como algo dado ou "transparente" (SCOTT, 1998). O mesmo se aplica à noção implícita de "sujeito cognoscente" , no caso, o "sujeito do feminismo" (BUTLER, 1995). Pergunta-se: quem tem o privilégio epistêmico no *feminismo perspectivista?* As mulheres ou as feministas? Quais mulheres ou quais feministas?

Nesse ponto, há de se considerar os questionamentos de Jane Flax (1990). Para ela, é contraditório para as feministas postularem, de um lado, que o conhecimento se constrói sempre do social e que o que sabemos depende de nosso contexto social e histórico e, do outro, reclamarem maior "privilégio epistêmico" para as mulheres, ou que a teoria feminista possa revelar a "verdade". Isso só seria possível se o feminismo pisasse "fora da história" (e das organizações de gênero existentes) e se pudesse fazer uso de uma linguagem mais transparente. Por conseguinte, para Flax (1991), mesmo que o pensamento feminista "perspectivista" seja fundamentalmente crítico, o conhecimento que produz também será sempre parcial e não necessariamente mais objetivo que outros pontos de vista igualmente "parciais".

Replica Donna Haraway (1995, p.10), no que concordo, que "[...] quem tem interesses políticos não pode permitir que o construcionismo social se desintegre nas emanações radiantes do cinismo". Com efeito, reconhecendo que o relativismo radical, que antes ela própria abraçara, tem implicações políticas perigosas para o feminismo, Haraway (1995, p. 13) propõe uma posição intermediária nesse debate. Ela assim se explica:

> Eu, e outras, começamos querendo um instrumento afiado para a desconstrução das alegações de verdade de uma ciência hostil, através da demonstração da especificidade histórica radical e, portanto, contestabilidades, de todas as camadas de cebola das construções científicas e tecnológicas, e terminamos com

> uma espécie de terapia de eletrochoque epistemológica que, longe de nos conduzir às questões importantes do jogo de contestação das verdade públicas, nos derrubou vítimas do mal da personalidade múltipla auto-induzida.

Haraway (1995) sustenta que todos os conhecimentos são "situados" (social e historicamente) e, portanto, é inevitável que sejam parciais. No entanto, para Haraway, isso não significa dizer que temos que abandonar todo e qualquer critério de "objetividade". Muito ao contrário, Haraway está empenhada em manter e trabalhar com uma noção de objetividade que seja fortalecida, ao invés de solapada pela crítica feminista pós-moderna. Assim, em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, Haraway (1995) responde tanto a Harding quanto ao feminismo pós-moderno mais extremado, oferecendo uma metateoria da ciência que procura transcender os debates sobre relativismo/construcionismo social. No particular, Haraway aceita e quer levar adiante a proposta de Harding (1986) quanto à necessidade de um critério do "real" e, assim, de objetividade "mais robusto", que escape das tendências 'essencialistas' que permeiam as teorias do impulso modernista[12].

É, pois, nesse sentido que Haraway irá reexaminar a metáfora da "visão", insistindo não só na sua parcialidade, mas sobretudo na sua "corporalidade", contrapondo-se, assim, à "visão de lugar nenhum" que fundamentou as noções de neutralidade e objetividade da Ciência Moderna. Ela procura, dessa maneira, formular uma proposta de "objetividade corporificada", no sentido de situar também o "sujeito cognoscente" dentro do campo de visão (Haraway, 1995) [13].

Mas, para Haraway, a capacidade sensorial da "visão" não é apenas algo orgânico: ela pode ser instrumentada tanto pela tecnologia como por um aparato teórico, metodológico (Grassie, 2001, p.9). Na verdade, não há visão "inocente": de uma maneira ou de outra, ela é sempre filtrada. Se isso dá lugar a uma multiplicidade de visões, melhor será, pois a "visão monocular" que a Ciência tem sustentado, "[...] a falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades" tem se mostrado perversa, distorcida e irresponsável (Haraway, 1995, p. 21).

No lugar dessa visão transcedental, Haraway (1995, p.21) propõe a visão parcial, corporificada, responsável e calcada em modos contingentes de observação, identificada por ela com a objetividade feminista:

> A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. [...] A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

Para Haraway, essa objetividade também é uma "conquista", no sentido de que, instrumentadas por aparatos teórico-metodológicos, podemos mover nosso ponto de visão para nos posicionarmos, epistemologicamente, no ângulo de visão dos mais oprimidos, como proposto pelo *feminismo perspectivista*. Contudo, Haraway (1995, p.22-23) observa, tal movimento não é algo simples ou imediato:

> Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. Mas aqui há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente, mesmo que 'nós' 'naturalmente' habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação, isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas do subjugados não são posições 'inocentes'. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo o conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparição – com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo.

Na concepção de Haraway, ver a partir do ângulo dos subjugados não significa a procura de uma "[...] posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial." (HARAWAY, 1995, p. 26). Reside aí, também, o argumento de Haraway (1995, p.26) a favor do "sujeito do feminismo" – um "eu" dividido, pois, como afirma essa autora:

> O eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se à conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história. Divisão, e não o ser, é a imagem privilegida das epistemologias feministas do conhecimento científico. 'Divisão', neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas [...] O eu cognoscente é parcial em todas as suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro.

Tomando essas considerações de Donna Haraway, Sandra Harding (1996) irá elaborar a sua proposta de "objetividade robusta" (*strong objectivity*), na qual esse "sujeito dividido" deve ser posicionado no mesmo plano crítico e causal dos objetos de conhecimento (HARDING, 1996, p. 244). Para ela, portanto, "objetividade robusta" é, antes de mais nada, uma "reflexividade robusta", princípio este que deve pautar o *feminismo perspectivista*.

Em artigo recente, Harding (2001, p. 517) assinala que o *feminismo perpectivista* orienta as investigadoras a estudar "partindo da base" (de baixo para cima), ou seja, a refletirem sobre a vida cotidiana "[...] das pessoas pertencentes a grupos oprimidos com o objetivo de identificar as fontes de sua opressão nas práticas conceituais das normas epistêmicas que a sustentam e estruturam." Harding ressalta, porém, que o "estudo das mulheres" é apenas uma parte desse projeto, e as experiências um ponto de partida para formular questões, não para encontrar as respostas finais ou cabais: trata-se de uma forma de nos situarmos dentro de um ângulo de visão "privilegiado" para buscar e identificar, "[...] características das instituições dominantes, de suas culturas e práticas obscuras de outra maneira." (HARDING, 2001, p. 517).

Nesse mesmo artigo, Harding (2001, p.518) identifica que convivem, dentro do *feminismo perspectivista*, três tradições teóricas distintas, cada uma delas lendo a "vida das mulheres" de maneira distinta, mas, acrescenta, todas com certa limitação. Assim, Harding observa que a tradição fenomenológica se concentra nas experiências das mulheres, bem como nos significados que elas próprias atribuem a essas experiências, permitindo que o feminismo reflita sobre a brecha existente entre "[...] as experiências das mulheres e a forma como as instituições e disciplinas dominantes conceitualizam a condição feminina". Contudo, ressalta Harding (2001, p.518), essas tradições tendem muito mais para a "etnografia" do que para uma "teoria crítica", dando uma importância indiscriminada, embora merecida, às "vozes das mulheres".

Ao referir-se à tradição do feminismo socialista, Harding (2001, p. 519) afirma que esta também não está livre de limitações, apesar das numerosas contribuições que tem trazido ao analisar a vida das mulheres desde o ponto de vista dos "[...] lugares sociais objetivos em uma dada sociedade ou em uma economia política global". Todavia, essa perspectiva é cega para outras formas de opressão que as mulheres vivenciam, ao tempo em que deixa de explicar porque muitas mulheres não reclamam das condições de opressão que essa tradição mais destaca. Ademais, a tradição socialista pouco considera, teoricamente, "[...] o papel dos discursos sociais na modelagem da vida e condições das mujeres." (HARDING, 2001, p. 519). Este é precisamente o tema central da terceira tradição a qual se refere Harding; mas, observa a mesma autora, também esta terceira forma de leitura da "vida das mulheres" tende a se enroscar "[...] apenas nos elementos lingüísticos do discurso, à custa dos componentes materiais como as instituições sociais e suas práticas concretas." (HARDING, 2001, p.519).

Para Harding, portanto, nenhuma dessas tradições, associadas com a *o feminismo perspectivista*, pode sozinha oferecer uma leitura da "vida das mulheres". Tomadas em conjunto, porém, elas têm "[...] proporcionado pontos de partida

mais lúcidos para a investigação feminista" e, assim, para a análise da "vida das mulheres" em termos de uma perspectiva de gênero (HARDING, 2001, p. 519).

Não custa ressaltar, porém, em que pese a relevância das questões levantadas no debate feminista sobre fundamentos epistemológicos, a teoria feminista segue sendo marginal – o "outro" no dizer de Susan Bordo (2000). Ademais, dentro do próprio pensamento feminista, algumas "perspectivas" ainda parecem manter uma posição marginal. Donde a pertinência das considerações de Judith Butler (1996, p.48), quando pergunta: "Através de quais exclusões se constrói o sujeito feminista e como esses domínios excluídos ameaçam a 'integridade' e a 'unidade' do 'nós' feminista?

Por certo, os feminismos não-brancos vêm de há muito questionando a unidade desse "nós", argumentando que a tendência principal do(s) feminino(s) foi e tem sido a "branca", não contestadora ao racismo. Ademais, os "estudos de mulheres" (*women's studies*) pouco abordaram as experiências daquelas submetidas a múltiplas formas de opressão – de gênero, raça, classe, dentre outras – como têm vivenciado historicamente as mulheres negras.

Nos Estados Unidos, as feministas negras têm defendido não apenas a especificidade dos "estudos sobre mulheres negras" (HULL; BELL SCOTT; SMITH, 1982), mas também participado do debate atual, defendendo, da "marginalidade", o privilégio epistêmico do *feminismo perspectivista*. Sem dúvida, as feministas negras reconhecem a relevância das abordagens desconstrucionistas pós-modernas; todavia, desconfiam de suas posturas. Segundo bell hooks (1990, p.2):

> O desconhecimento da importante presença negra na cultura, na maioria das investigações assim como dos escritos sobre o pós-modernismo, obriga a leitora/o leitor negra/o, em particular a leitora negra, a perguntar-se se vale a pena ter interesse em um tema que discutem e escrevem indivíduos que parecem não conhecer a existência da mulher negra, ou que consideram a possibilidade de que nós estejamos escrevendo ou dizendo algo que deva ser escutado, ou produzindo arte que deva ser vista, ouvida ou analisada com seriedade intelectual.

Para Patricia Hill Collins (1990), as epistemologias alternativas (*perpectivistas)* formulam um desafio mais sério às posturas eurocêntricas e androcêntricas dominantes do que as pós-modernistas. Collins identifica a epistemologia afrocêntrica e a feminista como duas epistemologias alternativas que coincidem em pontos significativos, baseando-se em ambas para postular o que denomina de "epistemologia afrocêntrica e feminista". Para ela, esta implica em investigadores comprometidos com uma ética do cuidar e da responsabilidade pessoal e que se valem do diálogo como meio para validar suas afirmativas na produção de conhecimentos.

Em outros trabalhos, Collins (1998) tem analisado a intersecção entre gênero, raça e classe e outras construções sociais que têm impacto na construção

de sujeitos. Segundo Collins (1998, p.208), o conceito de interseccionalidade "[...] oferece um marco interpretativo para se pensar como as interseccões por exemplo de raça e classe, ou raça e gênero, ou sexualidade e classe formam a experiência de qualquer grupo através de contextos sociais específicos". Contudo, acrescenta a autora, as diferentes formas de opressão não têm o mesmo peso; ela chama atenção para a necessidade de se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade.

Importa aqui observar que para Collins, a *interseccionalidade* não forja apenas identidades específicas, mas também situa sujeitos em uma perspectiva epistemológica: a perspectiva do/a "forasteira de dentro" (*outsider within).* Ela própria se define dentro dessa categoria: uma negra com acesso ao mundo acadêmico branco, contudo, situada nas margens dos dois mundos (COLLINS, 1998, p.127).

Collins (1998, p. 209) concorda com Haraway (1995) ao observar que o conhecimento gerado em um ângulo de intersecções não é intrinsicamente mais progessista nem necessariamente mais objetivo. Ela sugere uma postura crítica ante a interseccionalidade, advogando a favor de um esforço epistemológico, consciente, no sentido de se "migrar" "[...] para as zonas fronteiriças, aos limites e a lugares onde o indivíduo é forasteiro (*outsider-within locations*) unindo comunidades com poderes diferenciados." (COLLINS, 1998, p. 233). Para esclarecer esse processo, Collins usa a expressão "falando em línguas" (*speaking in tongues),* como uma "[...] metáfora para a intersecção de lógica, criatividade e acessibilidade. Uma metáfora para produzir uma verdade que obedeça a um contexto e que escolha e proclame múltiplas vozes." (COLLINS, 1998, p.239).

Dentre essas "múltiplas vozes", agora finalmente sendo ouvidas nos Estados Unidos, estão as das latinas, chicanas, das feministas de origem asiática, das nativas americanas e de outras minorias étnicas e nacionais que, junto às feministas lésbicas, têm chamado atenção para as "perspectivas" construídas a partir dos ângulos híbridos, fronteiriços ou limítrofes nos quais estão posicionadas (SANDOVAL, 1991; MORAGA; ANZALDUA, 1983). Também as chamadas "feministas pós-colonialistas", ou seja, de países da África e Ásia que se viram, até mais recentemente, sob o jugo do colonialismo, têm merecido ouvidos (NARAYAN, 1997; SPIVAK, 1992). Por exemplo, em uma de suas mais recentes publicações, Sandra Harding (1998) dedica-se justamente a repensar "os pós-colonialismos, feminismos e epistemologias", perguntando: *Is Science Multicultural?.*

Creio, porém, que ainda são poucas as vozes das feministas latino-americanas vivendo nos trópicos, dentre elas, nós brasileiras, que têm entrado nessa conversa – uma conversa "não inocente" como sugere Maria Cecília MacDowell dos Santos (1995, p.67), porque "[...] sensível às relações de poder que toda conversa encerra." Por certo, as possíveis dúvidas nesse sentido ficam dissipadas

quando se observa que são raras as referências neste meu ensaio a textos que não foram publicados, pelo menos originalmente, na língua inglesa. Segundo Margaret Rago (1998, p. 23):

> Ao menos no Brasil, é visível que não há nem clarezas, nem certezas em relação a uma teoria feminista do conhecimento. Não apenas a questão é pouco debatida mesmo nas rodas feministas, como, em geral, o próprio debate nos vem pronto, traduzido pelas publicações de autoras do Hemisfério Norte. Há quem diga, aliás, que a questão interessa pouco ao 'feminismo dos trópicos', onde a urgência dos problemas e a necessidade de rápida interferência no social não deixariam tempo para maiores reflexões filosóficas.

Acredito que, para nós, essa questão tem menos a ver com *quem pode falar*, como indaga Santos (1995) na conversa com Donna Haraway, e menos ainda com nossa presumida falta de interesse com elocubrações epistemológicas, como aludido no texto de Rago (1998), do que com a questão: *quem vai nos ouvir?*

No Hemisfério Norte, observa-se a tendência a nos colocarem – nós, feministas latino-americanas, todas nós, feministas brasileiras, e todas as outras que não cabem nos outros rótulos – na categoria *Feministas do Terceiro Mundo.* Como se as diferenças culturais e sociais – de posicionalidade e, portanto, de ângulos de visão ou "perspectivas" significativamente diferentes – não tivessem a menor importância epistemológica em um *feminismo perspectivista.* Ou, talvez, justamente por não terem mesmo muita importância, já que, para usar das palavras de Cláudia Lima Costa (2000, p. 44), na sua leitura de Nelly Richards:

> [...] na divisão global do trabalho o trânsito teórico entre centros metropolitanos e periferias permanece preso a uma lógica desigual ou uma lógica intratável: enquanto o centro acadêmico teoriza, espera-se da periferia o fornecimento de estudos de caso. Em outras palavras, a periferia é reduzida ao lado prático da teoria; isto é, num binarismo perverso, ela se torna o corpo concreto em oposição à mente abstrata do feminismo metropolitano.

Se isso é verdade, então, o que dizer de nós, na periferia da periferia? Refiro-me aqui a nós, feministas acadêmicas brasileiras, com nossos "fazeres científicos" nos estados do norte e nordeste e, portanto, longe dos próprios "centros acadêmicos" feministas do país. Onde ficamos com a nossa perspectiva duplamente periférica em um *feminismo perspectivista?*

Por certo, esta questão mereceria muito mais espaço para reflexões que, no momento, extrapolam os limites deste ensaio. Sugiro apenas que a noção de "forasteiras de dentro", tal qual trabalhada por Patricia Hill Collins (1991), talvez possa nos oferecer pistas para pensarmos a nossa posicionalidade. Afinal, não estamos nós também situadas em uma região "fronteiriça" e, assim, nas margens de dois mundos, com um ângulo de visão bifurcada?

Por uma Ciência Feminista

Antes de avançar nas minhas considerações finais, peço licença para retroceder no tempo e na memória pessoal, reportando-me a meados dos anos 70, período em que, como aluna de graduação em antropologia em uma universidade norte-americana, cursei a disciplina "Pesquisa nos Estudos sobre Mulheres" (*Research in Women's Studies*). Ministrado por uma socióloga e oferecido pela primeira vez naquela universidade no semestre em questão, esse curso reunia um pequeno grupo de estudantes de ciências sociais – todas nós mulheres, todas auto-identificadas feministas e atuantes no *Women´s Liberation Movement.*

Naquela época, é bom lembrar, os *Women's Studies* estavam começando a ganhar espaço na academia norte-americana e essa primeira geração de estudantes, ou mesmo de professoras dedicadas a estudos nessa área, tinha uma forte ligação com o movimento feminista. Por isso mesmo, passamos quase que todo o semestre discutindo o problema do androcentrismo nas ciências sociais e como desenvolver uma pesquisa *verdadeiramente* feminista. Queríamos entender como uma pesquisa feminista – no campo dos estudos sobre mulheres ou em qualquer outro – se distinguia de pesquisas não feministas.

Foi portanto instigada pelas leituras e discussões em sala de aula – muitas vezes estendidas para o *pub* mais próximo – que comecei a redigir um trabalho para o curso, no qual esboçava algumas de minhas inquietações no tocante à relação "feminismo e ciência", assim me expressando:

> Então, pergunto eu, como poderemos desenvolver uma pesquisa verdadeiramente feminista, quando as teorias e sistemas conceituais, as metodologias e instrumentais de pesquisa dos quais dispomos, procedem de estruturas de pensamento androcêntricas? Devemos rejeitar tudo quanto essa 'ciência' feita pelos homens nos legou até agora, para começarmos tudo de novo, em novas bases? Mas, se assim procedermos, não estaremos correndo o risco de cometermos os mesmos erros e fazermos ideologia, ao invés de ciência? Como evitarmos que isso aconteça? (SARDENBERG, 1976, p. 3).

Talvez não seja necessário dizer que não consegui terminar o referido ensaio naquele semestre. Sem dúvida, faltaram-me fôlego e o *background* necessários para abordar as questões levantadas, e não apenas pelo meu *status* de "neófita" – a própria teoria feminista do conhecimento ainda "engatinhava" naquela época, presa à ideologia do impulso modernista.

Mas acredito que as considerações tecidas ao longo deste ensaio tenham demonstrado o quanto caminhamos no sentido da crítica feminista à ciência, bem como do muito que avançamos na discussão em torno de uma teoria feminista do conhecimento. De fato, no último quarto de século, não apenas con-

quistamos o direito a produzir saberes, como acumulamos muitos saberes nesse trajeto, inclusive no que diz respeito às muitas e diferentes maneiras de produzí-los.

Diz bem Elizabeth Grosz (1995), quando afirma que essa produção de saberes tem implicado sobretudo em mudanças qualitativas. Tanto em nossos fazeres científicos quanto políticos, partimos de um paradigma de lutas pela *igualdade* que se transformou, no próprio processo de lutas sociais, políticas e intelectuais, em um paradigma de lutas pela *autonomia*, também na produção de saberes. Segundo Grosz (1995, p. 89), isso implica no "[...] direito de rechaçar normas existentes e criar novas." Significa ainda, que houve "[...] uma mudança radical da atitude feminista perante os discursos patriarcais e seu uso" (Grosz, 1995, p. 89): eles se tornaram objeto do escrutínio crítico feminista.

Tenho por mim que a conquista dessa *autonomia* significa também que avançamos do "fazer ciência enquanto feministas", para o "fazer uma ciência feminista". Ressalto, porém, que esta não é uma postura de consenso entre feministas. Muito ao contrário, não são poucas as feministas teóricas que concordam com Londa Schienbinger (2001, p.334), em que:

> O desejo de criar um 'termômetro feminista' que nos diga quando uma ciência é feminista não permite suficientemente mudanças na teoria e prática feministas, se isso significa (como é o caso para muitos críticos) uma ciência especial ou separada para mulheres ou feministas. A ciência é uma atividade humana: ela deve servir a todos, inclusive mulheres e feministas.

Para Schienbinger (2001, p.334-335), portanto, o fundamental é uma postura crítica feminista, que analise "exemplos específicos de gênero na ciência", desde as práticas discriminatórias de emprego e treinamento, suas prioridades e rumos até o conteúdo do saber produzido.

Por certo, não discordo de Schienbinger, já que tudo isso continua sendo fundamental para nossos projetos políticos e científicos. Também não tenho nada contra as companheiras que optarem por dizer que basta "fazer ciência usual" como feministas, ou o que nos cabe é fazer apenas a crítica à ciência desde uma perspectiva feminista. Em certos contextos, esta é, muitas vezes, a opção certa. Mas, creio que já é chegada a hora de afirmarmos que o que fazemos, quando fazemos tudo isso, é também o fazer de uma ciência feminista.

Por último, devo admitir que, mesmo passados mais de um quarto de século desde aquelas minhas primeiras reflexões sobre "feminismo e ciência", mencionadas anteriormente, vejo-me ainda burilando, senão com as mesmas, por certo com questões de semelhante teor. E se não tenho ainda todas as respostas, se é que algum dia as terei, é porque novas questões vêm sendo e serão postas no próprio processo de tentar respondê-las. Creio que isso é parte do que Donna Haraway (1995) quer dizer quando nos fala que a visão parcial nunca fecha. Como nas palavras de Confúcio: "Mente humana, como pára-quedas, fica melhor aberta."

Notas

[12] Este trabalho é uma versão revisada da intervenção feita à Mesa "Crítica Epistemológica Feminista" , que teve lugar durante o X Encontro da REDOR (NEIM/UFBA, Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001). Partes deste trabalho foram incorporadas, sem o devido crédito, no Texto Didático do Curso "Crítica Epistemológica Feminista" oferecido on-line pela Red Interarmericana Feminista, Mujeres em Desarollo (RIF-MED), através do Colegio de Las Americas, OEA. É de minha responsabilidade a tradução dos trechos de textos aqui contidos, publicados originalmente em Inglês e espanhol.

[3] Apud Lecourt (1975, p.88).

[4] Para uma discussão mais aprofundada sobre esses contrastes, veja-se, por exemplo, Barrett (1980).

[5] Sobre esses debates, ver, por exemplo, Hamilton e Barrett (1986); Eisenstein (1979); Armstrong e Armstrong (1986).

[6] Vejam-se, por exemplo, os artigos que constam da coletânea organizada por Keller e Longino (1996).

[7] Adoto aqui a tradução de *feminist standpoint* utilizada por Costa (1998).

[8] Segundo McClure (1992), esta postura representa a noção defendida por Allison Jaggar (1984).

[9] De forma semelhante procede Jane Flax (1990), ao procurar caminhos em comum entre psicanálise, feminismo e pós-modernismo.

[10] De um modo geral, porém, as epistemologias perspectivistas ou do *standpoint*, têm como fonte original as considerações de Hegel sobre a "dupla visão" do escravo em relação ao seu "senhor", ou seja, sobre a vantagem de perspectiva daqueles na posição de subordinados (HARTSOCK, 1986).

[11] A afirmativa "o pessoal é político", como retórica fundamental do feminismo contemporâneo, implica a perspectiva de que a separação entre a esfera privada (vida familiar e pessoal) e esfera pública é apenas aparente. Questiona também uma concepção do político, tradicionalmente limitado à descrição das relações dentro da esfera pública, tidas até então supostamente como diferentes em conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, na vida "privada". Na perspectiva de gênero feminista, essas diferenças são apenas ilusórias, pois a dinâmica do poder existe nas duas esferas. As relações interpessoais e familiares são também relações sociais e relações de poder entre os sexos e gerações. Elas não são "naturais", mas socialmente construídas e, portanto, historicamente determinadas e passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1994).

[12] Para uma discussão mais elaborada dos encontros e desencontros entre essas duas perspectivas, veja-se Costa (1998).

[13] Para uma discussão das trocas entre Harding e Haraway, veja-se Grassie (2001). A leitura desse texto em muito contribuiu para minha análise da noção de visão em Haraway (1995).

[14] Uma leitura crítica mais aprofundada das colocações de Donna Haraway encontra-se em Santos (1995).

Referências

ALCOFF, Linda. Cultural feminism versus poststructuralism: The identity crisis in feminist theory. In: TUANA, N.; Tong, R. (Eds.). **Feminism and philosophy:** essential readings in theory, reinterpretation and application. Boulder: Westview Press, 1994.

ANDERSON, Elizabeth. **Feminist epistemology and philosophy of science**. Disponível em: <www.plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/:> Acesso em: 07/08/2001.

ARMSTRONG, Pat; ARMSTRONG, Hugh. Beyond sexless class and classless sex: towards feminist marxism. In: HAMILTON, Roberta; BARRETT, Michèle. (Eds.). **The politics of diversity.** London: Verso, 1986. p. 208-240.

BARRETT, Michèle. **Women's oppression today.** London: Verso, 1980.

BARRETT, Michèle. Words and things: Materialism and method in contemporary feminist analysis. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Eds.). **Destabilizing theory:** contemporary feminist debates. Stanford, California: Stanford Univ. Press, 1992. p. 201-219.

_____; PHILLIPS, Anne. Introduction. In: BARRETT, M.; PHILLIPS, A. (Eds.). **Destabilizing theory:** contemporary feminist debates. Stanford, California: Stanford Univ. Press, 1992.

BUTLER, Judith. Contingent foundations. In: NICHOLSON, L. (Ed.). **Feminist contentions:** A philosophical exchange. New York: Routledge, 1995.

BUTLER, Judith. Contingent foundations. In: NICHOLSON, L. et al**.** **Feminist contentions**. A philosophical exchange. New York: Routledge, 1996. p. 35-58.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. **Revista Estudos Feministas,** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.

CODE, Lorraine. **What can she know?** Feminist theory and the construction of knowledge. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: The sociological significance of black feminist thought. In: FONOW M. M.; COOK J. A. (Eds.). **Beyond methodology:** Feminist scholarship as lived eesearch. bloomington. Indiana: Indiana University Press, 1991. p. 35-59.

COLLINS, Patricia Hill. **Fighting words:** black women and the search for justice. Minneapolis: Univ. of Minnessota, 1998.

COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-48, 2000.

COSTA, Cláudia Lima. O feminismo e o pós-modernismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. D. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Das Mulheres, 1998. p. 57-90.

EISENSTEIN, Zillah (Ed.). **Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism.** New York: Monthly Press, 1979.

FARGANIS, Sondra. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.

FLAX, Jane. The End of Innocence. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (Eds.). **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992. p. 445-463.

FLAX, Jane. **Thinking fragments.** Psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary west. Berkeley: University of California Press, 1990.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

FRASER, Nancy; NICHOLSON, Linda (Eds.). **Feminism/postmodernism.** New York: Routledge, 1988.

GRASSIE, William. **Cyborgs, trickster, and hermes**: Donna Haraway's metatheory of science and religion. Disponível em: <www.voicenet.com/~grassie/Fldr.Articles/Cyborgs.htm>. Acesso em: 13/04/2001.

GRASSIE, William. Postmodernism: what one needs to know. **Zygon: Journal of Religion and Science**, 1997. Disponível em: <www.voicenet.com/~grassie/Fldr.Articles/Postmodernism.html.> Acesso em: 13/04/2001.

GROSZ, Elizabeth. Que és la teoría feminista?. **Debates Feministas,** Mexico, D.F., Ano 6, v. 12, p. 85-105, out. 1995.

HAMILTON, Roberta; BARRETT, Michèle (Eds.). **The politics of diversity**, London: Verso, 1986.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os *Cyborgs*: Ciência, tecnologia e feminismo socialista na dècada de 80. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-287.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, p. 07-42, 1995.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism.** Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & methodology.** Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method?. In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.

HARDING, Sandra. **Whose science?** Whose knowledge? Thinking from women's lives. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

HARDING, Sandra. Ciencia y feminismo. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

HARDING, Sandra. **Is science multicultural?** Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1998.

HARDING, Sandra. Comment on Walby's 'Against epistemological chasms: the science question in feminism revisited' Can democratic values and interests ever play a rationally justifiable Rome in the evaluation of scientific work? **Signs: Journal of Women in Culture and Society,** v. 26, n.2, p. 511-525, 2001.

HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & methodology.** Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986. p. 157-180.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: BRASILEIRO, Ana Maria (Org.), **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HOOKS, bell. Postmodern blackness**. Postmodern Culture**, v. 1, n. 1, p. 10-18, 1990.

HULL, Gloria T.; BELL SCOTT, Patricia; SMITH, Barbara (Eds.). **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave.** Black Women's Studies. Old Newsbury, New York: The Feminist Press, 1982.

JAGGAR, Allison. **Feminist politics and human nature.** Totowa, New Jersy: Rowman and Allanheld, 1984.

KELLER, Evelyn Fox. Feminism and science. In: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Eds.). **Feminism & science.** Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 28-40.

KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen E. (Eds.). **Feminism & science.** Oxford: Oxford University Press, 1996.

LECOURT, Dominique. **Marxism and epistemology.** Bachelard, Canguilhem, Foucault**.** London: New Left Books, 1975.

LLOYD, Genevieve. Reason, science and the domination of matter. In: KELLER, E.Fox; LONGINO, H. **Feminism & science.** Oxford: Oxford Univ. Press, 1996. p. 41-53.

LONGINO, Helen. **The fate of knowledge.** Princeton/NJ: Princeton University Press, 2001.

LONGINO, Helen. **Science as social knowledge.** Values and objectivity in social inquiry. Princeton/NJ: Princeton University Press, 1990.

MacKINNON, Catharine. Feminism, marxism, method, and the state. Toward feminist jurisprudence. In: HARDING, Sandra (Ed.). **Feminism & methodology.** Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1987. p. 135-156.

McCLURE, Kirstie. The issue of foundations: scientized politics, politicized science, and feminist critical practice. In: BUTLER, Judith; SCOTT, Joan W. (Eds.). **Feminists theorize the political**. New York: Routledge, 1992. p. 341-368.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates em torno a uma metodología feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998. p. 63-102.

MORAGA, Cherrie; ANZALDUA, Gloria (Eds.). **This bridge called my back:** writings by radical women of color**.** New York: Kitchen Table, 1983.

MORGAN, Robin (Ed.). **Sisterhood is powerful**. New York: Vintage Books, 1970.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 276-290.

NELSON, Lynn Hankinson. **Who knows.** From Quine to a feminist empiricism. Philadelphia, Pa: Temple Univ. Press, 1992.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.

OAKLEY, Ann. Science, gender, and women's liberation: an argument against postmodernism. **Women's Studies International Forum**, New York, v. 21, n. 2, p. 133-146, 1998.

RAGO, Margaret. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. p. 21-42.

ROSE, Hilary. Nada menos que metade dos laboratórios. In: ROSE, Steven; APPIGNANESI, Lisa (Orgs.). **Para uma nova ciência.** Lisboa: Gradiva, 1989. p. 221-244.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SANDOVAL, Chela. US third world feminism: the theory and method of oppositional consciousness in the Postmodern World. **Genders,** n. 23, p. 2-23, 1991.

SANTOS, Maria Cecília Mac Dowell dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa 'não inocente' com Donna Haraway. **Cadernos PAGU,** São Paulo, n. 5, p. 43-72, 1995.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Feminist research: what is it?. 1976. Mimeografado.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; COSTA, Ana Alice. Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M.Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHIENBINGER, Londa. Why mammals are called mammals: Gender politics in eighteenth century natural history. In: KELLER, E.Fox; LONGINO, H. **Feminism & science.** Oxford: Oxford Univ. Press, 1996. p. 137-153.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. **Revista Projeto História**, n. 16, p. 297-326, fev. 1998.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988.

SMITH, Dorothy E. **The everyday world as problematic**. A feminist sociology. Boston: Northeastern University Press, 1987.

SMITH, Dorothy E. Women's perpective as a radical critique of sociology. In: HARDING, S. (Ed.). **Feminism & methodology.** Bloomington, Indiana: Indiana Univ. Press, 1987. p. 84-96.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

SPIVAK, Gayatri C. The politics of translation. In: BARRET, Michèle; PHILLIPS, Anne (Ed.). **Destabilizing theory:** contemporary feminist debates**.** Stanford: Stanford University Press, 1992. p. 177-200.

WESTKOTT, Marcia. Feminist Critique of the Social Sciences. **Harvard Educational Review**, Cambridge, v. 49, n. 4, 1979.

NOVAS TECNOLOGIAS E IMPACTO SOBRE A MULHER*

Maria Helena Santana Cruz

A reflexão a respeito do impacto das novas tecnologias sobre a mulher envolve considerações em relação ao *efeito* dos processos que atravessam o conjunto da sociedade e originam-se no centro e não na periferia da vida social; exige uma interlocução com duas grandes tendências conflitantes que moldam o mundo de hoje: *o processo de globalização e a identidade*.

A partir de meados de 1970, as intensas modificações socioeconômicas relacionadas ao processo de globalização das economias capitalistas (ampliado a partir da década de 1980) ganham, na contemporaneidade, *características* próprias, inusitadas e um assombroso impulso com o enorme salto qualitativo ocorrido nas tecnologias da informação. Isso porque, as inovações introduzidas nos sistemas produtivos, a microeletrônica, a automação, a robótica, a telemática e a reestruturação produtiva engendram alterações substantivas no que diz respeito não apenas à criação de grandes sistemas econômicos em larga escala, mas também à transformação de contextos locais, culturais, com repercussão no cotidiano, nas relações sociais.

De par com as transformações do capitalismo, com a crise dos paradigmas produtivos, com a crise dos paradigmas de explicação da realidade e a extinção do estatismo, produziu-se uma onda poderosa de expressões de identidade coletiva. Em essência, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo deram origem à sociedade em rede e introduziram a globalização de atividades econômicas estratégicas, a flexibilidade e a instabilidade do trabalho e uma cultura da instabilidade real, cujos múltiplos efeitos são ainda imprevisíveis. As formas de organização da atividade produtiva foram alteradas radicalmente, ultrapassando a busca apenas de mercados globais; ela própria passou a ser global, apresentando algumas características essenciais como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do mercado internacional – viabilizado pelo movimento e queda generalizada de barreiras protecionistas. Essas mudanças permitiram a reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas e a formação de grandes mercados e blocos econômicos (Dupas, 1999).

Considerando os países latino-americanos, as rápidas mudanças transformaram o perfil das economias e sociedades, no final do século XX. Na esfera econômica, foram capitaneadas pelo incremento no volume e ritmo dos fluxos de comércios e investimentos para além das fronteiras nacionais, pela integração dos sistemas econômicos em escala mundial, pelas intensas transformações na informática e nas comunicações, pelas reformas econômicas e, ainda, pelo estabelecimento e/ou fortalecimento de blocos econômicos sub-regionais, como o Nafta e Mercosul. Na *esfera política*, a queda dos governos autoritários alterou a face das formas de organização e participação cidadã, recolocando as instituições da chamada "economia formal" no centro dos jogos políticos. Na *esfera social*, o crescimento da participação feminina na força de trabalho, a proliferação das formas de trabalho instável e precário, os movimentos de população e a reespacialização das atividades econômicas constituem fenômenos igualmente salientes.

Para além da integração do fluxo monetário e de mercadorias, a globalização proporciona também a crescente interdependência das pessoas em nível mundial. Conforme reflete Giddens (1996), a introdução de novas tecnologias, a automação, os sistemas informatizados integrados, a utilização dos meios de comunicação e transportes de massa, favorecem a compressão do *espaço-tempo* e a eliminação das fronteiras. A vida das pessoas está ligada mais profundamente, mais intensamente e mais diretamente que no passado. Ampliam-se as oportunidades de enriquecimento da vida e de criação de uma comunidade global baseada em valores compartilhados. A nova lógica global repercute, assim, de forma marcante, nos processos de fazer e conviver, introduzindo as lógicas da urgência e da mudança. Intimamente relacionadas, elas facilitam o contato com os acon-

tecimentos mundiais numa velocidade talvez nunca vista antes na história da humanidade.

Todo esse processo contribui para a emergência de uma nova ordem social – a ordem pós-tradicional, compreendida como aquela em que a tradição não desaparece, mas muda de significado. Por isso, a noção de compressão do espaço-tempo é considerada altamente instrumental para se analisar como a modernidade se constitui e para se entender o "encolhimento" provocado pelos sistemas de comunicação, transportes e informações. Se, por um lado, esses sistemas impuseram um novo ritmo à sociedade e às políticas sociais, com impactos em diversos setores e campos do saber, por outro lado, influíram no aumento da percepção fragmentada do mundo, expondo indivíduos e grupos a uma quantidade de estímulos e informações sem precedentes, com intensidades e impactos desiguais, a depender de sua situação no *espaço* e no *tempo* (HARVEY, 1994).

Estando o mundo todo interligado, cada vez mais se torna fundamental estudar e compreender o lugar onde se vive e onde acontecem os fenômenos. Cada lugar é, a seu modo, a reprodução de uma realidade que é global. A partir da formulação de regras gerais de movimento global, poderão ser definidas a nova estrutura e a nova organização do espaço geográfico.

Em uma análise abrangente do capitalismo contemporâneo, Castells (2000) caracteriza o novo momento como a Era da Informação. Ela se originaria na coincidência histórica, desde fins dos anos 60 e meados dos anos 70, de três processos independentes: a revolução das tecnologias de informação, a crise econômica, tanto do capitalismo quanto do estatismo e suas reestruturações subseqüentes, o florescimento dos movimentos sociais e culturais como o antiautoritarismo, a defesa dos direitos humanos, o feminismo e a ecologia. A interação desses processos e as reações produzidas criaram uma nova estrutura social dominante, *a sociedade em rede*; uma nova economia, a economia informacional-global, uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. O computador representa para nós o que a máquina a vapor representava há três séculos. Depois dela, nada mais foi como antes. No entanto, o fundamental não está no computador, mas em todas as suas implicações. Uma nova civilização está emergindo em nossas vidas e modificando nossa maneira de pensar. Ela traz consigo novos estilos de família, novos modos de trabalhar, de amar, de viver e de se relacionar.

Os modelos de identificação que, no passado, tinham oferecido sólidas localizações para os indivíduos, estão sendo deslocados e, concomitantemente, deslocando estruturas e dinâmicas centrais das sociedades do século XXI. Com isso, gera-se um tipo diferente de mudança estrutural, que abala os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. O declínio desses modelos faz surgir a necessidade de novas identidades e conduz à

fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado e integrado. Em outras palavras, esses processos estão mudando nossas identidades pessoais e culturais, abalando a idéia que temos de nós próprios, questionando aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais.

Numa perspectiva política e social, pode-se dizer que o processo de globalização e sua inter-relação com as novas tecnologias possibilitam focalizar os temas da subjetividade, da identidade e dos processos de fragmentação de identidades (de gênero, classe, sexualidade, geração, etnia e nacionalidade). Interessa focalizar, neste momento, a questão do gênero.

A identidade de gênero vai-se construindo durante toda a vida. Na etapa adulta do processo de socialização, define-se por meio de distintas instituições e práticas sociais. O trabalho, o emprego constituem, portanto, elementos socializadores, um espaço de mediação em que se constróem, no ambiente, as relações de gênero. Nesse espaço, concretiza-se a divisão sexual do trabalho, a qual põe de manifesto que cada tarefa é dotada de gênero na relação que as trabalhadoras e trabalhadores têm com a tecnologia, que também tem gênero.

Nesse sentido, torna-se oportuno refletir sobre as oportunidades e experiências de inserção de mulheres no mercado, assim como sobre os novos problemas e desafios surgidos nesse novo contexto marcado pelos processos de globalização e integração regional, reestruturação e inovações tecnológicas. Como homens e mulheres estão mergulhados num contexto, estudá-los em sua historicidade parece o meio mais eficiente para compreender o processo de construção de identidade de gênero no contexto mundial, e os acontecimentos que fizeram história em nosso país no limiar do século XXI, indicando fatos e interpretações que reforçam a análise empreendida e certos desafios do presente. Os estudos sob a perspectiva de gênero analisam o trabalho feminino nos contextos de globalização e de modernização tecnológica. Trazem para o centro do debate a crítica dos novos paradigmas diante das transformações no mundo do trabalho, enfatizando aqueles aspectos mais importantes da participação da mulher, particularmente em decorrência do acelerado avanço da força de trabalho feminina. Focalizam a situação do emprego[1] e qualificação, tendo em vista estabelecer conexão entre eles e a mudança tecnológica em diversos países, regiões e mercados (Mercosul, Nafta e outros).

Nessa perspectiva, gênero é, hoje em dia, um conceito de grande valor para o entendimento das transformações da sociedade. Tem valor empírico pela sua utilidade para descrever as diferenças entre homens e mulheres e as relações que se estabelecem entre eles. Também tem valor analítico, quando usado para explicar os ordenamentos das sociedades. Entretanto, o valor principal da pala-

vra gênero[2] está no fato de ser uma ferramenta para desmanchar, ou, dito mais apropriadamente, desconstruir a ligação entre mulher e natureza e, assim, possibilitar o entendimento da igualdade entre mulheres e homens. Por carregar um significado fartamente politizado, ela é uma palavra com força para suscitar diferentes reações nos indivíduos, tanto de adesão como de oposição, surgidas nos diferentes espaços das sociedades modernas. A palavra é forte porque tem sentido, significado, na conversação, nos jogos da linguagem. Esses jogos estão presentes em todos os tipos de interação, ao dar e receber ordens, ao descrever alguma coisa, ao especular sobre um evento, ao inventar ou contar palavras, conforme pressupostos habermasianos da Teoria da Ação Comunicativa.

Ao se considerar o contexto atual, observa-se que o contínuo avanço da economia global não parece garantir que as sociedades futuras possam, unicamente por mecanismos de mercado, gerar postos de trabalho, mesmo os flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos. Chama a atenção a quase unanimidade nas preocupações que envolvem a situação atual de aumento da desigualdade e de polarização no seio da sociedade. Cada pesquisador, no entanto, qualifica esse fenômeno diferentemente e vê variadas determinações para esse processo.

As transformações em curso estão redefinindo o modo de vida dos cidadãos e o modo de operar das instituições. Verifica-se que o capital atual é alimentado pela força de suas contradições. De um lado, observa-se o enorme volume de investimentos necessários à liderança de produtos e processos, numa competição acirrada por redução de preços e por qualidade na busca de eficiência, lucros e expansão do mercado. Por outro lado, observa-se a dialética da exclusão/inclusão (apesar do desemprego estrutural crescente – incapacidade de geração de empregos formais em quantidade e qualidade adequadas). O capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda dos preços dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda.

O acirramento das desigualdades sociais se expressa na participação da mulher no mercado de trabalho, especificamente no continente latino-americano, o que justifica a urgência de afinamento dos instrumentos conceituais que possibilitem um maior entendimento dessa realidade. Pesquisas de autores nacionais e internacionais que abordam a divisão social e sexual do trabalho em grandes empresas (Hirata, 1998), assim como a literatura existente sobre gênero e reestruturação produtiva (Abramo, 1996; Wood, 1989; Roldán, 1993; Segnini, 1995; Abreu; Sorj, 1995; Posthuma; Lombardi, 1996; Leite, 1988; Cruz, 1999; entre outros) tendem a indicar que, entre os setores, empresas e atividades que empregam homens e os que empregam mulheres, não se constrói da mesma

maneira o conjunto das descontinuidades ou rupturas que marcam os novos modelos produtivos. Os estudos alertam para o silêncio sobre a dimensão de gênero que cerca a discussão dos novos paradigmas e do impacto das inovações tecnológicas sobre as mulheres e denunciam que esse silêncio ajuda a esconder importantes problemas nas novas formas de organização produtiva, em especial no que se refere à eqüidade social. Considera-se que a inclusão da categoria gênero nas pesquisas pode levar a duas conseqüências no plano analítico: a primeira, é que a introdução de uma perspectiva sexuada faz "explodir" a unidade categorial de "empresa"; a segunda, é que a dimensão de gênero questiona fortemente as Ciências Sociais, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem, encarnando o universal.

No âmbito da Sociologia do Conhecimento, há mais de vinte anos, as teorias dominantes apresentavam a ciência e a tecnologia quase sempre excluídas de suas análises. Desde os anos setenta, os aportes da teoria construtivista vêm ganhando remarcada importância para fazer sair da superfície o caráter social da produção científica, abrindo-se novos campos de estudo com perspectivas divergentes (ALEMANY, 1999). Os autores homens que se dedicaram a investigar o processo de desenvolvimento das tecnologias não perceberam a assimilação da tecnologia com a masculinidade como um processo de *construção social*. Essas análises, em geral, não atentam para as relações de poder historicamente construídas nos fenômenos estudados; por isso, tendem a excluir não somente as relações de classe, senão também as relações de sexo, transversais na sociedade, consideradas a base das análises feministas e que, portanto, não podem ser ignoradas. Em definitivo, as análises feministas não encontram um modelo que permita explicar o mal-estar das mulheres ante a tecnologia, sua indiferença, ou seu medo diante de uma máquina. Tampouco podem buscar apoio em uma teoria que explique o domínio dos homens no campo da tecnologia e a exclusão ou marginalização das mulheres nesse âmbito. Contudo, alerta-se para o fato de que, a falta de familiaridade e acesso às novas tecnologias, incluindo a Internet, fortalecem a divisão social e sexual do trabalho, e o processo de exclusão das mulheres do mercado.

A relação assimétrica entre gêneros na esfera do trabalho concretiza-se em divisão sexual do trabalho, cuja estreita relação com a subordinação feminina é revelada em dados estatísticos e compreendida nas concepções sobre a mulher expressas por trabalhadores e trabalhadoras. Uma vez que eles tomem conhecimento das relações hierárquicas que encobrem a divisão sexual do trabalho, poderão levar a cabo ações tendentes a uma maior igualdade entre os gêneros, ou seja, poderão construir um mundo onde a mulher não seja subordinada, onde a diferença entre gêneros não signifique desigualdades sociais.

Sabe-se que todas as sociedades humanas têm algum tipo de divisão sexual do trabalho: decidem quais trabalhos os homens realizam e quais se situam dentro da órbita feminina. Não obstante, de acordo com a literatura antropológica, há uma grande diversidade sobre o que pode se considerar trabalho feminino e masculino. Como disse Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 91): "Não existem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituam a divisão sexual do trabalho, senão que existe uma construção social e práticas e relações de trabalho cuja coerência reside na existência de muitas vozes simbólicas e vários fatores".

A complexidade do tema permite que seja abordado de distintos ângulos. Neste trabalho, o foco é dirigido para as relações de gênero. Questiona-se até que ponto as potencialidades presentes nos novos paradigmas produtivos e a introdução das inovações tecnológicas contribuem para a ampliação das oportunidades de acesso ao emprego e das condições de permanência das mulheres no trabalho. Em outras palavras, busca-se respostas para algumas indagações. Estariam os processos de inovações tecnológicas abrindo às mulheres mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho? Seu efeito principal estaria apontando no sentido de uma elevação da distribuição da divisão sexual, segmentação horizontal e vertical de gênero, ou, ao contrário, estariam apontando na direção de sua reprodução, incluindo a configuração de novas formas de divisão sexual do trabalho, aumentando a segregação? O desenvolvimento tecnológico e a relação que homens e mulheres estabelecem com a máquina reproduzem a subordinação da mulher? Estariam os novos paradigmas produtivos e a introdução das inovações tecnológicas e organizacionais ampliando as oportunidades de qualificação e revalorização de novas competências e *qualificações sociais ou tácitas*, contribuindo para a construção da cidadania plena das mulheres?

Alguns autores consideram que a tecnologia ocidental tem um caráter eminentemente patriarcal cujo centro são as questões de dominação, poder e controle. A esse respeito, preocupado em entender que a realidade social é composta por um mecanismo de dominação, pela ausência de comunicação, J. Habermas (1968) critica a dominação da *razão instrumental* (técnica) no capitalismo e explicita que o sujeito introjeta o poder de tal modo, que não se percebe enquanto tal. Ele propõe a substituição da razão instrumental pela *razão comunicativa*, mediante a dialética, a interação, o discurso argumentativo, a reflexão e o conseqüente desenvolvimento da consciência crítica.

Máquinas, equipamentos e desenvolvimento tecnológico caminham de mãos dadas. A tecnologia, por sua vez, relaciona-se estreitamente com a ciência. C. Cockburn (1990) faz notar que a ciência tenta dar uma explicação racional da natureza. O conceito de razão parece marcado por conotações masculinas, enquanto natureza é um conceito com conotações femininas. A dicotomia nature-

za/cultura na relação com o feminino/masculino é objeto de múltiplas análises[3] no plano do simbólico. Da mesma maneira que a cultura associa-se com a masculinidade, a tecnologia é também expressão da cultura e a ela se associa.

Segundo as teorias do patriarcado – que descrevem a dominação do homem sobre a mulher –, a tecnologia converte-se em um instrumento para manter as mulheres oprimidas na sociedade e no mercado de trabalho. Essa opressão/dominação é explicada de diversas maneiras pelas atuais disciplinas que fazem uso da teoria do patriarcado. Desde as Ciências Sociais, em especial na tradição marxista, o patriarcado é um conjunto de relações sociais que tem uma base material. Nele, as relações hierárquicas e de solidariedade entre os homens permitem o controle das mulheres. Porém, a opressão também se explica nas perspectivas psicológica, ideológica e cultural, contribuindo para fortalecer a dinâmica emocional da personalidade, profundamente enraizada no subconsciente e no inconsciente. A ciência, portanto, seria alheia à natureza mesma das mulheres. Sobre o controle masculino, a tecnologia produzida para ser usada pelas mulheres pode ser sumamente inapropriada para as suas necessidades, inclusive perniciosa e, pode ainda incorporar ideologias masculinas que determinam como devem elas viver. Assim, consumam-se, a alienação e a exclusão das mulheres no âmbito tecnológico.

Nessa perspectiva, de acordo com C. Cockburn (1990), pode-se dizer que os homens apropriam-se da tecnologia como esfera da masculinidade, pois a concepção e a fabricação dos instrumentos de trabalho, de autos e máquinas em geral estão sob o seu controle, simplesmente porque essa é uma das áreas das quais as mulheres estão excluídas, como estão das áreas de decisões governamentais na maioria dos países. A mesma socialização de gênero também desenvolve e reforça a aproximação do homem a processos tecnológicos (jogos de armar e desarmar, brinquedos com carrinhos etc.), enquanto as meninas são alijadas de tais práticas. Os homens interferem ainda, de maneira determinante, na definição dos trabalhos profissionais e domésticos das mulheres, tornando-se muito estranho que elas exerçam um poder mecânico. No próprio local de trabalho, pode-se verificar que a "neutralidade" não se concretiza. A nova tecnologia que chega já traz assinalado seu gênero nas expectativas de seus planejadores, desde o ponto de vista ergonômico, por exemplo. A especialização de sexo pode ser dada por tamanhos e medidas dos equipamentos e pela força requerida para utilizá-los. Essa mesma orientação está subjacente nas formas de organização e gestão do trabalho, com vistas à rentabilidade e ao lucro do capital. É uma situação em que capitalismo e patriarcado se unem como faces de uma mesma moeda (Saffioti, 1987). O capitalismo se aproveita das diferenças de papéis de acordo com o sexo do trabalhador para aumentar a produtividade e o lucro. Esse seria um dos tantos cruzamentos entre a lógica do sistema de classes e a lógica do sistema de gêneros.

Em síntese, a tecnologia é uma fonte de poder. Nela, os homens se instalam para exercer e garantir o seu poder em outras áreas. Ela conforma nossas vidas e estrutura o que e como fazemos, como vivemos as relações sociais e o significado do ser humano.

Novos Modelos Produtivos e Relações de Gênero

A quase totalidade das pesquisas sobre o pós-fordismo, a "*especialização flexível*" (Piore; Sabel, 1984), os novos modelos produtivos dos anos 80 (Kern; Schumann, 1984; Durand, 1993) e os novos conceitos de produção (Beggren, 1989), ou mais recentemente as teses macroeconômicas sobre globalização não levam em conta as implicações sobre a divisão do trabalho e do emprego na dimensão do sexo/gênero. Ora, as repercussões desses processos não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e das mulheres. Acrescente-se, também, que, no interior do conjunto dos trabalhadores homens, há diferenças de acordo com a qualificação e a categoria sócio-profissional, as quais não são consideradas.

As conseqüências desses processos podem ser eminentemente contraditórias. Pesquisas efetuadas em países europeus e da América Latina têm permitido afirmar que a introdução de novas tecnologias pode redundar em abertura de novas oportunidades e em conseqüências positivas para o trabalho feminino (Abramo, 1996), criando novas chances de emprego qualificado, sobretudo no setor de informática. Mas ela também pode reforçar a exclusão das mulheres e constituir um risco real no plano do emprego sobretudo, para as trabalhadoras não qualificadas. Avesso a essa diversidade, o conceito de "especialização flexível" é fundado sobre o arquétipo do trabalhador do sexo masculino de grandes empresas, e não sobre a grande massa de trabalhadoras (Hirata, 1998). Na verdade, o modelo japonês – no qual apenas o trabalhador do sexo masculino desfruta do emprego estável (dito "vitalício"), da promoção por tempo de serviço e de carreira na empresa – parece ser o inspirador desse novo paradigma da produção industrial alternativo ao modelo do fordismo, que tem pretensões a uma validade universal.

A introdução da categoria de gênero se faz necessária, uma vez que as condições de trabalho e as formas de inserção na atividade produtiva de mulheres e homens variam consideravelmente de acordo com o sexo. Compreende-se que as transformações do trabalho e as reestruturações produtivas geram impactos e conseqüências diferenciadas para a mão-de-obra masculina e feminina.

Sublinha-se, então, o interesse pelo aprofundamento desse debate, a fim de se ampliar o conceito de trabalho, levando-se em conta as relações de gênero e as inovações tecnológicas. Também se deve questionar, ao mesmo tempo, o lugar do trabalho na sociedade – ponto altamente polêmico, como atesta o debate sobre "o fim do trabalho" ou a sua centralidade.

As Transformações do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva

Assiste-se hoje a uma dupla transformação do trabalho, tanto no que se refere ao conteúdo da atividade quanto às formas de emprego – transformação aparentemente paradoxal, pois esse duplo processo ocorre em sentidos opostos. De um lado, para a realização desses novos modelos, há uma exigência de estabilização do trabalho e do envolvimento do sujeito no processo, mediante atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou "intercompreensão" (Zarifian, 1990). Verifica-se uma "instabilização" e uma precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado e da flexibilidade no uso da mão-de-obra. Esse movimento de instabilização mostra-se mundializado, enquanto o segundo movimento, "precarização", resulta do primeiro, no sentido de que a emergência do novo modelo produtivo, *a especialização flexível*, funda-se sobre a flexibilidade máxima dos processos, da tecnologia, do emprego.

Novas Tendências na Organização Sexuada do Trabalho

Algumas pesquisas têm demonstrado que, com a introdução da informática nos serviços ou mesmo no setor industrial, certas profissões e tarefas que exigem iniciativa, responsabilidade, conhecimento técnico e criatividade estão sendo abertas a mulheres: engenheiras, analistas de sistemas, programadoras, técnicas de nível médio (em indústrias extrativas no Brasil). Mas tais postos são em número limitado e preenchidos, majoritariamente e de preferência, por trabalhadores do sexo masculino. Por outro lado, no Brasil, apesar de os dados da OIT/Cintefor/Senai indicarem nos cursos técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) um aumento expressivo de mulheres aprendizes (em São Paulo, essa participação passou de 7,9%, em 1998, para 15%, em 1999), o conteúdo do ensino por ele oferecido continua a referir-se ao quadro das indústrias e postos de trabalho tradicionalmente femininos, como no ramo têxtil ou alimentício (Posthuma; Lombardi, 1996).

Nos anos que se sucederam ao milagre econômico no Brasil (1969-1972), os efetivos femininos multiplicaram-se em setores como os da construção civil, empresas de transportes coletivos, indústrias de equipamentos de comunicação/informação, mas também no ramo metalúrgico, com o recrutamento de mulheres para operação de fresa, torno e outras máquinas e equipamentos. No entanto, para as empresas, essa abertura de postos de trabalho para as mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou uma desqualificação – se antes, como ocorreu numa das empresas pesquisadas, todas as máquinas eram preparadas por contramestres, essa atividade, até então qualificada, passou a ser repetitiva e sem exigência de elevada qualificação, justificando salários rebaixados e, consequentemente, a desvalorização do emprego. O aumento das oportunidades de emprego, em muitas situações, ocorre concomitantemente à manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino (postos de instrumentação e manutenção – indústrias extrativas de transformação). A entrada de mulheres como técnicas de manutenção constitui ainda um fato novo e é ainda bastante excepcional na indústria brasileira. As mulheres ocupam os piores serviços na manutenção, observando-se com freqüência o fenômeno da negação da identidade sexual na realização do trabalho remunerado – "Tem que ter postura bem profissional, como se fosse um homem trabalhando".

Mulheres em ocupações técnicas (engenheiras, instrumentistas, técnicas de manutenção e outras) revelaram interesse e desejo de oportunidade para operarem máquinas, evidenciando-se a valorização da formação matemática. Elas são consideradas responsáveis, cuidadosas e produzem com alta qualidade. Esse fato sugere que os progressos no campo tecnológico podem conduzir ao processo de qualificação de mulheres, ao uso de suas habilidades em novas bases, o que significa mudar a visão naturalizada dos papéis e rever a idéia de que elas têm formação matemática deficiente. A capacidade técnica lhes é exigida no exercício da atividade e a continuidade da formação – um curso universitário, preferencialmente de engenharia – passa a ser uma realidade em sua trajetória profissional. Parece então confirmar-se a tendência da "justaposição" entre taylorismo (setor feminizado) e flexibilidade (setor masculinizado), constatada em várias situações: existência de formas de empregos *atípicos* para as mulheres, tendência observada na França (Hirata, 1998; e no Brasil por Leite, 1988; Posthuma; Lombardi, 1996; Cruz, 1999), e flexibilidade, formação qualificada e polivalência, para os homens; intensificação do trabalho para as mulheres e enriquecimento do trabalho para os homens; apelos a tipos opostos de multifuncionalidade, com integração de atividades mais simples para as operadoras e mais complexas para os operadores. Assim, tanto no caso francês quanto no brasileiro, responsabilidade, trabalho em grupo, competência técnica, diante de eventos e autoridade, não parecem caracterizar geralmente o trabalho industrial feminino.

Diante dessas considerações, é possível afirmar que, no Brasil, a difusão das inovações organizacionais e tecnológicas nos anos 80 e 90 deu-se de forma desigual, afetando principalmente as grandes empresas do setor dinâmico e, no âmbito dessas, o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. As operárias continuam sendo freqüentemente controladas segundo modalidades tayloristas da organização do trabalho, com cadências e ritmos impostos por linhas de montagem, máquinas e normas disciplinares, ou pela demanda de cliente (sistema *just-in-time*). O processo de precarização da força de trabalho desde o início da década de 90 parece, ao contrário, ter reforçado a polarização das qualificações segundo o sexo, na qual as mulheres se encontram em postos paradoxalmente empobrecidos pela integração de tarefas ou pela "combinação de duas tarefas de baixa qualificação" (Leite, 1988; Posthuma; Lombardi, 1996). A segregação reforça a falta de oportunidades e de experiência técnica das mulheres. Nessa situação, elas tendem a permanecer em atividades e formas periféricas. Desse modo, é possível preconizar que os movimentos complexos da mão-de-obra feminina estão ligados a três fatores indissociáveis: a conjuntura do mercado de trabalho (de *boom* econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, enfim, a subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de atuar e de se manter no mercado de trabalho (Hirata, 1998).

No caso do setor financeiro bancário, onde o trabalho integrado em rede sofreu forte impacto das inovações tecnológicas e organizacionais, as pesquisas revelam que as tarefas monótonas e repetitivas (caixas) aliadas a uma intensidade elevada de trabalho são destinadas crescentemente às trabalhadoras, à medida que os postos masculinos enriquecem-se (cargos de comando, chefia e gerência). Aqueles não são propícios ao exercício da criatividade e da autonomia, elementos constitutivos dos novos modelos, ao contrário dos atribuídos aos trabalhadores do sexo masculino (Segnini, 1995; Cruz, 2000). A esse respeito, dados obtidos no setor financeiro na região sul do país mostram convergências quanto à relação capital/trabalho. Contudo, se observado o recorte de gênero, a feminização do trabalho bancário não apresenta situação de homogeneidade. Embora o setor seja o mesmo, as oportunidades abertas às mulheres são diferenciadas nos bancos estatais. A flexibilização do trabalho mostra-se mais favorável a elas nos bancos estatais estaduais, enquanto nos federais a rigidez da verticalização das relações sociais, a burocratização e elementos patriarcais manifestam-se com maior intensidade. Essa falta de homogeneidade, por conseguinte, dificulta a generalização da expressão dos fenômenos.

Nota-se duas especificidades do comportamento do emprego feminino no contexto atual de crise e de reestruturação. Em primeiro lugar, a evolução do emprego desmente a tese do "exército industrial de reserva", segundo a qual as

mulheres são mobilizadas quando o capital necessita delas e voltam para a "reserva" (a esfera doméstica) quando se instaura a concorrência entre os sexos pelo emprego assalariado. As taxas de atividade masculina estagnam ou decrescem, enquanto as de atividade feminina ampliam-se durante o período de expansão e continuam a crescer durante a crise em praticamente todos os países industriais. Em segundo lugar, observa-se, no último período, um crescimento simultâneo da taxa de atividade feminina e da precarização do emprego, seja pelo aumento do trabalho dito de "tempos impostos", seja pelo aumento do trabalho informal (sem registro em carteira) em vários países, inclusive no Brasil.

Analisando o informacionalismo, Castells (2000) lembra que em todo o mundo há uma expansão do trabalho remunerado por meio da incorporação maciça de mulheres à população economicamente ativa e do deslocamento de trabalhadores agrícolas para a indústria, os serviços e a economia informal urbana. A melhoria da posição das mulheres em relação aos homens é, portanto, um aspecto fundamental de um desenvolvimento sustentável. Elas realizam dois terços do trabalho no mundo, recebem apenas 10% da renda global; seu trabalho assalariado concentra-se nos setores mais periféricos do mercado, com as piores condições, salário líquido baixo e fracos níveis de segurança (Giddens, 1996).

A introdução das novas tecnologias da informação desempenhou um papel decisivo no surgimento desse capitalismo flexível e dinâmico, ao proporcionar as ferramentas para a comunicação à distância, por meio de redes, o armazenamento e o processamento da informação, a individualização coordenada do trabalho e a concentração e descentralização simultâneas de tomadas de decisões. Castells (2000) acredita que o resultado específico da interação entre as tecnologias da informação e o emprego depende de fatores macroeconômicos, estratégias econômicas e contextos sociopolíticos. Considera que os postos de trabalho industriais mais tradicionais irão reduzir-se, tal como aconteceu com os agrícolas. Mas, por outro lado, estarão sendo criados novos postos na indústria de alta tecnologia e nos serviços. Esse autor também distingue os impactos nos diversos conjuntos de relações sociais. Isso significa reconhecer que a análise dos impactos das inovações tecnológicas precisa considerar as relações que os diferentes sujeitos estabelecem com elas, o que envolve questões culturais, sociais, políticas e éticas. O objetivo deve ser melhorar a qualidade de vida das pessoas, integrando-as a diferentes práticas cotidianas.

A principal diferença entre o atual impacto das inovações tecnológicas no tecido social e o das décadas anteriores é que os setores expulsos do sistema produtivo não são os mesmos que estão sendo incorporados pelo novo modelo. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em decorrência da precarização das relações de trabalho, e oscilam cotidianamente para a "exclu-

são", que vem se impondo pouco a pouco. À medida que os processos de crise e reestruturação econômica se produzem e atravessam as sociedades contemporâneas, o conceito de "exclusão" oferece uma perspectiva analítica que serve para examinar a condição da mulher no mercado de trabalho. Primeiro, entende-se que a concepção amplia poder analítico de conceitos como pobreza, desigualdades, marginalização e segregação, não somente por descrever uma situação, mas também por analisar um processo dinâmico de exclusão. Segundo, possibilita analisar a construção social da identidade de gênero. Os estudos ressaltam que no âmbito internacional, nacional, regional e local, permanecem vários tipos de exclusão, como segregação horizontal e vertical, trabalho em condições precárias, (por exemplo, trabalho *part time*) e no setor informal (Cruz, 1999).

Exemplificando essa situação, dados apresentados por Dupas (1999), com base na Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico (ocde), informam que 35 milhões de pessoas estariam desempregadas, e 15 milhões estariam subempregadas. Qualificando esse problema, observa que a maior parte dos desempregados são jovens que estão agora ingressando no mercado de trabalho, 35% dos quais têm que aceitar empregos que não requerem graduação. Essa situação conjuntural tem levado ao aumento da violência social e, consequentemente, à necessidade de segurança. Em resumo, a questão social assume nova configuração. O desemprego, a vulnerabilidade e a precarização do trabalho, sua submissão à ordem do mercado geram trabalhadores excedentes, sobrantes. Emergem armadilhas de exclusão, formas de desigualdade. Em especial, no continente latino-americano, manifestam-se a agudização da situação de pobreza e o acirramento das desigualdades sociais.

A abordagem de Castel (2000) caracteriza a questão social a partir da desagregação da sociedade salarial, designada pelo autor como a sociedade que se constitui com base no trabalho e suas proteções. Em sua ótica, é do trabalho e de sua proteção que se organizam o direito social, a seguridade social, a sociedade moderna, enfim. A questão social hoje põe em causa essa função integradora do trabalho e desestabiliza a vida social como um todo; configura-se como uma dificuldade central, a partir da qual a sociedade se interroga sobre sua coesão e suas fraturas.

Diante dessa nova configuração da questão social e na tentativa de controlar, à margem, o processo de desagregação da sociedade salarial instituem-se, em vários países, políticas de inserção que não parecem alcançar a crise em sua extensão. As transformações em curso no mundo do trabalho e no mundo da vida fazem emergir, em conseqüência, espaços públicos, esferas públicas de gestão de obrigações e direitos, enraizadas em instituições e redes sociais que ligam antigos agentes aos novos espaços. Entre várias questões, discute a relevância de um novo

espaço caracterizado pelas transformações nas relações de trabalho e, de imediato, os desafios do desenvolvimento, aspectos chave do problema da eqüidade de gênero, da elevação dos níveis de qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, do aumento (ou, quando menos, preservação) de postos de trabalho, participação nas decisões sobre o curso de transformação econômica sustentável.

A Agenda Social da ONU, ao procurar estabelecer diretrizes de maneira não impositiva, consensual, inter e intra-Estados para toda a humanidade, muito se aproxima da *ação comunicativa* com vistas ao estabelecimento de uma ética discursiva, conforme o paradigma teórico de Habermas[4] (1984) – que subscreve a crença numa razão universal. Oferece, assim, uma alternativa racional e concreta, de escopo universal e não padronizador, aos particularismos retrógrados e às tendências centrífugas da "pós-modernidade", procurando conferir um sentido humanístico, mas não necessariamente individualista, às tendências globalizantes da época contemporânea. Essas, como se tem visto, deixadas por conta da economia, do mercado, dos fluxos do capital e da tecnologia, interligam, esmagam ou excluem, mas não unem.

Considera-se que a solidariedade – "o coração invisível do desenvolvimento humano" – está ameaçada porque o mercado mundial competitivo dos nossos dias está pressionando o tempo, os recursos e os incentivos direcionados ao trabalho de apoio social, sem o qual os indivíduos não prosperam e a coesão social pode desmoronar. A diversidade de expressões da questão social mostra que a igualdade social pode ser obtida em culturas diferentes, embora exista uma discrepância generalizada e universal entre os sexos. O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) propõe que se revise a governabilidade global para o século XXI. As suas sugestões e recomendações, que vão do nível global (reforma das Nações Unidas e da Organização Mundial do Comércio) ao nível regional (abordagens coletivas para que grupos de países participem das organizações internacionais de comércio e outras áreas), chegam ao nível nacional (proteção social contra os efeitos da globalização) e mesmo ao nível local (maior equilíbrio de gênero, relações sociais igualitárias na divisão dos trabalhos domésticos e serviços sociais). Na globalização, fica evidente a necessidade de incluir-se o desenvolvimento humano e a proteção social. Melhor dizendo, a *globalização* precisa *de uma face humana*.

As estatísticas indicam "desigualdade entre os sexos em todas as sociedades" e mostram que apenas poucos países fizeram "progresso substancial" nessa área. Conforme dados do IDH - Indicadores do Desenvolvimento Humano de 1999, os países que oferecem melhores condições para as mulheres são os seguintes: Bahamas, República Tcheca, Cingapura, Eslovênia, Noruega e Suécia. A diversidade desses países "[...] mostra que pode ser obtida uma maior igualdade

entre os sexos no desenvolvimento humano, em diferentes níveis de renda e estágios de desenvolvimento" (ONU, 1999). Alta renda não é fundamental para criar oportunidades para as mulheres. A Costa Rica, por exemplo, está à frente da França em termos de igualdade entre os sexos nas atividades políticas, econômicas e profissionais, e Israel tem melhor desempenho que o Japão. As mulheres ocupam mais de 30% das cadeiras parlamentares em somente cinco países; em 31 países ocupam menos que 5% delas. O relatório registra que as mulheres dedicam-se a trabalhos sociais não remunerados em parcela significativamente maior que os homens, inclusive na dedicação à família. Elas são vítimas de uma indústria crescente: o tráfico de jovens e meninas para a exploração sexual.

As disparidades mostram-se suficientemente evidentes. Mas o Relatório do Desenvolvimento Humano (ONU, 1999) argumenta que os efeitos desiguais da globalização conduzida pelos mercados e pelo lucro são muito mais vastos e profundos, porque atingem todos os aspectos da vida humana. Adverte que os aspectos humanos foram deixados de lado, omitidos, na visão estreita da globalização baseada apenas nos aspectos financeiros. Considera que "[...] os mercados competitivos podem ser a melhor garantia de produção eficiente, mas não do desenvolvimento humano" (ONU, 1999). Desse modo, enquanto a globalização for dominada pelos aspectos econômicos e pela ampliação dos mercados, ela irá comprimir o desenvolvimento humano.

Defrontamo-nos hoje com um desafio, resultado de questionamentos: é possível conciliar as demandas de governança com os ideais de cidadania? Ou, dito de forma mais direta: Há saída possível para a tensão entre a busca da eficiência e a preservação dos direitos? Assim, cruamente posta, acho que essa é a questão que interessa debater neste momento. Sob o olhar do gênero, o desafio é entender que não haverá desenvolvimento social e econômico com justiça, se não houver oportunidades para homens e mulheres, direitos e deveres para todos, sem discriminação. Nenhuma visão de progresso pode prescindir dessa condição de liberdade. Nossa tarefa é aprofundar a ruptura com padrões de comportamento e atitudes marcados pelo patriarcalismo, que passou a ser duramente questionado na segunda metade do século XX. Muito foi alcançado e deve ser comemorado, mas resta muito por fazer.

NOTAS

* Trabalho apresentado na mesa-redonda com o tema: *O impacto das novas tecnologias sobre a mulher,* no X Encontro da Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), e no I Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 29 out. a 01 nov. 2001.

1 Emprego designa a realização de tarefas geralmente remuneradas, vinculadas à geração de bens de mudança, cujo produto se incorpora diretamente ao circuito mercantil. Na linguagem cotidiana, emprego e trabalho são usados como sinônimos.

2 Gênero é uma palavra cujo significado original – uma classe de literatura, música, animais, plantas, etc. – tornou-se político somente depois de passar a designar uma classe de pessoas. A partir desse acontecimento, situado no início da década de 70, a diferença entre homens e mulheres pode ser entendida não apenas por suas dotações genéticas, mas como duas classes de pessoas concebidas e instituídas no convívio social e mantidas pela tradição. Dizer que a palavra gênero é uma ferramenta para desconstruir é dizer que ela serve para produzir efeitos práticos.

3 O termo cultura é utilizado por ser mais abrangente, englobando ciência e tecnologia. A dicotomia natureza-cultura está na base de muitas análises estruturalistas. Entre os trabalhos que relacionam a oposição binária entre natureza e cultura com o feminino e o masculino, ressalta-se o de Sherrey Ortner (1974).

4 Embora para Habermas o discurso sirva apenas para validar, não para criar normas, a Agenda Social da ONU aproxima-se do modelo. Até porque ela não cria normas. Procura, sim, equilibrar e universalizar padrões de procedimentos. Ver sobre o assunto, Rouanet (1993, p. 214-254).

Referências

ABREU, Alice de P.; SORJ, Bila. Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção. In: ABREU, A. de P.; PESSANHA, E. G. da F. (Org.). **O trabalhador carioca:** estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ 1995. (Série Ciências Sociais).

ABRAMO, Laís. **Imagens de gênero y políticas de recursos humanos en um contexto de modernização produtiva**. Trabalho apresentado ao 20º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, out. 1996.

ALEMANY, Carmo M. Tecnologia y género, la interpretación de la tecnología desde la teoria feminista. In: ANTRAZYT, Icaria. **Interacciones ciência y género.** Discursos y práticas cientificas de mulheres. Barcelona: AIcaria Editorial S. A Ausiàs Marc, 1999.

BEGGREN, Christian. News production concepts. In final assembly - the Swedish experience. In: WOOD, S. (ed.). **The transformation of work?** Boston: Uwin Hyman, 1989.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria C. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, Manuel. A era da informação. Economia, sociedade e cultura. In: _____. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra. 2000. V. 1.

COCKBURN, Cynthia. **Tecnical competence, gender identity and women's autonomy**. Trabalho apresentado ao 12º World Congress of Sociology, Madrid, 1990.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Modernização do trabalho e tradição**; Estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais em Sergipe. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador., 1999.

_____. As relações de gênero: a inserção da mão-de-obra feminina em contexto de racionalização do trabalho no setor de serviços. Relatório Mimeografado. CNPq. 2000.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DURAND, J. P. **Vers um nouveau modèle productif**. Paris: Syrus, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "Ideologia".** Lisboa: Edições 70, 1968.

_____. **The theory of comunicative action.** Reason and the ratioalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. V. 1.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HIRATA, Helena S. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudos del Trabajo**, Campinas, Programa de Apoio a Publicações científicas – FINEP;MCT;CNPq, ano 4, n. 7, 1998.

KERN, Horst; SCHUMANN, Michael. Vers une déprofissionalisations du travail. **Sociologie du Travail,** Paris, v. 4. p. 399-406, 1984.

LEITE, Elenice Monteiro. Inovação Tecnológica, emprego, qualificação na indústria mecânica. In: _____. **Padrões tecnológicos e políticas de gestão**. São Paulo: USP/UNICAMP, 1988.

ORTNER, Sherrey. Is it male to female as nature to culture? In ROSALDO, M. Zimbalist; LAMPHERE, L. (Eds.). **Women, culture and society**. Stanford: Princeton Press, 1974.

ONU - **Relatório do Desenvolvimento Humano**. IDH - 1999. Disponível em: <http://www.undp.organização.br> Não paginado.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide** - possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e exclusão social no novo paradigma**. Trabalho apresentado ao 20º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade), Caxambu, 22-26 out. 1996.

ROLDÁN, Martha. Industrial restructuring, deregulation and new JIT labour processes in Argentina towards a gender aware perspective? In: HUMPRHEY, J. (Ed.). **Quality and productivity in industry**: new strategies in developing countries. IDS Bulletin, v. 24, n. 2, apr. 1993.

ROUANET, Sérgio Paulo. Ética discursiva e ética iluminista. In: _____. **Mal-estar na modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SEGNINI, Liliana.R.P. **Mulher em tempo novo**. Mudanças tecnológicas nas relações de trabalho. 1995. Tese (Livre Docência em Economia Política da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense e SMC/PMSP, 1991.

WOOD, Stephen. The transformation of Work? In: WOOD, Stephen (Ed.). **Tranformation of work**? Boston: Uwin Hyman, 1989.

ZARIFIAN, Philippe. As novas abordagens da produtividade. In: SOARES, Rosa M. S. de Mello (Org.). **Gestão de empresas, automação e competitividade**: novos padrões de organização e de relações de trabalho. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS

Lucila Scavone

Considerando que este Encontro trata da relação do Feminismo e das questões de gênero com as Tecnologias, coube-me desenvolver aqui uma reflexão na área específica das tecnologias reprodutivas, tema de meus estudos e pesquisa há alguns anos.

Faço uma reflexão sobre as tecnologias reprodutivas, com base nas críticas filosófica, sociológica e feminista das tecnologias médicas. O uso das tecnologias faz parte desse contexto amplo que é a sociedade contemporânea, a qual convive, em escala global, com tecnologias de ponta e situações de penúria e miséria extremas. Tal contraste não impede que o uso das tecnologias na vida cotidiana dessa sociedade se imponha e que, cada vez mais, as utilizemos sem pensarmos sobre elas. Portanto, penso que o movimento feminista é um dos fóruns mais importantes e privilegiados para pensar essa questão, não só porque é emissor e formador de idéias, mas, sobretudo, porque as mulheres são as grandes consumidoras das tecnologias reprodutivas, alvo constante de suas aplicações políticas. Daí a responsabilidade política e social de um fórum como este aqui.

Trataremos aqui das tecnologias como "um conjunto de técnicas" e "como a teoria ou a filosofia das técnicas" (LALANDE, [s.d.]). Utilizo a primeira definição para nomear as técnicas de reprodução humana, e a segunda, para compreender as relações sociais subjacentes às práticas das mesmas.

Vejamos um dos conceitos de tecnologias que tem sido usado na área da reprodução humana, que é o conceito da Françoise Laborie (1992, p. 29):

> [...] o desenvolvimento tecnológico supõe a criação e a utilização de instrumentos; supõe, também, um processo e a aplicação de princípios supostamente racionais e/ou científicos para controlar, explorar, modificar espaço, a matéria, a natureza; no caso das tecnologias médicas, o corpo humano.

Cabe destacar, que esse corpo sob controle tecnológico é, em geral, feminino.

Marcuse (apud HABERMAS, 1973, p. 65) pensa a técnica como uma forma de dominação, sobre a natureza e sobre os homens (refere-se à humanidade: homens e mulheres), "[...] uma dominação metódica, científica, calculada e calculadora". Podemos dizer que a experiência das técnicas reprodutivas sugere a difusão e imposição do modelo médico científico, mas também pressupõe a busca (ou a recusa) que mulheres e homens, em diferentes situações, fazem deste modelo. A dominação da natureza, no caso da reprodução, pode ser considerada como um elemento de autonomia para as mulheres, mas também como um elemento de controle político da natalidade, ou ainda um fator de risco para a saúde.

Habermas (1973), há trinta anos, referia-se à possibilidade de um crescimento considerável do "repertório de técnicas de controle", entendendo por elas, inclusive, novos produtos farmacêuticos para o controle das emoções; meios de controle de ordem genética, entre outras. Neste processo de desenvolvimento em direção a um mundo virtual, ele alertava para a necessidade de "[...] uma discussão pública, sem entraves e isenta de dominação, sobre o caráter apropriado dos princípios e normas orientando a ação [...]" (HABERMAS, 1973, p. 65). Talvez essa discussão, digo eu, deva partir dos movimentos sociais como o feminismo, considerando como as mulheres foram e são alvo deste "repertório de técnicas de controle". De uma certa maneira, Habermas (1973) previa a utilização, que nós hoje conhecemos, dos remédios psiquiátricos para o controle das emoções e, possivelmente, da própria engenharia genética, dois elementos das técnicas médicas, que tanto atingiram as mulheres.

Laborie (1996), de um ponto de vista feminista, Habermas (1973) e Marcuse (apud HABERMAS, 1973), de um ponto de vista filosófico, nos mostraram que a técnica é um produto da ação humana e é um produto que está voltado para o controle do corpo e para o controle das emoções. Devemos,

pois, pensá-la, para melhor usá-la, ou melhor bani-la. Lembrar-nos, talvez, como Foucault (1994), que o exercício do poder introduziu historicamente técnicas, para ser mais produtivo. Assim se fez em relação ao corpo, nossa mais íntima morada, e à sexualidade, uma de suas expressões maiores. Isto não quer dizer que o debate deva partir do princípio que todas as tecnologias reprodutivas não servem, mas sim, que devemos considerar *quem* as controla, *quais* os seus efeitos sobre o corpo das mulheres, *quais* seus significados profundos no que diz respeito à *liberdade humana*.

Eu tenho definido tecnologias reprodutivas, como o conjunto de técnicas contraceptivas/conceptivas utilizadas para impedir ou realizar a reprodução humana. Isso eu venho defendendo ao longo dos meus trabalhos sobre as técnicas de contracepção, de aborto, de concepção e, também, todas as técnicas que são usadas durante a gravidez, durante o parto, técnicas que foram concebidas visando à "boa qualidade do produto" (conforme expressão, com conotação comercial, da literatura médica) que é, do ponto de vista humano, a criança que vai nascer. Esse conjunto de técnicas visa, grosso modo, otimizar o desempenho da reprodução humana, sob uma dimensão qualitativa e quantitativa, no que diz respeito ao controle e a qualidade da vida.

Bom, eu gostaria de mostrar aqui como as tecnologias reprodutivas têm sido debatidas no Brasil. O movimento feminista, brasileiro, ou latino americano, tem debatido e pensado essa questão das tecnologias reprodutivas sobre três eixos: o primeiro, é *o eixo da Ética*. Há um grande desenvolvimento desse eixo, inclusive há uma corrente dentro da ciência e do feminismo, a bioética, que se bate contra os efeitos morais dos usos dessas técnicas no corpo humano, considerando a manipulação genética como um dos seus exemplos mais radicais.

Dentro dessa vertente da Ética, há uma outra abordagem que busca estabelecer pelas leis, pelo Direito, os limites do poder de manipulação que os homens e as mulheres, que nós todos/todas temos sobre a natureza. Esta corrente coloca a questão: até que ponto é possível estabelecer os limites da intervenção à natureza pelas leis? Como codificar tudo o que está acontecendo, toda essa revolução tecnológica que afeta o corpo humano? Ela vai ser codificada com base no que vai ocorrendo, como uma mãe de aluguel que teve um filho e depois vai querer esse filho, então, vai surgindo nos países do primeiro mundo e no Brasil também, todo um sistema de leis, do que é certo e errado moralmente na manipulação genética. Implicitamente, há uma aceitação das novas tecnologias, pois a legislação se faz com base no fato consumado.

Na verdade, o conteúdo da reflexão ética tem sido desenvolvido com base na boa administração e controle das tecnologias existentes e nunca na crítica ao conteúdo e significado das mesmas, o que é uma grande limitação. Cabe,

então, aos comitês de ética, controlar, dentro das escolas de medicina, das universidades, o uso das experiências tecnológicas. As legislações estão, todavia, atreladas à lógica do mercado, e os comitês de ética nem sempre conseguem escapar do corporativismo, o que dificulta decisões isentas.

O segundo eixo é o da luta pela ampliação dos direitos. O feminismo brasileiro contemporâneo surgiu junto com a luta pelos direitos políticos e civis na época da ditadura, e isto marcou profundamente o feminismo brasileiro. Além disso, dada as condições, digamos assim, sociais, econômicas e políticas de nosso país, em que os direitos de cidadania mínimos não são garantidos para grande parte da população, é fácil compreender porque nós estamos tão ligadas nessa corrente dos direitos.

Em relação às tecnologias, nós podemos dizer que a corrente dos direitos reprodutivos é uma das correntes majoritárias no feminismo latino-americano. No feminismo mundial, ela não está tão colocada assim. Só para dar um exemplo para vocês, saiu recentemente na França um dicionário muito bom, que é um dicionário crítico do feminismo, e nesse dicionário não há o verbete direitos reprodutivos. Talvez porque a noção de direitos, datando da revolução francesa e estando impregnada à própria constituição da República seja tão forte nesse país, que dispense a nomeação.

Para nós da América Latina e do Brasil, essa questão dos direitos vem junto com todo o movimento político que o feminismo levou na luta contra as ditaduras, contra o estado autoritário e por um estado de direito. Agora, o que aconteceu em relação às tecnologias? Hoje, nós temos uma luta pelo direito da legalização do aborto, pelos direitos da difusão e prática da contracepção. Temos também, algumas feministas que colocam todo o conjunto de tecnologias reprodutivas que estão disponíveis no mercado dentro da luta pelos direitos, inclusive as próprias tecnologias conceptivas.

A minha crítica em relação a isso é que nós aderimos, às vezes, a uma luta, sem fazermos uma reflexão do que nós estamos reivindicando. O que eu venho refletindo é que devemos conhecer profundamente o que estamos reivindicando, o que são essas tecnologias reprodutivas, para podermos reivindicá-las ou não, não aderindo *a priori* aos avanços e seduções da tecnologia. Não que eu considere que tudo que é tecnologia não presta, não vamos voltar à idade da pedra, não é isso. Nós temos que tentar conhecer como elas são utilizadas e, principalmente, estar atentas a essa questão da dominação e do controle do corpo.

E então eu entro com o *terceiro eixo*, no qual talvez vocês possam me incluir, que é o dos impactos dessas tecnologias na saúde. Conhecendo esses impactos, vamos poder estar reivindicando ou não o direito dessa ou daquela tecnologia.

Eu classificaria as tecnologias reprodutivas em dois grandes grupos: o primeiro grupo é o das tecnologias contraceptivas que apresentam três sub-grupos. No primeiro, uma tecnologia mais avançada ou pesada, a exemplo das vacinas anti-fertilidade, dos implantes, das injeções e esterilização. Depois, no segundo grupo, temos as tecnologias mais corriqueiras, corriqueiras ou leves se vocês quiserem, que são a pílula de várias gerações, se bem que no Brasil as últimas gerações de pílulas são sempre menos acessíveis, o DIU, que é também um dispositivo intra-uterino. Por fim, temos as tecnologias menos nocivas, as mais leves ainda, que são os métodos de barreira: o diafragma e a camisinha masculina e feminina.

Todas essas tecnologias contraceptivas são utilizadas no Brasil. Mas, no Brasil, o uso se concentra em duas grandes tecnologias, uma que eu considero mais pesada que é a esterilização feminina, que seria o "primeiro método" (entre aspas porque é considerada como método contraceptivo) e o segundo, é a pílula. Agora, o que eu pergunto quando a gente tá falando nisso: Quais são os impactos à saúde das mulheres? Em relação à esterilização, nós não falamos muito nos impactos à saúde, mas nós podemos falar do arrependimento, embora atualmente ela já possa ser reversível.

O médico pernambucano, o Molina (1999), mostrou que a esterilização feminina teria o impacto de agredir a trompa e com isso ela estaria agredindo a função ovariana, causando um maior número de histerectomias. Este estudo de Molina é interessante porque nós podemos até pensar que não há uma relação do alto número de esterilização feminina no Brasil, com o maior número de histerectomias, mas ele levanta essa possibilidade.

No Brasil, temos um uso estatisticamente pequeno do implante. A Universidade de Campinas (UNICAMP) esteve autorizada a fazer a experiência com implante, porém com as denúncias dos sérios danos causados em algumas mulheres, ela foi interrompida. Uma dessas mulheres andou em várias reuniões internacionais, fazendo o depoimento dos danos à sua saúde, como falta de menstruação, enxaqueca, dores nas pernas, menopausa precoce decorrentes da experiência, além dos danos morais (FARIA, 1996).

Outra coisa que eu quero ressaltar nessa reflexão, é que, muitas vezes, o uso de uma tecnologia avançada é feito experimentalmente em mulheres que são pobres, dos países de terceiro, quarto mundo e com mulheres pobres ou imigrantes dos países de primeiro mundo. Este é um dado que a gente tem que estar levando em consideração para refletir.

Também queria chamar a atenção de vocês, que tanto nas tecnologias contraceptivas e conceptivas, ocorre uma separação da sexualidade com a reprodução. Entretanto, nas tecnologias conceptivas, a reprodução se passa completa-

mente fora da relação sexual, como na inseminação artificial, na fecundação *in vitro*. Isto modificou completamente a vida reprodutiva, mas tendo em vista o processo longo e doloroso das mulheres que recorrem à *reprodução assistida*, não é possível dizer que esse fato seja um ganho para suas vidas.

Além disso, cabe lembrar a questão da medicalização nos diversos ciclos de vida reprodutiva das mulheres, que aumentou com as novas tecnologias de concepção. Nós temos para todas as fases da vida das mulheres um processo crescente de medicalização: na puberdade, na vida adulta, na fase da menopausa, na velhice. A obsessão pela qualidade tomou conta da nossa sociedade. Busca-se uma boa qualidade de vida, uma boa qualidade do nascituro, uma boa qualidade da velhice, que são alvos forjados dentro da sociedade em que nós vivemos. Mas o que é essa qualidade, o que significa tudo isso? As tecnologias nos podem trazer essa qualidade, ou apenas ajudam a vivermos em maior compasso com o tempo (pós)industrial?

No caso da concepção, nessa passagem do biológico para o social, passamos de uma maternidade inevitável (e, em alguns casos mais recentes, da paternidade) para a maternidade escolhida, controlada. Existe a noção de escolha. Com as tecnologias, foi possível escolher o número de filhos, o intervalo entre os filhos, escolhas que mudam a própria noção de maternidade e paternidade.

Além disso, o que é muito presente é a questão da própria dimensão do tempo. Nós vivemos pressionados pelo tempo, e todas essas tecnologias nos ajudam a combatê-lo, justamente porque nos possibilitam escolher... adiarmos a maternidade, adiarmos a velhice. O tempo (pós)industrial nos domina e ele é o tempo da produtividade.

Tudo isso eu acho que tem que ser pensado, quando a gente trabalha com tecnologias. Eu ouvi aqui, que vocês estavam discutindo sobre as tecnologias no trabalho, eu estou aqui falando sobre as tecnologias da reprodução. É evidente que estão completamente ligadas. Não podemos pensar na reprodução sem pensar no trabalho, tanto em uma instância como na outra, temos que pensar quais são as lógicas que animam a utilização das mesmas. Para o trabalho, as tecnologias em geral estão voltadas à economia do tempo, à maior produtividade. No caso da reprodução perguntamos: qual a lógica que está por trás de uma prescrição médica? Porque prescrever um método e não outro? E porque esses métodos não são prescritos de formas diferenciadas, são prescritos de maneira maciça, igualando todas as pessoas, desconhecendo que cada pessoa tem o seu histórico? Umas mulheres, por exemplo, podem usar hormônio na menopausa, outras não podem, mas se você for ao médico, o médico vai dizer pra você que você tem que usar hormônio, é só ter uns 45 a 46 anos porque é o que está se prescrevendo para esta faixa etária.

É uma lógica impositiva, é uma lógica que, digamos, estimula as desigualdades sexuais, porque sempre responsabiliza a mulher pela concepção, sempre coloca o corpo da mulher a uso da contracepção e estimula também as desigualdades sociais, pois esta lógica vai estar utilizando o corpo das mulheres mais pobres para se estabelecer.

Eu vou falar rapidamente das questões das tecnologias conceptivas no Brasil. Há uns anos atrás, quando eu comecei a falar sobre isso, lá pelos idos de 1993, sobre os impactos das tecnologias médicas na família, isso era uma coisa que ainda estava começando no Brasil, havia poucas clínicas. Hoje, nós temos inúmeras clínicas em todo o país, e cada vez mais estamos produzindo bebês de proveta, e cada vez mais estamos incentivando essa técnica. Então, o que eu queria falar é que antes de a gente aderir, de maneira, digamos assim, deslumbrada, a todo esse avanço da ciência, é necessário considerar alguns fatores, como por exemplo, que no Brasil muitas das esterilizações estão levando hoje as mulheres a fazerem bebês de proveta, levam mulheres jovens, que fizeram esterilização cedo, que estão buscando hoje a concepção artificial pra realizar seus desejos de ter um filho, mais tardio às vezes, ou com outro companheiro.

Acho que pensar e produzir dados sobre essa questão é responsabilidade do movimento feminista, ou de cientistas feministas isoladas. Françoise Laborie (1942), por exemplo, mostrou-nos a síndrome de estimulação ovariana como um dos efeitos da reprodução assistida. Ela fez uma pesquisa pra analisar isso e evidenciou como as mulheres estão sendo atingidas por essa síndrome. Para ovular, as mulheres tomam uma dose importante de hormônios, então Laborie, acompanhou essas mulheres e mostrou as seqüelas que isso teve pra saúde delas, inclusive chegando ao câncer.

São questões muito importantes para nós pensarmos quando se trata das tecnologias reprodutivas. Para encerrar, eu chego ao que chamo ciclo das tecnologias reprodutivas. De que se trata? Com a extensão dessas técnicas, a experiência da maternidade, e até da paternidade, passou a ser cada vez mais mediada por técnicas. O poder-saber dessas técnicas é dominado pelos profissionais da saúde, os médicos e também a ciência em geral.

Entre os métodos que a gente conhece, é a pílula, com sua ingerência cotidiana, um dos métodos que faz com que a mulher ainda tenha um pouco de controle sobre o seu corpo, porque ela está controlando aquilo quotidianamente, está lembrando que é o corpo dela quem reproduz. Os outros métodos mais pesados, o DIU, a esterilização, implantes, as injeções, agem nos corpos das mulheres, sem as mulheres perceberem, então, por isso, são muito práticos, não precisam ser lembrados. Esses métodos afastam as mulheres do conhecimento do seu corpo, isso é uma das coisas mais anti-feministas, que eu, como uma feminista histórica, conheço.

A fertilidade passa a ser controlada pela tecnologia, e nós não podemos deixar que isso aconteça. Mesmo que a gente utilize a tecnologia, temos que ter um poder sobre ela. Nesse processo está embutida uma lógica de *adesão à modernidade*, que vai se desdobrar em inúmeras conseqüências na vida cotidiana. Ela vai diminuir o número de filhos, ela vai possibilitar você escolher quantos filhos você vai ter, o intervalo dos filhos (conforme já falei anteriormente), você vai ceder à lógica do tempo industrial.

No Brasil, essa adesão tem significado profundo, pois as mulheres brasileiras entraram no ciclo das tecnologias reprodutivas: contracepção medicalizada, parto cirúrgico, esterilização e reprodução assistida. Esse ciclo, se vocês olharem estatisticamente, vocês vão ver que a maioria das mulheres brasileiras está passando por esse ciclo e é o que eu falei pra vocês. Mulheres que utilizam a esterilização, hoje estão sendo uma grande demanda da tecnologia conceptiva.

Além disso, como nos mostra Molina (1999), essas mulheres que utilizam esterilização, hoje também estão entrando nesse ciclo através de hesterictomias desnecessárias, que faz parte também do ciclo. O elo desse encadeamento vai se fazer através de uma mesma razão: a de que existe uma solução tecnológica para a reprodução humana.

Não querendo filhos ou filhas, as mulheres e seus companheiros recorrem à tecnologia contraceptiva; ao tê-los, recorrem ao parto cirúrgico; ao querê-los, recorrem às tecnologias conceptivas. Este ciclo se constrói também a partir da constatação de que o uso de uma tecnologia pode gerar a necessidade do uso de outra, por exemplo: o aumento da esterilização no mundo, está fazendo que as mulheres jovens busquem mais freqüentemente concepção artificial. Essa adesão, entretanto, me parece que é permeada pelas profundas desigualdades sociais que existem em nosso país, que são expressas, nesse caso, pelo acesso desigual aos serviços de saúde e às tecnologias de ponta. Enfim, todas essas questões merecem um carinho especial do movimento feminista. Obrigada.

Referências

FARIA, M. de S. **Norplant – um caso exemplar sobre a ausência da ética em um experimento em seres humanos**. Trabalho apresentado ao 1º Simpósio Bioética e Procriação Humana, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1996. p. 147-150.

FOUCAULT, M. Les mailles du pouvoir. In: _____. **Dits et écrits – 1954-1988**. Paris: Gallimard, 1994. p. 182-201.

HABERMAS, Jürgen. **La tecnhique et la science comme "ideologie"**. Paris: Gallimard, 1973.

LABORIE, Françoise. Rapports sociaux des sexes dans les nouvelles technologies de la reproduction. **Cahiers du Gedisst**, Paris, IRESCO;CNRS, n. 3, 1992.

_____. Procréation artificielle: santé des femmes et des enfants. In: MASUY-STROOBANT, G. et al. **Santé el mortalité des enfants en europe:** Inégalités sociales d'hier et d'aujourd'hui. Paris: L'Harmattan, 1996. p. 477-500

LALANDE, André. **Vocabulário - técnico e crítico - da Filosofia**. Lisboa: Rés, [s.d.]. p. 596-598.

MOLINA, Aurélio – Anticoncepción, salud reproductiva y ética. In: SCAVONE, L. (Org.). **Gênero y salud reproductiva en América Latina.** Cartago: LUR, 1999. p. 87-120.

ÉTICA DA VIDA E FEMINISMO

Marion Teodósio de Quadros

> "Ser feminista é estar do lado da Justiça, da liberdade, da dignidade humana, do respeito à integridade de cada pessoa. É rejeitar a escravidão sexista, é negar a discriminação e promover o bem-estar das pessoas, independentemente de gênero e de condição social."
> (ELUF, 2000).

O propósito deste artigo é apresentar uma leitura da bioética permeada pelos questionamentos feministas, mapeando e pontuando questões importantes nesse debate.

A necessidade da Bioética tem como motivação principal a ampliação das possibilidades tecnológicas da Biologia na medicina, na agricultura e na pecuá-ria, a partir das descobertas científicas. O marco teórico da Bioética atual foi a publicação do livro *Bioética: a Ponte para o Futuro*, em janeiro de 1971, por Rensselaer Potter (Universidade de Wisconsin). Potter escolheu o prefixo *bios* para representar o conhecimento biológico dos sistemas viventes e o sufixo *ética* para representar o conhecimento dos sistemas dos valores humanos. Nesse livro, segundo Oliveira (1995a), Potter realça a importância fundamental dos biólogos para o futuro da humanidade, como condutores da garantia de resolução dos quatro grandes bioproblemas: alimentação, saúde, degradação ambiental e crescimento demográfico.

A discussão da Bioética, portanto, incorpora as perguntas acerca dos valores e princípios morais presentes em três temas principais: a) temas relativos a *ética biomédica* que discute questões da relação médico-paciente, do diagnóstico pré-natal, a medicina fetal, do tratamento de inválidos, do aborto, da eutanásia, procurando respostas médicas às exigências de novas atitudes perante a saúde, a vida e a morte; b) temas relativos ao *trato com animais e ambiente*, tais como, direitos dos animais, dos vegetais, do ambiente e a possibilidade de uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza; c) temas relativos à *engenharia genética*, que trata dos limites de possibilidade da intervenção humana na matéria, levando em conta as gerações futuras (LAMAS, 1996).

Sua história está marcada pela da Biologia de enfoque geneticista. A teoria celular (1ª revolução na Biologia, 1838/1839) e a elaboração da teoria da evolução (2ª revolução da Biologia, cuja obra de referência é o livro *A origem das espécies*, de Charlles Darwin, datado de 1859), foram fundamentais para a descoberta e estabelecimento dos princípios da hereditariedade por Mendel, em 1865. Mais tarde, em 1953, a descoberta da estrutura de dupla hélice do DNA (3ª revolução da Biologia) compôs o conjunto de conhecimentos que deu suporte à invenção da primeira técnica de engenharia genética, em 1971, pelo geneticista Paul Berg, possibilitando o fim das fronteiras entre as espécies em laboratório[1]. O bilionário projeto Genoma Humano (1990-2005), cujo objetivo é desvendar todos os segredos dos genes humanos, dá continuidade ao projeto geneticista da Biologia, pois os cientistas propagam que isso abre possibilidades infinitas em relação às manipulações genéticas, especialmente em relação às perspectivas de cura de doenças (genéticas ou não), à fabricação de novos medicamentos mais eficazes e à capacidade inesgotável de produção de alimentos.

A Bioética possui, ainda, como marco importante para sua história e seus desdobramentos atuais, o estudo das populações que vem adicionar forças de legitimação de políticas controlistas e de reforço às idéias de evolução por seleção e adaptação, à idéia de que o gene é a unidade fundamental da matéria viva e atribui identidade aos seres e à idéia de que os gens são hereditários e agem conforme os princípios da seleção natural[2].

Malthus (1798), o inspirador-mor das políticas de controle populacional, argumentou em seu livro *Ensaio sobre o Princípio da População*, que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão

aritmética. A inevitabilidade da escassez de alimentos levou Malthus a sugerir que os governos deixassem as doenças, a fome e a guerra agirem livremente sob a população viva e controlassem os nascimentos por meio de coação legal, com casamento tardio e imposição de continência periódica.

O neomalthusianismo e os mitos criados em torno da explosão demográfica, nos anos 60 e 70, alardeavam para o perigo da superpopulação. À escassez de alimentos foi acrescentado o limite da própria natureza, por Paul Ehrlich (1968), em seu livro *A Bomba populacional*, focalizando as agressões ao meio ambiente. Essas idéias tiveram um impacto social tão grande, que em 1970 a Divisão de População da ONU anunciou a 1ª Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada em agosto de 1974, em Bucareste. A 2ª Conferência realizou-se no México, 10 anos mais tarde, e a 3ª conferência foi realizada no Cairo, em 1994. A tônica de todas elas é a emergência do controle populacional. A essa idéia sempre são agregadas visões catastróficas acerca do futuro do planeta e uma presença subliminar da idéia de seleção natural e/ou social que justificam um esforço internacional para controlar a natalidade dos pobres e das etnias consideradas 'fracos' ou mesmo 'inferiores'.

Os desdobramentos importantes dessas questões são levantados em torno da eugenia, da busca da dominação total do processo de procriação, a procriação e a reprodução ou clonagem artificiais, a busca da saúde perfeita por meio da tecnociência, enfim, a possibilidade de controle e manipulação humana de todo o processo vital[3].

Nesse cenário, a bioética é um importante recurso de controle social. Suas múltiplas faces se devem à sua característica de movimento teórico e social que busca estabelecer um novo contrato social entre sociedade, cientistas, profissionais de saúde e governos. Ela está presente como disciplina na área de saúde, guia para legislação (biodireito) e movimento social (movimento bioético), cujo objetivo é resgatar a função social das ciências biológicas e lutar pelo direito de controle social e ético sobre os saberes da biologia relativos à reprodução, sexualidade, saúde mental, doenças terminais, eutanásia e engenharia genética, que também são seus principais campos atuais de reflexão (OLIVEIRA, 1995b).

Sua importância também está na perspectiva, já desenhada acima, do tipo de sociedade que vem se desenvolvendo após a II Guerra, na qual as grandes bandeiras dos direitos humanos do século XXI provavelmente estarão ligadas ao direito ao próprio gene, à inviolabilidade do patrimônio genético humano e à liberdade reprodutiva (OLIVEIRA, 1995b, p. 344).

Tudo isso fez com que a bioética se desenhasse socialmente como movimento e teoria, trabalhasse com o cotidiano e as perspectivas futuras e tivesse múltiplas faces, mas com uma perspectiva básica: o respeito à diversidade e à dignidade humanas, desenho semelhante ao do feminismo. A Bioética e o feminismo guiam-se pelos valores de liberdade, autonomia, justiça, aumento dos benefícios e diminuição dos malefícios.

O feminismo significa também um movimento social. Parte da constatação de que a subordinação da mulher é fato constante na história da humanidade e as manifestações de sua insubordinação também. O feminismo significou que as mulheres passaram a trabalhar na teoria e na prática de forma conjunta em grupos, os mais heterogêneos possíveis, sobre a questão da opressão e submissão da mulher. A "segunda onda" do feminismo (a partir dos anos70) coloca em pauta a questão do controle do corpo nos temas do aborto e da violência contra a mulher.

Defesa de diretos iguais para homens e mulheres aliado ao compromisso político de melhorar a posição das mulheres na sociedade estão envolvidos nas várias correntes feministas, formando movimentos e o conjunto de teorias que se desenvolveram a partir de experiências diversificadas de opressão feminina e uma crença ou visão de mudança social. Nesse sentido, é um movimento plural desde sua origem e essa pluralidade está presente nos sistemas de valores, nas doutrinas e nas ações práticas voltadas para a transformação da condição da mulher.

Entretanto, o feminismo questiona se a bioética é suficiente para assegurar direitos fundamentais do ser humano, uma vez que possui lacunas na forma de lidar com as desigualdades sociais e a opressão. As feministas fazem a crítica à ciência, ao seu método reducionista, à pretensão da universalidade, a institucionalização da ciência sob as rédeas de um estado explorador, a produção de ciência ainda dominada por homens e ao questionamento da neutralidade científica por meio dos recortes dados em termos de classe, gênero e raça/etnia e do atrelamento do tema a pesquisar às necessidades de quem financia a pesquisa.

No caso do direito ao aborto, por exemplo, há uma tendência dos bioéticos a polemizar por meio dos parâmetros técnicos que buscam delimitar desde que época pode-se considerar o feto como pessoa com direitos. Segundo uma bioética feminista (McKLIN, 1996), esse não deveria ser o foco do problema. Qualquer que seja a época considerada, pelo papel que a mulher tem de sustentar a vida do feto em seu corpo, ela deve ter prioridade no direito à liber-

dade de decidir sobre a vida do feto. Não se deve dar ao feto um *status* moral superior ao das crianças, dos adolescentes e das mulheres.

O viés de gênero pode ser notado na construção da história da bioética. A descoberta da dupla hélice do DNA deve-se à cristalógrafa inglesa Rosalind Franklin (1929 – 1958), ao geneticista norte-americano James Watson (1928 ...) e aos físicos ingleses Francis Copton Crick (1918...) e Maurice Huge Wilkins (1916...). Segundo Oliveira (1995a, p. 82, nota 17):

> [...] os homens receberam o Prêmio Nobel de fisiologia e medicina em 1962 [época em que Rosalind já havia morrido] [...] Ela em geral não é citada como co-descobridora da dupla hélice embora saiba-se que foi ela quem realizou as pesquisas que demonstraram a estrutura do DNA. Maurice, seu chefe de laboratório, abandonara naquele período esta pesquisa. Watson e Crick fizeram os modelos, baseados nos raios X de Rosalind. O próprio Watson, em seu livro "A Dupla hélice", diz que os últimos raios X que retratavam melhor a molécula, foram conseguidos por Maurice, sem a permissão dela.

Também deve-se evidenciar que a perspectiva crítica do feminismo ficou ausente dos fóruns de debate bioético até os anos 90, do século XX, embora a bioética seja diretamente comprometida com o combate à eugenia e trate de questões diretamente relacionadas a direitos e saúde sexuais e reprodutivas, o maior campo de ação e militância feminista a partir dos anos 70 (OLIVEIRA, 1995a; DINIZ; VÉLES, 1998).

Foi no final da década de 80 e na de 90 que surgiram os primeiros estudos críticos aceitos entre os bioeticistas. As teorias feministas são um dos principais vetores de críticas à teoria principalista e à disciplina bioética. Formalmente, a bioética feminista surgiu nos anos 90 com publicações que interrelacionam os dois temas (DINIZ; VÉLES, 1998, p. 255-263).

Assim, as críticas feministas evidenciadas até agora mostram a cegueira de gênero, tanto em termos da construção teórica quanto em termos da desvalorização da mulher dentro da ciência e da sociedade. Em relação aos temas do debate bioético, a crítica feminista mais forte está ocorrendo em torno das atitudes perante a engenharia genética, em termos de impactos ecológicos sobre a natureza e para o futuro da humanidade, e em relação ao controle social e ético sobre a bioengenharia, especialmente no que diz respeito às novas tecnologias reprodutivas da concepção. As feministas têm críticas à capacidade dos bioéticos de tecnizar os dilemas morais (tais como aquele expresso acerca do aborto) e ao reducionismo grosseiro provocado por seu uso massivo e descontextualizado. Para as feministas, a discussão da Bioética deve enfocar mais uma preocupação em fazer o bem constantemente e orientar a ação em termos do contexto em que está sendo vivida e as

consequências que provoca para os diversos atores envolvidos; não há uma preocupação em construir um manual de regras e proibições, como tem sido mais frequente no contexto médico.

Suas principais tendências de reflexão são: a) a defesa da instrumentalização técnica das mulheres, controlada pelas próprias mulheres; b) a avaliação de riscos e benefícios com a constante vigilância acerca dos desdobramentos negativos das novas tecnologias; c) rejeição total às novas tecnologias, por conta da crença na impossibilidade de um controle social e político. Dentre essas correntes, a mais popular tem sido a de avaliação dos riscos e benefícios (DINIZ; VELEZ, 1998; OLIVEIRA, 1995a e b; LAMAS, 1996; SHERWIN, 1996; SCAVONE, 1999).

Para a avaliação de riscos e benefícios, muito do olhar feminista tem sido a preocupação com o sistema médico dos cuidados com a saúde. As feministas criticam a prática médica como desumanizante. A ética feminista evidencia que a prática médica atual é uma poderosa instituição social que contribui para a opressão da mulher: prolifera sobre estruturas de poder hierárquicas; possui padrões de controle autoritário; trata diferentemente pacientes homens e pacientes mulheres; tem interesse obsessivo pelas funções reprodutivas das mulheres; perpetua estereótipos de papéis sexuais; reforça o servilismo da mulher nas relações familiares; alguns médicos e teóricos dão conselhos que explicam e justificam algumas práticas masculinas como a infidelidade conjugal, o incesto e a agressão sexual masculina; dentre outros (SHERWIN, 1996, p. 271, tradução e resumo nossos).

A ética feminista, à semelhança da bioética, considera fundamental a discussão da natureza das relações mantidas entre os agentes que realizam a ação e aqueles que são afetados por ela, uma vez que essas relações se dão num contexto de desigualdades existentes entre as pessoas envolvidas. Entretanto, a bioética não tem como compromisso acabar com a opressão, enquanto a ética feminista coloca este como um dos seus objetivos fundamentais, pois leva em conta as relações de poder existentes nas interações sociais, em qualquer das suas considerações morais (SHERWIN, 1996).

As relações de poder existentes na sociedade em geral e no sistema médico especificamente, produzem diferenças entre as mulheres e diferençasde tratamento que as mulheres recebem nos variados contextos médicos. Segundo Sherwin (1996), apesar dessas diferenças, algumas características gerais definem as experiências das mulheres dentro da sociedade e da medicina: a) a medicina favorece o entendimento fisiológico e percebe as mulheres como fisiologicamente iguais: b) as diferenças sociais atuam no tipo de tratamento que as mulhe-

res recebem por parte dos profis-sionais de saúde; c) alguns estereótipos gerais sobre as mulheres também influenciam nos cuidados que elas recebem (SHERWIN, 1996, p. 276, tradução e resumo nossos). Nos estudos bioéticos, não há consideração alguma sobre o papel político da medicina, omissão essa que contribui para a legitimação das instituições de saúde existentes. Daí sua tendência conservadora e reformista (SERWIN, 1996, p. 273).

Os argumentos feministas evidenciam a preocupação com perguntas éticas dentro de um marco contextuado em relação ao sexismo, ao social e ao político. Uma das tarefas principais da ética feminista é "[...] desenvolver modelos conceituais para reestruturar o poder associado à recuperação da saúde que permitam às pessoas um maior controle sobre sua saúde" (SHERWIN, 1996, p. 283, tradução nossa), sugerindo que a medicina se transforme em uma instituição menos hierárquica e mais democrática.

Entretanto, a ética feminista para o cuidado com a saúde contém como umas de suas bases teóricas a universalização do caráter feminino, pois a diferença de gênero alicerça o raciocínio moral – tal como em Gilligan (1982) e outras autoras – associando cuidado com os outros à moralidade das mulheres, e moralidade do homem com sistema de regras abstratas e universais.

Essa ênfase na ética do cuidado como feminina acentua desigualdades de gênero, provocando uma divisão moral do trabalho com apelo essencialista (DINIZ; VÉLEZ, 1998, p. 255-263). Ao adotar uma postura relativista e construtivista/crítica, essa posição tem sido questionada e mesmo ultrapassada por conta da universalização e também do debate cultura *versus* natureza. É possível acreditar que o sexismo tem sido, por fatores sócio-culturais, amplo e generalizado, mas é difícil chegar ao outro extremo, e acreditar numa ética essencialmente feminina.

Assim, embasar uma ética feminista em algum tipo de essencialismo feminino não me parece um bom caminho para percorrer. O horizonte da agenda política já em debate, quando baseado em perspectivas construtivistas, possibilita discutir melhor a possibilidade de equidade nas relações de gênero e de igualdade de direitos. Também, a partir dessa perspectiva, a tarefa de articular relações de poder na arena de atuação dos movimentos sociais que possam se estabelecer como hegemônicas não diminui porque o lugar da mulher não está previamente demarcado pela natureza.

Mas, acreditar na postura relativista e construtivista/crítica não significa que a prática política se mova de maneira simples e fácil. As contradições podem tomar formas paradoxais e as previsões da ação política podem tomar o caminho da incerteza, como no caso das reações feministas interna-

cionais à política controlista que além de denunciá-la, avançou em discussões sobre saúde, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Apesar dos avanços ocorridos, a tônica controlista não deixou de acompanhar as discussões que acoplaram justificativas modernizadas ao neomalthusianismo, com os tons das bandeiras ecológicas e feministas. Relação solidária com a natureza, com o direito da mulher de decidir sobre o seu próprio corpo e a obrigação dos governos em implementar políticas públicas capazes de assegurar esses direitos foram consensos gerados nesse processo, e servem para exemplificar como interesses tão distintos podem estar reunidos de maneira paradoxal. Na prática, os esforços da cooperação internacio-nal investem massivamente em políticas de controle populacional dos pobres sob a rubrica de planejamento familiar (OLIVEIRA, 1995b).

E ainda, a relação entre sobrevivência do planeta e controle da natalidade humana contida na política controlista, pode ser vista como portadora de outro *paradoxo*: a necessidade imperativa de controle do corpo procriativo da mulher com a finalidade de salvar o planeta parece suficiente para encaixar esta política controlista no rol do princípio bioético de praticar o bem. Por outro lado, coloca frente a frente, na arena, dois grandes movimentos que vêm alicerçando o controle social dos governos: o movimento feminista e o ecológico.

Assim, dois grandes desafios se colocam: o aumento do controle social e a diminuição do controle sobre o corpo da mulher. É possível essa equação?

O controle social e político da ciência que manipula a vida parece estar longe de ser atingido. Em *As Consequências da Modernidade*, Giddens (1991) propõe uma análise da modernidade baseada na confiança e no risco. O problema da oposição binária entre razão e fé toma um novo fôlego com a discussão sobre a confiança, a segurança ontológica, o risco e o perigo. O problema da previsão tem como saída o realismo utópico. O controle e a prova dos fatos têm limitações. "Não podemos controlar a vida social completamente, mesmo considerando que nós mesmos a produzimos e reproduzimos em nossas ações." (GIDDENS, 1991, p. 153). As altas-consequências dos riscos não podem ser postas à prova empiricamente. O risco da guerra nuclear ou de um acidente numa usina nuclear não podem ser medidos factuamente. Temos uma idéia do que poderá acontecer ao estudarmos as consequências das explosões de Hiroshima e Nagazaki, ou do acidente de Chernobil, mas a realidade segue uma orientação contrafactual. O desenvolvimento do conhecimento empírico também não nos permite decidir entre diferentes posições de valor (GIDDENS, 1991, p.153).

Passamos a viver num mundo em que só temos certeza da incerteza, no qual o controle social e político vai ficando cada vez mais envolvido com os sistemas de perícia e, cada vez menos, esses sistemas podem oferecer cálculos precisos dos riscos que corremos com os empregos da tecnologia, especialmente na engenharia genética. Um exemplo clássico é o dos transgênicos, que durante muito tempo foram proibidos, porque não sabíamos calcular precisamente seus efeitos sobre o corpo humano, e passou a ser liberado, durante algum tempo, baseado na alegação de que não havia sido observado nenhum efeito danoso ao organismo humano.

Nesse caso, como no da política controlista, o desafio da bioética feminista está em descobrir como articulações de poder de movimentos sociais podem ser tão mais fortes do que as articulações de poder dos governos e das indústrias mais poderosos do mundo. A perspectiva do controle social envolve os movimentos por caminhos de difícil previsão e por um saber fazer nebuloso quanto a resultados obtidos. Se os movimentos são fundamentais para o estabelecimento de direitos sociais e humanos, sua preservação e garantia encontram como cenário o alargamento das desigualdades sociais e o aumento da concentração de renda.

Quanto à diminuição do controle sobre o corpo da mulher, as perspectivas também passam pelo aumento do uso da tecnologia. Para Donna Haraway (1991), o uso intensivo das novas tecnologias e sua interação cada vez maior com o organismo humano tendem a dissolver as diferenças de gênero. Entretanto, a perspectiva predominante na bioética é a de que o androcentrismo da tecnociência pode existir, mesmo sem estruturas dicotômicas como o masculino e o feminino.

As articulações da bioética feminista estão se organizando por meio de encontros, conferências, tais como: Conferência Internacional da Mulher, Procria-ção e Meio Ambiente (1991); Conferência Mulheres por um planeta saudável (1992); e redes, a exemplo da Rede de Defesa da Espécie Humana, sediada no Rio de Janeiro, e das Redes Nacional e Internacional Feminista de Direitos e Saúde Reprodutiva etc.

Os principais direitos e questões colocadas até agora levam em conta que "[...] as tecnologias, em geral são um novo método para dominar o mundo de modo mais efetivo e para controlar ainda mais as mulheres [...] As tecnologias genéticas de reprodução são um ataque específico contra a dignidade humana da mulher e contra o seu direito à autodeterminação." (OLIVEIRA, 1995a, p. 94). A engenharia genética e a engenharia da reprodução são consideradas como parte da ideologia do eugenismo, à qual as feministas se

opõem. São produtos de desenvolvimento da ciência que se baseia na concepção do mundo como uma máquina, e não coincidem com as necessidades das mulheres ou da melhora de seu *status* na sociedade atual. Enfim, todas as feministas são contra o sexismo na ciência e o patenteamento de seres humanos. Propõem uma redefinição da Biologia. O raciocínio bioético feminista deve sempre buscar o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade.

Assim, a bioética médica e a feminista nos mostram que não existe um só critério universal ético e de justiça. Também não existem ações boas ou más *a priori*; os detalhes, as particularidades e os contextos são importantes para delimitações éticas. Mas, sem dúvida, o compromisso com a mudança social e a luta contra a opressão e discriminação dos seres humanos evidencia-se na bioética feminista.

No campo da bioética feminista, embora as perspectivas teóricas construtivistas apontem para grandes possibilidades de mudança social, a prática feminista atravessa por terrenos nebulosos; muitas vezes nos perguntamos se estamos agindo no sentido das mudanças ou reforçando, de maneira involuntária, as estruturas estabelecidas. Diminuição do controle sobre o corpo feminino e aumento do controle social são duas metas claras na agenda bioética feminista de mudança, mas a dificuldade em alcançá-las é grande.

Tomando especificamente dois temas importantes neste trabalho, o controle populacional e a engenharia genética, o debate perpassa dois campos importantes na construção do feminismo. O primeiro, a política controlista, foi o terreno onde houve luta vitoriosa em garantir direitos individuais e obrigações governamentais em relação à contracepção, cuja abrangência dos serviços de referência implantados e os resultados das articulações nacionais e internacionais deixam algumas feministas a questionar sobre as implicações dessas conquistas para a efetividade das mudanças sociais.

O segundo, a engenharia genética, especialmente no que se refere às novas tecnologias conceptivas, surge num cenário em que essas implicações da luta por direitos contraceptivos ainda não são tão claras a ponto de apontar caminhos para aprofundar a luta de saber como e quem decide sobre a concepção. Sabemos que a garantia de diretos individuais e da responsabilidade do Estado são o começo, mas as incertezas e os riscos envolvidos nessas tecnologias são maiores que no caso das tecnologias contraceptivas. Por isso, a luta social torna-se mais complexa e a previsão de atitudes e agendas que provoquem mudanças que incluam eqüidade e justiça de gênero para todos os seres humanos, mais difícil.

Entretanto, o grau de complexidade e dificuldade atravessados não deixa as mulheres imobilizadas. A prática das mulheres no século XXI, no plano coletivo, aponta para uma meta coincidente com a do movimento bioético feminista: a preservação da espécie.

> Elas são 80% das lutas ecológicas, 90% das lutas antiarmamentistas e 70% das lutas populares. Isso quer dizer que elas estão entrando na contramão da história, uma história de guerras, violência e desigualdades. Essa é hoje a atitude concreta das mulheres, que visa à humanização das estruturas de Estado e do mercado econômico, essencial para reverter o processo de destruição ao menos até 2050, considerado o "ponto de não-retorno" pelos ecólogos da Rio 92. (MURARO, 2000).

Notas

[1] As manipulações genéticas existem desde os primórdios da humanidade. A seleção de plantas e animais e a criação de novas espécies, a fabricação de pão e cerveja, a transformação de leite em coalhada e queijo, entre outras, são exemplos de manipulação genética feita por meio dos métodos de "erros e acertos". As mulheres que são consideradas as inventoras da agricultura, provavelmente foram pioneiras das manipulações genéticas por meio desse método (OLIVEIRA, 1995a e b).

[2] Exemplos dessas idéias e também das lacunas científicas que estão por trás de induções levadas ao extremo para provar uma tese podem ser encontradas no livro *O Gene Egoísta*, de autoria de Darwkins (1989).

[3] Publicações recentes tais como *Antropologia do Cyborg – as vertigens do pós-humano* (HARAWAI; KUNZRO; SILVA, 2000), *Cyborg babies...* (DAVIS-FLOYD; DUMIT, 1998), *A saúde perfeita* (SFEZ, 1996), *Velhos valores, novas tecnologias, quem é o pai?* de Verena Stolcke (1986), são bons exemplos teóricos e de experiências práticas que apontam como essas problemáticas são vividas atualmente, como a relação com a tecnologia da procriação tem colocado situações que (re)forçam posicionamentos acerca dos valores da vida e das relações de parentesco, os grandes projetos e possibilidades futuras, previsões de mudanças nas relações sociais e dissolução de relações de gênero, etc. Também não posso deixar de mencionar a *Revista Estudos Feministas*, que inclui vários artigos a respeito das teorias de gênero, das novas tecnologias reprodutivas, da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Sobre mudanças no comportamento sexual e procriativo a partir das novas tecnologias reprodutivas de concepção, ver especialmente artigo de Marilyn Stratern (1995), intitulado *Necessidade de pais, necessidade de mães*, sobre mulheres que queriam bebês, mas não queriam sexo, na Inglaterra.

Referência

DARWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Itatiaia, 1989.

DAVIS-FLOYD, R.; DUMIT, J. **Cyborg babies:** from techno-sex to techno-tots. New York and London: Routledge, 1998.

DINIZ, Débora; VÉLEZ, Ana Cristina Gonzalés. Bioética feminista: a emergência da diferença. **Revista Estudos Feministas**, IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 255-263, 1998.

ELUF, Luiza Nagib. +3 questões sobre feminismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Mais, 15 out. 2000.

EHRLICH, Paul. **The population bumb**. New York: Buccaneer Books, 1968.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 1991.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

HARAWAY, Donna. **Simmians, cyborgs, and women:** the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991. p. 43-68.

_____; KUNZRU, Hari; SILVA, Tomas Tadeu da. **Antropologia do cyborgue –** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAMAS, Marta. La bioética: proceso social y cambio de valores. In: PEREZ, G. C.; FIGUEIROA, Juan Guillermo; MEJÏA, Maria Consuelo. (Comp.). **Ética y salud reproductiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México (PUEG e UNAM) e Grupo editorial Miguel Angel Porrua, 1996. p.119-139.

MACKLIN, Ruth. Ética y reproducción humana: perspectivas internacionales. In: PEREZ, G. C.; FIGUEIROA, Juan Guillermo; MEJÏA, Maria Consuelo (Compiladores). **Ética y salud reproductiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México (PUEG e UNAM) e Grupo editorial Miguel Angel Porrua, 1996. p.143-171.

MALTHUS, Thomas Robert. **An essay on the principle of population**. London: J. Johnson, 1798.

OLIVEIRA, Fátima. Feminismo, luta anti-racista e bioética. **Cadernos Pagu –** situando diferenças, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, São Paulo, v.5, p. 73-107, 1995a.

_____. Por uma bioética não-sexista, anti-racista e libertária. **Revista Estudos Feministas**, IFCH/UFRJ e PPCS/UERJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 331-347, 1995b.

SFEZ, Lucien. A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia. São Paulo: Unimarco – Loyola, 1996.

SCAVONE, Lucila. (Comp.). Género e salud reproductiva en América Latina. Cartago: Libro Universitário Regional, 1999.

SHERWIN, Susan. Hácia una ética feminista del cuidado de la salud. In: PEREZ, G. C.; FIGUEIROA, Juan Guillermo; MEJÏA, Maria Consuelo (Comp.). **Ética y salud reproductiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México (PUEG e UNAM) e Grupo editorial Miguel Angel Porrua, 1996b. p.259-288.

STOLCKE, Verena. Velhos valores, novas tecnologias, quem é o pai? **Anuario Antropológico 86,** UNB/Tempo Brasileiro, Brasília, p. 93-114, 1986.

STRATERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, IFCH/UFRJ e PPCS/UERJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

RELAÇÕES DE GÊNERO E CULTURA NO DISCURSO JURÍDICO

Ana Maria Vasconcelos Melo
Amy Adelina Coutinho de Faria Alves

Cappelletti e Garth (1988), no ensaio *Acesso à Justiça*, sinalizam, como outros teóricos do Direito, que uma das tarefas básicas dos processualistas modernos seria a ampliação de suas investigações para além dos tribunais, utilizando métodos e análises da sociologia, da política, da psicologia, da economia e de outros estudos sociais.

Esse alargamento da visão dos pesquisadores do Direito, envolvendo a interdisciplinaridade e, como o queria Morais (1998), a perspectiva transdisciplinar do próprio Direito e da democracia, veio, a rigor, desembocar na visão crítica do funcionamento do Judiciário no Brasil, encaminhando o que hoje se denomina de "a crise do Judiciário". Mas, um pouco mais além dos problemas levantados sobre o funcionamento do Judiciário, como a necessidade de justiça mais rápida e eficiente, maior qualificação dos profissionais, aumento do quadro de servidores da justiça, justiça mais acessível (mais "barata"), justiça para todos, enfim, - "uma modernização e reforma do Judiciário" - está posto, mais do que nunca, o debate sobre a historicidade das práticas discursivas do Direito e suas

relações com a cultura que envolvem, tanto os operadores do direito como seus usuários cotidianos, na medida em que englobam os imaginários e o simbólico na interpretação das realidades sócio-jurídicas, nas suas relações com as questões de gênero. As reflexões que se seguem têm, pois, por objetivo, realimentar esse debate, uma vez que comprometem a cidadania feminina e a democratização dos direitos sociais.

Não resta dúvida que, subjacente a esta discussão estão concepções no mínimo polêmicas e de modo algum tranqüilas no âmbito das ciências sociais. Ao enfrentar as questões que circundam a concepção de discurso e de análise do discurso, optamos por incorporar as análises de Fairclough (2001) sobre a teoria social do discurso.

Segundo essa concepção, ao utilizar o termo "discurso", está-se propondo considerar a linguagem como forma de prática social. Não constitui o discurso uma atividade puramente individual. Neste sentido, o discurso é visualizado como um modo de ação, agindo sobre o mundo e as pessoas.

Compreendido como modo de representação, implica numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social e é socialmente constitutivo. Sob este prisma, o discurso é uma prática que não se resume somente na representação do mundo, mas de significação do mundo, e contribui para a construção e desconstrução dos sistemas de conhecimento e de crenças, participando da reprodução da sociedade e de sua transformação. Como modo de prática política, mantém e transforma as relações de poder. Enquanto ideologia, naturaliza e pode exercer efeitos conservadores sobre as relações de poder. Por outro lado, a noção de cultura evoca a valorização dos imaginários e do simbólico.

Através das práticas dos operadores do Direito, pode-se observar, no discurso sócio-jurídico, as mais diversas concepções dos modos de vida, do mundo, além de crenças, valores, desejos, sentimentos e formas de intervenção nos conflitos intersubjetivos que constituem os imaginários e o simbólico nas práticas discursivas.

No intuito de examinar e extrair hipóteses e questionamentos das relações entre gênero e cultura no discurso jurídico, utilizamos resultados de um conjunto de investigações que vêm sendo realizadas pelo grupo de estudos do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG), que abrange pesquisas sobre a "Violência contra a mulher no Estado de Sergipe", bem como questões levantadas pelo Grupo temático "Cultura, identidades e Imaginários nas relações de gênero". Num primeiro momento, trabalhamos a análise da condição feminina no âmbito do Direito de Família, tendo como espaço empírico os processos emanados do Fórum Olímpio Mendonça em Aracaju/SE, no período de janeiro a setembro de 2000. De um uni-

verso de 400 casos de plantão e amostra de 80, incluindo questões de disputa do direito à guarda de menores, à pensão alimentícia e ações de desquite, os procedimentos metodológicos incluíram análise documental de processos, fichas de plantão e 25 entrevistas com os requerentes, que tiveram uma duração média de uma hora, transcritas de acordo com a técnica de registro cursivo. Para a análise dos dados, privilegiou-se a técnica de análise de discurso.

Os dados evidenciaram: a) as situações fáticas de desquite litigioso – a mulher que recebe um outro homem que não o marido em sua residência, na ausência do cônjuge – mostram que foram por vezes interpretadas pelo discurso judicial como situações caracterizadas por dupla moral, e até de "injúria grave" (no juízo cível significa ofensa à honra, à respeitabilidade do lar); b) o processo de estigmatização, da construção da imagem da mulher como "desonesta", "de atitudes suspeitas" pôde ser detectada a partir de idéias culturalmente forjadas, acatadas na sentença. As questões de gênero interferem também na fundamentação das sentenças; c) em processo de disputa de guarda de filhos, freqüentemente é atribuída à mãe "conduta moral desrespeitosa" (freqüenta bares, bailes e sai à rua com freqüência, por exemplo), razão que a impediria de ser "mãe zelosa e cuidadosa".

Um segundo conjunto de pesquisas na área da sociologia penal levado a efeito pelo grupo de pesquisadores do NEPIMG de 1993/2000 e resumido na publicação/coletânea de Alves (2001), mostra que, a rigor, as práticas jurídicas geram, no cotidiano processual, discursos diferenciados produzidos por: a) os mais diversos operadores do direito, quer sejam juizes, promotores, advogados e juristas (ao nível da produção teórica); b) usuários.

As questões de gênero interferem nas fundamentações das sentenças, evidenciando preconceitos em relação à situação social dos requerentes nas ações cíveis e criminais. Faria (1999), ao se referir aos problemas de formação dos juristas, argumenta que os cursos jurídicos, ao construírem uma mentalidade fortemente legalista, acompanhada de informações burocráticas e subservientes, contribuem para formar profissionais incapazes de perceber e captar conflitos e tensões sociais, reproduzindo imaginários estigmatizadores. Melo e Alves (1999) constatam que a análise de processos demonstra a construção de imaginários nas sentenças que reproduzem a violência detectada nos imaginários populares.

Uma juíza, ao condenar uma mulher a 5 anos de reclusão por tráfico de drogas se utiliza dos seguintes argumentos para a decisão: "[...] ela própria já confessou que já cumpriu pena no reformatório penal [...] pela ré, viver no meio em que vive, entre marginais [...] *Diga-me com quem andas que eu te direi quem tu és...*" (grifo nosso). Outros "argumentos para condenar" florescem no cotidiano dos processos: "*Por se tratar de uma prostituta não tinha conduta ilibada...*" (condenada por homicídio culposo, grifo nosso).

Ampliando o inventário dessas pesquisas, um outro conjunto de dados compõe o terceiro momento investigativo reflexivo. Trata-se de estudos sobre o próprio processo de modernização do Judiciário nas sociedades contemporâneas que têm adotado formas chamadas de renovadoras na solução de litígios judiciais, como fruto de políticas adotadas pelos estados modernos.

Nesse sentido, no Brasil, as novas orientações constitucionais[1] direcionadas para efetivar o acesso à justiça previsto no art.5, inciso XXXV da Constituição Federal, e o pleno exercício da cidadania, modificaram de forma substancial o sistema penal quando a Constituição Federal, no seu artigo 98, institucionalizou a criação dos Juizados Especiais Criminais, inserindo a conciliação como uma forma de solucionar os litígios penais de "menor potencial ofensivo", através da lei Federal 9.099/95, conhecida como a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que disciplina o procedimento jurídico para o juizado especial cível e criminal.

Considerando a análise do imaginário jurídico da conciliação, pesquisa empreendida por Alves (2000), do grupo de estudos de "Violência contra a Mulher no Estado de Sergipe/NEPIMG", envolvendo o exame sobre "O Judiciário em Sergipe": análise crítica, o discurso de conciliação se propõe ao acordo entre as partes na resolução judicial do conflito. Vale observar, que a questão da subjetividade, construtora dos imaginários jurídicos, particularmente no campo da sociologia do direito penal, atentam para a direção de reflexões téorico-metodológicas em torno de uma dialética fenomenológica da subjetividade.

A pesquisa de campo[2] privilegiou como recorte empírico de análise a cidade de Aracaju, incidindo a amostra no 1º Juizado Especial, que data de 1996 e abrange jurisdicionalmente os bairros de 13 de Julho, Jardins, Inácio Barbosa, Conjunto Augusto Franco, Mosqueiro, Luzia, Jardim Esperança, Suissa, São Conrado, São José, Aeroporto, Areia, Atalaia Velha, Coroa do Meio, Jabotiana, J. Baiano, Pereira Lobo, Terra Dura, Salgado Filho, Santa Tereza, T. Carmo, Barra dos Coqueiros, D.I.A., Grageru, Ponto Novo, Jardim Alvorada e Farolândia.

Tendo em vista a jurisdição do referido Juizado Criminal, ele abrange bairros periféricos que centralizam habitantes de baixa renda, em que há pouca infra-estrutura e condições de moradia, como também bairros onde se agrupam a classe média, com relativa qualidade de vida, tomando por referência o contexto urbano nacional.

Resumindo dados do perfil social dos usuários desse juizado, observou-se que, de um universo de quarenta (40) processos, duas partes por processo, portanto oitenta (80) partes, foram identificadas trinta e duas (32) profissões diferentes, sendo as de maior freqüência das vítimas – 88,5% são do sexo feminino – as de "prendas do lar" seguida por estudantes, costureiras e comerciantes.

O sexo masculino figura como a maioria das partes litigantes, constituída de vigilantes, funcionários públicos, professores e militares. A maior parte dos delitos se refere à violência doméstica.

As conciliações, por sua vez, não são práticas distantes do imaginário feminino, posto que as promessas de conviver bem, de acordo com as histórias de vida relatadas nos boletins de ocorrência, em especial procedentes da Delegacia da Mulher, atestam reiteradas conciliações informais depois das agressões. O Juizado Especial Criminal vem apenas formalizar e dar um cenário simbólico a essas conciliações, oferecer sentenças homologadas como "títulos de paz", pequeno descanso na convivência atribulada das relações passionais, em geral conturbadas. É forçoso observar que os Juizados Especiais se inserem num contexto das propostas que visualizam em seu item de modernização a democratização através do acesso à justiça[3] e, com isso, uma maior igualização das garantias e direitos, onde o desenvolvimento do *discurso da conciliação* aparece como técnica formal procedimental disciplinada pela lei. Neste sentido, Zaffarroni (1997, p.73) evidencia: "O discurso judicial desenvolve a sua própria cultura pragmática, regulamentadora, de mera análise da letra da lei, com clara tendência a burocratização."

Por outro lado, os boletins de ocorrência descrevem depoimentos no quais são comuns espancamentos, murros, pontapés, quebra de pertences pessoais das vítimas, além de violências psicológicas caracterizadas por ditos como: "Vagabunda, Ordinária, Filha da Puta, Vá Tomar", e outros do tipo ameaça, como por exemplo: "Eu vou pegar uma faca e vou lhe furar todinha, vou lhe rasgar de baixo para cima" (Boletim de ocorrência 196/97).

Numa proposta de diferenciar os delitos mais graves dos menos graves, a lei 9.099/95, ao apontar para um importante debate, os chamados crimes de menor potencial ofensivo[4], nos encaminha para uma enorme gama de questionamentos, considerando as relações de gênero e cultura no discurso jurídico. Realizado dentro de determinado prazo temporal – oralidade e celeridade constituem princípios importantes – a experiência discursiva, o diálogo através do Juiz Conciliador, se por um lado oferece algumas condições de fala, de expressão de angústias por parte dos litigantes, a objetividade e racionalidade jurídicas devem limitar o exame mais aprofundado dos conflitos, já que sua tarefa primordial se exaure no ato de conciliar. O momento fático da conciliação exibe privilegiadamente os chamados "símbolos de preferência", em que valores como a paz, a segurança, a justiça, utilizados pelo Estado moderno, constituem representações imaginárias. Arruda JR (apud PORTANOVA, 1995, p. 54) explicita: "São desejos, esperanças, nostalgias, são enfim, ideologias que sobrevivem graças a um discurso lacunar."

A paz é talvez o valor mais importante, especialmente no que se refere aos crimes de lesão corporal e ameaça. Porém, uma conciliação que "verdadeiramente não induz à paz não passa de uma trégua" (ALVES, 2001, p.16). Essa "paz utópica" aparece assim expressa em inúmeras sentenças conciliatórias:

> Os autores do fato se comprometem a não mais importunar a vítima [...]
> O autor do fato se compromete a não mais proceder da forma como está narrado no histórico de fls., devendo a partir de então obedecer as regras de boa convivência, do respeito mútuo e da urbanidade social.
> Ambas as partes se comprometem em juízo a não mais se importunarem devendo para tanto obedecerem as regras de boa convivência, urbanidade e respeito mútuo [...] (ALVES, 2001, p.17).

Diante do descaso do sistema penal comum para com a vítima, em especial a vítima mulher, a lei dos Juizados Especiais Criminais inova em trazer a vítima através do modelo consensual proposto, porém é necessário aclarar o processo conciliatório sob uma nova luz, mais intensa e profunda, na medida em que, freqüentemente, mulheres, não tão treinadas na verbalização de seus interesses, encontram no espaço público ambiente inadequado para o posicionamento de seus direitos, dado que as soluções propostas pela lei são superficiais, ocorrendo, no dizer de Hermann (1998, p. 52) a "[...] duplicação da vitimação feminina", incapacidade preventiva e resolutória do Sistema Penal. Benoit (2000), numa releitura atual das tendências de análise de estudos feministas, argumenta que, superando o reducionismo biológico, tenta-se uma reconstrução do feminino e do masculino a partir do campo de suas significações simbólicas. Do ponto de vista das relações entre os estudos de gênero e o Direito, indaga-se: que sujeitos e relações constróem o Direito como ciência tradicionalmente e tendencialmente masculina?

Sumariando, a saída de mulheres do espaço doméstico para o enfrentamento jurídico-social por si só pode se constituir numa conquista/resistência, mas à miúde se torna mais uma "oportunidade de silenciar".

A sentença conciliatória passa a idéia – falsa e ineficaz – de que os termos da conciliação terão o poder de gerar efeitos duradouros, apesar da composição civil vir acrescida de uma pena de multa se houver o descumprimento do acordo. A vestimenta jurídica da conciliação desvenda as maneiras de realizar o direito nas esferas simbólicas da política criminal, podendo – mas nem sempre é o que acontece – se constituir num espaço potencializador do exercício da cidadania.

Nessa relação de construção do acesso à justiça, os operadores do direito encontram as partes processuais no mundo em que vivem, com suas histórias de vida familiar, violência doméstica e social. O Estado imiscui-se deste modo na alma e vida das partes, onde o processo, num brevíssimo relato de realidade, tenta, racionalizando, transformá-la.

Como o refere ainda Alves M. (2001, p. 65), as questões trabalhadas, no que concerne aos pequenos delitos, levantam indagações cruciais no campo dos

direitos humanos. “Que função a conciliação de um crime de ameaça pretende exercer nas relações pessoais?” Como configurar o acesso à justiça se não se realiza o acesso às angústias, à igualdade e a dignidade dos sujeitos, pretendidos pela Constituição? A cultura jurídica da ameaça desvenda por si só a fragilidade dessa lógica conciliatória, evidenciando que a estrutura dos Juizados Especiais Criminais, cumprindo os critérios de celeridade e economia processual, exerce sua função maior que é a de “desafogar” as prateleiras dos cartórios, e assim desburocratizar o sistema penal brasileiro. Ocorrem, pois, neste âmbito, contradições entre a igualdade jurídico-formal e as questões específicas de desigualdades nas relações de gênero. Os estudos e pesquisas com enfoque no “acesso a justiça” constituem-se inovadores, na medida em que as questões que obstaculizam tal acesso – dificuldades de ordem gerados pelos problemas sócio-econômicos da população, de ordem informativa e de capacidade postulatória, e de elementos simbólicos – revelam a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça. Santos (1997) indica que os estudos nessa área têm se preocupado com obstáculos sociais e culturais ao efetivo acesso à justiça por parte das classes populares, hoje mais formal do que real. A luta democrática pelo direito deve ser, então, tanto uma luta pela aplicação correta da justiça quanto uma luta pela mudança do direito.

É preciso, pois, considerar a necessidade cada vez mais urgente de uma teoria crítica do Direito, que não pode prescindir de uma ótica interdisciplinar e transdisciplinar, levando em consideração as dimensões sociológicas, psicológicas, culturais e políticas, e a questão dos imaginários dos fenômenos jurídicos.

O papel e função das significações sociais imaginárias – das quais a cultura no discurso jurídico é parte essencial – é o de assegurar respostas condizentes com a justiça, dignidade, e direitos humanos de homens e mulheres, enfim da população usuária dos serviços jurídicos. Como ainda referem Warat e Rocha (1995), em ensaio sobre as relações entre o Direito e sua linguagem, as respostas de uma dada sociedade, os questionamentos do que ela é como coletividade – suas necessidades, desejos e articulações – devem estar destinadas a prover de sentido e justiça tanto aos indivíduos como às instituições.

Notas

[1] O Art. 98 da Constituição Federal prescreve que a União no Distrito Federal e, nos territórios, os Estados criarão: I Juizados Especiais, providos por juizes togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade, e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos nas hipóteses previstas em lei, transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau (Brasil, 1998).

[2] Dados extraídos de pesquisa de Alves M. (2001).

[3] O acesso à justiça tem por base o prescrito na Constituição Federal no seu art. 5º, inc. XXXV: "A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça ao direito." Constituição Federal (1988).

[4] Lei 9.099/95 Art. 61: Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos que a lei preveja procedimento especial.

Referências

ALVES, Amy (Org.). **De gente a gente só tem o nome**. A mulher no sistema penitenciário em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju. Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

ALVES, Míriam Coutinho de Faria. O imaginário jurídico no Juizado Especial Criminal e o acesso à justiça. In: BARRAL, Welbre; ANDRADE, Henri Clay (Org.). **O Judiciário em Sergipe**: Análise crítica. Aracaju: OAB, 2000. p. 293-336.

_____. **Pequenos delitos, grandes ofensas**: o imaginário jurídico da conciliação no Juizado Especial Criminal. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução (DOSSIÊ). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 11, p. 76-88, 2000.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal do Brasil**, promulgada em 05 out. 1988. Lei 9.099/95. Brasília: Revista dos Tribunais, 2001.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça.** Tradução de Ellen Garcie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editor, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, José Eduardo. Ordem legal x mudança social: a crise do judiciário e a formação do magistrado. In: _____. (Org.). **Direito e Justiça.** A função social do judiciário. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 95-110.

HERMANN, Leda. **A dor que a lei esqueceu** – Os juizados especiais e a violência doméstica. Tese de doutoramento, PUC. São Paulo, 1998.

MELO, Ana Maria Vasconcelos; ALVES, Amy Adelina Coutinho de Faria. Revisando a LEP: Tempo de prisão também é tempo de cidadania? In:

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Olhares e Diversidades**. Os estudos sobre gênero no norte e nordeste. Belém: GEPEM;CFCH;UFPA - REDOR-N/NE, 1999. p. 299-312.

MORAIS, José Luis Bolzanot de. **A subjetividade do tempo**: uma perspectiva transdisciplinar do direito e da democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul, RS: Edunise, 1998.

PORTANOVA, Rui. **Motivações ideológicas da sentença**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. In: FARIA, José Eduardo (Org.). **Direito e Justiça**. A função social do Judiciário. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 39-65.

WARAT, Luis Alberto; ROCHA, Leonel Severo. **O Direito e sua linguagem.** 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

JOSÉ DE ALENCAR, A DEMOCRACIA PROPORCIONAL E O DIREITO DE VOTO DAS MULHERES[1]

Maria Luzia Miranda Álvares

"O mais forte e também o mais legítimo dos centros de resistência que pode existir em um país livre é a representação das minorias."
"O voto não é, como pretendem muitos, um direito político, é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão."
José de Alencar (1868, p. 41)

1 INTRODUÇÃO

O ficcionista romântico José de Alencar (1829-1877) revelou em sua obra um invulgar interesse pela mulher, tratando-a como a principal personagem de muitos romances, carregando nas tintas da figura apaixonada e apaixonante que o cativou a partir de *A Moreninha* de Joaquim Manoel de Macedo, livro que leu aos 15 anos e que muito o impressionou.

As mulheres de Alencar refletem também a presença marcante de sua mãe e de sua tia, personagens de um quadro da infância que descreveu em suas memórias "[...] minha boa mãe e sua irmã D. Florinda [...] ao redor de uma

mesa de jacarandá [...] se ocupavam com trabalhos de costura, e as amigas para não ficarem ociosas ajudavam" (ALENCAR, [s.d.]).

Certamente não eram mulheres ociosas as suas Iracema, Lucíola, Ceci e as heroínas de *Senhora*, *A Pata da Gazela* e outros romances. Índias, filhas de colonos, moças ricas ou prostitutas, as personagens indicavam um comportamento rebelde numa sociedade em que à mulher era negada a disputa intelectual com o homem – ou mesmo um lugar mais evidente na vida profissional.

O casamento aos 35 anos com Ana Cochrane, descendente de ingleses, filha de um médico homeopata, também deve ter influenciado na pintura de algumas heroínas. Nessa época, Alencar escrevia e fazia política, tendo sido ministro da Justiça e candidato eleito ao Senado, cargo que lhe foi negado pelo imperador D. Pedro II, a quem fazia oposição.

As polêmicas criadas em torno de livros como *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães (criticado duramente na sua opção indianista), e um debate com Joaquim Nabuco pela imprensa não refletiram o comportamento de suas heroínas. Elas estariam a um passo adiante da morena de Paquetá criada por Joaquim Manoel Macedo e mais próximas das ambiciosas de Eça de Queiroz e de autores em outros idiomas, como a *Madame Bovary*, de Gustav Flaubert. Isto sem falar do toque nacionalista, especialmente do indianismo, que ficou como a sua marca. Este "abrasileiramento" da literatura levou-o de encontro a uma tradição "humanista" conservada pela corte, que privilegiava o que vinha de fora do país. Ou, apesar de alguns críticos verem alienação na obra de Alencar (os seus índios, por exemplo, seriam demasiadamente estereotipados, resplandecendo como títeres de enredos vividos por colonizadores brancos), seria esta tendência de valorizar o que é "da terra" em contraste com um condicionamento da elite ao pensamento importado[2].

A prosa de Alencar ganhou impulso depois da proclamação da República, embora tenha sofrido uma séria revisão crítica na época do Estado Novo. Atualmente, uma isenção crítica leva à apreciação devida do autor no seu tempo. E de suas mulheres, obviamente.

Esta faceta do romancista brasileiro se não o inclui entre "[...] os maiores autores da literatura nacional" (LIMA JR., 1997, p.45) é a mais popularmente conhecida. Há, entretanto, um outro aspecto hoje recuperado pelos teóricos políticos brasileiros, referente à produção de um conjunto de publicações políticas de José de Alencar, na qual ele expõe "[...] suas atitudes e opiniões como parlamentar, e também em continuar sua campanha contra o poder pessoal do imperador, e a favor de uma monarquia democrática." (SANTOS, 1991, p. 11) No esboço analítico de Wanderley Guilherme dos Santos, este alude ao conteúdo de uma das obras, *O Systema Representativo*, como "[...] uma das mais importantes peças de

reflexão política produzidas no século passado." (SANTOS, 1991, p. 14). Ao considerar o ponto de vista de Santos (1991), sobre a importância deste estudo para a teoria política e para o entendimento da questão democrática no Brasil, optou-se, neste trabalho, pela análise de aspectos da obra política de Alencar, objetivando explorar as bases das discussões que o autor desenvolve sobre o direito de representação das minorias, ao tratar da teoria da democracia proporcional, e o lugar que o direito do voto feminino ocupa nessas discussões. Se a mulher não era incluída no estatuto da cidadania e, portanto, não poderia inscrever-se entre os eleitores e elegíveis, ela e os demais agentes da *polis* que não detinham certas qualidades de sujeito político, não referendavam o *demos*. Nesse caso, quais cláusulas tornavam-se facilitadoras da inclusão dela na *demos*?

A proposta será esboçada, primeiramente, fazendo-se uma revisão de alguns pontos básicos da análise de Santos (1991) e de Olavo Brasil de Lima Jr. (1997) sobre a obra política de José de Alencar; e a aproximação que estes fazem entre Alencar e Stuart Mill ao tratarem do mesmo assunto; em seguida, espera-se extrair da obra *O Systema Representativo* o tratamento dado por Alencar ao voto feminino integrado aos demais ausentes do *demos*; na sessão subseqüente, planeja-se levantar questões sobre a motivação das sufragistas em pleitearem o direito do voto, institucionalizando uma prática que favorecia não só o símbolo da cidadania, mas também a condição de ampliar-se seus direitos sociais. As considerações finais tendem a esboçar as configurações pendentes do texto.

2 OLHARES SOBRE AS FONTES: WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS E OLAVO BRASIL

2.1 O OLHAR DE WANDERLEY G. DOS SANTOS

Procurando incluir as publicações políticas de José de Alencar no rol de obras fundamentais que analisaram o "enigma democrático" no século XIX, Wanderley Guilherme dos Santos (1991), em sua introdução aos *Dois Escritos Democráticos*..., esboça, inicialmente, as configurações do moderno sistema político onde a Inglaterra se situa com uma ausência de cláusulas eleitorais que facilitem as bases liberais-democráticas e mapeia a literatura da época que trata sobre o assunto. Cita a obra de Thomas Hare (*The Election of representatives parliamentary and municipal*, 1859) e de John Stuart Mill (*Considerations on representative government, 1861*) e cria aportes para conexões da obra de Alencar com estes e outros auto-

res como Edmund Burke, Madison, Bentham e Benjamin Constant, constituindo-se estas em fontes nas quais Alencar se abeberou para as suas teses sobre o sistema representativo.

A trama que enreda as articulações teóricas de José de Alencar com um problema político incurso na política brasileira daquele período, se insere, justamente, nas bases em que esta política se constitui no Segundo Reinado, com o Poder Moderador usurpando as funções legislativas e incinerando as relações de igualdade e liberdade entre o poder e o povo. A soberania popular delegava às Câmaras essas funções que o poder da Coroa utilizava, despoticamente, interferindo nos preceitos fundantes dessa soberania.

A tese explorada pela análise de Santos (1991) é sobre a posição contrária de Alencar ao princípio majoritário nas democracias representativas e a sua favorabilidade ao direito das minorias à representação. Para o analista, embora ainda pouco amadurecido, Alencar esboça "[...] aguda percepção do enigma do sistema representativo *proporcional*, que atribuía, entretanto, aos governos representativos em geral." (SANTOS, 1991, p. 27). Ao tratar da realidade do sistema representativo, são levantadas duas questões: como se fará a representação, pelo governo, de todas as opiniões concordantes ou discordantes da sociedade, sem que haja repressão, desrespeito ou se anulem umas pelas outras? As respostas a estas questões são dadas pelo próprio Alencar, diz Santos (1991), em três livros nos quais está subdividida a obra analisada. Esboçando dois trabalhos de natureza teórica sob o título *A realidade do sistema representativo* e três outros, cuja preocupação é quanto à engenharia constitucional referente à transformação de votos em cadeiras intitulado *O regime eleitoral*, Alencar configura seu projeto de mudanças ao sistema político brasileiro contrário ao princípio majoritário e favorável ao direito das minorias à representação. Os aportes do primeiro livro vinculam-se à exploração dos princípios democráticos dos antigos, mostrando as diferenças sobre a democracia moderna; trata da essência da democracia proporcional e dos novos sistemas eleitorais sob aquele sistema, ocupando-se da representação genuína. As teses de *O regime eleitoral* explicitam sua tentativa de persuasão às teorias já expostas, procurando demonstrar a factibilidade, pelo sistema político brasileiro, da engenharia constitucional em formulação.

Ao analisar detalhadamente os pontos que margeiam a desintegração do poder das minorias pelos absurdos que a maioria poderá desejar submetê-la, prevalecendo-se da representação garantida na soberania delegada, Santos (1991) esclarece a argumentação de Alencar para justificar o projeto de democracia proporcional que este apresenta, centrando-se nos seguintes pontos:

1) o ideal de sociedade da fórmula alencarina exprime-se na perspectiva de reconhecimento de que se "o governo é de todos por todos", a independência de cada um é um direito fundamental[3];

2) a garantia da representação das minorias legitima o processo representativo e tende a se constituir na reprodução dos atributos da democracia dos antigos. O caráter opositor das minorias tende a ser benéfico ao processo moderno de competição política;
3) a caracterização do eleitor se dá pela partícula de soberania que este detém através do voto, não o censitário, visto que todos os membros da sociedade pagam impostos, mas que permita aproximar o *demos* da *polis*. E isso só se constituirá pela função dos partidos de agregação de votos e preferências e, conseqüentemente, dando consistência à representação, visto que "[...] os partidos não são criados pelo homem, são filhos das idéias: nascem do impulso da opinião."[4] (SANTOS, 1991, p. 40). Estes, na sociedade brasileira, se nasceram do antagonismo de nacionalidades, deixam de ser pátrios e nacionais para serem partidos políticos;
4) a aristocracia burocrática que domina a administração pública absorve o poder central, usurpa a soberania, manipula a legislação eleitoral e produz "[...] uma nação artificial, não representativa, de onde saem as eleições, de onde sai o Parlamento." (SANTOS, 1991, p. 44). Ela também "fabrica" a opinião pública pela subserviência da imprensa aos mandos da administração;
5) o enigma fundamental de Alencar que seria "[...] como garantir através de um sistema representativo com base no sufrágio universal, sem restrições, regulado pelo regime de eleição proporcional [...] a reconciliação da igualdade com a liberdade?" (SANTOS, 1991, p. 48) é resumido por Wanderley G. dos Santos (1991), de duas formas: uma, seguindo o alinhamento discursivo de Alencar, na obra; a outra, adentrando uma formulação contemporânea. As proposições da primeira são: a) "o voto é o elemento da soberania; a representação o meio de concentrar a vontade nacional para organização do poder político" (p.1); b) "a essência da liberdade política consiste na legítima delegação da soberania nacional, no governo de todos por todos" (p.12); c) "a ciência do governo se resume no princípio da representação; quando se atinge perfeita e justa delegação de soberania, obtém-se plenitude democrática" (p.11-12); d) "para tanto é necessário que o deputado seja realmente o escolhido dos cidadãos votantes" (p.8) "e que o número de votados seja inferior ao número de eleitos, na proporção conveniente para garantir uma representação à minoria sem risco para a maioria" (p.3); e) "o que gradua a democracia é a extensão do poder e sua duração: quanto maior a delegação de soberania e por maior prazo, menor a democracia" (p.10).

Santos (1991) conclui afirmando que na letra **d** situa-se a solução do enigma alencarino sobre o governo representativo, no que consta da referência ao número de votados ser inferior ao número de eleitos, configurando o "[...] modo de transformação de votos em cadeiras, de tal modo que a regra de ouro do regime da democracia proporcional seja atendida" (SANTOS, 1991, p. 49).

A configuração contemporânea da formulação de José de Alencar refletida em sua obra política, para Santos (1991, p. 49-50), está nas seguintes proposições:

- "Quanto mais proporcional, mais democrático."
- "Quanto maior a participação eleitoral, maior a extensão em que o governo é de todos por todos."
- "Quanto mais obedecer à regra fundamental de não tirania da maioria e não poder de veto da minoria, mais democrático."
- "Quanto menores o prazo e o escopo do governo, mais democrático."

No intento da obra analisada, na interlocução feita com os teóricos europeus do período sobre o processo político democrático que emergia na literatura e se estendia de forma pragmática, no sistema político moderno, Wanderley G. Santos (1991) vislumbra as contribuições teóricas de José de Alencar entre as mais importantes sobre a democracia e considera que este autor soluciona o "enigma democrático", quando aponta para a superação da democracia representativa pela via proporcional.

2.2 O Recorte Analítico de Olavo Brasil

No rastro analítico de Santos (1991), Olavo Brasil de Lima Jr. (1997, p.47) considera os argumentos de Alencar semelhantes aos de Stuart Mill "[...] um dos lúcidos defensores do sistema representativo autêntico". E aponta para três princípios elementares do teórico inglês que reforçam a defesa do governo representativo: a) reconhecimento da diferença socioeconômica da sociedade organizada em classes sociais; b) rejeição à teoria da representação delegada, temendo as arbitrariedades da regra da maioria dominada por uma legislação de classe; c) defesa da proporcionalidade como essência da democracia representativa, princípio que favorece a igualdade política e evita os excessos da regra da maioria.

Observa-se que entre estes três princípios da argumentação de Mill, o segundo – rejeição à teoria da representação delegada – diverge da de Alencar, que considera a delegação de poder como organizador da democracia, no estado atual da civilização, quando a complexidade da vida social e os traços especializados da vida política não comportam mais as grandes assembléias deliberativas. A teoria alencarina esboça justificativa para o que considera a representação delegada da soberania – o exercício de poder, pelo povo através de mandatários e a conservação do "[...] uso próprio do poder constituinte" (Santos, 1991, p. 14). É nesta cláusula final que Alencar resguarda a soberania da minoria quando estabelece sobre o estatuto da representação, a proporcionalidade

dos votos, prevenindo a fração minoritária, contra a tirania e o despotismo do princípio da maioria.

Lima Jr. (1997, p. 49) equipara Alencar a Sterne e a Stuart Mill, considerando essa tríade como "[...] expoentes da divulgação e defesa do princípio de representação proporcional formulado alguns anos antes por Thomas Hare e adotado pela primeira vez na Irlanda em 1923."

3 O Pensamento Político de José de Alencar sobre o Voto do Cidadão: Onde Encontrar as Mulheres?

Da leitura de *O Sistema Representativo*[5] (Alencar, 1868), procurei centrar meu olhar no que José de Alencar considerava as aberrações de um sistema político de democracia representativa no qual predominava o princípio da maioria, submetendo uma parte do povo em minoria. A análise de Alencar sobre os dois elementos conceituais – maioria e minoria – aplicados à análise do sistema político procura dimensionar o grau de força dos representantes partidários que auferem um poder maior, conservando um número maior de representantes no parlamento através do voto da maioria. O fato de o autor intentar dimensionar a assimetria eleitoral, através de fórmulas que incidem no equilíbrio do número de votos entre os candidatos pode ser considerado uma previsão acerca do *quociente eleitoral* atual. Trata-se também de avocar a tensão entre igualdade (a maioria) e liberdade (dos direitos privados) que tensiona o regime democrático.

O sistema representativo seria o princípio regulador da delegação da soberania nacional e a norma de sua realização. Esta delegação da soberania estaria considerada em sua generalidade – *representação*; relacionada ao direito do cidadão – *voto*; e efetivada através da *eleição* (Alencar, 1868, p.12). É no Livro II, Do Voto – Capítulo I – Da natureza do voto –, e Capítulo II – Do Exercício do Voto –, que José de Alencar incursiona sobre a dimensão do voto e relaciona quais os cidadãos que assinam ou não assinam o "contrato".

O voto, diz ele, "[...] não é como pretendem muitos, um direito político, é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão" (Alencar, 1868, p.75), é a expressão da pessoa política que garante o "[...] caráter de representação política do homem [...] A pessoa, é o homem civil a quem competem os direitos individuais; o voto é o homem político a quem competem os direitos coletivos." (Alencar, 1868, p. 76-77).

Embora no domínio da democracia o voto pertença a todo o indivíduo que tenha parte numa dada nação, há, contudo, impedimentos que não habilitam algumas pessoas para o exercício da soberania. Estas – barreiras ao sexo, à idade,

à doença das pessoas –, para Alencar (1868, p.80), impedem a verdadeira democracia, pois qualquer ente racional tem parte na fração de soberania: "Todo o sistema eleitoral repousa sobre esse dogma da universalidade do voto. O membro de uma comunidade política, qualquer que seja seu estado e condição tem em si uma molécula da soberania e deve concorrer com ela para o governo de todos por todos".

A argumentação travada pelo autor em torno destas barreiras que ele considera o primeiro *vício* notado no sistema de restrição do voto, porque suprime inteiramente a representação aos incapazes políticos, vai se basear no enfoque dos direitos civis – reguladores da ordem privada –, e direitos políticos –, referentes aos deveres de cidadania. Se estes entes impedidos de votar – a mulher, o menor, o alienado – mantêm relações de contribuintes com o Estado, então as barreiras de exclusão não se sustentam, diz Alencar (1868), haja vista que eles demonstram interesse pelas leis do país e pela nacionalidade da qual são investidos, portanto não procede a exclusão. "A incapacidade determina apenas o modo de ação, o exercício. Na esfera civil, o incapaz não perde o direito, mas unicamente o uso próprio; assim deve, e há de ser mais tarde, na esfera política." (ALENCAR, 1868, p.81).

Considera a inadequação do funcionamento da democracia por esta desrespeitar a representação dos direitos políticos dos inativos e se nega a aceitar as condições do *status quo* sobre a naturalidade da exclusão da mulher da cidadania por via da cultura:

> Então essa parte da humanidade que na vida civil comunga em nossa existência, não há de ser esbulhada de toda a comunidade política; aquelas que são esposas, mães, filhas e irmãs de cidadãos, e tem senão maior, tanto interesse na sociedade como eles, não serão uma excrescência no estado. Participarão da vida política por seus órgãos legítimos; e quando assumam a direção da família na falta do chefe natural, exercerão por si mesmas o direito de cidade, servindo de curadora ao marido ou de tutora aos filhos. (ALENCAR, 1868, p. 82).

Mas Alencar é realista, ao observar que essa situação deve perdurar ainda por muito tempo[6]. Vê a mudança da sociedade que exclui a mulher do direito do voto, somente com a reforma eleitoral. E considera que da forma como se apresenta a democracia, com uma "falsa noção", a inclusão do pleito nessa base seria arrastar institucionalmente à universalização da delegação do poder à maioria, um dispositivo que leva o temor aos próprios adeptos da "escola democrática". Alencar vê na exclusão, com base na barreira do critério de capacidade para o exercício do voto, uma estratégia dos que têm medo do poder exercido pelo povo, ou seja, do governo popular.

A outra aberração que, segundo ele, repercute de forma negativa como critério de capacidade eleitoral é o censo (voto censitário), o qual se serve da

instrução, dos cargos, da renda, da propriedade imóvel para avaliar a aptidão política do cidadão. Contraditório, no seu entender e, até mesmo, uma "subversão de princípios" é apresentar princípios tão diversos e conflitantes para afastar os cidadãos do direito político. Diz:

> Se admite-se com base da capacidade política a instrução, parece ridículo dar a um analfabeto patente de ilustrado porque possui uma renda; se a base está na propriedade, porque representa o interesse do cidadão no estado, seria disparatado revestir um título científico de igual caráter; se finalmente a base é múltipla e assenta em qualquer interesse legítimo, então nenhum membro pode ser excluído, porque todos o têm, embora em mínima proporção. (ALENCAR, 1868, p. 84).

Estas discussões das cláusulas ou barreiras impostas ao direito do voto, que Alencar desenvolve neste capítulo, querem demonstrar que há contradição nesses critérios. Também envolvem as críticas ao ponto de vista de Stuart Mill, o qual aponta como justificativa para a sua aceitação ao censo, enquanto norma, o fato deste ser criterioso na medida em que deriva da contribuição paga pelos votantes, visto que "[...] o poder de votar o imposto só pode ser conferido por quem o paga" (ALENCAR, 1868, p. 85). Alencar (1868, p. 85) retruca ser este um falso princípio porque não só "[...] o poder político é um e indiviso; é a delegação da soberania universal", mas também porque as contribuições geralmente são indiretas sendo que nenhum cidadão fica isento de pagar ao consumir um produto adquirido em razão deste consumo: "Portanto, o proletário taxado em sua subsistência está no mesmo caso do capitalista obrigado ao imposto de renda." (ALENCAR, 1868, p. 85).

Sua defesa pela igualdade jurídica é a suposição de que a democracia, sendo governo de todos por todos, tende a alargar a *demos* ao incluir o princípio de representação da minoria, pois:

> A plebe, a massa indigente do país, não é, como alguns erradamente supõem, inimiga natural das classes abastadas, a quem respeita e serve. São estas ao contrário que a arredam e espezinham por um ciúme cobarde [...]; aproveitam-se da posição para extorquir ao pobre o direito do voto, e reduzi-lo a uma espécie de servidão política. (ALENCAR, 1868, p.86).

Neste critério, vejo incluída a mulher na excludência da *polis*, e concorrendo para a previsão de sua incapacidade, haja vista que ao gerar-se a aptidão aquilatada à instrução, aos cargos, à renda, à propriedade imóvel, em nenhum desses itens ela se vê enquadrada. Dos papéis culturais aclimatados à sua "natureza feminina", foram suprimidos aqueles julgados superiores e qualificados, os quais, entretanto, ela paradoxalmente assume conforme a ausência do marido a coloque à frente dos encargos, embora sua presença no cotidiano se faça de forma transversal e muito mais radical.

Detendo-se em outro ponto polêmico, o exercício do voto, no 2º capítulo de seu livro, Alencar trata da incapacidade política cujos interditos impedem o cidadão de exercer o direito político, sendo três estes interditos: da penalidade; da incompatibilidade; da ignorância. Atenho-me a este último, que é onde está mais enquadrada a exclusão da mulher do direito do voto, embora não seja explorado por Alencar, especificamente, ele faz críticas à omissão da lei porque não habilita o cidadão ao livre uso de seu direito (em razão do analfabetismo, da servidão e da desqualificação no trabalho).

O século XIX foi prolífico, também no Brasil, em discursos de variados tons acerca da educação e instrução devidas à mulher. Desde o século XVIII, a brasileira Nísia Floresta já se importava com isso. Mas o peso secular patriarcal tornava improvável este avanço legalizado, embora algumas mulheres ousadas enfrentassem a incúria nacional, como a própria Nísia, e se projetassem nas qualificações negadas ao seu gênero.

Desta forma, é sintomático que Alencar não tenha exemplificado com críticas à falibilidade do projeto democrático que ele pleiteava, para falar da mulher (especificamente) como parte da multidão que se mantinha entre os cidadãos passivos e sem representação, reiterando, entretanto, o impedimento à participação política pela incapacidade. O discurso sobre a "natureza feminina" levava-as a considerarem supérfluo a educação, enquanto que a "instrução" repassada a elas era a de "mexer panelas e mingaus", como as qualificou nessas funções do papel feminino, anos depois, o senador paraense Lauro Sodré e seus pares, nos debates da Constituinte de 1891, sobre o direito do voto feminino. O "desequilíbrio" familiar, a pecha de "mulher pública" e a ausência da "cozinheira" foram os pontos polêmicos nesses debates dos constituintes brasileiros, para prevenir o "caos político" iminente face à previsão próxima da "mulher eleitora" ausente do lar.

Além da incapacidade política pelo analfabetismo, havia também a do trabalho desqualificado e não remunerado que as mulheres exerciam; o trabalho servil ou doméstico que, naquele momento, tinha uma outra angulação[7]. E isto as excluía da *polis*.

Nesse mesmo momento em que Alencar levanta dúvidas acerca da incapacidade política, o inglês Stuart Mill e sua esposa Hariet Taylor Mill exploram os fundamentos das relações sociais e incluem a "sujeição da mulher" como "obstáculo ao progresso humano". E são favoráveis a reconhecer a igualdade política pela igualdade intelectual entre os dois gêneros. São favoráveis ao direito do voto da mulher e justificam esse parecer com uma argumentação na base das idéias liberais[8].

Convém anotar, por último, que no esboço da nova lei eleitoral apresentada por José de Alencar aos seus pares, para fins de tratar das assimetrias da

representação política, no capítulo II, *Do Exercício do Voto*, as mulheres ficam de fora indiretamente. A incapacidade política prescreve seus critérios e estes não são ainda favoráveis à presença da mulher. O peso cultural ainda era muito mais radical do que a pretendida renovação que o autor julga necessária à mudança social. Era ainda muito forte o discurso da exclusão.

3.1 Por que as Mulheres Pleiteiam a Inclusão no Sistema Eleitoral?[9]

Da leitura de Alencar surgem questões acerca do pleito das mulheres ao direito do voto. Se nas versões dos intelectuais e políticos da época – século XIX – já não se notam constrangimentos em reconsiderar as "razões morais" de ver o sexo feminino incluído no alargamento da *demos*, procurando reagir às cláusulas que as afastavam da instrução e dos trabalhos qualificados, é porque as resistências que fortalecem as demandas femininas tomaram o caminho público e político e se perderam no meio de muitos achados revolucionários. Considero importante recuperar aqui, antes de finalizar este ensaio, uma parte da trajetória da luta das mulheres pela sua inclusão na *polis*. Os motivos que considero para que a luta *sufragista* se tornasse um ponto central dos debates feministas do século XIX, se acham na única certeza que o coletivo tinha, referente ao apoio radical que as cláusulas institucionais trariam para as conquistas. E isto pode ser percebido no inventário dessas lutas.

As raízes históricas do problema da hierarquia sexual da sociedade envolvem a questão da cidadania seletiva que excluiu as mulheres dos direitos civis e políticos. Essas questões tornaram-se problemas cívicos há mais de dois séculos, com o nascimento das democracias ocidentais[10]. O sistema de representação patriarcal enfraqueceu, sendo possível pensar na igualdade entre os gêneros. Em espaços e condições diversas, muitas mulheres pleitearam a participação política igualitária, denunciando que a diferença de sexo "[...] não pode justificar a exclusão das mulheres do poder político e da cidadania social." (Bonacchi; Groppi, 1995, p.14).

As bases em que se estrutura a Revolução Francesa conferem um formato institucional que intenta reverter um quadro político que afetava os princípios do universalismo dos direitos. É preciso um redesenho do novo sistema, recuperando os princípios básicos das novas políticas que deverão nortear as versões formais das interações entre os atores e fortalecer a capacidade de decisão das instâncias de poder.

O que reivindicam as mulheres francesas é a cidadania que lhes traga a essência do "[...] sentido de pertencimento material e simbólico à cidade política,

uma vontade de tomar parte nas decisões coletivas e, às vezes, ativar um mecanismo de aprendizado em relação às regras políticas."[11] (FIORINO, 1995, p.80).

As inglesas tiveram um forte defensor no Parlamento, John Stuart Mill (1985). Como tiveram as francesas em Condorcet [12], em torno do direito do voto que as inscrevia no processo de participação política. Mas suas reivindicações só tomaram o formato institucional de fato, muito tempo depois, seguindo as mudanças oferecidas pelas reformas do sistema político vigente. Na Inglaterra, por exemplo, onde vige o sistema bicameral parlamentar, elas só contaram com o direito ao sufrágio universal em 1918. Na França, sob o sistema de República Parlamentar, isso só ocorreu em 1945.

Nos EUA, o processo de Independência das treze colônias inglesas, em 1776, deixa o lastro dos princípios de igualdade e liberdade aflorar na Carta Magna. Redigida pela Convenção Federal de 1787, com o objetivo de criar o sistema de Governo Federal que começara a funcionar em 1789, essa Constituição não traz anotado nenhum artigo que aponte para o voto feminino. A XIX emenda foi rejeitada pelo Governo, em 1887. Este só será legitimado através de uma emenda aprovada em 1920, cujo Artigo XIV diz: "Nenhum Estado poderá fazer ou executar leis restringindo os privilégios ou as imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos [...]". E em seu Artigo XIX: "O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não será negado ou cerceado em nenhum Estado, em razão de sexo."[13] (PIMENTEL, 1987, p.41).

O rascunho histórico e institucional desse processo no Brasil pode ser vislumbrado desde o Império quando, na Câmara dos Deputados Gerais, José Bonifácio de Andrada e Silva "[...] advogou a causa do sufrágio de qualidade, defendendo o voto para as mulheres diplomadas por uma escola superior. A pretensão não vingou, amortecendo-se, por toda época imperial, em suas duas fases distintas."[14] (RODRIGUES, 1993, p. 51).

Como foi visto nos itens anteriores deste trabalho, José de Alencar inscreveu em seus escritos políticos acerca da democracia representativa farto material crítico que obrigava a uma revisão da natureza do voto e das barreiras à liberdade política da *demos*. Embora em seu projeto de reforma eleitoral não se encontre nenhuma cláusula que subsidie a defesa da inclusão específica das mulheres na *polis*, os recursos que aponta para esta defesa encontram-se em uma farta argumentação que ele faz contra as normas de incapacidade política e civil existentes nas antigas regras eleitorais.

Com a mudança, em 1889, do regime monárquico, unitário, absolutista e representativo, para o regime republicano, federalista e representativo – presidencialista e bicameral –, essa forma de governo exigiu um novo desenho de organização política e social, com base nos princípios liberais democráticos.

No capítulo referente ao direito de voto, o Governo Provisório não cogitou de dar voto às mulheres; mas, na comissão dos "vinte e um", os Srs. Lopes Trovão, Leopoldo Bulhões e Carneiro Jr. tentaram obter que esse direito fosse concedido apenas "[...] às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob poder marital nem paterno, bem como as que estivessem na posse de seus bens"[15] (Roure, 1918, p. 410). A Comissão não aceitou a emenda. Duas outras foram apresentadas aos constituintes, mas apesar dos debates exaustivos sobre a matéria – uns supondo que o termo *cidadão*[16] não restringia a extensão do sufrágio às mulheres e outros considerando uma "idéia anárquica, desastrada fatal"[17] conceder o direito do voto à mulher –, ambas foram rejeitadas, possivelmente deixando que a solução viesse através de lei ordinária, visto que não apresentaram nenhuma cláusula incluindo as mulheres entre os inelegíveis.

Uma articulação sufragista é criada no Brasil em 1922 e constrói seus fundamentos na ideologia de lutas do grupo da National Woman Suffrage Association (NWSA), norte americano, criado em 1848, por Elizabeth Candy Staton. Teve suas pioneiras que lutaram individualmente ou através da imprensa feminina na divulgação das idéias sufragistas[18]. Na década de 1920, esse debate ampliara-se no Brasil com a organização da União Universitária Feminina. Com a criação, em 1922, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino liderado por Bertha Lutz, uma programação mais sistematizada e setorizada das reivindicações feministas passa a nortear a luta pela concessão do direito do voto feminino[19].

O projeto do senador paraense Justo Chermont, apresentado ao Congresso Nacional em 1919, estendendo às mulheres, embora de forma restrita, o direito do voto, fortaleceu a campanha sufragista. Os "lobbies" tornam-se mais intensos e se constituíram num mecanismo apropriado pelas feministas organizadas. Abrem-se as sucursais da Federação nos Estados. Debatem-se, através da imprensa, as reivindicações políticas das mulheres. Forjam-se novas interdições contra as possibilidades da nova identidade pretendida pelo gênero feminino.

Com a revolução de 1930, os articuladores desse movimento propõem uma nova direção política para o Estado, baseando os princípios da reforma institucional, no Manifesto da Aliança Liberal, publicado em 1929. Entre os itens do documento dos aliancistas, está a proposta de assegurar-se o pleno exercício dos direitos políticos dos cidadãos, através da reforma do sistema eleitoral, incluindo-se o voto secreto e a substituição do sistema de voto cumulativo pelo sistema de representação proporcional. Impunha-se uma reforma para coibir as denúncias da "anarquia social" representada pelo mandonismo oligárquico das décadas anteriores, onde a fraude eleitoral e a imposição dos candidatos dos governantes, no âmbito federal e estadual, era uma prática que eliminava os re-

presentantes de outras frações da classe dominante. Uma Constituinte é chamada para dar o rumo da nova Carta. No Decreto nº 21.076, promulgado em 24 de fevereiro de 1932 e incorporado à Constituição de 1981, o direito de voto inscreve-se no Título III: *Da Declaração de Direitos*, Capítulo I, Art. 108: "São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei". Art. 109: "O alistamento e o voto são obrigatórios para homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determina" (A CONSTITUIÇÃO..., 1936). Estas mudanças no Código Eleitoral serão tratadas pelos Constituintes de 1933, entre os quais a presença de uma mulher, a paulista Carlota Pereira de Queiroz, eleita deputada federal, faz a diferença. As cláusulas serão incorporadas à Constituição de 1934. Ratificado pela Constituição de 1934, o direito do voto às mulheres brasileiras tornou-se *dever* de cidadania apenas para aquelas que exercessem uma função pública remunerada.

A Constituição de 1946, revitalizada pelo processo de redemocratização após quase dez anos de ditadura Vargas, eliminou o direito seletivo do voto feminino dando às mulheres direitos plenos de votarem e serem votadas[20].

Nesta retrospectiva, o eixo processual institucional, através de reformas nas organizações, induziu a mudanças através da garantia de direitos e criou comportamentos não só às mulheres, mas na relação que a partir daí estas passaram a adotar nas esferas do poder em nível social, político e econômico.

3.2 GARANTIR A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA? BUSCAR MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA? INCLUIR-SE NA *POLIS*?

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* enquanto estatuto da nova ordem formalizadora dos direitos naturais e incentivadora de mudanças institucionais, tende a ser vista distribuindo benefícios e recursos políticos (soberania, igualdade, liberdade, ingerências do Estado e a lei como vontade geral) para a universalidade dos seres humanos. Mas as mulheres não se sentem contempladas[21] (FIORINO, 1995, p.94), porque os direitos naturais que elas reconhecem são ambíguos, fazem parte de uma ordem natural,

> [...] é um problema que implica o aprofundamento dos valores e da ordem cultural a que os mesmos direitos se referem. O problema de uma fundação dos direitos põe-se em relação à condição necessária para o seu reconhecimento. Podemos afirmar que não se reconhece se não se conhece, ou seja: o reconhecimento de um direito está ligado tanto à definição e aos próprios fundamentos do objeto que queremos conhecer, quanto ao conhecimento dos sujeitos a que o próprio direito se atribui. (FIORINO, 1995, p.94).

Como esta mulher só conhece a função naturalizada da submissão, na relação entre os gêneros, não reconhece os fundamentos da revolução enquanto tomada de poder através de um pacto em que os direitos proclamados são o do homem genérico, sem qualidades. Na ordem natural, está implícito o preceito bíblico do direito natural da mulher submissa ao homem. Ao apelar para a Declaração como instrumento de inclusão, define a relação jurídica como prioritária para desestabilizar essa ordem natural e estabelecer a oposição entre a ordem natural e o direito natural enquanto direito político ou cidadania[22]. Quando elas percebem que podem mudar aquele estatuto naturalizado, começam a exigir os mesmos direitos do homem, ou seja, a equidade. Os níveis de informação que acumulam no trabalho coletivo, nas fábricas, no cotidiano do lar, revelam para elas os níveis de desigualdade existentes entre os gêneros, daí considerarem que a mudança do *status quo* só pode ocorrer através das instituições[23]. Isto as leva a criarem ações propositivas embutindo recursos legais para mudá-lo, instaurando uma ação coletiva através da organização de grupos de pressão, com a finalidade de desautorizar as normas permeadas de ideologias e inventar outras para desestabilizar a ordem vigente. Criam os mecanismos de barganha, às vezes operando com suas próprias regras, propiciando a partilha dos benefícios. Para elas, o sufragismo passou a representar o eixo decisivo do processo de inclusão dos sujeitos nas suas demandas cívicas, sociais e políticas. Era a inclusão institucional na *polis* que fazia a diferença porque garantia direitos e requeria outros.

Algumas Considerações Finais

Nos estudos que têm recuperado o pensamento político de autores brasileiros, foi demonstrado o grau sofisticado de invenção das teorias e das engenharias que permeiam as proposições desses autores sobre temas em discussão no mundo moderno, o que possibilita a identificação da inserção dessas idéias no meio circulante da época em que emergiram.

Como evidencia Wanderley G. dos Santos (1991), a leitura da obra política de José de Alencar, explorando uma vertente significativa da Ciência Política relativa à questão da representação democrática proporcional, constitui um dos mais sofisticados trabalhos sobre a questão democrática. *O Systema Representativo* converge para um dos pontos polêmicos do debate sobre o governo democrático representativo entendido como o governo da maioria, o que não aceita Alencar por considerar que este princípio, baseado na delegação da soberania, implica num estorvo aos direitos da minoria. Os obstáculos serão superados pela fórmula do voto proporcional, que encerra uma tentativa de chegar à re-

presentação matematicamente justa, a uma representação aproximada às divisões de um eleitorado pleno de minorias. Assim, a percentagem de votos conquistada por um partido acabaria se aproximando da percentagem de cadeiras conquistadas por esse partido, o que implica, necessariamente, distritos com número de cadeiras proporcional ao tamanho do eleitorado nele residente. Esta regra define a posição de Alencar quanto ao alargamento da *demos* levando-o a questionar as barreiras que excluem parte da população de ter participação no processo. É o caso explorado no item três ao apontar para os impedimentos que inabilitam "[...] certas pessoas para o exercício próprio ou direto da soberania" (SANTOS, 1991, p.80), incluídas pelo sexo, idade e doença.

Esta versão de Alencar desloca-se da reação conservadora da época que vê a mulher incapaz pelo seu sexo, para demonstrar que esta incapacidade se dá pela via do analfabetismo, do trabalho desqualificado e também pelas funções subalternas. Estas funções, aliás, alinham o autor ao discurso recorrente do século XIX quando ele deplora que a "sociedade como está organizada" considere este ponto da idéia, ainda por longo tempo, uma "remota aspiração". E quando deixa de registrar, especificamente, nas linhas do seu projeto de reforma eleitoral cláusulas que apontem para um outro desfecho de mudanças. Contudo, exigir que essas se fizessem seria fugir à propositura de Alencar. O mérito de seu enfoque, específico da teoria política, de deslocar-se do trivial impedimento de gênero pelas cláusulas do sexo e demonstrar que são impedimentos pela incapacidade, tende a ser um alinhamento às questões atuais de gênero que incluem tanto homens quanto mulheres no processo de relações culturais construídas.

NOTAS

[1] O presente texto foi elaborado, preliminarmente, como parte do texto acadêmico para o Curso de Pensamento Político-Social Brasileiro/ Doutorado em Ciência Política/IUPERJ/UFPA.

[2] Há uma crítica sobre a função sacralizadora da literatura alencarina, no que tange a esta tentativa de construção da identidade nacional, utilizando o índio como modelo nos moldes do "bom selvagem" europeu – na verdade, um reforço ao colonizador branco. Agradeço à amiga Profa. Eunice Santos, estes informes.

[3] Cf. Santos (1991, p. 31, grifos do autor): "O primeiro princípio explicita a liberdade política e o segundo a liberdade civil. *Nenhum governo pode ferir um em nome do outro, o que significa que tais direitos deviam existir na antiguidade e devem continuar a existir em todo governo representativo legítimo.* Este ponto é crucial. A substituição da democracia originária pela democracia representativa não pode implicar a abolição de nenhum direito fundamental que então vigia. A pessoa social foi criada para ser absorvida pela comunidade política [...] A pessoa civil, individual, é independente, não pode ser absorvida, constitui um ser integral, indiviso, isolada em sua liberdade."

[4] Diz Santos (1991, p.40): "E por conta dessa genealogia é que os partidos são absolutamente cruciais nas democracias representativas". Conclui o pensamento citando Alencar: "[...] em assembléias numerosas, as individualidades por maior que seja sua influência, não têm força para conduzir até sua final adoção uma idéia [...] Esta força, só a têm as entidades políticas chamadas partidos [...]"

[5] Registro, além da leitura, as análises feitas em sala de aula pelo Prof. Dr. Marcelo Jasmin, sobre o pensamento de José de Alencar. Assim, considero aqui também os apontamentos de sala de aula, ago./ 2000.

[6] "Por longo tempo ainda não passará esta idéia de uma remota aspiração. Presentemente devemos aceitar a sociedade como está organizada, para sobre essa base assentar qualquer reforma eleitoral." (ALENCAR, 1868, p.82).

[7] "A domesticidade constitui uma espécie de incapacidade civil; e como tal a nossa constituição a colocou entre a dos filhos famílias e dos religiosos claustrais." (ALENCAR, 1868, p. 91).

[8] Cf. Stuart Mill (1985).

[9] Esta parte do texto foi originalmente apresentada, com algumas modificações, em Álvares (2001): "Sufragismo, Gênero e as Políticas de Reforma Constitucional" (Políticas Públicas –Módulo I, II e III).

[10] As discussões aqui desenvolvidas sobre as bases da participação política da mulher podem ser aprofundadas também em Álvares (1990; 2001).

[11] A autora refere-se ao primeiro canal importante que as mulheres francesas utilizaram para externalizar seus ideais de compartilhamento dos destinos da nação. Eram as reclamações que elas registravam nos "cahiers de doléance": "Formular em nossos corações votos tácitos de adesão às sublimes tarefas dos augustos representantes da nação francesa não é o bastante, devemos também preservar nosso primeiro e mais sagrado dever: manifestar exteriormente nossas virtudes cívicas e pronunciar solenemente nosso juramento de fidelidade à Constituição." (FIORINO, 1995, p. 80).

[12] Crampe-Casnabet (1991, p. 398) examina o pensamento filosófico do século XVIII onde Condorcet se afasta do discurso recorrente. Rodrigues (1993, p.27-28) transcreve um discurso de Condorcet extraído de Leon Abensour. Trecho do discurso: "E em nome de que princípio, em nome de que direito se desvia num estado republicano as mulheres das funções públicas ? Não o vejo. A expressão representação nacional significa representação da nação. Esta assembléia tem por fim constituir e manter os direitos do povo francês. Não fazem as mulheres parte do povo francês? [...] Opor-se-á às mulheres o direito de instrução, sua falta de gênio político? Parece-me que há muitos representantes que adoecem deste mal [...] A própria objeção capital, a que se acha em todas as bocas, o argumento que consiste em dizer que abrir às mulheres a carreira política é arrancá-la da família, este argumento só tem uma aparência de solidez[...]"

[13] Cf. folheto *Declaração da Independência e Constituição dos Estados Unidos da América.*

[14] Sobre a discussão do sufrágio no Brasil, cf. Paiva (1985).

[15] Os registros sobre a Constituição de 1891 foram tomados de Roure (1918).

[16] Art. 70 da Constituição de 1891: "São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistaram na forma da lei.", *p. 53.*

[17] Os debates na esfera do Congresso Constituinte de 1890-91, sobre os motivos da recusa à concessão ao direito do voto feminino estão publicados em Roure (1918).

[18] Sobre estas pioneiras ver: Saffioti (1979); Alves (1980); Hahner (1981); Bicalho (1989).

[19] Sobre o sufragismo no Pará, cf. Álvares (1990).

[20] Constituição de 1946 (Art. 131): "São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma de lei."

[21] "A Declaração delimita uma genérica pertença da nação, um primeiro significado de cidadania dentro do qual podemos interrogar-nos sobre a legitimidade de um espaço atribuído às mulheres." (FIORINO, 1995, p. 94).

[22] A asserção de Fiorino (1995, p. 97) é exemplar para ilustrar isso: "Para realizar a ordem natural pressupõe-se um homem que, tendo recebido direitos da Natureza, seja dotado ao mesmo tempo de sensibilidade para intuí-los e de consciência racional para afirma-los e reconhecê-los: pressupõe-se, portanto, um homem capaz de fundar uma ordem política com base em sua presumida naturalidade."

[23] Neste enfoque fica bem reproduzir o que Medina, (1991, p. 182) diz, reforçando esta demanda institucional das mulheres: "As lutas mantidas pelas mulheres para obterem direitos políticos, civis e econômico-trabalhistas criaram fatos sociais perante os quais o Estado, único capaz de gerar as leis, não teve mais como se omitir."

Referências

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio; Rodrigues & C, 1936.

ALENCAR, José de. **O systema representativo** –1868; Reforma eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: D.L. Garnier Edictor, 1868.

_____. **Biografia**. Excertos do livro "Como e porque sou romancista". Disponível em: <www.academia.organização.br/imortais.htm>

ÁLVARES, M. Luzia M. **Saias, laços e ligas**: Construindo imagens e lutas. Um estudo sobre a participação política e partidária das mulheres paraenses – 1912-1937. Belém, NAEA, 1990. (Dissertação de mestrado).

_____. **Sufragismo, gênero e as políticas de reforma constitucional** (Políticas Públicas –Módulo I, II e III), Belém, 2001. Mimeografado.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BICALHO, Maria Fernanda B. O belo sexo; imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do séc. XIX e início do séc. XX. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e submissão**; estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela (Org.). **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995.

CRAMPE-CASNABET, Michelle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Direção). **História das mulheres no ocidente**. Do renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1991. Vol. 3.

FIORINO, Vinzia. Ser cidadã francesa: Uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela (Org.). **O dilema da cidadania, direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

HANHER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA JR., Olavo B. **Instituições políticas democráticas**: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MEDINA, Ana Maria Vaz de Assis. Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 28, n. 110, abr./jun. 1991.

MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres. **Ipea/Inpes,** Rio de Janeiro, n. 1, v. 7, 1985.

O DIREITO DE VOTO DA MULHER NO BRASIL. Ministério da Justiça. Pesquisa Documental. Arquivos do Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, jun. 1943.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **Direito político do sufrágio no Brasil** (1822-1982). Brasília: Thesaurus, 1985.

PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a Constituinte**. Uma contribuição ao debate. São Paulo: Cortez; EDUC, 1987.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. A mulher brasileira: direitos políticos e civis. 3. ed. Brasilia: Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, 1993. (v. 835, Série C – Livros)

ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. Cap. II. Eleitores.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Wanderley G . **Dois escritos democráticos de José de Alencar**: O systema representativo –1868; Reforma eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

CONSTRUINDO UMA 'NOVA CIDADANIA':
Reflexões sobre a Interação entre Movimento Feminista e Estado na Criação da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador

Silvia de Aquino

Na década de 70, durante a ditadura militar, movimentos de direitos humanos denunciaram a violência do Estado contra a sociedade e a violência entre cidadãos. Mesmo sob a pressão de um regime autoritário, estes movimentos publicizam episódios de tortura, assassinatos, abusos, ampliando o espectro do que se entende por violência, uma vez que revelam novos atores, vítimas e opressores[1].

Graças a uma construída visibilidade pública, os movimentos sociais resistentes à ditadura, demandantes de uma sociedade democrática, firmam-se como "interlocutores" entre organismos governamentais e a sociedade, com uma capacidade para gerar mudanças em "práticas discriminadoras" (BARSTED, 1994a).

O movimento feminista – com integrantes de perfis sócio-econômicos diferenciados – se insere nesse processo, envolvendo-se na luta contra a ditadura e pela redemocratização do país[2]. Com o diferencial de que discute não só a violência institucional e intrarrelações sociais, mas a própria negação da existência da violência contra a mulher por parte do Estado e da sociedade (BARSTED, 1994a).

Tendo em conta a experiência de ter desenvolvido uma pesquisa[3] a respeito do processo de mobilização do movimento feminista de Salvador/BA em torno da discussão pública do fenômeno violência contra a mulher e da exigência da implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao fenômeno, acredito poder afirmar que o movimento feminista vivencia, ao tempo em que constrói, de forma pioneira, uma 'nova cidadania'. Ao trazer a público a violência contra a mulher e conseguir a institucionalização de uma medida repressiva, evidencia a possibilidade de sociedade e Estado interagirem, de a sociedade civil organizada intervir no Estado, exigindo e também apresentando propostas para que a cidadania seja vivida concretamente e não apenas como promessa política do Estado.

Nesse sentido, cidadania passa a abranger a própria relação de diálogo ou negociação entre sociedade e Estado, em prol da experiência concreta de ser cidadão. Nas palavras de Leila Linhares Barsted (1994a, p.38), cidadania significa: "[...] capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem os direitos formais". Cidadania estende-se, assim, para a possibilidade de que sociedade e Estado dialoguem a respeito não só de demandas e proposições, mas que também discutam intervenções que tenham como resultado mudanças no próprio Estado e na sociedade.

Minha intenção é, assim, trazer elementos que demonstrem que a trajetória de publicização da violência contra a mulher e da absorção pelo Estado da proposta de uma delegacia especializada, gerada a partir do trabalho de um movimento social, pode ser interpretada como uma das possíveis formas de exercício ampliado da cidadania, ou de uma nova cidadania (DAGINO, 1994). Processo ainda em aberto, uma vez que tanto a sociedade em geral como os movimento sociais ainda procuram formas de interação, pontos de permeabilidade no Estado (em seus diversos níveis e setores), a tentar fazer valer uma participação maior nas ações do próprio Estado.

A noção de uma nova cidadania implica, dessa forma, na possibilidade de que, através da luta política, grupos sociais criem ou redefinam direitos, "[...] cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos" (DAGINO, 1994, p. 107). Tal processo demanda a constituição de "sujeitos sociais ativos" que realizem uma reflexão a respeito de sua experiência de inserção na sociedade, produzindo uma perspectiva crítica em relação aos seus lugares sociais e seus direitos.

Essa reflexão crítica sobre lugares social e culturalmente destinados tem como pano de fundo uma "proposta de sociabilidade", que basicamente define-se pela utopia/demanda/ crença em uma sociedade mais igualitária. A recusa de uma aceitação passiva da situação vigente implica, por consequência, em um "processo de aprendizado social" no qual tanto se constróem os sujeitos sociais

ativos como também fica a sociedade obrigada a aprender a conviver com esses novos sujeitos políticos (DAGINO, 1994).

A partir da resistência à ditadura e do acompanhamento dos julgamentos de homens que assassinaram suas mulheres e ex-mulheres, o movimento feminista se constrói como sujeito socialmente ativo, questionando a situação e a aplicação dos direitos das mulheres. Denunciando o uso arbitrário e socialmente condicionado da tese da legítima defesa da honra, revela o caráter desigual dos lugares ocupados por homens e mulheres. Como proposta de sociabilidade, o movimento nutre a expectativa de poder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O trabalho político realizado por esse movimento social, cujo momento culminante pode ser localizado na institucionalização do projeto de uma delegacia especializada, obriga o Estado e a sociedade a se posicionarem em relação às questões e propostas colocadas, processo que ocorre em um contexto de transição para um regime democrático.

Estou tratando aqui de uma cidadania que assume a dimensão de "apelo ético", mas também de "estratégia política"[4]. Certamente, estes elementos têm suas definições influenciadas pelo perfil dos sujeitos sociais ativos, pelo conteúdo de suas questões e reivindicações e pelo lugar e espaço nos quais estão inseridos. Ou seja, cidadania nos termos expostos implica na organização de "[...] uma estratégia de construção (e difusão) democrática, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e política" (DAGINO, 1994, p. 104), em um movimento que demanda e atinge até determinado nível uma "ampliação do espaço da política".

A abertura política é o contexto no qual está inserida a mobilização pela publicização da violência contra a mulher e elaboração de uma forma de se combater o problema e a discussão com o Estado sobre a implementação. O chamado período de democratização – ou abertura política – tem início com a "liberalização controlada" de 73. Ao passar a faixa para João Baptista Figueiredo (1979-1985), Ernesto Geisel (1974-1979) também entregou ao seu sucessor a revogação do ato institucional AI-5 e o abrandamento das penas relacionadas à Lei de Segurança Nacional. Liberalização pode conter, portanto, em um contexto autoritário, mudanças políticas e sociais, tais como: menos censura à imprensa, maior espaço para organização de atividades da classe operária. Pode incluir, também, a "reintrodução de algumas salvaguardas legais e individuais", como o *habeas corpus* e a "tolerância a oposições políticas". Um marco no processo de redemocratização brasileiro é a Anistia, formalizada em agosto de 79 (STEPAN, 1988).

Democratização inevitavelmente inclui a liberalização, mas nem todas as etapas necessárias para que se qualifique o regime de democrata estão cumpridas.

Diferencia-se da liberalização por abrir a possibilidade de uma contestação pública pelo "direito de assumir o controle do governo", que se traduz pela instalação de eleições diretas para presidente. O que vai ocorrer somente em 89, depois de um período de 28 anos[5]. Democratização representa um momento político no qual Estado e sociedade podem interagir, se relacionar.

Voltando à atuação do movimento feminista, é possível dizer que as discussões públicas levadas a termo pelas feministas e a abertura política tiveram pontos de contato. De acordo com Alvarez (1988), por exemplo, o processo brasileiro de abertura política e o processo que a autora denomina "politização de gênero" influenciam-se mutuamente. Entendendo "politização de gênero" como o trabalho desenvolvido pelas feministas de questionar e redefinir as idéias de esferas pública e privada; de demonstrar o caráter arbitrário e mutável dos papéis feminino e masculino, estes como construções sócio-históricas, através das quais nos formamos e informamos, que definem o que devem ser e como devem comportar-se homens e mulheres. A violência contra a mulher não poderia, portanto, ser considerada algo de dimensão interpessoal.

Na medida em que "processos de transição de regime" trazem mudanças nas relações entre Estado e sociedade, esses processos podem abrir espaço também para uma nova demarcação das esferas pública e privada (ALVAREZ, 1988). Por essa "fissura", acesso em potencial para empreender transformações que demandem um reconhecimento público, um reconhecimento por parte das instâncias estatais, é que o movimento feminista se embrenha, discutindo relações de gênero, violência contra a mulher e concebendo uma forma de intervenção neste fenômeno.

Mesmo com preocupações a respeito de uma relação mais estreita com um Estado ainda em processo de redemocratização, as feministas acreditavam que seria em um cenário democrático que se poderia concretizar o ideal de cidadania. Entretanto, havia uma dificuldade de lidar com o que fosse ligado ao Estado. As demandas por uma intervenção especializada no fenômeno violência contra a mulher se faziam em torno de um conjunto de medidas, de políticas públicas não só de combate, mas também de prevenção ao problema. As interações com o Estado para a implantação da delegacia de proteção à mulher, medida que naquele momento se mostrou a mais concretizável, marca um primeiro momento de relação com o Estado enquanto movimento social.

Parece-me correto dizer, tendo em conta os relatos das feministas, que havia um receio em relação à estrutura estatal, de como funciona quando intervém num processo de moderação nas relações sociais. Apesar disso, o movimento feminista desejava manter um "canal" de comunicação com o Estado para além da absorção de sua proposta de delegacia especial. Desejava dialogar

sobre elementos, como: quem seria a primeira delegada, como seria efetivada a DPM, sua localização e, principalmente, a sensibilização e capacitação necessária das policiais e um acompanhamento do trabalho a ser desenvolvido. As militantes sabiam que "[...] a desigualdade com base em gênero está embutida na própria estrutura estatal no Brasil." (ALVAREZ, 1988, p. 318).

A despeito dos temores, a interação com o Estado é buscada, fomentada. Mais uma vez, o contexto histórico-político pode iluminar as razões pelas quais as feministas procuram construir um diálogo com o Estado. Acreditavam que se o Estado estava caminhando para a redemocratização, deveria "[...] assumir a redefinição de suas atribuições." (BARSTED, 1994a, p. 42).

> [...] convocamos nossas companheiras [...], momento decisivo da nossa campanha, para organizarmo-nos numa força cada vez maior, a fim de exigirmos do poder público, o que temos direito como cidadãs brasileiras, qual seja a criação de nossa delegacia de defesa da mulher [...] um reflexo incontestável da caminhada pela redemocratização do país. (MENEZES, 1985).

Conforme ilustra a citação acima destacada, alguns fatores pareciam convergir no sentido de proporcionarem um "ambiente favorável", uma "efervescência política". Como sintetiza uma das entrevistadas, era a "sociedade exigindo melhoria dos espaços democráticos".

De maneira mais ampla, há que se ressaltar que, em 1975, as Nações Unidas instituem a Década da Mulher. Quatro anos depois, é elaborada a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Na III Conferência Mundial da Mulher, que teve lugar em Nairóbi, em 1985, elabora-se o documento "Estratégias para o ano 2000", que obriga os países signatários a se comprometerem com a elaboração e implementação de políticas públicas que tenham por objetivo eliminar as desigualdades sociais entre os sexos.

No Brasil, em 1982, articula-se a coligação interestadual suprapartidária Alerta Feminista, através da qual feministas eleitas mantinham seus compromissos com o movimento de mulheres, trabalhando basicamente dois temas: aborto e violência. Ainda durante o ano de 1983, foram criados onze Conselhos Estaduais e quarenta Conselhos Municipais; à frente desses Conselhos, mulheres vinculadas ao movimento. A institucionalização dos Conselhos representa um "fato político inédito", uma vez que traz a possibilidade pioneira de "[...] participação de um movimento social no interior do Estado, sem a ele estar subordinado. Criou-se uma nova modalidade de controle social sobre a administração pública." (BARSTED, 1994a, p. 45). Finalmente, no ano de 1985 são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do país, na capital paulista.

A Delegacia Especial de Proteção à Mulher (DPM) de Salvador foi criada em 28 de abril de 1986, através do decreto n° 33.038. Entretanto, a forma como

o governo absorve a proposta do movimento frustra as feministas, que ficam sabendo da assinatura do decreto pelos jornais; o decreto foi assinado sem qualquer comunicação ao movimento, o que pode ser observado no texto jornalístico abaixo destacado:

> O fato que mais contrariou estas entidades, entre elas o Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, o Brasil Mulher, União de Mulheres de Salvador, Departamento Feminino da OAB, e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, foi que *a criação da Delegacia*, pela qual estas entidades lutam há mais de um ano, *se deu sem sequer uma comunicação*, sendo que todas só *ficaram sabendo de sua criação através dos jornais*. (JORNAL, 1986, grifos nossos).

Confrontadas com a informação sobre a ausência do movimento feminista na assinatura do decreto, todas as feministas entrevistadas têm uma explicação para a atitude tomada pelo governo.

> "[...] no início foi uma certa *perplexidade* por não ter passado por nós a indicação do nome, a questão da estruturação da delegacia, a localização [...] houve uma série de críticas porque na hora da efetivação da proposta [...] nós *não fomos ouvidas*." (Gisélia, grifo nosso).
>
> "[...] a criação em si [...] surgiu de *um decreto de repente*, coisa que a gente já tinha encaminhado, pedido há um tempão e que tava lá mofando nas prateleiras [...] vem o governador, faz um decreto, cria a delegacia e bota como ele quer, a delegada que quer [...] é como se *você sua e outras coisas ficam vermelhas*." (Lena, grifo nosso).
>
> "[...] isso você sabe que é assim, *o movimento de mulheres* [...] *se organiza e de repente alguém toma a idéia, o projeto, e se passa por dono*, como se não houvesse uma pressão. Isso a gente sabe que se dava na escravidão, quando a Lei Áurea foi assinada: 'Ah! Foi Princesa Isabel!', mas só que a gente sabe que *houve uma organização, uma pressão* que essa lei fosse assinada." (Creuza, grifo nosso).

Por outro lado, para os representantes do Estado entrevistados durante a pesquisa, não havia uma justificativa para que o movimento feminista estivesse presente no processo de implementação da DPM, uma vez que a inspiração para a criação de uma delegacia especializada foi o pioneirismo da ação do governo do estado de São Paulo. De acordo com esta perspectiva, a iniciativa tomada em Salvador veio de dentro do próprio Estado. A institucionalização da delegacia especial estaria vinculada, também, a uma preocupação com notícias sobre constrangimentos por que passavam mulheres ao denunciarem a violência em delegacias comuns. O objetivo a ser atingido seria a existência de um local apropriado para que as vítimas fossem atendidas, não implicando, necessariamente, na idéia

de que a DPM fosse uma intervenção em um campo específico de relações desiguais de poder.

> "São Paulo foi o primeiro Estado a criar a delegacia da mulher. E realmente nós achamos que aquilo era uma idéia muito boa... [...] nós sabíamos que [...] um grande número de mulheres [...] que sofreu [...] violência por parte do marido, namorado, qualquer outra pessoa, deixava de ir à delegacia por receio de chegar e... ser ridicularizada." (Antônio Bião Luna, Secretário de Segurança Pública na época da criação da DPM).

Exceto pelo depoimento dado pela atual delegada titular da DPM, outros entrevistados ligados ao Estado não citaram, espontaneamente, qualquer tipo de movimentação política organizada por grupos de mulheres que tentassem entrar em contato com o governo, ou com a Secretaria de Segurança Pública (SSP/BA), com a intenção de discutir a criação, ou um projeto de funcionamento, de uma delegacia especializada em atender mulheres em situação de violência.

Os relatos dos representantes do Estado mostram, na verdade, que se vêem parte integrante do processo de criação da DPM, em detrimento do reconhecimento de que a implantação da delegacia especial estava vinculada aos resultados de uma mobilização política levada a termo pela sociedade civil organizada, em um contexto de redemocratização. Valquíria Barbosa[6], por exemplo, admitiu que se recordava de movimentação política de grupos de mulheres, mas seu depoimento enfatiza como determinante a atuação do grupo do qual fazia parte, a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ). Valquíria Barbosa, portanto, coloca-se não só como uma figura participante da criação da DPM, mas como "precursora", através da sua história de atuação enquanto policial e delegada:

> "[...] eu fui a primeira delegada de polícia da Bahia a trabalhar na Delegacia de Furtos e Roubos, [...] com isso eu passei a dar um atendimento diferenciado e eu fui, em 1978, como delegada plantonista, depois, em 79, eu passei à chefe da seção de furtos e fiquei na delegacia até 1981, precisamente em julho de 81, então... e foi uma época em que ocorreram muitos assaltos e estupros, então, em razão de ser a única mulher no Complexo de Crimes sobre o Patrimônio, na Baixa do Fiscal, que envolvia a Delegacia de Furtos e Roubos, Furtos de Veículos e Defraudações, todas as ocorrências que envolviam estupro passavam pra mim atender, por confiabilidade, por tudo, até em respeito à própria mulher, então, a primeira referência que eu tenho, é porque, de certa forma, eu fui precursora, embora não existisse a unidade, mas o atendimento que eu fazia.

> [...] Aí, saio da Furtos e Roubos em 81, e fui para a Delegacia de Jogos e Costumes, porque existia uma delegacia que tratava predominantemente desses crimes sexuais, maior número de vítimas é mulher, né."

O relato acima caminha em direção à argumentação de Antônio Bião Luna, no sentido de indicar o mau atendimento às mulheres em situação de violência como aspecto justificador de um espaço policial específico para receber esse público. A movimentação de grupos de mulheres, os questionamentos colocados a respeito de uma organização sócio-cultural que fomenta um prejuízo à cidadania feminina não são levantados. Dentro deste raciocínio, é possível entender porquê, para Bião Luna, não haveria a necessidade, também, de se realizar algum tipo de treinamento que capacitasse as policiais deslocadas para trabalhar na delegacia especial.

> "[...] não é que fosse uma delegacia diferente das outras porque a lei é a mesma... é só que teria que ter uma sensibilidade maior para tratar com mulheres que tivessem sofrido violência [...] se ela(s) fosse(m) em uma delegacia que já tinha um nome, um título, "Delegacia de Proteção à Mulher", ela(s) já iria(m) com muito mais tranquilidade." (Antônio Bião Luna).

A primeira delegada da Delegacia da Mulher de Salvador também se percebe como participante da criação da DPM. Ao falar sobre os primeiros momentos de trabalho, traz um pouco da história da delegacia em funcionamento.

> "Eu encontrei uma delegacia... ou melhor eu criei, né? [...] nós não tínhamos nada. O imóvel nós não tínhamos, então passamos um tempo procurando o imóvel. E aí com a ajuda de todos. Os policiais viveram, os delegados de plantão viveram aquilo com toda intensidade [...] Não tinha formulário, não tinha nada, nada [...] Tudo paulada. Feito artesanalmente [...] criado pela gente mesmo." (Márcia Telma Bittencourt).

Analisando os depoimentos acima destacados, acredito ter condições de reunir algumas reflexões sobre essa experiência de interação entre o movimento feminista de Salvador e o Estado. Na perspectiva do movimento, a concepção do projeto de uma DPM é fruto de reflexão e trabalho coletivos e que extrapola os limites municipais ou estaduais. Principalmente no período entre final da década de 70 e primeira metade da década de 80. A perspectiva sobre um trabalho realizado coletivamente perpassa, inclusive, produções teóricas sobre violência contra a mulher. Esses trabalhos têm em comum a constatação de um processo mobilizatório de um movimento feminista aliado ao contexto de emergência das questões referentes às mulheres e relações de gênero como preocupações públicas e que devem ser assumidas pelo Estado[7].

Por um lado, para as militantes, o Estado agiu de forma previsível. Por outro lado, o movimento dá pistas de que nutria uma expectativa de que o Estado não atuasse dessa forma previsível. O movimento esperava uma postura que o surpreendesse, no sentido de manter a conversação até a finalização do processo e além dele, acompanhando o trabalho realizado pela DPM.

O previsível ocorrido e assumido como forma de ação pelo Estado, delineia-se na absorção do projeto entregue pelo movimento, mas sem a participação deste no momento da oficialização. Assim como na ignorância das contribuições que o movimento feminista poderia dar para a implantação e funcionamento da política pública, no deixar de fora o movimento na hora da "efetivação da proposta". "Não fomos ouvidas", disse uma das entrevistadas.

Emergem elementos que, podemos dizer, definem uma imagem do Estado, por parte do movimento de mulheres. Um Estado que toma para si um projeto gerado coletivamente e age de forma burocrática e autoritária. O que, por sua vez, tem o significado, para as entrevistadas, de que o Estado atuou a partir de interesses eminentemente políticos e não por uma questão de "interiorização" da importância da realidade discutida pelo movimento feminista, a violência contra a mulher. A proposta foi acatada, mas a forma como isso ocorreu foi lamentavelmente previsível para o movimento feminista, ainda que as militantes tivessem ficado chocadas ou perplexas com o formato da ação do Estado, fazendo com que as feministas se sentissem realizando "política na periferia", impotentes diante do poder político institucional. Houve um momento de contato construído arduamente, mas que pereceu diante da impermeabilidade do Estado.

Os elementos trabalhados em nossa pesquisa demonstram que a delegacia especial surge a partir da pressão de um movimento social. O Estado absorveu a proposta depois de cerca de um ano de cobrança do movimento feminista. Acatada a proposta, a sociedade civil organizada fica de fora da implantação da delegacia. A ampliação do espaço da política alcança seu limite.

Em meados de 85, quando foi criada a primeira Delegacia da Mulher do país, era uma questão em aberto "[...] a maneira como as reivindicações políticas específicas de gênero (seriam) incorporadas às novas instituições políticas e planos públicos do novo regime" (ALVAREZ, 1988, p. 317). O temor é que houvesse um reforço dos "padrões existentes de desigualdade". O argumento da especificidade da violência contra a mulher, por exemplo, poderia dar margem a uma continuidade de se secundarizar as ditas questões femininas.

A DPM de Salvador funciona há quinze anos. As feministas entrevistadas convergem no sentido de não se sentirem identificadas com a política pública implantada. Por outro lado, os relatos das delegadas entrevistadas ilustram as

dificuldades e o desgaste advindos do lidar quotidianamente com a violência doméstica.

Deixar nas mãos do Estado a concretização de políticas públicas dirigidas às mulheres fatalmente vai levar a que se reforce a igualdade política formal (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). O movimento feminista, quando reivindicava a delegacia especial, já sabia disso. Uma alternativa seria a reapropriação dessa política pública pelo movimento feminista, para repotencializá-la enquanto mediação para vivência plena da cidadania. Aprendendo com a trajetória construída pelo movimento feminista de Salvador, é preciso manter a cidadania como apelo ético e estratégia política para que o Estado se torne cada vez mais permeável até o ponto em que não possa trabalhar mais com indivíduo e sociedade como dimensões excludentes e antagônicas, mas com indivíduos que integrem um sujeito coletivo (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995), para que seja possível, efetivamente, experimentar uma nova cidadania.

NOTAS

[1] Isto vale tanto para o Brasil como outros países da América Latina, como por exemplo, a Argentina. A esse respeito cf. Entrevista (1999).

[2] Podemos citar, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia, organizado por Therezinha Zerbini em 1975.

[3] Refiro-me a minha dissertação de mestrado (AQUINO, 2000). Os depoimentos citados no artigo, assim como as referências a textos jornalísticos são produtos do trabalho de campo desenvolvido durante o mestrado.

[4] Pinho, Santana e Cerqueira (1997) falam sobre um "processo de mudanças na gestão pública" que teria como característica um direcionamento à "implantação e afirmação da cidadania". Esta não seria mais "plataforma de gestão" exclusiva de governos progressistas. Os autores destacam como principais fatores para o desencadeamento desse processo a crise econômica dos anos 80 e a redemocratização.

[5] Alfred Stepan (1988) toma por referência a eleição direta para presidente. Mas, em 1982, os governadores foram eleitos por voto direto.

[6] Valquíria Barbosa era o nome cotejado pelo movimento feminista para ser a primeira delegada titular da Delegacia da Mulher de Salvador. Chamou a atenção o fato de que Barbosa não se lembrou de ter participado de reuniões convocadas pelo movimento feminista para discutir a criação da Delegacia da Mulher em Salvador.

[7] A socióloga Heleieth Saffioti (1987, p. 140) fala da Delegacia de Defesa da Mulher como "[...] uma grande conquista feminista", localizando sua análise em São Paulo. Moreira, Costa R. e Costa K. (1992) também vão na mesma direção, quando dizem que a criação da delegacia é fruto do movimento feminista e de outros movimentos sociais, falando a respeito de Belo Horizonte. O mesmo se passa nas colocações de Vinagre Silva (1992, p. 78), que relaciona a institucionalização dessa política pública à "[...] pressões dos movimentos de mulheres e feministas [...]", na perspectiva dos acontecimentos vividos no Rio de Janeiro.

Referências

ALVAREZ, Sonia. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 315-380.

AQUINO, Silvia de. **Cidadania como estratégia política**: resgatando e refletindo sobre a trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela criação da Delegacia de Proteção à Mulher. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

BARSTED, Leila de A. L. Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas. **Cadernos CEPIA**, Rio de Janeiro, 1994a.

_____. Em busca do tempo perdido. Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 2. Sem. 1994b.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-118.

ENTREVISTA com Patricia Laura Gomez. Mujeres y politicas publicas: um matrimonio feliz?. **Centro Municipal de la Mujer de Vicente López**, Buenos Aires, Argentina, p. 13-16, mar. 1999.

MENEZES, Maria do Carmo. Delegacia da Mulher, uma necessidade inadiável. **Tribuna da Bahia,** Salvador, 18 nov. 1985.

MOREIRA, Maria Ignez; COSTA, Sonia Fonseca R.; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MULHERES criticam forma como foi criada a delegacia. **Jornal da Bahia**, Salvador, 12 abr. 1986.

PINHO, José Antonio G.; SANTANA, Mircejani W.; CERQUEIRA, Sonia Margarida B. Gestão Pública em busca de cidadania: experiências de inovação em Salvador. **Organizações e Sociedades**, Salvador, v. 4, n. 8, p. 57-90, abr. 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987. p. 105-158

_____; ALMEIDA, S. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SILVA, Marlise. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

STEPAN, Alfred. Introdução. In: _____. (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 9-24.

O ÔNUS DA INVISIBILIDADE:
O Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar[1]

Lígia Albuquerque de Melo

A Agricultura Familiar : Breves Considerações

A atividade econômica agrícola é explorada por grupos heterogêneos de produtores rurais. No Brasil, de acordo com estudo realizado em 1994 pela FAO/INCRA, os produtores rurais estão inseridos em dois modelos gerais: o da agricultura patronal e da agricultura familiar. Esses modelos possuem características diferenciadas do tipo: cultura adotada, tamanho da área produzida, direção e execução do processo produtivo e a utilização do trabalho assalariado.

O modelo da agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros. As estatísticas oficiais, embora não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, permitem afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares.

A agricultura familiar, objeto deste estudo, é uma forma social de produzir, milenarmente praticada e há muito tempo estudada nos meios acadêmicos. No Brasil, para citar apenas alguns, pesquisadores como Wanderley (1997; 1998; 2000), Neves (1985) e Garcia Jr. (1989), estimulados pelos trabalhos elaborados por estudiosos da envergadura de Chayanov (1981), dentre outros, desenvolvem estudos sobre a produção agrícola familiar.

Esse modo de produção, cuja base social é a família, é uma idéia genérica, embora apresente diversas formas particulares. Modelos teóricos de agricultura familiar foram formulados na tentativa de agrupar os agricultores[2].

Dentre os modelos existentes, adotei, neste trabalho, aquele formulado pela FAO/INCRA, o qual apresenta três modalidades: a agricultura familiar consolidada; a agricultura familiar de transição; e a agricultura familiar periférica.

A agricultura familiar consolidada reúne menor número de estabelecimentos. Os produtores estão integrados ao mercado, têm acesso a inovações tecnológicas e às políticas públicas. A maioria dos estabelecimentos funciona em padrões empresariais e alguns participam do chamado *agribusiness*. A agricultura familiar de transição é composta por produtores integrados parcialmente às inovações tecnológicas, ao mercado e sem acesso à maioria das políticas públicas e programas governamentais. Não estão consolidados como empresas, mas possuem amplo potencial para sua viabilização econômica. A agricultura familiar periférica é constituída por aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais que formam a agricultura familiar brasileira. Geralmente, os estabelecimentos são precários em termos de infra-estrutura e estão dependentes de programas estruturados de redistribuição de terras, crédito, agroindustrialização, comercialização, assistência técnica, capacitação de pessoal, dentre outros.

A agricultura familiar de modo geral é a grande responsável pela produção de alimentos no Brasil. Apesar disso, ela "[...] sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor 'bloqueado', impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção." (WANDERLEY, 1997, p. 15). As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, principalmente aqueles que cultivam para subsistência, em se estabelecerem economicamente esbarram, dentre outros, no acesso à terra, às técnicas agrícolas modernas e ao crédito bancário, fatores que, se não impedem, restringem a integração destes ao mercado e, consequentemente, a prosperidade.

A agricultura familiar periférica das modalidades acima apresentadas é a que melhor reflete a realidade dos estabelecimentos da região semi-árida nordestina, referência empírica do estudo em questão.

A chamada agricultura periférica, a mais insuficiente das agriculturas familiares, tratada neste texto na forma generalizada de agricultura familiar, também é conhecida pelas suas limitações: pequena produção; agricultura de subsistência, de sobrevivência ou produção camponesa.

No semi-árido nordestino, a agricultura familiar é realizada por membros da família[3], independente do sexo e da idade. Assim, é comum a participação de mulheres, crianças (desde os 7 anos de idade) e pessoas velhas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes – os adultos, homens e mulheres.

A Invisibilidade do Trabalho da Mulher na Agricultura Familiar

Seja qual for a terminologia adotada, a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como a figura mais importante, detentora das condições necessárias ao processo produtivo (Woortmann, 1994). Na ausência do pai, o filho ou outro membro da família, maior de idade e do sexo masculino, estará habilitado a assumir o seu lugar. Esse modelo se enquadra na definição de família formulada por Chayanov (1981). Para ele, a família é um conjunto de produtores e de consumidores centrados num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. Ela seria um grupo doméstico hierarquizado economicamente a partir de valores culturais.

Essa ideologia da centralidade do pai ou do homem como o dono do saber na agricultura familiar, nega a existência de "famílias monoparentais"[4] nesse modo de produzir. Esses grupos, formados por mães e filhos, sob a chefia familiar da mulher, têm presença marcante nas áreas da região semi-árida nordestina, em decorrência da migração masculina, principalmente na época das secas provocadas pelas irregularidades das chuvas. O reconhecimento do pai como o vetor central da unidade agrícola familiar reforça ainda a desigualdade de gênero e de geração, porque filhos e esposas também conhecem e participam das várias etapas do processo produtivo.

A figura do pai como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas "fora do espaço da casa", já que o espaço de trabalho "da casa" é o "lugar da mulher". No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

Na região semi-árida do nordeste brasileiro, a situação não é diferente. Ao contrário, a dicotomia de lugares continua a persistir, ainda que a mulher há muito integre o processo produtivo agrícola familiar. Tal feito, no entanto, não se

restringe a essa, nem às demais produtoras das regiões do Brasil mas, àquelas de várias partes do mundo, por serem, como afirma Jacobson (apud CORRÊA, 1996, p.20):

> [...] as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Na África, elas cultivam 80% dos produtos alimentares de subsistência; no subcontinente Indiano, entre 70% a 80% das colheitas de subsistência é de responsabilidade das mulheres, enquanto que na América Latina e no Caribe, 50% da alimentação consumida são originados do trabalho feminino.

Apesar dessa importância, a participação da mulher nas atividades agrícolas familiares, na maioria das vezes, não é remunerada. Aliás, não somente na agricultura, mas, como ressalta Arriagada (1991), trabalhar para familiares de forma gratuita e por conta própria acontece especialmente no Brasil, no Equador e no Panamá.

A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas. Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) revela, para o ano de 1997, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20.1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não-remuneradas e 41.8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo. Ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebem nenhum tipo de compensação financeira pelo seu trabalho. O percentual de homens na mesma situação é de apenas 26.3%. O cenário geral do trabalho feminino não remunerado é igualmente desolador quando comparado ao masculino: 20.% da população feminina economicamente ativa está classificada como não-remunerada enquanto a população masculina economicamente com a mesma classificação (não-remunerada) corresponde a 0.09%.

O trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado "ajuda", revelando que o trabalho desenvolvido nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do trabalho do homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando a definição mais ampla de trabalho, ele não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho.

O não reconhecimento do trabalho da mulher dificulta a sua participação nas atividades remuneradas que, "naturalmente", são endereçadas aos produtores do sexo masculino. Dificilmente há procura da mulher por diárias nos serviços agrícolas. Somente em casos de extrema necessidade, ela procura esses

"serviços": abandono ou doença do marido, desamparo da família e do INSS, para as viúvas e idosas. Quando a mulher trabalha na diária, seu trabalho tem valor inferior ao do homem.

A idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processado nas mentes, não apenas dos homens, mas das próprias mulheres.

A família agrícola acredita que a mulher exerce o papel de "ajudante" no processo de trabalho porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois têm a incumbência dos afazeres domésticos. Além disso, só desenvolve as atividades ditas leves. Também, são pessoas fracas, que só vivem doentes, fatores que comprometem o desempenho e impedem que elas trabalhem para terceiros. No entanto, estudos realizados na região (Fischer; Melo 1996; Melo, 1999), mostram que a maioria dessas mulheres labuta na agricultura da família durante todo o ano, de segunda a domingo, e participa de todas as atividades direta e indiretamente associadas à agricultura (trabalho agrícola, cuidado com os animais e a comercialização da produção). Porém, realizam principalmente as tarefas relativas ao trabalho agrícola da colheita e do plantio, que a divisão sexual do trabalho elegeu como atividades femininas. Em caso de necessidade, no entanto, a mulher não está isenta de executar trabalhos reconhecidos como masculinos, como a destoca. A "flexibilidade" de trabalho nas atividades agrícolas também é válida para o trabalhador masculino, que numa época de pique da colheita trabalha juntamente com as mulheres.

Subestimar a capacidade produtiva dessas mulheres perpassa à unidade familiar e atinge instituições governamentais. Um exemplo disso, foi a atitude tomada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Esse órgão, ao pagar as indenizações aos agricultores reassentados pela barragem de Itaparica (Pe/Ba), avaliou a força de trabalho dos membros dessas famílias da seguinte forma: na faixa etária de 7 a 14 anos, as mulheres receberam a pontuação de 0.15, enquanto que os homens de 0.20; na faixa entre 15 e 64 anos esta diferença aumentou pois as mulheres receberam 0.60 pontos e os homens 1.00. Do mesmo modo, os membros mulheres maiores de 65 anos obtiveram 0.30 e os homens 0.60 pontos (Scott, 1996).

A falta de identificação dessa mulher como produtora agrícola resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público meta são os produtores da agricultura familiar (entendendo-se de ambos os sexos). No entanto, esses programas, de maneira clara, põem em prática a divisão sexual do trabalho, pois não incluem a produtora agrícola familiar no rol dos beneficiados. Desta forma, ao elaborarem os programas, os planejadores se não impedem

explicitamente a participação da mulher, também não pensam incluí-la, como fazem com os homens. É o que tem ocorrido com programas do tipo: Reforma Agrária[5], Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar[6] e o Programa de Emergência de Seca, referência empírica deste estudo.

O programa de Emergência : A Prática do não Reconhecimento

O último programa federal de Emergência de Seca implantado na região semi-árida nordestina em 1998 teve, a exemplo dos programas anteriores, uma postura omissa quanto a equidade social entre homens e mulheres produtores(as) afetados(as) por esse desastre natural. Tal postura pode ser explicada, conforme abordado anteriormente, pelo não reconhecimento do trabalho da mulher na condição de produtora agrícola familiar.

Para contextualizar a invisibilidade da produtora agrícola familiar no Programa de Emergência implantado em 1998 na região semi-árida nordestina, é necessário explicar como ele foi pensado e posto em prática.

O programa de emergência de seca, como o próprio nome sugere, é de socorro. Por isso, é desativado ao término de cada período de seca. O programa de 1998, como os demais existentes, foi implantado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE e teve como objetivo imediato atender os agricultores vítimas da seca, que na sua maioria pertencem à categoria dos produtores familiares.

A configuração do programa de emergência criado em 1998, a exemplo dos demais até então implantados, remeteu à atuação do produtor masculino, como se o público atingido pelos efeitos da seca fosse apenas formado por homens.

A desconsideração do programa com o trabalho da mulher na agricultura familiar, refletindo a omissão da relação social de equidade de gênero, estende-se ao planejamento do programa e às suas ações.

O planejamento do programa foi trabalhado por comissões paritárias e contou com a participação dos órgãos oficiais engajados no desenvolvimento regional e de diversos segmentos da sociedade. Ele foi acompanhado diretamente pela Presidência da República e estruturado a partir de três tipos de comissões: uma gestora, comissões estaduais e municipais nos estados contemplados pelo programa. Os representantes das comissões foram formalmente indicados pelas instituições que elas representam.

As linhas de ação do programa continham: Frentes de Trabalho, Linha de Crédito e Capacitação de Convivência com a Seca.

A linha de ação referente às Frentes de Trabalho ou Frentes Produtivas[7], constituem-se na ação exponencial dos programas de emergência implantados até o presente. A ausência da equidade social entre produtores e produtoras agrícolas pode ser identificada nos critérios adotados para selecionar os beneficiados, bem como nos tipos de obras e serviços eleitos pelo programa.

As "frentes" são consideradas pela população beneficiada como a ação mais importante, principalmente porque resultam em emprego para aqueles que conseguem se alistar [8]. É o carro chefe do programa, pois o direito de participar das demais ações é permitido somente aos inscritos nas "frentes".

Os critérios de seleção adotados pelo programa favoreceram a inscrição do público masculino (mais de 70% homens), mesmo quando este explicitava o direito de participação do produtor e da produtora rural.

No início, o programa utilizou critérios gerais de seleção, como a ocupação principal de produtor rural, a idade entre 14 e 60 anos e limite do número de beneficiados por família (SUDENE, 1998). Famílias com até 5 (cinco) membros tinham direito a alistar 1 (uma) pessoa; as de 6 (seis) a 10 (dez) integrantes, poderiam inscrever 2 (duas) pessoas; às famílias de mais de 10 (dez) componentes era facultado alistar até 3 (três) pessoas; núcleos familiares com aposentados e com mais de 7 (sete) membros, podiam inscrever apenas 1 (uma) pessoa.

Posteriormente, outros critérios foram adotados. Assim, foi priorizado o produtor rural que dependesse da produção agrícola ou pecuária para seu sustento e da família; preferência aos trabalhadores cabeças da família; exclusão dos aposentados, funcionários públicos ou empregados fixos; era proibido o alistamento, se membros da família (pai, mãe, filhos) percebessem pensão vitalícia. Os proprietários rurais que se enquadrassem nos moldes da agricultura familiar estabelecido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF[9], eram preferidos aos demais proprietários.

A partir de alguns critérios estabelecidos pelo programa, a mulher, foi "naturalmente" preterida ao homem. São exemplos disso, a exigência da ocupação principal de produtor rural e a chefia familiar.

A exigência do programa de que o beneficiado possuísse como ocupação principal a atividade de produtor rural impediu a participação da mulher, por essa não ser identificada como produtora da agricultura familiar na região semi-árida, conforme tratado anteriormente neste estudo. Quanto ao critério da responsabilidade pelo sustento da família, cargo do chefe dessa unidade, a possibilidade real de participação da mulher foi mínima, pois esses papéis familiares foram culturalmente atribuídos ao homem.

A partir dos critérios estabelecidos, a inserção da mulher no programa aconteceu, na maioria das vezes, quando da ausência do represente masculino na

família. Foram admitidas pelo programa, as mulheres viúvas, mães solteiras e mulheres abandonadas pelos maridos, desde que os filhos fossem menores de idade, e, se adultos, do sexo feminino. A adoção dos critérios utilizados reflete a omissão da equidade social entre homens e mulheres no programa de emergência, o qual se orientou no modelo de agricultura familiar do PRONAF.

A escolha dos critérios nomeados pelo programa reitera a dicotomia das esferas pública e privada como espaços tradicionalmente ocupados por homens e mulheres, respectivamente. O âmbito público, é entendido como o lugar comum, o próprio mundo, a rua. O espaço público é o social, é o que tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Este é o lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra, enquanto a esfera privada estaria associada ao individual, à intimidade, à afetividade, à casa, do mesmo modo que, em oposição à esfera pública, à necessidade, à futilidade e à vergonha, embora tais condições não fossem exclusivas desse espaço (ARENDT, 1997; DA MATA, 1991). A partir dessa concepção, o homem partiria para o público, para o mundo do trabalho, em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto a mulher ficaria no espaço privado da casa, ou seja, da esfera doméstica, uma espécie de gestora do lar, e também executora, pois cuidaria desde os afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possua, e demais membros da família, até o gerenciamento, para as mulheres casadas, dos recursos destinados ao ambiente doméstico.

Do mesmo modo que os critérios, as ações relativas às obras e serviços selecionados pelas Frentes, mostram com nitidez os lugares diferentes que o homem e a mulher devem ocupar na sociedade. Nesse sentido, as obras e os serviços elencados pelas Frentes, a exemplo de construção, recuperação e limpeza de cisternas, tanques, barragens, açudes, barreiros e aguadas, construção e recuperação de prédios públicos e residências na zona rural, fabricação de telhas e tijolos a serem utilizadas em obras públicas ou mutirões, pavimentação com paralelepípedos e produção de britas e paralelepípedos, são tarefas tradicionalmente realizadas pelo masculino. Primeiro, por serem executadas no espaço fora da casa, e, portanto, da competência do homem; segundo, porque são julgadas como atividades "pesadas", que exigem esforço físico, para o qual o homem, mais do que a mulher, está habilitado. Apesar da conotação masculina dada a essas atividades, a mulher da área rural do semi-árido, não somente "pode", como "realiza" tarefas dessa natureza, mesmo que sua participação seja proporcionalmente inferior à do homem. A mulher dessa região trabalha inclusive naquelas atividades consideradas "mais difíceis" e "duras" como as relacionadas à produção de brita e paralelepípedos, quando realizadas de forma artesanal[10].

O desempenho da mulher produtora rural do semi-árido nas diversas atividades põe em xeque a existência da divisão sexual do trabalho que delimita o espaço da mulher à casa. Na prática, a separação de tarefas entre homens e mulheres nessa região, parece só funcionar para o homem, uma vez que ele continua participando apenas dos afazeres fora da casa.

Outra ação do programa de emergência, o Crédito Rural, destinou 50% do total dos recursos para os produtores da agricultura familiar.

Essa ação, como as demais, não incluiu a relação social de equidade entre homens e mulheres produtores agrícolas. A participação da mulher nessa ação não ocorreu e sequer sua participação foi ventilada pelos técnicos responsáveis pela distribuição dos recursos financeiros. Sua ausência no crédito também não é percebida pela família e, inclusive pela própria mulher produtora.

Os Cursos de Capacitação oferecidos pelo programa, do mesmo modo que o Crédito, não contemplaram a questão de gênero e reforçaram os chamados "espaços de homem" e "espaços de mulher" . Assim, os cursos de associativismo, uso de agrotóxicos, apicultura, conservação do solo e da água e de alimentação animal, têm como público meta o produtor homem, pois estão relacionados às atividades tradicionalmente por ele realizadas. Enquanto os cursos referentes à alimentação alternativa, as plantas medicinais, os cuidados com a água consumida pela família, horticultura, fabricação de queijo, avicultura (galinha de capoeira), ou ensinamentos relativos a corte/costura, tapeçaria e crochê, são repassados à mulher. Esses ensinamentos qualificam a mulher no espaço da casa e, no máximo, ao redor dela, negando ou desconhecendo o papel da força de trabalho feminina no espaço público do trabalho agrícola na agricultura familiar.

Afora as ações contidas no programa de emergência, a falta de identidade da mulher produtora da agricultura familiar ficou também visível no planejamento.

O programa foi planejado por três Comissões responsáveis pela elaboração e operacionalização. A mulher não participou dessas Comissões ou teve participação numericamente inexpressiva, o que reitera os princípios que têm norteado a sociedade, onde o homem, mais do que a mulher, tem a oportunidade de exercer o poder de decisão, de ocupar a posição de comando.

A participação da mulher nessas Comissões, mesmo em número reduzido e restrita às Comissões Municipais e contando com a insensibilidade de seus componentes (homens e mulheres) no que se refere à necessidade da equidade social de gênero, representou, sem dúvida, um avanço, porque a mulher conseguiu ocupar um lugar num ambiente de decisões, antes restrito ao homem. Do mesmo modo, a paridade nas Comissões representou uma conquista da sociedade civil como um todo, apesar da pouca autonomia dos participantes.

Considerações finais

Os programas governamentais voltados para o segmento dos produtores da agricultura familiar, ao não contemplarem a mulher integrante desse processo de produção, estão desconsiderando o seu trabalho. Desta forma, omitem a relação social de equidade entre o homem produtor e a mulher produtora, negando à mulher o direito de igual participação.

Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é deixá-lo invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola e isto não é justo. É preciso dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho. Visibilizar significa descobrir as mulheres (Abramo, 1998). Descobrir é algo mais que revelar sua presença por meio de estatísticas (desagregando-as por sexo), ainda que esse seja um passo fundamental para começar a situar o problema. Em outras palavras, significa algo mais que contá-las, descobrir onde estão, o que fazem, onde se localizam nos processos produtivos. Descobrir as mulheres é incorporar a variável gênero quando analisamos o trabalho e a categoria de trabalhadora, como tão bem afirmado por várias autoras (e alguns autores). Significa repensar o próprio conceito de trabalho e as múltiplas realidades relacionadas a esta variável.

Notas

[1] Texto elaborado a partir de dados da pesquisa "A seca nordestina de 1998: dimensões e características sócio - econômicas", realizada e concluída pela Fundação Joaquim Nabuco, em maio de 1999.

[2] Para Hugues Lamarche (1998) o modo de funcionamento do estabelecimento agrícola pode determinar-se por laços específicos entre as lógicas familiares e os fatores de dependência. As lógicas familiares se referem ao papel da família na organização da produção. Para medir o grau de intensidade dessas lógicas, ele utiliza três elementos: a terra, o trabalho e a reprodução familiar. Por outro lado, para medir o grau de dependência/autonomia da organização da produção agrícola, ele elegeu a dependência tecnológica, financeira e de mercado. A partir das lógicas familiares e da dependência, o autor define quatro modelos teóricos de funcionamento: 1) O Modelo Empresa – é pouco familiar, utiliza regularmente uma força de trabalho externa assalariada. A dependência do estabelecimento se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financeiro ou comercial; 2) O Modelo Empresa Familiar – é primordialmente familiar. A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão-de-obra familiar. Este modelo é muito dependente do exterior; 3) O Modelo Agricultura Familiar Moderna – estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível; 4) O Modelo Agricultura Camponesa e de Subsistência – define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais. O objetivo primeiro é o de satisfazer as necessidades familiares. Há distinção entre estabelecimentos Subsistência e Camponeses que se baseia no projeto dos produtores dos estabelecimentos. O projeto da unidade de Subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas, permitindo a sobrevivência do grupo doméstico; é obvio que o do

estabelecimento Camponês não pode se resumir a isso. A diferenciação entre esses dois tipos deve ser concebida a partir dos sistemas de valores e de representação.

[3] As famílias utilizam basicamente o trabalhos de seus integrantes, exceto quando estes não têm condições de participação no trabalho. Só ocasionalmente contratam os serviços de terceiros.

[4] Esse grupo familiar é crescente no mundo. No Brasil, indicadores do IBGE (1999) apontam um aumento de famílias de mulheres sem cônjuges e com filhos, aumentando de 15,1% em 1992, para 17,1% em 1999. (JORNAL, 2001).

[5] Este tipo de reforma sempre foi concebida, pensada, a partir do homem e para o homem. Associado a isso, o principal elemento que está em jogo na reforma é a terra, patrimônio tradicionalmente masculino, embora a mulher também tenha uma íntima relação com a terra ao desenvolver inúmeras atividades. Apesar disso, a mulher participa dessa reforma (da distribuição de terras) quase sempre em condições especiais, ou seja, quando ela perde a referência do masculino, em caso de morte ou abandono do marido e na ausência de um filho homem e maior de 18 anos, impossibilitado portanto de assumir o lote (FISCHER; MELO, 1998).

[6] Criado pelo governo federal em 1996. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, do total dos beneficiários, 93% pertencem ao sexo masculino (AMB, 2000).

[7] As Frentes de Trabalho receberam o nome de Produtivas porque deveriam, segundo o Programa, contribuir para as comunidades se prepararem para uma melhor convivência com a estiagem, através das obras hídricas e outros serviços, principalmente pela capacitação e alfabetização dos trabalhadores alistados.

[8] As Frentes do Programa de Emergência de 1998 tinham como propósito beneficiar até um milhão de produtores rurais dos estados contemplados. Segundo informes de técnico da SUDENE, o programa atendeu até 1.192.716 pessoas (beneficiados pelas Frentes e com cestas de alimentos), sendo que, em abril de 1999, este número caiu para 887.239 beneficiados. Quando da desativação do programa nas localidades, começou a chover. Para fazer face às despesas com o programa, o Governo Federal repassou à SUDENE R$ 600 milhões. Cada trabalhador da Frente recebeu inicialmente (maio/98) a importância de R$ 50,00 e, a partir de junho até a presente data, recebe mensalmente o valor de R$ 80,00. Desse total, R$ 65,00 são retirados do montante dispensado pelo Governo Federal, e o restante, para complementar o "salário da emergência", é a contrapartida dos governos estaduais. A jornada de trabalho das Frentes é de 27 horas semanais, 8 das quais são disponibilizadas para o trabalhador alistado nas Frentes se dedicar à capacitação/alfabetização.

[9] O PRONAF considera agricultores familiares aqueles que exploram a terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros, e que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: utilização de forma direta do seu trabalho e de sua família, com concurso de empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; ter, no mínimo, 80% da renda familiar originados da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativa; residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais quantificados na legislação em vigor.

[10] No município de Patos, atividades relacionadas à produção de pedras foram incluídas no Programa de Emergência. Sem o auxílio de máquinas, todas as atividades são realizadas com ferramentas manuais (martelo, marrão-martelo grande, que pesa de 8 e 10kgs, alavanca, pá, etc.), o que requer esforço físico, como, por exemplo, a quebra das grandes rochas para transformá-las em paralelepípedos ou em pedras de maior dimensão. A realização dessas atividade também representa um risco, uma vez que são executadas sem qualquer equipamento de proteção, sendo, portanto, comuns acidentes de trabalho.

Referências

ABRAMO, Laís. Introdução. In: _____. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

AMB. Articulação de mulheres brasileiras. Políticas Públicas para mulheres no Brasil: balanço nacional cinco anos de Beijing – Brasília: AMB, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARRIAGADA, Irma. Mujeres rurales de américa latina e el caribe: resultados de programas y proyectos. In: _____. **Una nueva lectura**: genero en el desarrollo. Entre Mujeres. Peru: Flora Tristan Edicions, 1991.

CHYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLKE, Verena. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Sonia. **Gênero**: reflexões conceituais, pedagógicas e estratégicas. Relações desiguais de gênero e pobreza. Recife: S.O.S. Corpo, 1996.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FISCHER, Izaura Rufino; MELO, Lígia Albuquerque de. **O trabalho feminino**: efeitos da modernização agrícola. Recife: Massangana, 1996.

_____; **_____. A (In) visibilidade da mulher na reforma agrária**. FUNDAJ, 1998. Projeto de Pesquisa.

GARCIA Jr. Afrânio Raul. **O sul caminho do roçado**: estágios de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, MCT-CNPq, 1989.

JORNAL do Comércio. Pernambuco, 06 abr. 2001.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Gênero**: uma questão no Programa de Emergência de Seca? Recife, 1999. Relatório de Pesquisa.

NEVES, Delma Pessanha. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1985.

SCOTT, R. Parry. O cálculo da força de trabalho familiar camponesa e o descompasso entre o tempo institucional e o tempo familiar. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITO, Rosyan Caldas; CASTRO, Edna Ramos (Org.). **Energia na Amazônia.** Belém, Am: Museu Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca. Manual das Comissões Municipais. Recife, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Trabalho apresentado ao 49º Congresso Internacional de Americanistas, Quito, Equador, jul. 1997.

_____. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. **Cadernos do IFCH**, Campinas, n. 19, 1988.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 15, out. 2000.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec/Ednunb, 1994.

GÊNERO, AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE RENDA:
UM ESTUDO DE CASO

Sylvia Maria dos Reis Maia
Tâmara Cruz Arapiraca

INTRODUÇÃO

As mulheres objeto deste estudo são trabalhadoras rurais assentadas pela Reforma Agrária em quatro fazendas desapropriadas pelo INCRA, após um processo de luta pela posse da terra, juntamente com seus maridos. Trabalham na roça com seus companheiros, produzindo para subsistência e para o mercado. Além disto, a elas cabem as tarefas de cuidar da casa, dos filhos, liderar a conservação ambiental e fortalecer o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) existente nos assentamentos da região.

O objetivo geral deste estudo é entender como se processa a participação dessas trabalhadoras assentadas na geração de renda da família do pequeno agricultor, buscando, com isto, tirá-las da invisibilidade social. O objetivo específico é avaliar qualitativa e quantitativamente: a) a renda gerada pelas mulheres nas atividades de produção e comercialização; b) a renda de consumo gerada pelo trabalho de subsistência; c) a proporção da renda feminina na renda familiar.

A família é a principal unidade de análise, dando-se ênfase às relações de gênero no seu interior. Para levantamento dos dados nos quatro assentamentos foi utilizada a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos através de diferentes técnicas: aplicação de questionários; entrevistas individuais e observação participante realizada no assentamento *Brasil em Luta*. As informações levantadas referiram-se a questões de gênero, à renda da família e à renda das mulheres, tanto o rendimento da produção para subsistência, quanto para o mercado, assim como informações sobre a renda de outros trabalhos e de outras vendas. Dois tipos de questionários foram aplicados: um no início da pesquisa, para fazer o diagnóstico das famílias assentadas, e outro para levantar dados especificamente sobre a questão da renda. Foram realizadas entrevistas e coletadas histórias de vida. Os critérios utilizados para escolha das famílias foram: a mulher participar do MMTR e estar inserida no processo de produção, tanto para o consumo quanto para o mercado. O número de famílias envolvidas foi de 41, sendo que na Fazenda Cascata, foram 24. Prévio a estas etapas foram coletados dados secundários no IBGE.

A Pesquisa

A área de pesquisa situa-se na região cacaueira do Sul da Bahia, localizada na Mata Atlântica, numa faixa compreendida entre os rios Jequitinhonha e Contas, que conserva sua parcela mais significativa. Possui um clima úmido com precipitação pluviométrica média de 1495 mm/ano, o que reduz a zero os riscos de uma seca.

Entre a década de 30 e final de 50, a região cacaueira enfrentou várias crises cíclicas, devido, sobretudo, à queda do preço do cacau no mercado internacional, tornando o produto um cultivo sem perspectiva. A partir da década de 60, através da CEPLAC, com subsídios do governo federal, a região se recuperou, mas, na segunda década de 80, a praga da *vassoura de bruxa*[1] provocou uma queda na produção do cacau e um grande desemprego na região, e especialmente por se tratar de uma monocultura, o triste cenário retornou. Conforme a Contagem Populacional de 1996 do IBGE, dos 41 municípios da Microregião Ilhéus-Itabuna, 27 diminuíram sua população, incluindo Itabuna e a própria Microregião de Ilhéus-Itabuna. Esta situação forçou os cacauicultores a venderem suas fazendas e demitirem seus empregados, a maioria deles moradores com raízes culturais e técnicas de cultivos especializadas para a lavoura cacaueira. Isto afetou também a pequena produção agrícola – associada à mão-de-obra familiar – a qual representava uma parcela significativa dos produtores da região.

Estes pequenos produtores viram-se, de repente, sem terra para cultivar, sem produtos para vender e sem emprego, uma vez que a crise afetou direta e indiretamente também o mercado de trabalho. A solução emergencial para essa crise foi a ocupação das fazendas improdutivas, mais tarde, desapropriadas pelo INCRA e transformadas em assentamentos.

Quatro desses assentamentos foram escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa: Cajueiro I, Cajueiro II, Fortaleza e, Brasil em Luta, na Fazenda Cascata, sendo que os três primeiros localizam-se no município de Una e o último em Aurelino Leal. Nos três primeiros, foram feitas visitas com entrevistas e aplicação de questionários, e no último, além disto, foi realizada observação participante, através de um intenso convívio com as famílias das trabalhadoras rurais, em diferentes períodos, e acompanhando bem de perto, suas inúmeras atividades. Por conta disto, daremos prioridade às informações sobre esse assentamento.

A Fazenda Cascata era uma importante fazenda de cacau e, ainda hoje, surpreende por sua grande área e beleza. Fica localizada entre os municípios de Aurelino Leal – 40%, e Itacaré, 60% de sua área – sendo que a sede fica no primeiro município. Possui 597.942.10 ha, dos quais 25.095.00 ha constituem área requerida para preservação permanente, por conta da densa e exuberante Mata Atlântica que a mesma abriga. A paisagem ao redor é de um verde intenso, com muitas árvores frutíferas, onde se pode sentir e apreciar um majestoso pedaço dessa rica formação florestal. Entrecortada por vários rios, com cursos de água que têm até 10 metros de largura, possui uma cascata, que inspirou o seu nome.

Desapropriada pelo INCRA através do Decreto de 03/08/1998, hoje é ocupada por 37 famílias de assentados, porém com capacidade para acolher 48. A fazenda não mais desempenha o papel de outrora, porém ainda conserva as antigas instalações e equipamentos, tais como: as barcaças de cacau, a sede da antiga administração, quadra de esportes, piscina, igreja e campo de futebol.

Reunidos na *Associação Brasil em Luta*, por seus Direitos Agrícolas, todos têm histórias de lutas pela posse da terra (MAIA, 2000). Vindos de situações conflituosas, hoje participam, em conjunto, através de laços de solidariedade e amizade, das mais diversas atividades dentro do assentamento.

Desde o início do assentamento até a data em que foi realizada a pesquisa, o número de famílias assentadas diminuiu de 42 para 37. Estas são, em geral, originárias das regiões próximas à Fazenda, inclusive do Município no qual está inserida, observando-se as seguintes proporções: de Aurelino Leal vieram 34,9% dos assentados, de Ubaitaba, 4,7%, de outros municípios da Bahia, 30,2%, de outros estados do país, 20,9% (RELATÓRIO, 2000).

As casas dos assentados são as mesmas utilizadas pelos ex-trabalhadores da fazenda. As barcaças onde se processava a transformação dos caroços do

cacau para comercialização são, também hoje, usadas para abrigar aquelas famílias com menor número de filhos. As casas são todas de alvenaria, com no máximo cinco cômodos, tendo como extensão um quintal, que geralmente é de terra batida, onde se cria os animais domésticos – cachorros e gatos – e para alimentação e ou comercialização – porcos, galinhas, etc. As barcaças têm apenas um cômodo, onde os moradores fizeram internamente suas próprias divisões. As famílias têm em média 5 a 6 pessoas, e são em sua maioria nucleares, existindo um equilíbrio entre o número de homens e mulheres.

As acomodações dentro das casas são bastante modestas, algumas poucas com televisão, e todas possuindo um rádio. Dos quatro assentamentos, somente o *Brasil em Luta* possui infra-estrutura completa, energia elétrica, água encanada e serviço de esgoto, assim como se beneficia da estrada estadual, asfaltada, localizada em frente à fazenda. Os assentamentos de Una não são tão bem assistidos, sobretudo quando se trata das estradas no seu interior. Estas são de barro, sem conservação, o que dificulta o acesso ao transporte coletivo. Em todos os quatro assentamentos, os serviços de educação e saúde têm um funcionamento regular. As crianças e adolescentes freqüentam a escola até a quarta série; a partir daí estudam na sede do município; funcionam, também, cursos noturnos para educação dos adultos.

Convivendo ativamente com as mulheres do assentamento *Brasil em Luta*, na Fazenda Cascata, e em entrevistas com as do assentamento do entorno da reserva biológica de Una, participando e contribuindo com suas inúmeras obrigações familiares, verificamos a diversidade das atividades executadas pela mulher rural, que se divide, ao longo do dia, para dar conta das tarefas domésticas de cuidar da casa, da cozinha e dos filhos, além do cuidado dispensado ao quintal, contíguo à casa, e à criação de animais pequenos. Além disto, é significativamente importante o trabalho da mulher na roça, nas etapas de plantio e colheita, na coleta de frutas e na comercialização dos produtos. Lamentavelmente, o trabalho da mulher não é contabilizado pelos órgãos competentes e, portanto, perde valor pela sua invisibilidade.

Engajadas no MMTR, as mulheres entrevistadas ao longo da pesquisa mostraram uma longa e intensa trajetória de lutas não só pela conquista da terra, mas também na busca de condições para explorá-la com a mesma igualdade e respeito que ora é dispensado apenas ao homem do campo.

Diante disto, tentaremos demonstrar como o trabalho desempenhado pelas mulheres dos assentamentos estudados, que ultrapassa a "[...] divisão sexual do trabalho que subordina social e culturalmente a mulher" (CASTRO; GUIMARÃES, 1990, p.114), é de essencial importância na geração de renda da família do pequeno agricultor.

Para entender as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar, torna-se imprescindível pensá-las na perspectiva da divisão sexual de trabalho, que no processo de socialização aponta o homem como responsável pela produção e a mulher pela reprodução. Isto está expresso em diferentes estudos sobre campesinato brasileiro, confirmando a relação de hierarquia existente entre os gêneros nas representações sociais (MARTINEZ-ALIER, 1975), na oposição casa e roçado (HERÉDIA; GARCIA; GARCIA JR, 1984), na distinção entre trabalho leve e trabalho pesado (PAULILO, 1994).

Kandiyoti (1986), no estudo comparativo sobre a mulher nos sistemas de produção rural na África, Ásia, Oriente Médio e América Latina, aponta o mesmo fenômeno, ou seja, na divisão do trabalho da família camponesa, as mulheres estão destinadas a realizar atividades diretamente relacionadas à manutenção e reprodução biológica e social, tais como: cozinhar, limpar, cuidar dos filhos, cuidar dos enfermos e anciões. Em geral, cabe ao homem a direção e o desempenho de atividades como a derrubada e limpeza das áreas para o plantio e a colheita na roça, o cuidado com os animais domésticos de grande porte. Entretanto, dados recentes apresentados por Rua e Abromovay (2000), ratificados pelos dados aqui apresentados, indicam que as mulheres realizam uma dupla ou tripla jornada de trabalho, que abrange o trabalho produtivo, o trabalho reprodutivo e, em vários casos, o trabalho comunitário.

Além disto, Auri Cunha (1999), estudando pequenos produtores do perímetro irrigado de São Gonçalo, na Paraíba, mostra que a divisão sexual do trabalho nessa região não é tão rígida (homens identificados com o trabalho produtivo e a mulher com a casa). Esta organização é flexível e depende de vários fatores. Desta forma, conclui a autora, a mobilidade entre os gêneros se faz presente na organização do trabalho familiar. Isto mostra que a divisão sexual do trabalho não está biologicamente determinada nem consiste numa opção individual e voluntária, mas sim, numa estratégia de sobrevivência física e social, cujas raízes são encontradas nas condições concretas da vida do grupo (EIGENHEER, 1982). A divisão sexual do trabalho, portanto, pode ser ou não a base de uma relação de hierarquia entre os gêneros. Daí ser necessário identificar as diferentes habilidades e capacidades diferentes nos homens e nas mulheres e as especificidades do contexto onde estão inseridos.

Entretanto, ao longo dos estudos sobre a mulher na agricultura familiar, ainda são reais a sua marginalidade e invisibilidade sociais (SPINDEL, 1986), bem como o não reconhecimento da contribuição histórica do seu trabalho, tanto o

executado em diversas fases da produção e ou comercialização, como também ao lado dos homens na luta pela terra e em outros contextos.

Ellen Woortmann (1990) fazendo uma análise das transformações ocorridas em seringais da Amazônia no que diz respeito às relações de gênero, e se detendo mais particularmente na relação entre as mudanças na organização do espaço e as atividades da mulher, em um mundo anteriormente só dominado por homens, evidencia a importância da figura feminina no ambiente doméstico, muitas vezes como matriarca, e mediando muitas crises entre homens no interior dos espaços. A autora nos mostra que a partir da década de 70, com a referida complexificação da colocação (locais de morada dos seringueiros), surgem novas articulações de espaços e atividades no interior das mesmas, e por via de conseqüência, uma maior importância da mulher nos seringais.

Essa mudança não é, contudo, visibilizada fora do registro da memória da região como um novo tempo, evidenciando mais um exemplo da marginalidade com que é caracterizado o trabalho da mulher.

Por isto, é necessário intensificarem-se os estudos sobre a questão, para tirar, enfim, a mulher da invisibilidade social, possibilitando um entendimento mais justo sobre a trabalhadora rural. Este é um dos objetivos deste estudo, ao mostrar a posição das mulheres na geração de renda na agricultura familiar.

Geração de Renda

Estudos sobre a geração de renda em assentamentos da reforma agrária são poucos no Brasil, e na Bahia são inexistentes. No Brasil, o trabalho pioneiro está registrado no relatório da Fundação das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) de 1992, que traz informações importantes e significativas sobre produção, emprego e renda nos assentamentos brasileiros. Pesquisa realizada anteriormente, na primeira década de 80, pelo IPEA e pelo BNDES no final da mesma década, trata apenas do processo de assentamento dos trabalhadores rurais. Recentemente, o resultado de uma pesquisa em assentamentos no Brasil, realizada por Rua e Abromovay (2000) dentre outras questões, refere-se, enfim, ao trabalho feminino nos assentamentos rurais, e a importância deste trabalho nos rendimentos das famílias assentadas.

Dentre os resultados da pesquisa desenvolvida pela FAO (apud Palmeira, 1994), um é de suma importância para este trabalho, a geração de renda dos assentamentos, que foi computada como o somatório de todas as rendas obtidas pela família do agricultor agrupadas nas seguintes categorias: renda agrícola líquida monetária; renda animal líquida monetária; renda do autoconsumo; renda de outros trabalhos; renda de outras receitas (Palmeira, 1994, p. 22).

O relatório tornou-se objeto de um seminário realizado no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ por pesquisadores com diferentes formações acadêmicas e diferentes inserções institucionais (PALMEIRA, 1994, p. 8), com o objetivo de analisá-lo criticamente, tanto o seu conteúdo quanto a metodologia e conceitos utilizados.

Neste contexto, uma discussão construtiva se estabeleceu em torno da contabilização da renda monetária e da renda do autoconsumo numa mesma matriz. Assim é que encontramos Castro (1994, p. 72), criticando o fato de não se tratar separadamente "coisas que são economicamente distintas", ou seja, para ele, "[...] a renda do autoconsumo indica o grau de presença da economia natural" enquanto que as demais "refletem a inserção na economia mercantil", são, portanto, fenômenos diferentes.

Acreditamos, entretanto, que a renda de autoconsumo, quando transformada em dinheiro, pode ser adicionada à renda monetária, e, vamos mais adiante, quando, nesta pesquisa, transformamos em dinheiro as horas de trabalho não remuneradas, dedicadas às outras atividades, como, por exemplo, as ambientais e as domésticas. Esta foi a metodologia utilizada no estudo que ora apresentamos, uma vez que "[...] a estimativa da renda do autoconsumo encontra seu fundamento no mesmo princípio que permite adicionar a renda agrícola e a renda do trabalho assalariado, ou seja, captar o conjunto de atividades que proporcionam aos grupos domésticos os meios de sobrevivência" (GARCIA JR., 1994, p. 89).

Estas atividades incluem, portanto, a produção para o consumo e a produção mercantil simples – M-D-M – cuja finalidade é produzir uma mercadoria para adquirir dinheiro para comprar outras mercadorias (RUBIN, 1980). Nos assentamentos estudados, a produção para o consumo e a produção mercantil simples, juntamente com as outras atividades remuneradas, são responsáveis pelas rendas de autoconsumo e monetária. É o somatório dessas rendas que permite o funcionamento das famílias assentadas. É seu resultado, portanto, que nos mostra a renda familiar, que significa todo o dinheiro adquirido pelo conjunto dos membros da família (VIANA, 2000, p. 515).

Por outro lado, ao examinar o referido relatório, Romeiro (1994, p. 78) chama a atenção para a renda proveniente de vendas ocasionais e diz que "[...] o fato do coeficiente de variação da renda total ter sido inferior ao da renda agrícola, revela a importância das fontes de renda não estritamente agrícolas ser um fator de homogeneização de renda entre as famílias dos assentados." Revela, também, continua ele, "[...] a capacidade de sobrevivência da pequena produção, quando por razões várias – qualidade da terra, características da família – as oportunidades de obtenção de renda não estritamente agrícola são melhores". Os quatro assentamentos estudados confirmam esse fato, ao computarem as frutas sazonais coletadas e a venda de beijú, ambas pelas mulheres. Nesse caso, a homogeneização se dá também dentro das próprias famílias.

Constata-se, desta forma, que a complementaridade da renda monetária com a renda de autoconsumo, um fenômeno também observado na pequena produção agrícola no Brasil, se reveste de maior significado para as famílias assentadas, onde a propriedade da terra, antes negada, é hoje assegurada.

> O importante é que estas famílias estão, no mínimo, conseguindo suprir uma das necessidades que as levaram a integrar movimentos reinvidicatórios – a sobrevivência física em níveis mais elevados que os "marginalizados" urbanos e em níveis compatíveis com os da pequena produção agrícola no Brasil. (PAULILO, 1994, p. 192).

De fato, a pesquisa da FAO aponta para uma renda mensal média das famílias de assentados no Brasil de 3.7 e no Nordeste de 2.3 salários mínimos e compara com a renda de trabalhadores rurais sem terra, assalariados, mostrando que 66% destes recebem apenas um salário mínimo mensal. Uma década mais tarde, os resultados deste estudo de caso aproximam-se do da FAO, pois revelam uma renda mensal média dos quatro assentamentos de 2.05 salários mínimos (ver Tabela 1), o que pode ser explicado pelo fato de se tratar de assentamentos que recebem assistência técnica e creditícia da ONG Jupará e também crédito do INCRA para instalação, construção e compra de bens de capital.

Participação da Mulher na Geração da Renda Familiar

O trabalho da mulher é considerado "ajuda" (MOURA, 1986) e, portanto, não é contabilizado no conjunto da renda familiar, sobretudo aquele voltado para o autoconsumo. Nos assentamentos estudados, as mulheres trabalham na roça e em outras atividades mercantis, participando de forma significativa da geração da renda monetária e de autoconsumo da família, e são conscientes do seu trabalho. Perguntada se ajudava o marido na roça, uma entrevistada, respondeu:

> "[...] ajudar? eu acordo 5 horas da manhã, deixo a comida pronta, vou pra roça e só volto com o sol se indo. Na época de catar cajá ou jenipapo, saio correndo da roça, vou em casa pego uma bacia, quando acabo de catar, deixo a bacia em casa e volto pra roça. Na volta já passo no rio e pego uma lata d'água. Dia de sábado ou domingo vou lavar roupa, isto não é trabalho?"

Já outra disse:

> "Quem me ajuda é meu companheiro na labuta do beijú. Eu comando tudo..."

Essa conscientização de que a mulher trabalha e não "ajuda" está sendo aos poucos introduzida pelo MMTR. Mas, encontra-se ainda alguma ambigüidade quanto a esta situação. No total das mulheres entrevistadas, cuja faixa etária varia entre 20 a 60 anos, as mais conscientes são as mais jovens, que representam 65% do total. As demais, 35%, acreditam que ajudam pelo fato de seus maridos tomarem a decisão do que produzir e vender. Esta é uma questão de subordinação construída no processo de socialização e que vem, aos poucos, sendo rompida pelo trabalho desenvolvido pelo MMTR.

Para dar visibilidade a este fenômeno chamado "ajuda", mas que, na verdade, representa um trabalho efetivo, mostramos, inicialmente, a renda mensal das famílias nos quatro assentamentos, para mais adiante compará-la com a renda da mulher.

TABELA 1 - RENDA MENSAL DAS FAMÍLIAS DOS QUATRO ASSENTAMENTOS NO ANO 2000(R$)

ASSENTAMENTOS	RENDA AGRÍCOLA	RENDA DE CONSUMO	OUTROS TRABALHOS	OUTRAS RENDAS	RENDA TOTAL	RENDA MÉDIA	PORCENTAGEM EM SALÁRIO MÍNIMO (%)
Brasil Em Luta	3.730,00	3.830,20	380,00	1.962,00	9.875,70	266,90	1.76
Cajueiro I	3.412,00	2.940,00	468,00	5.281,00	12.101,40	366,70	2.42
Cajueiro II	2.980,00	3.020,20	290,00	1.055,00	7.345,20	417,26	2.01
Fortaleza	5.820,00	426,00	400,00	2.820,00	15.300,00	306,00	2.02

Para o conjunto das 41 famílias pesquisadas, a renda média familiar encontrada foi de R$ 339,00, na época equivalente a 1,88 salários mínimos, conforme registrado na Tabela 1. Os números revelam que a renda mensal nos assentamentos está acima daquela estabelecida pelo IBGE para determinar a linha de pobreza. Certamente, como já foi dito, este resultado decorre da assistência recebida da ONG Jupará e também da sua organização interna. Estes assentamentos estão vinculados à Cooperativa de Pequenos Agricultores e Agricultores do Sul da Bahia (COOPASB), Rede de Associação Comunitária de Assentados e Não Assentados do Sul da Bahia (RACAASUL) e MMTR, associações que os fortalecem.

No assentamento da Fazenda Cascata, o trabalho na roça e a coleta de frutas (no período da safra) constituem a principal fonte de renda monetária da família, sendo significativa a contribuição da mulher nesta atividade, tanto para o

consumo próprio quanto para a venda. Frutas como, abacaxi, banana, jenipapo e cajá são vendidas nas feiras mais próximas do município de Aurelino Leal e Ubaitaba e no portão da fazenda. Porém, outras fontes complementares de renda são também detectadas, tais como: aposentadorias, salários, recebimento de diárias de trabalho em outras propriedades, pensão, biscates, dentre outras. Cerca de 58% das mulheres pesquisadas informaram que a família aufere uma renda extra além daquela extraída da roça, ao passo que 41% das demais famílias sobrevivem só com o que conseguem extrair dela.

Indo mais além, e relacionando homens e mulheres, podemos, de fato, confirmar esta informação ao constatar que 22% das assentadas entrevistadas e 27% dos seus respectivos cônjuges de alguma forma auferem algum tipo de renda que não é oriundo do solo dos assentamentos, conforme a Tabelas 2, que aponta também para uma percentagem significativa (88,5%) em relação ao total dos homens.

TABELA 2 - OUTROS TIPOS DE RENDA COMPLEMENTAR

TIPO / QUEM RECEBE	APOSENTADORIA	SALÁRIO	DIÁRIA EM OUTRAS ROÇAS	PENSÃO	BISCATES	%	TOTAL
O cônjuge	07	02	02	-	-	27%	11
A mulher	03	02	-	02	01	22%	09

Com referência ao trabalho da roça, é significativa a presença das mulheres, ficando somente 19,5% delas voltadas apenas para o trabalho doméstico, ou porque assim lhes convém, ou porque estão doentes ou em idade já avançada para a realização daquele tipo de atividade, e 80,5% com muita freqüência, e assiduidade dedicadas ao trabalho no roçado. De fato, dos 80,5%, 32% trabalham 7 a 8 horas por dia, durante 5 a 6 dias consecutivos. Começa, então, a ser esboçada a relevância de seu trabalho e sua significativa participação na renda familiar, uma vez que é da roça, como já dito anteriormente, que a família tira o seu principal sustento, fato este, que pode ser comprovado na Tabela 3.

TABELA 3 - ATIVIDADE PRODUTIVA FEMININA

DIAS DE TRABALHO NA ROÇA / Nº DE HORAS TRABALHADAS	NÃO TRABALHA NA ROÇA	1 – 2 DIAS	3 – 4 DIAS	5 – 6 DIAS	TOTAL
Não Trabalha	08	-	-	-	08 (19,5%)
1 – 2 horas	-	-	-	-	-
3 – 4 horas	-	05	01	-	06 (14,6%)
5 – 6 horas	-	-	09	01	10 (24%)
7 – 8 horas	-	03	08	02	13 (32%)
+ 8 horas	-	-	-	04	04 (9,7%)
TOTAL	**08 (19,5%)**	**08 (19,5%)**	**18 (44%)**	**07 (17%)**	**41**

Deve-se esclarecer que na época da realização da pesquisa, a safra de alguns produtos básicos, como o feijão, já havia acontecido, e produtos como a mandioca e o milho estavam em fase de crescimento, ressaltando que em muitas roças ainda estava sendo feita a plantação desse último. Destaca-se, ainda, a coleta de cajá, árvore frutífera espalhada por toda a fazenda e que estava sendo responsável por boa parte da renda das famílias do assentamento *Brasil em Luta*, como indicado abaixo, na Tabela 4, sendo que sua coleta era feita principalmente por mulheres e crianças, ficando o homem nesse período mais responsável pelo trabalho nas roças, tanto coletiva como individual; não se quer afirmar com isso, que as trabalhadoras tenham se afastado do seu trabalho no roçado e tenha aumentado, com isso, o número de atividades executadas pelas mesmas ao longo do dia, para incluir também a coleta do fruto.

TABELA 4 - PORCENTAGEM DE MULHERES E ATIVIDADES QUE SÃO DESENVOLVIDAS DIARIAMENTE PELAS MESMAS NO ASSENTAMENTO *BRASIL EM LUTA*

ATIVIDADES DOMÉSTICAS	CUIDADO COM OS FILHOS	TRABALHO NA ROÇA	COLETANDO CAJÁ
100%	75%	75%	66,7%

Vemos na Tabela 4 que das 24 mulheres observadas no assentamento *Brasil em Luta*, na Fazenda Cascata, todas se ocupam das tarefas domésticas, sendo que dentre elas 75% tanto se ocupam do cuidado com os filhos como também do trabalho na roça; além disso, 66,7% também trabalham na coleta do cajá sozinhas ou com os filhos, como demonstrado na Tabela 5, a seguir:

TABELA 5 - QUANTIDADE DE CAIXAS DE CAJÁ COLETADAS POR DIA E QUEM COLETA

QUANT. DE CX COLETADAS POR DIA / QUEM COLETA	- DE 1 CX	1 – 2 CX	3 – 4 CX	5 – 6 CX	+ 7 CX	TOTAL
Mulher sozinha	01	04	02	01		08
Mulher c/ ajuda dos filhos	-	04	03	-	01	08
Mulher c/ ajuda do marido	-	-	-	-	-	-
Mulher c/ ajuda da família	-	-	-	-	-	-
Só os filhos catam	-	-	02	-	-	02
TOTAL	**01**	**08**	**07**	**01**	**01**	**18**

É importante enfatizar que com a coleta do cajá e de outras frutas, em época distinta desta pesquisa, a mulher consegue uma renda monetária diária que fortalece muito, neste período, a renda da família. O preço de uma caixa de cajá à época de nossa pesquisa estava em torno de R$ 2,50; constatando-se que em sua maioria (44%) catam 1 – 2 caixas por dia, o que representa uma renda semanal em torno de R$ 25,00 e mensal de R$ 100,00, ou mais, uma vez que, é também bastante significativa (40%) no total dos catadores, a proporção de mulheres e filhos que catam 3 – 4 caixas por dia, auferindo, desta forma, uma renda de R$43,75, por semana. A Tabela 6 mostra a proporção da coleta e comercialização do cajá na renda das famílias do assentamento *Brasil em Luta*. Seus dados revelam que um número expressivo de famílias, qual seja, 54.1%, neste período do ano, aufere mais da metade da renda familiar mensal com a comercialização do produto, o que mostra a importância desse trabalho que, como indicado na Tabela 5, é desenvolvido predominantemente pelas mulheres sozinhas ou recebendo a ajuda dos filhos. Vemos também, ainda na Tabela 6, que 25% das famílias não auferem renda com o cajá; 16,7% obtém menos da metade da renda e 4,2% conseguem metade da renda familiar com o referido produto.

TABELA 6 - PROPORÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DO CAJÁ NA RENDA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO BRASIL EM LUTA NA FAZENDA CASCATA (%)

Proporção da Venda do Cajá na Renda Familiar	Sem participação / Não coletam Cajá	Menos da Metade da Renda	Metade da Renda	Mais da Metade	TOTAL
Proporção das famílias que comercializam o Cajá	25	16.7	4.2	54.1	**100**

Observamos, também, algumas mulheres responsáveis por um pequeno comércio informal que acontece dentro dos assentamentos. Apesar de ser uma tarefa executada por umas poucas mulheres, ela foi contabilizada, pois não diminui a importância que essa ajuda significa para a renda monetária familiar, e demonstra o quanto é importante a iniciativa dos trabalhos femininos para melhorar as condições de vida da família. No assentamento *Brasil em Luta* encontramos D. Maria da Conceição vendendo geladinho e pipoca, e Dona Maria José vendendo também geladinho para os próprios moradores do assentamento. Em um dos assentamentos do entorno da reserva biológica de Una, Cajueiro I, encontramos o interessante exemplo de D. Maria Idália, que na porta de sua casa vende o litro de dendê, coco verde (a unidade), cocada e também pastel. Importante também é a venda de ovos de D. Evani e a venda de coco verde (a unidade) de D. Carmelita, para dar alguns exemplos, dentre os dados que estão computados na renda da família, refletidos na Tabela 1.

Por outro lado, quando o assunto é a confecção de beijús, estamos falando da imprescindível participação das mulheres em todas as etapas do processo, ficando para o marido e os filhos a denominação de ajudantes, uma vez que são elas que dominam essas atividades. A preparação da farinha no assentamento Fazenda Cascata estava ocorrendo de forma precária, quase inexistente no período de nossa visita, pois a casa de farinha da fazenda estava passando por reformas, ficando interrompida essa atividade por um bom período. Já nos assentamentos do entorno da reserva biológica de Una, tanto a produção de farinha quanto a de beijú estava transcorrendo em seu ritmo normal. Nesses assentamentos, além da participação no processo produtivo agrário, a maior fonte de renda das mulheres é a produção e venda de beijús.

Os dados revelam, também, que as mulheres têm uma participação ativa na produção da farinha, desde o ato de arrancar a raiz até o processamento final. Acompanhamos um dia de D. Isaura, que, juntamente com seu marido, outras mulheres da localidade e dois diaristas, gastaram 14 horas para arrancarem as raízes, conduzirem no lombo de um animal, descascarem e processarem a farinha. A participação principal das mulheres foi no arranque, na raspagem, e na colocação das raízes no motor. Tradicionalmente, a raspagem é feita por elas. Os dados também revelam que a farinha tem um peso significativo na renda das famílias. Das famílias pesquisadas, nos assentamentos Cajueiro I, Cajueiro II e Fortaleza, onde a produção da farinha é intensiva, 88% produzem a farinha para o consumo e comercialização, enquanto que 22% o fazem somente para o consumo. Desse processo participam 78% das mulheres.

Depois de processada, a farinha é vendida na feira ou no portão da fazenda. A média de venda é de 3 sacos de farinha semanais por família. Na época da pesquisa, cada saco era vendido por R$20,00, perfazendo, portanto, um total de R$60,00 reais por semana e R$240,00 por mês. Apesar de uma participação ativa na renda obtida pela venda da farinha, conforme mencionado acima, a principal contribuição das mulheres é na confecção e venda dos beijús. Estes são confeccionados a partir de um subproduto da mandioca que é a goma. É uma tarefa árdua que requer muitas horas de trabalho. Observamos várias mulheres, mas registramos a labuta de duas delas, as quais, acompanhamos desde a raspagem da mandioca até o produto final. Estas confeccionaram 310 beijús o que requereu um dia e meio de trabalho em todo o processo (Maia; Cruz, 2000).

Os beijús são vendidos na feira a R$1,00 cada saco, na época da pesquisa. Os dados mostram que cada mulher vende uma média de 30 sacos por semana, auferindo um rendimento médio bruto de R$30,00 semanais ou R$97,20 por mês, após deduzir os custos de produção. Existem as exceções apontadas pelos dados: uma mulher vendendo 90 sacos por dia e outra 70 sacos por semana.

Cabe agora, e já tendo esmiuçado as inúmeras atividades produtivas femininas, demonstrar qual a proporção que a renda dessas mulheres apresenta sobre a renda monetária da família. Na Tabela 7, está demonstrada a renda mensal monetária das trabalhadoras rurais pesquisadas.

TABELA 7 - RENDA MONETÁRIA DAS MULHERES ASSENTADAS

SEM RENDA	ATÉ R$ 50,00	ENTRE R$ 50,00 A R$ 100,00	ENTRE R$ 100,00 A R$ 200,00	ENTRE R$ 200,00 A R$ 300,00	ENTRE R$ 300,00 A R$ 400,00	ACIMA DE R$ 500,00	TOTAL
04	03	15	11	05	03	-	**41**
9,8%	7,3%	36,6%	27%	12%	7,3%	-	**100%**

Para o conjunto das 41 mulheres, a renda média mensal encontrada foi de R$ 143,69, aproximadamente 80% do salário mínimo da época. Sendo assim, como a renda média mensal das famílias pesquisadas é de R$ 339,00, vemos então que a proporção média da contribuição feminina na renda familiar é de aproximadamente 43.6%, ou seja, elas participam com quase a metade da renda média mensal monetária, ficando o restante distribuído entre os demais membros da família.

Continuando a análise da Tabela 7, podemos constatar que somente 9,8% das mulheres não têm renda monetária; 7,3% têm uma renda mensal inferior a ½ salário mínimo; 36,6% apresenta uma renda de aproximadamente ½ salário mínimo; 27% de 1 salário mínimo; 12% de 1,6 salários mínimos e 7,3% de 2 ou mais salários mínimos. Finalmente, a proporção da renda das trabalhadoras assentadas na renda familiar pode ser visualizado na Tabela 8.

TABELA 8 – PROPORÇÃO DA RENDA DAS MULHERES SOBRE A RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR / PARTICIPAÇÃO DA MULHER	SEM RENDA	ATÉ R$ 50,00	ENTRE R$ 50,00 A R$ 100,00	ENTRE R$ 100,00 A R$ 200,00	ENTRE R$ 200,00 A R$ 300,00	ENTRE R$ 300,00 A R$ 400,00	ACIMA DE R$ 500,00	TOTAL
Sem renda	01	01	-	01	01	-	-	04
Até 20%	-	01	-	-	-	-	-	01
21% - 30%	-	-	01	-	-	-	-	01
31% - 40%	-	01	03	-	01	-	-	05
41% - 50%	-	-	05	03	03	01	-	12
51% - 60%	-	-	05	01	01	-	-	07
61% - 70%	-	-	02	01	-	01	01	05
71% - 80%	-	-	-	02	01	-	01	04
81% - 90%	-	-	-	01	-	-	-	01
+ 91%	-	-	-	-	-	01	-	01

É importante salientar que se trata da renda monetária, na qual não estão contabilizados a produção de subsistência e de outros alimentos – farinha, hortigranjeiros – assim como moradia, que constituem o indicador de bem-estar e qualidade de vida no meio rural. Além disso, não estão incluídas as horas trabalhadas não remuneradas, indicadas na Tabela 9. Todos estes dados encontram-se agregados na Tabela 1.

Tabela 9 – Distribuição sas Atividades Domésticas Por Sexo (%)

Atividade / Sexo	Preparação do Café da Manhã	Arrumação da Casa	Cuidado com os Filhos	Cozinhar (Almoço, Jantar, etc)	Lavar Roupa	Carregar Lenha	Carregar Água
Mulher	95	97.5	97.5	97.5	100	29	70
Homem	5	2.5	2.5	2.5	-	71	30

É significativa, portanto, a proporção que a renda média feminina tem sobre a renda familiar como um todo, mostrando a importância da execução de suas inúmeras atividades e, principalmente, a importância do trabalho dessas trabalhadoras rurais assentadas, que com muita determinação, criatividade e persistência mantêm a família, juntamente com os maridos, e asseguram melhores condições de vida aos filhos.

Ainda com relação à renda não monetária, como mencionamos acima, esta é também de suma importância no cômputo da renda como um todo, sobretudo quando se trata das atividades domésticas e outras complementares realizadas pela mulher. Nas atividades domésticas ela desenvolve as tarefas da casa – cozinhar, cuidar dos filhos, lavar roupa, limpar a casa – e as de fora da casa – carregar água, catar lenha e cuidar dos animais pequenos. A Tabela 9 aponta para a distribuição das atividades domésticas por sexo, comprovando a predominância da mulher nos trabalhos domésticos.

No caso dos assentamentos estudados, faz parte também da renda não monetária a conservação do meio ambiente, liderada pelas mulheres. Nesta atividade, elas buscam conscientizar companheiros e filhos para evitarem queimadas e desmatamento. Geralmente, devido à posição do homem na família, disse uma das mulheres entrevistadas:

> "Ele acredita que tem a palavra final e muitos acham que para plantar é necessário queimar e derrubar árvores, mas aos pouco vamos mostrando a eles que fazendo isto estão prejudicando seu futuro e o de seus filhos".

Outras práticas agroecológicas ensinada às mulheres pela ONG Jupará[2] e transmitidas por estas às suas famílias são: construção de faixa de retenção em curva de nível, assim como o preparo de adubo orgânico e caldas biológicas para a recuperação do solo. Além disto, cultivo e uso de plantas medicinais são práticas também utilizadas pelas mulheres. Na época da pesquisa, tivemos oportunidade de observar tanto o uso dessas práticas quanto a recusa de alguns assentados em aceitá-las. Vimos, por exemplo, o uso de adubo químico, assim como algumas queimadas. Mas vimos, também, a conservação das nascentes e manutenção das matas ciliares.

Os quatro assentamentos estão voltados para a utilização dessas práticas, sendo que as mulheres gastam uma média de 01 hora semanal para realizá-las. Conservação do meio ambiente é um dos objetivos das famílias assentadas, e dela as mulheres não se afastam.

Considerações Finais

Como resultado deste estudo de caso, constatamos que, diferentemente do que se supõe e é apresentado por vários autores que estudam a pequena produção, as mulheres nos assentamentos pesquisados não são apenas ajudantes dos maridos. Elas têm uma participação ativa, tanto no processo de produção quanto no de comercialização dos produtos. Os dados revelam que elas são responsáveis por 43.6% da renda líquida familiar, evidenciando, desta forma, a importância das atividades desenvolvidas por essas trabalhadoras rurais assentadas para a unidade doméstica.

Sua contribuição é também importante na renda de autoconsumo ou não monetária, que envolve os trabalhos domésticos, o cuidado com os filhos, a conservação do meio ambiente e, sobretudo, a produção para a subsistência. Ao realizarem estas tarefas, elas estão contribuindo de forma decisiva para a reprodução social do grupo doméstico, assim como para a preservação ambiental no espaço em que vivem. Neste sentido, estão sempre procurando conscientizar os membros do grupo, principalmente seus maridos e filhos, como declara Nice (Cajueiro I): “preservar é conservar para o futuro.”

Esta constatação contribui para tirar a mulher da invisibilidade social, apesar de aquelas que não estão engajadas no MMTR e seus respectivos maridos ainda identificarem o trabalho feminino como ajuda, fato que está diretamente relacionado com a cultura patriarcal da sociedade rural. Daí a preocupação constante do MMTR, de que é necessário romper com a “[...] estrutura de dominação/subordinação, reproduzida pela transmissão dos modelos de gênero ao longo

das gerações." (RUA; ABROMOVAY, 2000, p.285). O trabalho do Movimento tem sido voltado para a conscientização da mulher no que diz respeito às relações de gênero, ao autoconhecimento de seu corpo, ao acesso à educação, à luta pela cidadania e melhores condições de vida para elas e suas famílias.

Entretanto, nem este trabalho nem a participação significativa da mulher na renda familiar são, ainda, decisivos para a superação das assimetrias de gênero, como evidenciam os dados apresentados neste estudo sobre a divisão sexual do trabalho nas tarefas domésticas. Estas continuam a ser majoritariamente realizadas pelas mulheres. O acesso à terra é outro fator que comprova a assimetria. Geralmente, quem recebe o título é o homem, porque a mulher tem direito a recebê-lo, mas nem sempre é cadastrada, por não ter sua documentação pessoal regularizada. Por esta razão, e, sobretudo, por uma questão de cidadania, é que o MMTR nacional vem, há quase cinco anos, liderando uma campanha de reivindicação de documentação para as trabalhadoras rurais.

Mas, a conquista das trabalhadoras rurais em outros espaços, sobretudo no público, está sendo construída, para que alcancem o lugar na sociedade que lhes pertence por direito. No assentamento *Brasil em Luta*, por exemplo, a Associação vem sendo presidida por uma mulher que é, ao mesmo tempo, coordenadora do MMTR local. Já a coordenadora regional do MMTR, assentada em Cajueiro I, participou, dentre outros eventos em Brasília, de reuniões onde discutiu com os diretores do Wide World Foundation (WWF) financiamento para projetos dos assentamentos. Como ela declarou: "Antes a mulher não tinha direito de participar em nada, hoje nas Assembléias ela tem voz e voto".

Entretanto, todas estas questões aqui tratadas têm que ser melhor percebidas e intensamente trabalhadas pelas próprias mulheres, para que possam definir que estratégias devem ser usadas para mudar as relações de gênero, e, desta forma, contribuírem decisivamente para a construção de um novo papel da mulher rural, reivindicando políticas públicas voltadas para a sua realidade.

NOTAS

[1] Vassora de bruxa - de nome *Crinipellis Perniciosa*, foi descoberta na região sul da Bahia, em março de 1989, nos Municípios de Camacã e Uruçuca e em seguida em Ilhéus, segundo registros publicados nos jornais da região cacaueira, confirmados posteriormente pela CEPLAC.

[2] ONG Jupará – Uma Organização Não Governamental que tem como objetivo promover, através da educação ambiental, o manejo sustentável dos recursos naturais, fortalecer os mecanismos de participação e inclusão social e contribuir para a viabilidade econômica das comunidades camponesas da região cacaueira da Bahia (INFORMATIVO, 1998).

Referências

CASTRO, M. H. M. A Mensuração da renda nos assentamentos rurais: contribuição ao debate. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CASTRO, N. GUIMARÃES. I. A divisão sexual do trabalho: produção e reprodução. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 13, jun./dez. 1990.

CUNHA, A.D.C. Relações de gênero na agricultura familiar: A produção frutícola no perímetro irrigado de São Gonçalo - PB. In: BARROS, H.; NOVAES, A. M. (Org.). **Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do nordeste.** Recife, PE: Imprensa Universitária da UFRP, 1999. p. 483-516.

EIGENHEER, S.C.F. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do Alto Jequitinhonha. In: ROSEMBERG, Fúlvia; BRUSCHINI, M. Cristina. (Orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.135-162.

GARCIA JR. A. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos da reforma agrária no Brasil (1985-1989). Comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.87-98.

HERÉDIA, B; GARCIA, M.F; GARCIA JR. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

INFOMATIVO Jupará. Ano I, n. 02, mar. 1998.

KANDIYOTI, Deniz. **La mujer em los sistemas de producción rural**: problemas y políticas. Barcelona, Espanha: Serbal/UNESCO, 1986. 142p.

MAIA, S.M.R. **Os assentamentos da região cacaueira da Bahia:** notas preliminares. Trabalho apresentado à 22ª Reunião Brasileira de Antropologia no Fórum 17 Ocupação de Terra: Antropologia de uma Saga Brasileira, Brasília, 15-19 julho, 2000.

_____; CRUZ, S.U. Gênero, agricultura familiar e meio ambiente. In: MOTTA, A.; SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas.** Salvador: NEIM/UFBA, 2000. p. 299-312.

MARTINEZ-ALIER, V. As mulheres do caminhão de turma. **Debate e Crítica,** São Paulo, ano III, n. 4, v. 5, 1995.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

PALMEIRA, M. Apresentação. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.7-9.

PAULILO, M. I. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 5, n.4, 28 jan./fev. 1987.

RELATÓRIO Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Cascata – UFBA/FFCH/CRH/IGEO – FAPEX. Município de Aurelino Leal. Salvador, maio 2000.

ROMEIRO, A R. Renda e emprego: A viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (Orgs.). **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 75-86.

RUA, M. G; ABROMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"? :** as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

VIANA, N. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. **Estudo Negócios,** Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, v. 27, p. 509-537, jul./set. 2000.

WOORTMANN, Ellen F. **Família, mulher e meio ambiente no seringal.** In: _____. Além dos territórios. São Paulo: Mercado de Letras, 1990.

VIÚVAS ALEGRES:
UMA NOVA/VELHA GERAÇÃO[1]

Alda Britto da Motta

"Enxada, limpando cana, amarrando mula, não tinha coisa que eu não fizesse na minha roça, trabalhando. Trabalhei tanto que hoje estou cansada. Agora, o governo nada manda para mim [...] o canavial era da usina, mas a roça era minha. Na usina eu enchia vazão e limpava cana."
"Quando enviuvei fiquei chorando dentro de casa até o dia de sair para trabalhar. *Quando trabalhei, esqueci*; agora já não lembro mais não, já estou velha."
(Etelvina, 124 anos)

INTRODUÇÃO

A idéia de analisar a viuvez me veio ao longo das pesquisas que venho realizando com idosos, nos últimos anos, ao ter a exata dimensão de gênero daquele fenômeno – ao não apenas perceber mais precisamente as enormes diferenças com que a situação é vivida por homens e por mulheres, como também pelo frequentemente declarado senso de liberdade e até de certo alívio, de muitas das viúvas maduras e velhas. E por outro lado, o desalento e/ou recasamento rápido dos homens.

Embora tenha, paralelamente, encontrado viúvas parecendo inconsoláveis, no declararem não apenas saudades ou dificuldades sociais, como também lealdades e estranha fidelidade aos falecidos (Britto da Motta, 2002), uma boa parte delas parecia ter encarnado, afinal, a quase mítica "viúva alegre". Principalmente as idosas "jovens".

Ao mesmo tempo, minha memória resgatava, comparando-as a essas da pesquisa, as misteriosas viúvas da minha infância, severas e discriminadas em suas vestes escuras e "chorões"[2].

Não realizei pesquisa específica sobre viuvez, mas sim, sobre modos de vida de idosos. Nelas, entretanto, busquei uma série de informações alusivas a essa condição (muito comum às mulheres nessa faixa de idade), que me deram subsídio para escrever um primeiro texto sobre o tema, levado à Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de junho último. Nele, deixava escapar o antigo fascínio juvenil e o estranhamento com os mistérios da viuvez e do luto, sem, entretanto, ter chegado ao particularismo da minha experiência, revelando fatos como o escândalo que produzi na família, começo da adolescência, ao recusar-me a usar luto por um parente próximo e querido, porque (observação "antropológica" às avessas) "não tinha sentido".

Ainda nesse artigo, lamentava a extrema escassez ou ausência de trabalhos sobre viuvez no Brasil. Imediatamente depois, iria ter acesso aos substanciais trabalhos de Johannes Doll (1999 e 2002) – este lançado na mesma semana em que estávamos na ABA – e ao promissor projeto de Dissertação de Tânia Falcão, na Pós-Graduação em Antropologia da UFPe.

Menos só, prossigo acompanhando viúvas – e agora, também, viúvos, para completar o infugível enfoque de gênero – com mais algumas reflexões e dados da fase mais recente da minha pesquisa sobre os mais velhos[3].

Viuvez, Fato Socialmente (en)Gendrado

Falar-se em viuvez remete, sempre e de imediato, às mulheres – como se homens não ficassem viúvos, também. Atribui-se, comumente, essa prevalência feminina da remissão, ao fato – que é, na verdade, relativamente recente – da maior longevidade das mulheres e, portanto, de sua maior presença ou, ainda, à circunstância, uso cultural, de que sua idade ao casar costuma ser menor que a dos homens. Entretanto, mesmo anteriormente, quando a esperança de vida dos homens era maior que a das mulheres, o peso social da viuvez sempre pendeu para o lado destas, em obrigações, cerceamentos e rituais não raro cruéis, uma atenção que demonstra que as causas dessa prevalência são, pelo menos em parte, também outras.

Na realidade, esta é, antes de tudo, como referido, uma questão específica de gênero. Viuvez é fato feminino porque significando, primordialmente, a quebra da aliança social fundamental, o desfazer do "equilíbrio" do casal, ao deixar a mulher sozinha sempre significou, historicamente, originar um "perigo". A mulher sempre foi vigiada, normatizada, dirigida – principalmente durante o seu período reprodutivo; viúva, pior, é peça solta, remanescente daquele importante pacto social interrompido, deixada (ou demasiadamente encontrada) sem o seu garante, protetor, provedor, chefe... Um peso social, um certo contra-senso.

Por outro lado, a mulher viúva frequentemente, na História, precisou e tentou, para a sua sobrevivência e a dos filhos, assumir atividades e ocupações novas ou "herdadas" do marido, às vezes nos negócios de família, que fugiam completamente às prescrições tradicionais de divisão sexual de trabalho, que sempre jungiu as mulheres à esfera privada e a submeteu à dominação masculina[4]. Uma reação da sociedade ou da comunidade, em tempos não apenas pregressos, significava, também, um meio de se eximir da responsabilidade pela condução ou sustento do núcleo familial rompido. Assim como maneira de recompor o "equilíbrio" da divisão sexual de trabalho e de poder. E se em várias circunstâncias históricas e culturais muitas mulheres conseguiram vencer resistências e ter algum poder social (veja-se, por exemplo, Meillassoux (1977); Freyre (1975); Lins de Barros (1981, p. 51/52)) muitas outras foram intensa e extensamente tolhidas, sufocadas e até mortas, apenas pelo fato, social, de serem viúvas.

E esta não se constitui em remissão ao passado, porque guarda referência também ao presente: o obscurantismo ainda coexiste com os modos recentes de vida das mulheres informadas pelo feminismo e pelos programas para a "terceira idade". Um exemplo, extremo disso, é a queima ritual das viúvas na Índia, que nos parecia um fato cultural meio inacreditável de tempos "atrasados" do passado, tempos que pareciam ter desaparecido, se esfumado junto com o desuso dos "chorões", do par de alianças no dedo da viúva e de outras expressões tradicionais do luto.

Mas não exatamente. Ou não em todos os momentos culturais e lugares. Se a maior parte dos símbolos e rituais de luto desapareceu – para desproteção comunitária (DOLL, 2002) ou para alívio contemporâneo de muitos (PONDÉ DE SENA, 2000) – na atual cultura citadina, atendendo a novos valores e, inclusive, às necessidades produtivas de rápido retorno à circulação, do capitalismo[5] (DOLL, 2002; ELIAS, 1987; KOURY 2002), vestígios ou traços de antigos preceitos e preconceitos no que se refere às viúvas permanecem; seja nas gozações do imaginário popular[6], seja na persistência de práticas inimagináveis, como a imolação ritual(sati) de viúvas, a exemplo do caso ainda recentemente reportado por Kanchan Mathur (2000, p. 303), em Rajasthan, Ìndia:

> Roop Kanwar, an 18-year old Rajput girl [...] was forced to immolate herself on the funeral pyre of her husband on September 4, 1987. The incident shocked women's groups in Rajasthan and throughout the country, because a living Roop Kanwar was set on fire in broad daylight, in the presence of thousands of people, without a single protest being voiced.

Trata-se de um caso extremo, mas que ao mesmo tempo demonstra quão longe e amplo a dimensão de gênero pode atingir, até ao ponto da institucionalização, atravessando séculos. É também a conclusão de Mathur (2000, p.304), a propósito desse velho "ato sagrado": "[...] It was not a case of individual or familial violence but a case of institutionalised violence, commited with the sympathetic support of a whole community as well as the district administration [...]"

Aos homens viúvos nada aconteceu, jamais. Nenhuma preocupação ou sanção social, nenhum problema que ultrapassasse a subjetividade individual.

A não ser quando ficam muito velhos e, sem a companhia ou apoio da mulher, vão morar (ou recebem em casa) os filhos ou outros parentes próximos; e, nada raro, experimentam, aí pela primeira vez, uma posição de subordinação na família (BRITTO DA MOTTA 2002). Mas esta é uma questão primordialmente da dimensão de idade/geração, problema na velhice, e só residualmente de gênero, ou viuvez como situação social

Doll (2002), traçando uma perspectiva histórica dos usos e concepções sobre luto & viuvez, e remetendo ao trabalho de Cavallo e Warner (1999), acentua:

> [...] os homens não são destacados, como se fossem, de certa forma, invisíveis. A explicação para essa ausência nas reflexões e regulamentos da época a respeito da viuvez, é que o homem viúvo não era considerado um problema para a sociedade. Como viúvos, eles continuavam a sua vida da mesma forma como antes, mantendo as suas atividades profissionais e sociais, sua propriedade, seu status social [...]

Os homens da atualidade, visível minoria enquanto viúvos, continuam intocados em seu *status*, não raro até prestigiados como possíveis casadoiros. A não ser pelo referido desprestígio social dos muito mais velhos, têm contra si apenas uma passageira desvalia doméstica (BRITTO DA MOTTA, 2002) que, levando-os a recorrerem aos saberes e ajudas das mulheres disponíveis, até lhes pode servir de oportunidade para encontros novos e, talvez, auspiciosos, afetivamente. O recasamento, mesmo entre os idosos "jovens", costuma ser rápido, como é sabido.

Os muito velhos é que têm, realmente, dificuldades. Guardam uma espécie de *status* subjetivo, por exemplo: quase nunca admitem, pelo menos na entrevista, outra posição que não a de chefe de família, mas parecem regular muito pouco da própria vida. Por exemplo Sr. Paulo[7], 88 anos, R$1.600,00 de renda mensal, tem 5 pessoas da família em casa. Revela:

> “As despesas, quem paga é a minha neta, que eu criei quase como filha [...] eu passei tudo para ela, mas o dinheiro vem dos meus ordenados. Mas é ela quem resolve tudo.”

Sr. Higino, 91 anos, tem em casa a filha casada, o genro e 2 netas. Disposto, falante, tocando um instrumento musical, vive um excesso de “cuidados” por parte da filha para sair, e de restrições para receber algumas visitas. Declara que divide as despesas da casa com o genro, embora tenha só um salário mínimo de renda. Gostaria de ter uma companheira. Desabafa:

> “Me sinto só demais, demais, me sinto só, me sinto e não me conformo de estar só, acredite.”

Em outro momento:

> “Se eu não tivesse minha filha, eu tinha uma mulher.” “Eu me sinto arrasado, triste, porque a mulher é a melhor coisa do mundo.”

Aliás, é importante lembrar-se que também situações diferenciadas de classe social têm ensejado, evidentemente, formas distintas de reagir ou viver a viuvez. É o caso de D. Marieta, viúva de 81 anos, que demonstra, a exemplo de outras mulheres de classe média, as dificuldades de uma geração que era preparada apenas para a vida privada, quando subitamente se encontravam sós e tinham que atuar no espaço público:

> “Quando a gente é muito dependente do marido, não é muito fácil, não. É o meu caso. A falta é grande. Eu sem ter hábito de nada, pela minha criação, vivia no meio de minha família e depois que me casei continuei no mesmo ritmo. Não tinha outro movimento a não ser o de mãe de família.”

Já a experiência de D. Ana, ex-empregada doméstica e depois pensionista, ao contrário de D. Marieta, foi de autonomia:

> “Dez anos que eu estou sem ele, mas não faz diferença nenhuma, porque eu já labutava minha vida sozinha. Tinha ele, mas pra mim era indiferente, eu trabalhava.”

Evidencia-se, então, como a aparente universalidade da situação de viuvez, originada, em toda parte, do mesmo fato fundador, a morte do cônjuge, é, ao mesmo tempo, vivenciada de forma diferenciada segundo a situação de classe e de gênero – entre outras inserções sociais – dos indivíduos.

A vivência da viuvez, principalmente para as mulheres, é plena de passagens críticas, ambivalências e ambiguidades. Principalmente nos primeiros tempos. "Ambiguidade de sentimentos, ambivalência de situação, ... não estar mais, e de algum modo estar casada ainda. Situação que foi magnificamente representada pela prescrição tradicional de seguir carregando a aliança do morto (BRITTO DA MOTTA, 2002). Apesar da experiência contemporânea de viuvez estar se dando de forma mais individualizada, como um processo adstrito à crescente desritualização e à privatização da morte (CARADEC, 2001), muitas dessas ambivalências persistem, porque laços são rompidos e ao mesmo tempo, e em certa medida, permanecem, em variados graus de (des)atamento. Daí a justeza da expressão de Caradec (2001, p.113): "uma separação inacabada." Porque "Le ´moi´ conjugal ne s´éfface pas, mais se trouve redéfini."

É todo um processo de idas e vindas: ficam ou se esvaem relações, bens ou até objetos materiais: a casa com outra planta, os objetos que eram dos dois. Recompõem-se ou redefinem-se as relações: com os filhos, com os parentes do morto, os amigos comuns (dos quais alguns "desaparecem"...) Ao mesmo tempo, ou passado um tempo, se pode talvez exercer novas atividades, construir novas relações, fazer ligações com outros objetos e lugares.

Ficam, ainda, para não poucas mulheres mais velhas, estranhos laços ou remissões afetivo-sexuais, às vezes orgulhosamente declarados, do tipo não namorarem ou não recasarem por "respeito" ou promessa ao morto. Ou, alternativamente, por compromisso a uma difusa mas pressionante moral social tradicionalmente reservada às viúvas. A exemplo de:

> "Fiz uma jura a meu marido de que se ele morresse primeiro do que eu, outro homem eu não queria mais. Fiquei viúva com 40 anos e cumpri a jura."

D. Lili, vigorosa senhora de 86 anos e viúva há várias décadas, foi das que expôs sua trajetória como um troféu:

> "Aqui tem uma criatura (vizinha) que diz que sou um exemplo: não quis saber de casamento, *procedi bem*, criei meus filhos com meu trabalho." (grifo nosso).

D. Neide, 90, viúva há 64, fala de um casamento infeliz, a viuvez com os filhos ainda pequenos e tendo que "dar murro como cavalo com a carga nas costas..." Ainda assim, termina por declarar: "A minha felicidade é que não me debandei, que nunca arranjei outro..."

Essa relação que já não existiria, mas continua, de algum modo, existindo, pode chegar ao ponto da "comunicação". Caradec (2001, p. 116) refere a circunstância em "[...] que le disparu se trouve solicité et qu´um dialogue imaginaire s´instaure avec lui [...]"

Doll (1999) traduz depoimento de viúva idosa em pesquisa de Birgit Stappen (1998, p.210), nesse mesmo sentido:

> No meu pensamento eu converso muitas vezes com meu marido e peço a ele conselho em situações difíceis. Eu imagino o que ele faria em meu lugar. Isso me ajuda de alguma forma, mas eu custo muito a descobrir um sentido em minha solidão. Por que ele teve que morrer e por que e para que fim eu tive que viver mais que ele?

Mas um "filosofar" sobre o que poderia ser o destino, também se direciona para outros caminhos, mais liberalizantes:

> "No princípio a gente chora, mas no fim fui compreendendo [...] podia também ser eu. Talvez se fosse eu, ele pensasse até diferente de mim..." (D. Guida, 82, viúva há 13 anos).

Entre as idosas "jovens", principalmente as de classe média e bom nível de instrução, é que se encontra um maior distanciamento do falecido (ou talvez melhor dito, da condição de casada) – embora haja, também, referências a saudades e desconsolo – com sensação de liberdade, autonomia e até alívio:

> "Marido Don Juan... não tive dramas, nem problemas. Agora eu deveria administrar a casa." (61 anos, viúva há 15).

> "Para mim foi muito bom, porque eu não fui feliz no casamento. Gostei e não vou mentir." (75 anos, 40 de viúva).

> "Tem horas que a gente se sente muito só, mas agora me sinto mais solta. Em dois anos de viuvez já fiz duas viagens ao exterior. Coisa que eu não podia fazer antes..." (68 anos).

Entretanto, o distanciamento ou um certo desligamento afetivo podem ser encontrados, embora minoritariamente, também entre as muito idosas. É o caso, por exemplo, da animada D. Alice, 100 anos e muita vivacidade, viúva há 32:

> "Passo muito bem, tenho uma vida muito boa. Ele era muito bom para mim [...] Mas pra falar a verdade, eu não senti muito a morte dele, não."

São esses os modos inesperados de sentir ou referir a viuvez na velhice, que venho encontrando nas minhas pesquisas e que já me levaram a comentar (1999, p. 151) que revelações como essas não deveriam chegar a surpreender,

dadas as características do casamento tradicional e suas relações de poder, com a subordinação explícita da mulher construída ou continuada nele. Em que mesmo relações que se iniciaram como amorosas pudessem ir-se transformando, na vivência e desgaste cotidianos, em desconfortáveis ou até sofridas, a ponto de seu término produzir alguma liberação ou até alívio. Ou então, deixarem as mulheres prisioneiras do círculo doméstico, "casadas", "fiéis" e dependentes até a eternidade, e cegas a possibilidades de mudança.

Em mulheres que falam pouco sobre a viuvez, algumas revelações adicionais vêm pelas respostas à questão "Casaria de novo?" A não admissão de recasamento é quase total, à exceção de duas que chegaram a pensar na possibilidade, mas não ousaram, porque avaliaram que iriam ser criticadas. São, note-se, duas gerações de idosas, vivendo o mesmo dilema, e ainda diante de uma previsível mesma resposta do entorno social. D. Alice, 100 anos, refere-se a um tempo passado, e, ao mesmo, ainda hesita:

> "Pensei, hoje não quero mais, não... Sei lá, hein! Não sei direito se eu quero ou não quero. Só pra companhia..."

> Mas D. Marita, 75, fala com segurança e gravidade: "Seria eu criticada. Mas se eu não fosse criticada, eu queria..."

Os motivos da não aceitação das outras variam em torno de uma concepção dúplice de que casamento é uma experiência a acontecer somente uma vez na vida – seja no caso de felicidade anterior e descrença de encontrarem outro homem tão bom quanto o que tiveram, seja pelo reconhecimento, ainda que tardio, de uma subordinação ou opressão vividas no casamento, que não querem repetir. São principalmente as idosas "jovens" que têm esta segunda postura, mas também algumas das mais idosas. D. Lucila, 80, por exemplo, é taxativa:

> "Não casaria. Porque eu acho que a mulher que casa, ela não é independente, depende sempre do marido pra alguma coisa [...] Não acho bom, não, se eu voltasse atrás eu não casava, eu seria uma solteira independente."

> Também D. Glória, 87: "Não gostaria, de forma alguma. Agora que descobri como é bom estar sozinha, não procuraria outro homem pra me atormentar."

> As mais "jovens" são ainda mais explícitas:

> "Deus me livre! Não quero mais. Eu vejo o espelho dos outros. As pessoas estão viúvas e vivendo numa boa, aí casam de novo para arranjar problemas!" (64 anos).

> "Não me acostumo ninguém mais mandando em mim. Eu sozinha estou melhor." (60 anos).

> "Não gostaria mais, de jeito nenhum. Agora que estou sozinha, vou pra onde quero: quando era casada não tinha liberdade." (68 anos).

Boa parte delas, entretanto, admite a possibilidade, ou o sonho, de namorar, "curtir", "se divertir junto", porém *jamais* de casar novamente.

É uma geração relativamente jovem diante da crescente longevidade atual: "passando a vida a limpo", afirmando que "chegou o tempo de pensar também em mim", e não exclusivamente na família, podendo aspirar a uma liberdade que suas mães nem pensariam – uma comparação que sempre fazem – podendo aproveitar o tempo para vivenciar os novos modos de ser velho (Britto da Motta, 1998) e também de ser viúva – em que a sociedade se direcionou no sentido de "aliviar" o luto das viúvas e, portanto, facultar a que elas sintam-se, realmente, mais livres[8].

Entre as mais velhas – na pesquisa com idades entre 80 e 124 anos – são raras as que se reportam, mesmo quando diretamente perguntadas, aos primeiros anos de viuvez, perdidos no tempo ou em interesse imediato. Seus relatos – e, portanto, interesse – referem-se principalmente ao parentesco consangüíneo, aos pais e irmãos, no passado, viagens no tempo das quais os maridos participaram e saíram "no meio do caminho". O que as toca, hoje, é a descendência, filhos e netos, com quem freqüentemente vivem. Além de uma novíssima geração na família – nova na idade e como presença na sociedade contemporânea – de bisnetos de todas as idades, e alguns trinetos.

D. Valdomira, 83 anos e 18 de viuvez, ilustra bem essa passagem fugaz do marido, respondendo a "Como é ser viúva?"

> "É ter a lembrança de quem já se foi... Nunca me esqueço dele. Mas nada mudou, não, continuo alegre como sempre fui."

D. Valdomira ilustra também um pouco da situação atual dos mais idosos na família, ao relatar que a casa onde mora é sua, "construí sem ajuda", mas tem com ela uma das filhas e a neta "abusada" de quem gostaria de poder se livrar, desejando para ela um casamento...

Exemplo menos comum de autonomia e muita energia, é o de D. Maria Altina, 84, viúva há 22 anos. Mora sozinha e narra:

> "Depois que fiquei viúva fui cuidar das coisas. Vi que não podia viajar sozinha, peguei, chamei um agrônomo, um agrimensor, medi a fazenda [...] tinha sete filhos, dividi tudo. Chamei os filhos, tá aqui, tira aí a sorte, cada qual meteu a mão, tá aqui seu pedaço de terra. Dei tudo, só tenho esta casa. Eu disse: fico com minha casa porque eu não vou morar na casa de ninguém, fico na minha porque eu não quero acordar de manhã

e ver bico torcido, nem de filho, nem de filha, nem de genro, nem de nora. Na minha casa eu recebo quem eu quero, como quero e quando quero e vivo às minhas custas. Nada de morar na casa de filho, só se for castigo, eu digo, se não der, eu tô doida pra morar num abrigo, eu já não posso mais ter casa, a gente não acha quem sirva, mas eles não querem, mas eu disse que enquanto eu estiver me mexendo..."

E arremata, quanto ao cotidiano:

"Eu que governo minha semana, eu que governo minha vida, resolvo meus problemas, sou eu, não dependo de filho nenhum, graças a Deus. Agora, porque não posso sair [tem artrose, mas movimenta-se sozinha em casa] peço a um para fazer as compras para mim, mas com meus recursos próprios, não ocupo nenhum deles."

Desmentindo o estereótipo de que os velhos vivem do (e no) passado, fincaram-se no presente, essas viúvas; e em dois pontos principais de referência ou definições do seu cotidiano: 1) passaram a ter aquela experiência apreciadíssima de liberdade e a se divertir: passeios, festas, danças, novas amizades, até namoro – são, principalmente, as idosas "jovens", até os setenta e poucos anos. 2) vivem, hoje, "muito bem", declaram, entre carinhos e cuidados (ou, às escondidas, queixosas), com os filhos – sempre as mais velhas. Refazem o "ninho" – porém, como veremos, em outras bases. Algumas gostam ou precisam morar sozinhas, mas a referência central de vida é, ainda quando negativa, a família.

Poderia, talvez, sumariar essas situações alternativas a partir de outro ângulo: ter "saído de casa", ou da família como fonte única das suas relações sociais, para o cenário público de sociabilidade geracional e liberdade de movimentos nunca antes experimentadas (Jelin, 1994; Britto da Motta, 1999). Ou, alternativamente, ter reforçado uma construção de núcleo familiar geralmente satisfatória, e idealizada, de mães e filhos, podendo incluir aquelas outras gerações, onde as idosas ocupariam uma posição que julgam central, com declarações não raras do tipo "eu sou a matriarca", ou "são tão ligados em mim, que eu não sei como vai ser quando eu morrer!". Ao mesmo tempo, em alguns momentos deixando escapar, alternativa ou contraditoriamente – vezes com humor, outras como desabafo – a existência de certas trocas de papéis:

"Agora eu sou a filha..." (83 anos).

"O chefe da família hoje é meu filho, que mora aqui comigo." (84 anos).

"Eu me considero a chefe da família, mas hoje quem comanda tudo é minha filha Leonor." (77 anos).

Refletindo sobre esse pouco desvendado "aninhamento" dos mais velhos – sem esquecer o quanto é também ensejado por questões estruturais, como

o estímulo do Estado a uma quase obrigatória solidariedade entre as gerações, e a precariedade do emprego – reencontro um antes analisado (Britto da Motta, 1998) protecionismo imobilizador por parte dos filhos (às vezes também de netos) sobre os "meus velhos". Para muitos, fruto de afetividade pura, mas que se estende em cuidados por vezes exagerados e, portanto, ao final, cerceadores. Também alternativas nada raras de exploração dos recursos dos velhos, principalmente das velhas viúvas: morar juntos ou "cuidado" ou "preocupação com a saúde" destas, freqüentemente significando ter o governo da casa e da aposentadoria ou pensão da viúva.

Peixoto (1997, p.150) encontrou esse tipo de situação de modo muito nítido em relação ao uso da casa, estendido em ingerência sobre a vida privada das idosas:

> [...] são os filhos quem decide sobre o destino da mãe, principalmente quando ela é proprietária do imóvel onde mora. Das duas uma: ou ela vai morar em casa do filho(a), liberando o imóvel para venda ou aluguel e os filhos se beneficiam do produto da negociação, ou um dos filhos vem morar com ela, deixando de pagar aluguel.

Este é também um ponto fundamental de diferença entre as idosas mais jovens e as velhas/velhas. Menos escolarizadas e informadas, com um passado de acesso restrito (ditado pela família) ao mercado de trabalho, fisicamente mais frágeis, as muito velhas, contentes, conformadas ou desanimadas sofrem uma espécie de asfixia afetiva dos filhos e netos, que lhes retira a possibilidade de acesso a uma liberdade que não chegaram a conquistar, porque ainda não era possível "no seu tempo". Mas que se tornou viável no "tempo" das mais jovens.

Ora, repare-se que as alternativas de reação à viuvez, antes de tudo à ausência do marido, são subjetivamente semelhantes entre as mulheres dos dois grupos de idade, o tipo de resposta variando de acordo com as relações que antes haviam constituído. A diferença flagrante entre elas refere-se aos modos de vida de cada uma hoje, isto é, às possibilidades objetivas ensejadas pelo meio social a cada situação de idade/geração. É aquele caso do serem contemporâneas, mas com vivências e respostas ou soluções ora semelhantes, ora bem diferentes ao mesmo acontecimento.

Conclusões

Tentei traçar uma certa continuidade entre os tempos severos "de antigamente", (mas não apenas) de vigilância, malevolência e impedimentos às viúvas – social e economicamente – até uma atualidade de rápidas mudanças, em que,

com a pós-revolução feminista, crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e eclosão social da figura da descasada, a pressão social se alivia, e um perfil ao mesmo tempo mais dinâmico e mais suave (conforme a geração das idosas) pode ser delineado.

Aparece uma viuvez nuançada não apenas pela condição de gênero e pela situação de classe, mas também, e fortemente, pela idade/geração, em velhices ao mesmo tempo comuns e diferentes. Há uma "servidão voluntária" de muitas das mais idosas à família e, por outro lado, alternativas entre desconsolo, distanciamento e inesperada frieza com que tem sido encarada a viuvez, principalmente das mais "jovens".

Mas é preciso lembrar-se que na dialética da vida "tudo que dá pra rir dá pra chorar" e vice-versa; todo final de relação, principalmente amorosa, por mais que doa é também uma liber(t)ação.

Por isso, por maiores que ainda sejam os entraves individuais e sociais – preconceito, empobrecimento, reconstrução identitária, e do cotidiano – uma parcela significativa das viúvas idosas, e inclusive das muito velhas, vivendo a nova abertura social em relação aos idosos, é de viúvas alegres.

Alegres, não apenas ou diretamente por terem-se livrado de um marido decepcionante, e sim, da dominação que historicamente recaiu sobre as mulheres casadas – alegres principalmente agora, em um tempo social onde a liberdade de gênero é possível.

Notas

[1] Versão ampliada do trabalho apresentado à X Reunião da REDOR, em Salvador, outubro de 2001.

[2] Véus negros presos aos chapéus, expressão máxima do luto, feminino, na viuvez.

[3] Projeto "Os velhos mais velhos" (CNPq e PIBIC/UFBA). Participaram desta fase as estudantes da FFCH/UFBA Fabiana Negreiros de Santana e Zilmar Averita da Silva.

[4] Evelyne Sullerot (1970) documentou muitas dessas tentativas históricas femininas, frequentemente infrutíferas, ou só alcançadas tardiamente, – em contratempo às ocupações socialmente definidas como masculinas – a ponto de considerar a existência de uma outra História e Sociologia do Trabalho não coincidente com a "oficial", masculina: a que contempla o trabalho das mulheres.

[5] Veja-se a epígrafe.

[6] Veja-se, por exemplo, a figura da "viúva" no Carnaval deste ano (Britto da Motta, 2002, p.2).

[7] Um dos dois únicos viúvos encontrados, entre os 24 entrevistados, com 12 viúvos na fase mais recente da minha pesquisa.

[8] Ao longo de vários textos venho trabalhando a categoria *liberdade*, aplicada principalmente à fase "jovem" dos idosos contemporâneos, assim como as variantes *liberdade de gênero* e *liberdade geracional* (1994, 1999).

Referências

BRITTO DA MOTTA, Alda. Chegando pra idade. Trabalho apresentado à 19ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Niterói, 1994. (Publicado em: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou terceira idade**? (Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a.

_____. Reinventando fases: a família do idoso. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p.13-21, jul./dez. 1998b. Dossiê: Gênero e Família.

_____. **Não tá morto quem peleia**. (A pedagogia inesperada nos grupos de idosos). 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

_____. **Viúvas**: o mistério da ausência. Trabalho apresentado à 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, jun. 2002.

CARADEC, Vincent. **Sociologie de la vieillesse et du vieillissement**. Paris: Nathan, 2001.

CAVALLO, S.; WARNER, L. (Eds.). Widowhood in medieval and early modern Europe. New York: Pearson Education, 1999. Apud DOLL, J. Luto e viuvez na velhice. In: FREITAS, Elizabeth et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2002.

DOLL, J. Viuvez: processos de elaboração e realização. In: PY, Lígia (Org.). **Finitude**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. Luto e viuvez na velhice. In: FREITAS, Elizabeth et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2002.

ELIAS, Norbert. **La soledad de los moribundos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

FALCÃO, Tânia Maria Lago. **Dor sofrimento, dor encantamento**: retratos de vidas (ser viúva em camadas médias pernambucanas). 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

JELIN, Elizabeth. Las famílias en América Latina. **ISIS Internacional** - Famílias Siglo XXI, Santiago do Chile, 1994.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Sofrimento íntimo: individualismo e luto no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção** (RBSE), UFPe, v. 1, n. 1, p. 93-107, abr. 2002. Disponível em: <http://www.rbse.rg3.net>

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. **Testemunho de vida**: um estudo antropológico de mulheres na velhice. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LOPATA, Helena Z. The social involvement of american widows. In: SHANAS, Ethel (ed.). **Aging in Contemporary Society**. Beverly Hills: Sage Publications, 1970.

MATHUR, Kanchan. From private to public. In: KABEER, Naila; SUBRAHMANINAN, Ramya (Eds.). **Institutions, relations and outcomes**. London: Zed Books, 2000.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais**. Lisboa: Afrontamento, 1977.

PEIXOTO, Clarice. Histórias de mais de 60 anos. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFICS/UFRJ, v. 5, n.1, 1997.

PONDÉ DE SENA, Consuelo. Luto antigo. **A Tarde**, Salvador, 6 dez. 2000.

SULLEROT, Evelyne. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

REFAZENDO O RITMO:
Mulheres Velhas Em Ritmo de Festa[1]

Marcia Queiroz de Carvalho Gomes

INTRODUÇÃO

O recente crescimento populacional de idosos em nosso país, e as mudanças de postura dos sujeitos idosos diante de seu envelhecimento deixam transparecer os processos de ruptura e descontinuidade histórica. Estamos vivendo um momento de transição, onde a velhice é deslocada dos "aposentos" em direção à "rua"; da aparente apatia ao frenético movimento; de parcela desprestigiada da população, porque não produtiva/reprodutiva, a alvo de investimento do mercado consumidor; do isolamento/solidão ao agrupamento; de problema familiar e privado a velhice passa a ser questão pública.

A vivência profissional e pessoal, e principalmente a posição etária e geracional que ocupo, me fazem sentir as transformações nos modos de viver o envelhecimento, suscitando questionamentos, os quais só encontrariam eco se confrontados

com as falas e práticas dos sujeitos que experienciam direta e indiretamente este processo de mudança, sejam eles os próprios idosos e suas práticas, como também os gestores e executores das propostas a elas/es – velhos – direcionadas.

O propósito deste trabalho não foi desenvolver um estudo exaustivo sobre a velhice, mas, considerando a complexidade de que se reveste o tema, apenas apreender um fragmento do processo de envelhecimento na atualidade, ou seja, compreender as formas de sociabilidade que se constróem e se vivenciam num grupo de convivência de idosos.

Parti do pressuposto de que a velhice não pode ser estudada como etapa/fase/estágio do curso da vida separada das demais etapas, pois ela, assim como as outras, é construída no processo histórico-social das sociedades ocidentais. Como tal, a velhice resulta de um conjunto de relações que definem e redefinem o seu lugar social no jogo de forças que compõem a vida social.

Tomo como base analítica os conjuntos de relações que compõem as dimensões da vida social definida por Britto da Motta (1999, p. 26):

> A vida social é estruturada em conjuntos de relações que, em interface, ou articuladas dinamicamente, lhe dão sentido (ou ensejam ao analista entrever um sentido) [...] Os mais determinantes desses sistemas de relações são as classes sociais, os gêneros, as idades/gerações e as raças/etnias. Cada conjunto desses constitui-se, então, em uma dimensão básica da vida social – mas nenhum deles, analisado isoladamente, dá conta da sua complexidade.

Proponho, assim, pensar a velhice no contexto da vida social, onde essas categorias relacionais – classe social, gênero, idade/geração[2] –, por expressarem diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças (Britto da Motta, 1999, p. 26), põem e repõem a velhice em diferentes "lugares", no dinâmico processo histórico-social.

Busquei compreender o envelhecimento no decorrer do curso da vida, entendendo este como um caminho, uma trajetória, que tanto diz respeito à vida social (e tudo aquilo que a constitui: estrutura política, relações de trabalho, familiares, e as dimensões nela impressas), quanto à vida do sujeito/grupo objeto da pesquisa, ou seja, as relações que os sujeitos estabelecem com o tempo a partir de suas trajetórias pessoais (que se constituem, também, nas dimensões de classe, idade/geração e gênero).

Este trabalho pretendeu conhecer mais profundamente a dinâmica de um grupo de convivência, organização ainda pouco estudada, se comparado à das Universidades para a Terceira Idade, apesar da grande quantidade de idosos que ele mobiliza, da visibilidade que essa prática tem dado à velhice e, principalmente, pela importante mudança nas representações e vivências do processo de envelhecimento que ele vem proporcionando.

Optei por estudar um grupo que fosse organizado pelo Estado e tivesse a coordenação de um técnico, já que pretendia ouvir as vozes de sujeitos que ocupavam diferentes posições – idosos/clientes, técnicos administrativos e executores do programa/grupo de convivência.

O grupo escolhido, dentre os nove criados pela Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, da Bahia, foi o *Alegria de Viver*, um dos primeiros a serem organizados pelo Estado, tido hoje como um dos mais estruturados e atuantes. A sede dos encontros está localizada num dos maiores bairros populares de Salvador, atendendo, assim, a idosos das classes populares que residem nele e nas proximidades.

O grupo se encontra regularmente, duas vezes por semana, às segundas e quartas-feiras, no turno da tarde, mas não tem horário definido para outras atividades – festas, passeios, caminhadas etc. –, que podem ocorrer a qualquer dia ou horário. Comecei a participar/observar dos encontros e tive oportunidade, no período de março a dezembro de 2000, de estar presente a quase todos os eventos realizados pelo ou para o grupo, o que forneceu um rico material fotográfico e etnográfico.

As observações de campo revelaram que as atividades desenvolvidas no grupo seguem um padrão, ou uma rotina mais ou menos estabelecida. Perceber e procurar entender o significado dessas atividades foi fundamental para pensar como se constitui a sociabilidade no interior do grupo.

Identifiquei três importantes momentos: as práticas corporais, o rito religioso e as festas ou os seus preparativos. Apesar de reconhecer a importância e interrelação de todos eles, as festas pareceram ocupar um lugar mais central, ou de grande significado para o grupo, mostrando-se bastante revelador da sua dinâmica, inclusive porque envolve, muitas vezes, não só o grupo, mas também, parentes, amigos e outros tantos grupos. As festas são momentos em que o grupo se expõe, se diferencia, cria e recria novos modos de viver a velhice.

A Sociabilidade das Festas

As festas representam uma das formas de sociabilidade que ocupa grande parte da vida do(s) grupo(s) de idosos de classes populares (uns mais que outros). O esforço deste estudo foi no sentido de perceber o significado dessas festas, ou melhor, apreender a multiplicidade de aspectos que elas mobilizam e que, em parte, têm sido responsáveis pela transformação, tanto da imagem quanto dos cursos da vida na velhice.

Entretanto, pouca atenção tem sido dada a estas, por parte dos estudiosos do envelhecimento. Também eu levei algum tempo para perceber o sentido ou o significado de tais festas nos cursos de vida dos idosos e a importância desse movimento na configuração atual da velhice. Talvez as nossas diferenças de classe, de idade/geração, o fato de possuir uma formação acadêmica, o excesso de politização, enfim, as nossas diferenças, tenham me impedido de vê-las – as festas – como parte do movimento social vigente, que vem transformando as relações sociais.

Duvignaud (1983, p. 22) aponta ainda a visão funcional, utilitarista e economicista, típicas da modernidade, como obstáculo para compreender-se a festa:

> O grande obstáculo para compreensão da festa, em todos seus aspectos e escalas, havia sido distorcido por uma percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade e evidentemente pelo espírito da rentabilidade que caracteriza o Ocidente industrializado.

O trabalho de campo, a convivência relativamente prolongada (de março a dezembro de 2000) com o grupo, minha participação/observação das festas, além das incursões teóricas em busca da compreensão desta prática, fizeram-me pensar que as questões que envolvem essa forma de sociabilidade, freqüentemente mais visível entre os jovens, escapam às razões puramente objetivas e racionais e, por outro lado, essas práticas não se restringem a eles, ao contrário, abrangem também a geração mais velha.

As rápidas mudanças sociais, a pluralização de estilos de vida, a multiplicidade de valores, a ausência de referenciais identificatórios estáveis ou a possibilidade de múltiplas identificações, característicos do atual momento social, favorecem o surgimento de festas e grupos.

Com relação às festas, Duvignaud (1983, p. 212), mais uma vez, diz: "[...] [as] festas multiplicam-se durante a transição de um sistema para outro, de um conjunto a outro, quando o esvaziamento dos valores de um contexto não permite ainda a visualização das normas que irão vigorar no contexto em organização."

No processo de reconfiguração da vida social contemporânea vemos surgir uma multiplicidade de pequenos grupos, o que nos obriga a pensar nas formas de sociabilidade que se manifestam em tais agrupamentos, em especial os de idosos.

Simmel (1983, p. 168) define sociabilidade como uma "forma lúdica de sociação". Nesta sociação, que pode ser realizada de inúmeras maneiras, "[...] os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses". Todas as formas de sociação, segundo o referido autor, se caracterizam "[...] precisamen-

te, por um sentimento, entre seus membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso".

Maffesoli (1996, p. 96), seguindo a proposta de Simmel, define assim a socia(bi)lidade:

> O termo socialidade [...] para mim, significa que a vida social não poderia se reduzir às simples relações racionais e mecânicas que servem, em geral, para definir as relações sociais. Ele permite integrar na análise parâmetros tais como o sentimento, a emoção, o imaginário, o lúdico.

A sociabilidade pensada a partir desse referencial amplia nossa possibilidade de análise das relações tecidas no interior do grupo e entre os grupos. Permite que vejamos a festa, por exemplo, como espaço propício para partilhar de sentimentos e experiências, sem que isso implique no estabelecimento de objetivos ou projetos comuns.

A vida do grupo *Alegria de Viver* é regida pelas festas e, principalmente, por suas preparações. As festas seguem o calendário tradicional de nossa cultura – dia das mães, Santo Antônio, São João, Natal etc. –, mas incorporam também as inovações trazidas pelo mercado de consumo e pelas agências e agentes da gestão da velhice (Lenoir, 1998) – Dia da Vovó, Concurso Vovó Simpatia, mês/semana/dia do idoso e uma vasta programação de encontros dos grupos da "terceira idade".

As festas são organizadas diretamente pela coordenadora ou por outras instituições que também trabalham com idosos, que agora se reúnem sob o título de Núcleo Interinstitucional de Ação Pró-Idosos - niapi, para fazer uma programação conjunta – setras, sesc, sesi, uati-uneb, entre outras, em Salvador. Desta forma, realizam-se festas "fechadas", apenas para os integrantes do grupo e, na maior parte das vezes, extensivas aos familiares, ou festas onde há a participação de idosos dos outros grupos da cidade e/ou do Estado. No período em que acompanhei o grupo participei de parte do extenso calendário de festas e das suas preparações.

As Festas Realizadas

Neste trabalho, apresento três festas, escolhidas dentre as muitas que se realizaram e que tive a oportunidade de participar/observar, por representarem diferentes momentos de interação dos sujeitos/ grupo.

A primeira festa retrata um evento organizado, em parte, *pelo* grupo e só *para* ele, com a participação de familiares e amigos: Concurso "Vovó Simpatia" do grupo.

A figura central da festa – vovó – põe em evidência, por um lado, a posição geracional da mulher dentro da família e, por outro, fala de uma condição virtual da mulher de mais idade, ou seja, da mulher de uma determinada geração.

Geração, então, toma um duplo sentido; dentro do grupo familiar e como categoria mais ampla, indicando trajetórias de vida, caminhos percorridos coletivamente, neste caso, por mulheres de mais idade. Idade/Geração, deste modo, comporta uma representação social de um lugar no tempo pessoal e também no social.

Nesta festa, o que está em jogo é a posição da mulher no tempo – idade e geração – e o lugar que ela ocupa na estrutura social e familiar. A relação com o tempo, assim, parece determinante no curso da vida individual e social, na medida em que estabelece padrões e condiciona comportamentos que periodicamente são alterados de acordo com as condições e exigências sociais do processo histórico.

Esta festa, fruto da nova gestão da velhice, faz emergir a dimensão temporal da vida da mulher simbolizada através da imagem da avó, condição esperada para mulheres de mais idade. Por outro lado, a alusão à vovó, fazendo parte de um concurso, tão público, mesmo que de simpatia, possibilita a revisão do lugar tradicional dessas mulheres idosas – avós reais ou não – no plano individual, social e familiar.

Refazer imagens da velhice, entretanto, faz parte de um processo social mais amplo, no qual os caminhos do envelhecimento vêm sendo reconstruídos, e as práticas grupais, as festas, desfiles, encontros etc., têm-se mostrado fundamentais nesse percurso.

Nesta festa há uma reelaboração do passado sob a forma de concurso. Ela traz à lembrança não só o passado vivido individualmente, mas também lembra práticas sociais de uma geração.

Para Mannheim ([s.d.], p. 134), geração se refere não a um grupo concreto, mas "[...] essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social". Esta semelhança se dá num tempo/espaço que é individual e ao mesmo tempo social, cultural e histórico.

Pertencer a uma geração do ponto de vista sócio-cultural é ter compartilhado com outros, do seu grupo de idade, um modo peculiar de socialização, de vivência histórica de determinados momentos do processo sócio-cultural. Quem acima dos 60 anos, ou até um pouco abaixo, não se lembra dos tão famosos concursos de beleza? Marta Rocha, Marta Vasconcelos, ícones da beleza feminina?

Sabemos que as mulheres velhas, retratadas, principalmente, na literatura, nos contos clássicos, são identificadas como bruxas, feiticeiras, invejosas, feias e más, e são sempre postas em confronto com mulheres jovens, belas, boas (PAZ, 2000). Assim também, as imagens das avós trazidas nos contos revelam mulheres frágeis, dependentes, solitárias ou doentes. Tais imagens impregnam o imaginário popular e reforçam estereótipos negativos sobre a velhice em geral e, especialmente, a velhice da mulher.

A idéia de velhice e beleza, pelo menos para as mulheres, parece sempre inconciliável. Na velhice da mulher, sai de cena a imagem da mulher de formas perfeitas, corpo sensual ou símbolo sexual, evoca-se a figura da avó. Sem as possibilidades e atributos dessa mulher – real ou idealizada – a imagem da mulher velha é conotada a fragilidade, apatia, dependência etc., típica dos estereótipos das avós.

Na atualidade, entretanto, vai-se tornando possível às mulheres idosas assumirem outro comportamento, darem outro rumo ao curso de suas vidas. O exercício conjunto de novas experiências permite exorcizar antigas representações, fazendo surgir uma nova imagem de mulheres idosas; agora alegres, participativas, dinâmicas, independentes.

Na festa do concurso em questão, elas aparecem, ainda não como simplesmente mulheres, mas sob a imagem carinhosa, afetuosa, simpática da vovó. Transformadas em avós, podemos ver nelas a figura sempre carregada de afeto que trazemos das nossas vivências familiares, agora longe dos antigos estereótipos.

A festa, partilhada com a família – filhos e netos –, torna-se o palco para mostrar as possibilidades de ser ou continuar sendo mulher/mãe/avó e viver a velhice com alegria, disposição e entusiasmo. Desconstróem-se velhas imagens e constróem-se imagens positivas da velhice e da vida, a despeito das adversidades.

A festa abre a possibilidade para novas vivências pessoais e intergeracionais. As relações familiares extrapolam o doméstico e ocupam espaços públicos. As mulheres velhas mostram-se capazes de transformar suas vidas (ou o que a sociedade lhes reservava como destino para mulheres velhas – velhice triste e sem perspectivas) e junto com seus descendentes refazem caminhos e percorrem novos.

Ao percorrerem caminhos novos, nunca antes imaginados, recorrem ao passado, atualizando-o, refazendo o caminho através de práticas conhecidas e vivenciadas coletivamente, com é o caso do concurso. O passado, visto do presente, serve de ponto de apoio, permitindo dar continuidade aos cursos de vida e, ao mesmo tempo, rompendo com a visão negativa da velhice, fazendo do presente um momento para ser vivido com todas as suas possibilidades e projetando um futuro diferente do de suas mães e avós.

A segunda festa, "Encontro de Grupos da Terceira Idade", foi um evento organizado em conjunto por várias instituições, situação em que o grupo pesquisado era apenas um dos muitos convidados a participar da programação feita *para* eles.

O encontro festivo dos grupos de idosos traz mais algumas questões que considero relevantes. Primeiro, trata-se de grupos, como sabemos, predominantemente freqüentados por mulheres – mais de 80%; segundo, trata-se de mulheres idosas de classes populares. A associação destas condições – mulheres, idosas, de classes populares –, revela uma importante dimensão dessa vivência coletiva no curso de suas vidas.

Como mulheres, em geral, não lhes era permitido participar livremente de festas. Como mulheres de classes populares, em grande parte, ou se casavam muito jovens, passando a cuidar dos filhos, conciliando, muitas vezes, com o trabalho fora de casa; ou, ainda garotas, lhes era dada a responsabilidade de cuidar dos irmãos mais novos; quando não, logo cedo eram inseridas no mercado de trabalho (SARDENBERG, 1998; MACÊDO, 1999; LORENZETTO, 1998); em todo caso, sobrava pouco espaço para as festas. Como mulheres idosas, até recentemente não tinham muitas opções de lazer, muito menos a oportunidade de participarem de festas; restava apenas a Igreja como espaço possível.

A festa, como espaço lúdico, entendendo o lúdico como "[...] aquilo que não tem a ver com finalidade, utilidade, 'praticidade', ou com o que se costuma chamar 'realidade'" (MAFFESOLI, 1998, p. 115), permite a liberação e expressão de sentimentos que, como manifestação coletiva, como sentimento compartilhado, agrega e possibilita identificações positivas com o novo estilo de vida que os velhos de hoje vêm construindo.

Nesta festa foram oferecidas várias oficinas – dança de salão, dança circular, hidroginástica e *swing* baiano. Observo que há uma grande adesão à oficina de *swing* baiano, onde é permitido vivenciar coletivamente um "jeito de ser jovem", ou seja, experimentar movimentos corporais sensuais, eróticos, mais típicos dos jovens, que em outro tempo-espaço não seria possível às gerações mais velhas.

O gosto pouco censurado pelas músicas e danças talvez faça parte de um sentimento de "juventude" (hoje vendido como mercadoria), que, atualmente, todos nós somos conduzidos a ter e, provavelmente, ainda habita os corpos dos mais velhos. Exercitar tais sentimentos entre seus iguais, portanto mais livres de censura, já que parece ser um sentimento compartilhado, fortalece os laços afetivos e reforça os referenciais identificatórios. Longe dos olhares dos mais jovens, sentem-se à vontade para explorar as possibilidades do corpo, expressar a alegria, liberar sentimentos.

Esta festa (mas não só esta; ela ilustra e reafirma) leva-nos a pensar que este novo estilo de vida dos mais velhos aproxima as gerações, desfazendo barreiras e, de certo modo, unifica comportamentos em torno da palavra/sentimento mágico "juventude". Ao que parece, juventude vem deixando de representar apenas uma categoria etária, e tem-se tornado, se assim podemos chamar, um objeto de desejo de todas as gerações. Mais que faixa etária, a juventude define um modo de ser contestador das normas sociais estabelecidas, irreverente, livre das amarras sociais, portanto mais espontâneo, alegre, barulhento, festeiro, sem muitas responsabilidades, sem muitos compromissos, ávido pela vida e por lazer. Cada adjetivo desses parece aproximar de fato a geração mais nova da geração mais velha – ou o que se fala ou se projeta para ela.

O comportamento manifesto dos idosos na festa em muito se assemelha ao dos jovens. Chegam em bandos e permanecem neles; cantam e dançam, a grande maioria, as mesmas músicas e reproduzem as mesmas coreografias; trazem nas roupas as marcas das suas "tribos"; seus únicos objetivos são se distrair, compartilhar com outros aquele momento, aquele lugar, aquele ritmo; não têm compromissos de horários ou quaisquer outras obrigações, estão livres para fazerem o que quiserem (longe dos olhares críticos ou da censura, num caso dos mais velhos, no outro dos mais moços).

A festa vista por estes ângulos tem um peso fundamental na construção da nova trajetória da velhice, especialmente porque vivida coletivamente. O estar/junto, partilhar sentimento "é o verdadeiro cimento societal" diz Maffesoli (1998, p. 64), pois, é através desses sentimentos compartilhados que reconfigura-se, não a velhice individual, mas a de uma geração.

Na última festa, o grupo estudado ocupava o lugar de destaque como convidado do "II Encontro Cultural da Terceira Idade", para apresentação de um número preparado *por* eles: "Teatro de Revista".

Os aspectos que mais chamaram a atenção nesta festa, a exemplo de outras da mesma natureza, razão pela qual a escolhi para apresentá-la e discuti-la, diz respeito, basicamente, a duas questões: primeiro, a forma usual das apresentações privilegia o desempenho coletivo, grupal, reforçando o sentimento do "nós", do grupo, enquanto possibilidade de ação e reconhecimento. Segundo, o grupo *Alegria de Viver*, mas não só ele, mais uma vez, lança mão de um número que reconstitui/atualiza práticas do passado que remetem e se apoiam na memória coletiva e, ao mesmo tempo, entrelaçam elementos do presente.

No primeiro caso, para além do momento da festa, levou-me a pensar no surgimento dos grupos de idosos que, a exemplo dos muitos agrupamentos que aparecem nas sociedades contemporâneas, emergem não por acaso, pois os grupos só surgem sob condições sociais muito especificas (Eisenstadt, 1976, p. XI).

Considerações Finais

Na atualidade, não se pode mais ignorar o movimento das associações de aposentados, o potencial político que representam hoje "a maior categoria do país" (Simões, 1998), por um lado, e, por outro, os movimentos e grupos de cunho cultural, artístico, lúdico e pedagógico, representados pelos Grupos de Convivência, as Universidades da Terceira Idade, as Associações de Idosos, os Clubes de Maior ou Melhor Idade.

Ambos os movimentos emergem, na atualidade, impulsionados por um contexto social, ao meu ver, favorável, especialmente se considerarmos as condições especificas com relação à velhice, tais como: o crescente aumento da expectativa de vida e conseqüente aumento do contingente idoso; a urgência em repensar as relações entre trabalhadores da ativa e aposentados e pensionistas, frente à crise da previdência e ao desemprego estrutural; as mudanças na estrutura sócio-econômica e as novas tecnologias de produção que exigem menos trabalhadores e mais consumidores; o esvaziamento dos papéis dos velhos junto à família, na medida em que os cuidados, orientações e conselhos dados por estes às gerações mais jovens, foram substituídos por serviços e instituições especializadas; as mudanças nos papéis dos gêneros, especialmente em relação aos papéis femininos, ampliando suas oportunidades e possibilidades; junto a isso, há um crescente interesse em estudar o processo de envelhecimento nos seus mais diversos aspectos e o incentivo dos especialistas que apontam os benefícios da participação do idoso em grupos, além do ampliado espaço na mídia e a crescente oferta de serviços e bens de consumo que tem como alvo esta população.

Todos estes elementos parecem compor o cenário propício para o surgimento e o fomento de grupos de idosos nas sociedades contemporâneas.

O surgimento de grupos, entretanto, parece ser um fenômeno social ainda mais amplo, que envolve diferentes grupos etários, como vem apontando Maffesoli (1996, 1997, 1998) em seus diversos trabalhos.

O aparecimento de grupos e as novas formas de sociabilidade desenvolvidas nas sociedades contemporâneas, apesar de serem mais visíveis entre os jovens – seja pelo uso freqüente de signos mais radicais de pertencimento, seja porque tradicionalmente despertam mais interesse e preocupações (talvez por representarem o futuro) – não se restringem a esta categoria etária, mas, como uma contaminação, influenciam toda a atmosfera de uma época, constituindo o que Maffesoli (1997) denomina de "ambiência". Este "espírito do tempo" faz com que predomine a cada época determinada moda, no vestir, no trato ou uso do corpo, na linguagem, no pensamento, nos interesses científicos.

Envoltos neste contexto, e premidos pelas condições apontadas acima, é que se originam e proliferam, também, os grupos de idosos, incentivados pelos especialistas na área, reforçados pela mídia e pelo mercado de consumo, pois nada escapa à ambiência de uma época (MAFFESOLI, 1997, p. 133).

Podemos examinar a formação de grupos de idosos sob dois pontos de vista. Primeiro, do ponto de vista da geração – neste caso, de mais idade –, vemos que a constituição de grupos é um fenômeno bastante recente. Como vimos, é só a partir da década de 1980, no Brasil, que se inicia mais formalmente os grupos de idosos, porém, só na década de 1990 este movimento toma corpo, com a propagação de grupos de convivência, universidades da terceira idade e o fortalecimento das associações de aposentados.

Estes agrupamentos de pessoas de mais idade surpreendem pelas transformações que vêm operando na dinâmica social, familiar, política, nos destinos possíveis e na imagem da velhice. Surpreendem, especialmente porque, tradicionalmente, as mudanças sociais são, em geral, atribuídas ou espera-se que sejam promovidas pelo segmento mais jovem. A geração mais velha é (ou era) vista como conservadora, pouco adepta a mudanças, ao contrário da geração mais jovem, sempre vista como contestadora, irreverente, capaz de construir o novo, integrar movimentos sociais renovadores, enfim, "transformar o mundo".

O segundo ponto de vista que podemos considerar é o de gênero, já que os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade são formados essencialmente por mulheres. Neste sentido, podemos observar a participação destas em grande número de movimentos sociais. Os clubes de mães, as associações de bairro, os movimentos de mulheres em defesa dos seus direitos de cidadãs, o movimento feminista, são bons exemplos da atuação das mulheres em movimentos sociais. Estes movimentos foram fundamentais, especialmente na década de 1970, quando vivíamos um difícil momento político.

Nas entrevistas realizadas com homens e mulheres idosas, de classes populares do grupo *Alegria de Viver*, busquei apreender como o grupo surgiu nos cursos de vida dessas pessoas e o sentido que assume em suas vidas.

A grande maioria dos entrevistados chegou ao grupo, pela primeira vez, trazidos por outros idosos, que já faziam parte deste, e que mantinham com eles uma relação de amizade ou vizinhança.

Quando perguntados sobre o que sabiam sobre o grupo na ocasião em que receberam o convite para conhecê-lo, metade dos entrevistados declarou não saber nada; a outra metade, que "ouviu falar que tinha passeio e festa".

A decisão de participar do grupo, ou o porquê resolveram freqüentar os encontros é justificada pelo desejo de ter algum lugar para ir, sair de casa após uma jornada de trabalho doméstico, a busca de lazer, distração, de amigos, e às vezes, reconquistar a alegria perdida causada pela ausência de entes queridos.

O que mais esperavam do grupo, além da distração, era estar-junto a outros, sentir-se parte de alguma coisa, pertencer a um grupo, ter um "lugar" que lhe sirva de referencial. São esses os sentimentos expressos nas falas dos entrevistados e nas conversas informais.

Implícita ou explicitamente, tais depoimentos revelam que participar do grupo, mais que a simples distração – no sentido de divertimento, recreação ou ocupação do tempo livre –, significa partilhar sentimentos comuns, dividir experiências cotidianas, transformar os momentos difíceis em momentos de alegria. Pertencer ao grupo permite reconstruir vivências, construir um novo estilo de vida, redirecionar seus cursos de vida, através das experiências coletivas, sejam elas religiosas, festivas ou tecidas no cotidiano dos encontros.

As práticas vivenciadas pelos grupos, a exemplo desta, apoiadas na memória coletiva, além de criar laços concretos entre seus membros, reforçando o senso de pertencimento, ainda podem permitir conservar o senso de continuidade, na medida em que reelaboram o passado, atualizam a vivência e a introduzem no presente, resignificando-a.

O importante é a oportunidade da estarem juntos e assim reviver práticas passadas, compartilhar alegrias, celebrar o presente e projetar nele um futuro diferente e, provavelmente, melhor que os de seus pais e avós.

Pertencer a um grupo de convivência, fazer apresentações públicas faz com que seus participantes – e, talvez, os espectadores, por identificação – se percebam mutuamente como pessoas capazes de construir o novo – mesmo que apoiados na memória coletiva – e dar novos rumos ou abrir novas perspectivas futuras para seus cursos de vida. As festas têm sido um palco privilegiado para a construção de um novo modo de viver a velhice.

Notas

[1] Este trabalho é parte da minha dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBa, no ano de 2001.

[2] Direciono meu olhar mais especificamente sobre estas três dimensões da vida social, porém não ignoro outras, também de grande importância, a elas relacionadas, tais como: raça, sexualidade, religião, etc.

Referências

BRITTO DA MOTTA, Alda. **Não tá morto quem peleia**: a pedagogia inesperada dos grupos de idosos. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza:. UFCE; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR. Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LORENZETTO, Maria das Graças. **As senhoras do tempo**. São Paulo: Textonovo, 1998.

MACÊDO, Márcia S. **Tecendo os fios e segurando as pontas**: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____ . **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

_____ . **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. **Sociologia do conhecimento**. Porto, Portugal: Res, [s.d.]. p.115-176. Edição inglesa 1952.

PAZ, Serafim F. Espelho... Espelho meu! Ou das imagens que povoam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. In: PAZ, Serafim et al. **Envelhecer com cidadania**: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000.

SARDENBERG, Cecília M. B. Mães e filhas: etapas do ciclo da vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. **Caderno CRH**, Dossiê: Gênero e Família, Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBa., n. 29, p. 21-47, jul./dez. 1998.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Coletânea organizada por Evaristo de Morais Filho. São Paulo: Ática, 1983.

SIMÕES, Júlio. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: LINS DE BARROS, Myriam M. (Org.). **Velhice ou terceira idade**? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PROFESSORAS E ESCRITORAS:
A Possibilidade de Profissionalização das Mulheres Cearenses de Classe Média no Final do Século XIX E Ínicio do Século XX

Helena Selma Azevedo

Temos sentido um incômodo com relação ao desconhecimento da história das mulheres no Ceará. Embora não sendo esta a nossa seara, a curiosidade e a vontade de romper véus foi tanta que aventuramo-nos a percorrer caminhos novos. Pensamos, inicialmente em conhecer um pouco da educação e cultura das mulheres cearenses no século passado e início deste.

Virgínia Woof (1997), no debate travado em 1920, sobre a capacidade intelectual das mulheres, afirma que os efeitos da educação e da liberdade são decisivos para que as mulheres se desenvolvam intelectualmente. Acatando este pressuposto, definimos como objetivo conhecer a educação das mulheres cearenses no século passado e início deste a partir da biografia das mulheres que se destacaram no mundo público, adquiriram visibilidade no Ceará, no século IX e início do século XX. Mulheres que, com todas as limitações de gênero, época e meio geográfico, lutaram por seus sonhos e ideais.

Procuramos, então, por registros históricos de mulheres cearenses para, a partir de seus percursos, conhecer a história da educação das mulheres do Ceará. Constatamos a exclusão das mulheres ao examinarmos a *Antologia Terra da Luz* de D'Alge (1998a; 1998b) sobre prosadores e poetas. Constam 75 autores: 58 deles já incluídos na antologia organizada em 1966 por Artur Eduardo Benevides e Plínio de Santiago de Sá Leitão; os outros 17 novos escritores foram selecionados tendo como critério a representatividade da obra, e terem mais de 70 anos quando da publicação da edição. Na categoria prosadores estão ficcionistas, historiadores, cientistas, filósofos e juristas (D'ALGE, 1998a). Dentre 54 prosadores, encontram-se apenas duas mulheres: Raquel de Queiroz (1910 -) e Heloneida Studart (1032 -); nenhuma mulher é mencionada dentre os 21 poetas escolhidos (D'ALGE, 1998b).

Do Instituto Histórico do Ceará chegamos à Casa Juvenal Galeno e à Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno. Decidimos então trabalhar com as biografias das patronas cearenses da Ala Feminina Juvenal Galeno, procurando estabelecer uma relação entre o acesso à educação e sua inserção no mundo público. Realizamos um ordenamento cronológico dos fatos importantes citados nas biografias das patronas e procuramos identificar como as histórias individuais se entrelaçam com a história do Ceará, principalmente a história da educação no Ceará.

Seguimos, ainda, o percurso histórico traçado por Sânzio de Azevedo (1995) sobre os grêmios literários existentes no Ceará, no século XIX, procurando neles identificar a inserção de nossas escritoras, compreendendo as ausências.

No campo da educação, a história das mulheres é ainda muito obscura, embora este tenha se caracterizado como espaço feminino, sobretudo no que concerne à educação primária. Analisando as relações de gênero na Faculdade de Filosofia da Bahia, de 1943 a 1970, no cenário da educação, Elizete Passos (1999) afirma que as mulheres estão mais na platéia do que no palco, quando se trata das relações de poder.

Uma das causas da invisibilidade de escritoras cearenses até o final do século XIX foi a privação das mulheres à educação formal. Somente em 1827 foi promulgada no Brasil uma lei (SAFFIOTI, 1979, p.192) que representou um marco histórico, já que foi a primeira a conceder às mulheres o direito de instrução. No entanto, ao não admitir a co-educação, constituiu-se em um verdadeiro instrumento de discriminação. Só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, reservando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para os homens. O critério de nomeação das mestras envolvia a honestidade, prudência e conhecimento, e ainda a costura e o bordado. Elas eram isentas da obrigação de ensinar geometria, e o ensino da aritmética, nas escolas para meninas, estava restrito às quatro operações. Quanto ao salário, a lei consagrava a igualdade entre mestras e mestres. No entanto, na prática, o ensino de geometria constituía o

critério para o estabelecimento de dois níveis de salários; deste modo, as mestras recebiam as menores remunerações. Severas críticas foram feitas às mestras que dispensaram suas alunas dos trabalhos manuais e priorizaram a escrita, a leitura e o cálculo.

Somente no final do século XIX, as mulheres tiveram visibilidade na cena literária. Elas apareceram inicialmente no movimento abolicionista. Pela primeira vez na história do Ceará, há registro de organização de mulheres para defender uma causa política. Antes, apareceram isoladas, como é o caso de Bárbara de Alencar e Jovita Feitosa. Nesse momento, elas iniciaram a saída do mundo privado – o doméstico, enquanto grupo organizado – e se inseriram na política – o mundo público – com o objetivo de realizar transformações. Determinadas a lutar pela causa abolicionista – a maior parte delas é também esposa, filha ou mãe de abolicionista – fundaram, em 18 de agosto de 1882, a Sociedade das Cearenses Libertadoras, dirigida por Maria Thomásia (1826 – 1902).

Dentre as abolicionistas, estão nossas primeiras escritoras e também professoras Emília de Freitas – poetisa e professora – Elvira Pinho – musicista e professora – Francisca Clotilde – escritora, poetisa e professora. Estas últimas participaram das lutas abolicionistas, mas adquiriram maior visibilidade por suas atividades profissionais. Elas abriram caminho para muitas outras que vieram em seguida.

A maior parte das professoras foi também escritora. Estas atividades se complementaram. Ao estudarmos a histórias dessas mulheres, percebemos como os fios se entrelaçam em uma trama complexa e variada: suas vidas privadas, a história da nossa educação e cultura, a história do estado e do país. Durante todo o percurso, lidamos com movimentos de aproximação e distanciamento, sentimo-nos como uma fotógrafa que usa a "lente grande angular" e *zoom*. O social e o singular, as contradições, os avanços e recuos nas leis e nos movimentos, os silêncios e os mistérios. Muitas perguntas, muito por descobrir. Toda a riqueza e complexidade da realidade apresentando-se no decorrer dessas vidas.

Um dos pontos mais contraditórios e elo de ligação entre essas histórias é a educação feminina, na qual a Escola Normal representa um papel fundamental. Ela surge na busca de solução para a lastimável situação do ensino no Brasil Imperial. As Escolas Normais se destinariam à formação de professores do ensino primário e secundário. No início, dificultou o acesso às mulheres, sendo os homens em maior número (SAFFIOTI, 1979, p.198). Ao longo da história, a profissão foi se feminilizando, a ponto de se caracterizar como um espaço estritamente feminino, e sofrendo as discriminações impostas a todo espaço ocupado majoritariamente por mulheres. As primeiras escolas foram fundadas em Niterói, em 1835, Bahia, em 1836, e Ceará, em 1845, mas não foram adiante. As de São Paulo, em 1846, e do Rio de Janeiro, em 1880, não passaram de ensaios de

Escola Normal. Isto se deveu ao fato do ensino primário não representar, para a população em geral, um veículo de ascensão social, o que só viria a acontecer quando os efeitos da industrialização e urbanização se tornaram intensos.

A exclusão das mulheres da educação, a impossibilidade de acesso à produção filosófica, e depois a sua exclusão da Maçonaria, que no Ceará editava o jornal *Fraternidade*, impediram as mulheres de participarem efetivamente da vida intelectual do Estado. Somente com o movimento feminino abolicionista e a criação dos cursos normais, as mulheres começaram a ter visibilidade na cena pública, visto que a participação política e o acesso à educação constituem-se nos primeiros passos na conquista da igualdade de gênero.

Estruturamos uma cronologia de eventos a partir das 17 biografias estudadas, e somente em 1873, encontramos o primeiro registro ligado à educação ou atividade de escritora. Neste ano, Elvira Pinho matriculou-se no Colégio Imaculada Conceição e, em 1875, Emília de Freitas publicou poemas no *Lírio* – o primeiro periódico manuscrito dirigido por mulher, no Ceará.

Desta forma, não é de admirar que a chamada Academia Francesa (Azevedo, 1995, p.186), que existiu em 1872, fosse formada só por homens. A este grupo era ligada a Escola Popular, que ministrava aulas para operários. Lá eram também proferidas palestras pelos intelectuais da época. Alguns destes haviam concluído o curso de Direito em Recife. Estes fatos reforçam a nossa tese de que a diferença na educação entre os gêneros privou muitas mulheres de participar da vida intelectual.

A Escola Normal Abre Possibilidades

A criação, em 1881, da Escola Normal do Ceará, representou, principalmente para as mulheres de classe média, a possibilidade de melhorar sua educação e ingressar no mercado de trabalho (Almeida, 1998).

Dentre as patronas da Ala Feminina Juvenal Galeno (Ala), foram professoras da Escola Normal: Elvira Pinho (1860-1946), Francisca Clotilde (1862–1935), Henriqueta Galeno (1887-1954), Ana Facó (1855-?) e Alba Valdez (1874-1962). Todas elas foram professoras e alunas, enquanto Emília de Freitas (1855-1908) e Maria Gonçalves (1899-1980) foram somente alunas. Maria Gonçalves e Amália Xavier (1904-1984) foram professoras nas Escolas Normais Rurais de Juazeiro do Norte e Limoeiro, respectivamente. Adília de Albuquerque Morais (1874-1942), que não é patrona da Ala, também foi aluna e professora da Escola Normal, onde ocupou a cadeira de português.

No ano seguinte à criação da Escola Normal, em doze de julho de 1882, Francisca Clotilde foi contratada como professora (ala..., 1971a, p. 235). Tinha

então 20 anos, e foi a primeira professora a ser contratada por essa instituição. Todo o quadro era masculino. Ela é, também, considerada a primeira escritora cearense. Escrevia com o pseudônimo de Jane Davy e suas narrativas eram românticas (AZEVEDO, 1995, p.187). Ela teve uma vida intensa como professora, escritora e participante do movimento abolicionista. Pertenceu, com Ana Nogueira Batista (1870-1967), que não é patrona da Ala, ao Clube Literário fundado em 15 de novembro de 1886, que congregava românticos e, principalmente, os realistas. As duas colaboraram com a revista *A Quinzena* que circulou de 1887 a 1888. Neste movimento, participaram os poetas românticos abolicionistas como Juvenal Galeno e autores de contos cientificistas como Rodolfo Teófilo e Oliveira Paiva.

Francisca Clotilde não só escreveu, como procurou participar dos movimentos literários e, seguindo este propósito, fundou, em 1888, com Antônio Duarte Bezerra e Joaquim Felício de Barros, *A Evolução*, um jornal científico e literário. Colaborou no jornal *O Domingo*. Escreveu no jornal *O Libertador*, onde divulgou suas crenças abolicionistas. No ano seguinte publicou *Noções de Aritmética*, com 102 páginas, usado como material didático na escola feminina anexa à Escola Normal. Publicou, ainda, *Coleção de Contos* com prefácio de Tibúrcio de Oliveira, editado pela Tipografia de Cunha Ferro & Cia., e em 1902, o romance *A Divorciada*, editado pela Tipografia Moderna, com 223 páginas.

Em 1906, já em Baturité, iniciou a publicação da revista *A Estrela*, que durou até 1921 e deixou de circular por dificuldades financeiras. Era uma publicação mensal, com correspondentes e colaboradoras em vários estados do Brasil. Dela participaram Leodegária de Jesus e Celso Moreira de Vasconcelos, de Minas, Cordélia Silva, da Paraíba, Julieta Marinho, do Rio de Janeiro, Auta de Sousa e Rosália Sandoval, do Rio Grande do Norte, Beni Carvalho, Andrade Furtado, Carlyle Martins e Antônio de Castro, do Ceará. Em quase todos os números eram publicados sonetos de Francisca Clotilde. Por questões políticas foi desintegrada do magistério e morreu aos 73 anos, pobre e esquecida.

Francisca Clotilde já era professora quando, em 1885, Emília Freitas e Ana Facó cursaram o normal. As duas seguiram caminhos diferentes; Emília foi mais escritora que professora, enquanto Ana Facó dedicou sua vida ao magistério, sem, no entanto, ter deixado de lado sua produção literária.

De acordo com a cronologia que elaboramos, foram de Emília Freitas as primeiras publicações em jornais diários e o primeiro romance escrito, embora Clotilde seja considerada, por várias pessoas, como a primeira escritora cearense. Uma provável explicação para este fato é a ausência de Emília dos movimentos literários; outra, é que, aparentemente, a sua produção foi menor que a de Clotilde; outra, ainda, poderia ser sua ausência, já que em 1892, antes de publicar seus romances, mudou-se para Manaus, onde foi professora.

A mesma contradição existe entre Emília e Úrsula Garcia (1864-1905), considerada a primeira poetisa cearense. Embora não seja conhecida a data das primeiras publicações de Úrsula, as que temos são posteriores às publicações das poesias de Emília.

Úrsula Garcia foi poeta, contista e cronista. Nasceu em Aracati e recebeu toda a sua instrução do pai, que era Juiz de Direito. Foi para Recife em 1887, quando casou com seu primo. Ficou viúva três anos depois e, inconsolável pela perda do marido e pelo fato de não ter filhos, dedicou-se inteiramente à literatura. Trocou correspondências com a grande amiga e escritora Francisca Isidora, e nutriu grande admiração pela poesia lírica da amiga e poetisa Edwiges de Sá Pereira, ambas pernambucanas (ALA..., 1971b, p. 503).

Em 1902, ao mesmo tempo em que Francisca Clotilde escrevia seu romance, Úrsula colaborava, em Recife, na revista *O Lírio*, com as escritoras: Cândida Duarte Barros, Maria Augusta Freire, Edwiges de Sá Pereira, Belmira Vilarim, Adalgisa Ribeiro, Luiza Ramalho e Ana Nogueira, dentre outras. Dirigida por Amélia de Freitas Beviláqua[1], esta revista circulou por três anos. Era exclusivamente feminina e defendia a educação das mulheres e a igualdade de direitos (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.45). Úrsula morreu em Recife, em 1905, de varíola. Deixou dois volumes em prosa e verso.

Sobre ela, escreveu Luiz da Câmara Cascudo (apud GALENO, 1965, p.126):

> [..] escreveu muito, mas sua produção está esparsa e ignorada. Diversos artigos de política regional divulgados sem assinatura, eram dados como pertencendo aos jornalistas do tempo, tal a graça do remoque, a delicadeza do estilo, a finura dos reparos e a força convincente de argumentação poderosa [...] Epistológrafa primorosa sabia transmitir, numa linguagem correta e elegante suas idéias e impressões, atraindo assim as mais gurada (sic) a que ela se determinou.

Deste comentário, pode-se medir não só a qualidade da escritora, mas o preconceito sofrido pelas mulheres da época, que as mantinha na invisibilidade. Muito de suas produções se perderam. Jane de Almeida (1998) enfatiza este como um dos maiores entraves ao resgate da produção feminina. Eram guardadas em baús, trancadas a sete chaves e, muitas vezes, destruídas pelas próprias autoras. A desvalorização da literatura feminina, o anonimato de suas autoras e o descaso dos descendentes causou a perda da maior parte da produção das mulheres do século passado e início deste.

O mesmo aconteceu com Emília de Freitas. De seus dois romances, só foi identificada uma cópia de *A Rainha do Ignoto* no acervo de Otacílio Colares e, de *O renegado*, não foi encontrado nenhum exemplar. Em 1876 e 1878, Emília publicou no jornal *Cearense* seu lamento pela morte dos irmãos. Um deles cursava

o segundo ano de Direito em Recife. Era costume entre as famílias mais abastadas enviarem seus filhos para cursarem a Faculdade de Direito em Recife e Medicina em Salvador ou no Rio de Janeiro. Ao fazermos um levantamento da formação educacional dos escritores da *Antologia Terra da Luz*, já mencionada, quase todos tinham curso superior, a começar por José de Alencar, o primeiro escritor da Antologia, que já em 1850 concluiu a Faculdade de Direito em São Paulo. Para as mulheres, a conquista máxima era o curso normal, com raríssimas exceções, a exemplo de Amélia Pedroso, a primeira médica cearense e a quarta mulher a se formar em medicina no Brasil, pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1889 (FONTENELE, 2000, p.41).

Emília estudou na Escola Normal, mas concluiu o curso no Colégio Imaculada Conceição, em 1877. Lecionou em uma escola noturna na Rua Senador Pompeu número trinta. Em 1892 publicou uma coletânea de suas poesias, *Canções do Lar*, com 310 folhas. Neste mesmo ano lecionou em Manaus, no Instituto Beijamim Constant, escola estadual com ensino primário e secundário para meninas. Lá, colaborou nos jornais *Amazonas Comercial* e *Revelação do Pará*.

Em 1899, Emília de Freitas publicou o romance *A Rainha do Ignoto*, de 450 páginas, pela Tipografia Universal. Ambientado em Jaguaruana, às margens do Jaguaribe, é um livro que explora o fantástico e o sobrenatural. A personagem principal – A rainha do ignoto – habita uma sociedade constituída de mulheres de todas as profissões (que em sua época eram, muitas delas, exclusivas dos homens). As "paladinas do nevoeiro", como eram chamadas, tinham como objetivo guerrear a injustiça, proteger os fracos contra os fortes e curar os enfermos nos cárceres.

Ana Facó concluiu a Escola Normal no mesmo ano que Emília de Freitas, em 1877 (ALA..., 1971a,p.71). Pelas descrições, parece que também era a mais pobre dentre o grupo de patronas. A Escola Normal, como aconteceu com a maior parte das moças de classe média ou de famílias de prestígio empobrecidas, representou a oportunidade de estudar, já que o Colégio da Imaculada e Dorotéias eram freqüentados pelas filhas das famílias ricas. No Colégio das Dorotéias, como havia internato, estudavam as filhas das famílias abastadas do interior do estado.

Não encontramos registro de sua participação no movimento abolicionista ou qualquer movimento literário. Segundo sua biógrafa, Maria Geraldina Amaral (ALA..., 1971a), ela ansiava por viver às suas próprias custas, já que era órfã de pai e mãe. O magistério representou assim a possibilidade de adquirir estabilidade econômica. No ano seguinte à sua formatura, foi contratada para ensinar no Ginásio Cearense, recém inaugurado. No entanto, no mesmo ano foi despedida. No ano de 1888, criou a Escola Facó, em homenagem a seu pai, com 10 alunos.

Em 1891, Ana Facó foi contratada como professora auxiliar da Escola Normal, onde, em 1894, exerceu a função de inspetora de aluno e, em 1896, foi nomeada professora da classe infantil. Quando, em 1907, foi criado o Grupo Escolar, com 200 alunos distribuídos em cinco classes, foi convidada para dirigi-lo. Foi demitida deste cargo em 1912, com a queda de Acioli, e readmitida pelo governo provisório. Escreveu seis livros que foram publicados após a sua morte. Sua biógrafa, Maria Geraldina Amaral (ALA..., 1917a), define sua produção literária como romântica, com tendência naturalista.

Nesta época de pioneiras, além das primeiras escritoras e professoras, temos a nossa primeira musicista, Elvira Pinho (ALA..., 1971b, p. 631-637). Pelos dados biográficos, Elvira era de família rica e este fato possibilitou suas conquistas. Não estamos, no entanto, falando de facilidades, uma vez que as mulheres dessa época quando não sofriam pela exclusão de classe e de renda enfrentavam as de gênero. Ela nasceu em Maranguape, onde estudou, como era costume na época, com a professora Martiniana de Paula Tavares Coutinho. Além de abastada, sua família tinha prestígio. Ela era irmã de Jaime Benévolo, que participou do movimento republicano.

Elvira matriculou-se, em 1873, no Colégio Imaculada Conceição, onde concluiu os estudos. Em 1878, ensinou no Colégio Santa Rosa de Lima, dirigido por Júlia e Judite Amaral. Enquanto exercia suas funções de professora participou ativamente, ao lado de Maria Thomásia, bem mais velha que ela, das lutas pela abolição.

Foi nomeada Adjunta do Curso Preparatório da Escola Normal, em 1892, pelo então presidente Beijamim Barroso, onde trabalhou gratuitamente dando lições de música. Para aperfeiçoar seus estudos musicais, viajou em 1893 para o Rio de Janeiro, onde freqüentou o Curso de Especialização em Teoria Musical, do Maestro François Guillot. Ao retornar, em 1894, foi nomeada para a cadeira de música da Escola Normal, pelo então presidente da Província D. José Freire Fontenele. Enquanto isso, mantinha um curso particular de piano. Neste mesmo ano, fundou um curso de música, *Recreio Musical*, que reunia vários musicistas e amadores.

Elvira Pinho foi nomeada, em 1913, diretora da Escola Normal, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo no Ceará. Durante a seca de 1915, defendeu as frentes de trabalho para os flagelados. Dentre as suas participações em reivindicações sociais, destaca-se a de 1946, quando, aos 86 anos, encabeçou uma passeata pelas ruas de Fortaleza, organizada pela "Sociedade das donas de casa" que lutava pela estabilidade dos preços e contra a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

As mudanças socioeconômicas, o processo de urbanização e industrialização coincidiram com as reivindicações do feminismo que eclodiu na virada do século, desencadeando a necessidade de grandes transformações no plano educacional. No esteio das idéias liberais republicanas, com ideais igualitários, o movimento feminista foi liderado por mulheres cultas e de maior poder econômico, que, embora desafiassem a estrutura social vigente, tiveram sua causa muitas vezes utilizada pelas oligarquias dominantes. Elas se insubordinaram contra a opressão e as desigualdades a que estavam submetidas, mas sua luta teve como ponto central a igualdade nas relações de gênero.

Dentre as patronas cearenses da Ala, duas tiveram participação nesses movimentos, com inserções diferenciadas: Alba Valdez e Henriqueta Galeno. Elas trilharam o caminho aberto pelas pioneiras – primeiras professoras e escritoras, mas, ao avançar e construir novos caminhos, foram também pioneiras. Alba Valdez nasceu um ano antes da publicação dos primeiros poemas de Emília de Freitas, e Henriqueta Galeno, no ano da fundação do Instituto do Ceará, e um ano antes da publicação do jornal *Evolução*, do qual Francisca Clotilde foi uma das fundadoras. Alba Valdez diplomou-se e foi professora na Escola Normal (ALA..., 1971b, p.485). Contudo, como já dissemos, há muitos vazios nas biografias destas mulheres e a data e o período em que Alba Valdez foi professora dessa instituição, bem como a cadeira por ela ministrada são dados ainda desconhecidos.

Em torno de 1902, ela ingressou no Centro Literário, fundado em 27 de setembro de 1894, que tinha rivalidades com a Padaria Espiritual, fundada em 30 de maio de 1892, procurando consolidar o realismo e o florescimento do simbolismo, embora constassem ainda alguns românticos, que mais tarde seriam parnasianos. Fundaram o jornal *O Pão*, no qual Ana Nogueira foi ativa colaboradora. Quando Alba ingressou no Centro Literário, a Padaria já havia se extinguido.

Em 1904, Alba Valdez fundou a primeira agremiação literária feminina, a *Liga Feminina Cearense*, da qual foi a primeira presidente, de uma diretoria formada por Maria A. F. Portugal, Aurelinda Simões, Olga Alencar e Júlia Moura. Novamente, carecemos de mais informações. Quanto tempo durou? Que trabalhos desenvolveu?

Como professora da Escola Normal recebeu solicitação de Justiniano de Serpa para colaborar no *Diário do Ceará*, no qual suas produções literárias foram muito bem acolhidas. Sempre esteve presente na impressa, escrevendo crônicas, artigos e dando entrevistas.

Alba Valdez, em 1922, tomou posse na Academia Cearense de Letras, fundada em 15 de agosto de 1894, sendo a primeira mulher a pertencer a esta

instituição. Depois dela, veio Henriqueta Galeno. Em 1936, tomou posse na Cadeira do Instituto do Ceará, antes ocupada por Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos. Nessa instituição, ocupou os cargos de bibliotecária e compôs a comissão de Ciências e Letras.

Alba Valdez, em 1945, deu uma entrevista ao jornal *O Estado* sobre o voto feminino, direito pelo qual tanto lutou e que só foi conquistado em 1932. Desta luta também participaram Henriqueta Galeno (Ala..., 1971b, p.569) e Adília de Albuquerque Moraes (Schumaher; Brazil, 2000, p.24). A primeira representou o Ceará no Segundo Encontro Feminista, presidido por Berta Lutz, realizado de 25 a 30 de julho de 1931, no Rio de Janeiro. Adília representou o Ceará no I Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em 1922, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Henriqueta Galeno estudou no Colégio da Imaculada Conceição, fez o curso preparatório do Liceu[2] e concluiu Direito pela Universidade Federal do Ceará, em 1918, sendo a primeira mulher a fazê-lo. Após a colação de grau, recebeu propostas para trabalhar na Promotoria da Capital, mas recusou porque ia contra os desejos de seu pai. Como vemos, nas situações em que as mulheres venceram as dificuldades do acesso à educação, defrontaram-se com os entraves à profissionalização fora do magistério. As conquistas ainda eram pequenas. Embora tenha sido a primeira graduada em Direito no Ceará, ela não foi a primeira advogada.

Em lugar do cargo anterior, aceitou o de Inspetor do Ensino Secundário, tradicionalmente exercido por homens. Como toda pioneira, está sempre sozinha na companhia dos homens quando exerce atividades na esfera pública, foi desta forma que participou da fundação da Associação Cearense de Imprensa, em 14 de julho de 1925, recebendo a matricula número dois.

Henriqueta fundou, em 1937, a Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, como um espaço alternativo para as mulheres apresentarem e discutirem suas obras, já que não eram aceitas na Academia Cearense de Letras. Na época da fundação da Ala, Alba Valdez era a única mulher na Academia Cearense de Letras. Como forma de divulgar o trabalho das sócias, a Ala publicava uma revista *Jangada* e tinha uma coluna no jornal *Correio do Ceará*, na qual suas participantes publicavam crônicas e poesias[3].

Henriqueta lecionou Literatura na Escola Normal, e História do Brasil no Liceu, no entanto, não há registro em nenhuma destas instituições. Pertenceu a Academia Cearense de Letras, com a cadeira 23, cujo patrono é Juvenal Galeno.

Escolas Normais Rurais

Duas patronas da Ala estão profundamente ligadas à história das Escolas Normais Rurais: Maria Gonçalves e Amália Xavier.

Maria Gonçalves diplomou-se na Escola Normal Pedro II, em 1922, em primeiro lugar (Ala..., 1993, p. 159). Como prêmio, recebeu uma *cadeira* para lecionar em escola pública. Voltou para Juazeiro, como primeira professora diplomada, onde fundou e foi a primeira professora do Grupo Escolar de Juazeiro do Norte. Sobre estes primeiros momentos como educadora, ela escreveu: "[...] dando início a uma nova fase de educação à base de modernas doutrinas pedagógicas com idéias divididas em Kilpatrik, Montessori e Claparède." (Ala..., 1993, p. 161).

Amália, por sua vez, foi interna no Colégio das Dorotéias onde, em 1927, concluiu o curso para professora (Ala..., 1993, p. 193). A colação de grau contou com a participação do então presidente do Ceará, Dr. Moreira da Rocha, e de Monsenhor Tabosa, representando o bispo de Fortaleza. Podemos, pela presença dessas autoridades, concluir que lá estudavam filhas da elite econômica e política, principalmente rural. A primeira atividade de Amália como professora, foi fundar o Externato Santa Terezinha, uma escola mista, ainda não muito comum na época. No ano seguinte, em 1929, ela foi nomeada para ensinar no Grupo Escolar de Juazeiro do Norte, do qual foi nomeada diretora em 1932.

Em 1933, Amália e Maria Gonçalves, dentre outras nove professoras, estimuladas por Lourenço Filho, que esteve no Ceará a convite de Justiniano de Serpa, viajaram para o Rio de Janeiro, onde cursaram especialização no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. O instituto era dirigido por Lourenço Filho, Isaías Alves, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, constituindo-se em um dos centros pedagógicos de maior notoriedade no país. Lá eram estudadas as teorias pedagógicas da Escola Nova, defendidas por Ovídio Decroly, Maria Montessori, John Dewey e Everardo Bacheuser.

Quando retornaram, Maria Gonçalves foi para o Crato, onde ensinou no Colégio Santa Tereza, regendo as cadeiras de pedagogia e didática e, no Ginásio Diocesano, com as cadeiras de Inglês e Francês. Criou o jardim de infância Dom Bosco, de acordo com os princípios psicopedagógicos de Maria Montessori.

Amália dirigiu a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, primeira escola normal rural do Brasil, instalada em 1934. Ela continuou como diretora da escola, mesmo depois de sua aposentadoria, em 1969, permanecendo até 1977, quando completou 50 anos de magistério.

Conclusões

Através das biografias das patronas da Ala, percorremos quase um século da nossa história. Ao final, sentimos os vazios deixados pelo caminho, que desperta em nós uma enorme vontade de retornar para abrir portas, revirar baús e livros antigos. Em alguns casos, a memória está, muito provavelmente, perdida. O que não foi registrado, ou foi destruído, e não existe mais a possibilidade de registro oral pela morte das pessoas que conheciam as informações, perdeu-se no silêncio do tempo. Outros, ainda podem ser resgatados, pois ainda vivem na memória de seus contemporâneos. Este é o caso das últimas gerações destas mulheres. Descobrimos várias pessoas que gostariam de falar sobre Maria Gonçalves e Amália Xavier.

As mulheres aqui citadas foram as que se destacaram na cena pública cearense no final do século XIX e início do século XX. São, em sua maioria, mulheres de classe média, que tiveram o magistério como possibilidade de profissionalização e afirmação de suas capacidades intelectuais e artísticas.

Durante nossa trajetória, sentimos a coragem e a decisão dessas mulheres de saírem das sombras, do anonimato de conquistarem espaços e, sobretudo, de construírem uma sociedade mais justa e igualitária. Reforçamos a necessidade de resgatar a participação das mulheres nos movimentos operários e camponeses do Ceará, que não fizeram parte deste trabalho por sua exclusão do sistema formal de educação e dos eventos culturais. Elas, que compõem a maioria feminina no mundo do trabalho, são as grandes excluídas, pois acumulam a exclusão de classe e de gênero.

Com as teorias do cotidiano e o interesse cada vez maior da história pela vida privada, as mulheres passaram a figurar na história de maneira mais efetiva. A busca da história local adquiriu maior importância. Constatamos, entretanto, que ainda há muito que se pesquisar nesta área.

Notas

[1] Ela também é patrona da Ala. Nasceu no Piauí e foi esposa de Clóvis Beviláqua.
[2] Só o preparatório do Liceu permitia acesso à universidade.
[3] As autoras escreviam seus livros manuscritos para divulgar seus trabalhos.

Referências

ALA FEMININA DA CASA JUVENAL GALENO. **Mulheres do Brasil** – Pensamento e ação. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1971a.

_____. **Mulheres do Brasil** – Pensamento e ação. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1971b. v. 1.

_____. **Mulheres do Brasil**. Fortaleza: Multigraf, 1993. v. 4. 283 p.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 225 p.

AZEVEDO, Sânzio de. Grêmios literários no Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. 416 p.

D'ALGE, Carlos (Org.). **Antologia terra da luz**: prosadores. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1998a. 230 p.

_____. (Org.). **Antologia terra da luz**: poetas. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1998b. 134 p.

FONTENELE, Maria do Carmo Carvalho. **Pioneiras em evidência**. Fortaleza: Destak Gráfica e Editora, 2000. 158p.

GALENO, Henriqueta. **Mulheres admiráveis**. Fortaleza: Henriqueta Galeno 1965

PASSOS, Elizete Silva. **Palcos e platéias** – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia . Salvador: UFBa, Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher, 1999. 222 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 384 p.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 566 p.

WOOF, Virgínia. **Kew Gardens** – o status intelectual da mulher – um toque feminino na ficção – profissão para mulheres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 50 p.

ENTRE BRUXAS E PRINCESAS:
A Construção de Identidades Femininas entre as Prisioneiras de Canudos

Wálney da Costa Oliveira

Introdução

A motivação deste texto advém de diálogos estabelecidos dentro *do GT – Gênero, Identidade e Cultura*, bem como de interlocuções para além deste, realizadas nos últimos encontros da REDOR. Ainda versando sobre a temática principal de pesquisa com que temos trabalhado nos últimos anos, a saber, Canudos, esta comunicação tem, como outro objetivo, revisitar parte da documentação pouco explorada em nossa dissertação de mestrado (Oliveira, 2000), sobretudo na perspectiva das relações de gênero.

A primeira inquietação nos leva a fazer uma breve reflexão conceitual acerca das noções de identidade e cultura que têm permeado nossos últimos trabalhos, sobretudo quando notamos uma recorrente preferência pela categoria "subjetividade", presente em muitas das comunicações apresentadas em nossos encontros. De saída, destacamos, não há qualquer pretensão em estabelecer com-

parações valorativas, ou a presunção de que nossas escolhas teóricas seriam mais acertadas que quaisquer outras; ao contrário, pretendemos, apenas, compartilhar nossos nortes e estimular o possível diálogo entre as diferentes perspectivas de articulação das categorias analíticas "gênero", "identidade" e "cultura".

A segunda motivação resultou no retorno ao *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico* (Piedade, 1901) como fonte principal de análise. Esta documentação impressa sintetiza a ação do referido *Comitê*, o qual atuou no amparo de vítimas e combatentes no conflito de Canudos – 1897. Em nossa dissertação, construímos uma tabela demonstrativa que possibilitou a classificação de parte dos prisioneiros, segundo sexo, idade, cor e procedência/destinação. Para o estudo feito, a sua análise ficou restrita ao amparo demonstrativo da diversidade do séquito do Conselheiro. Na atual reflexão, retomaremos os dados trabalhados para uma breve leitura dos termos e perfis classificatórios utilizados, à época, para a categorização e discriminação das sobreviventes, pelos "homens bons" do *Comitê*.

Identidade, Cultura, Inserção e Classificação

A noção de identidade cultural, muito em voga na contemporaneidade, está intrinsecamente associada à noção de identidade social. Esta estabelece a caracterização dos indivíduos a partir de um conjunto de múltiplas vinculações, dentre as quais, interessa-nos destacar para o momento a categoria "gênero". É através da identidade que os indivíduos reconhecem-se e interagem com o universo, sendo, portanto, evidente a estreita relação entre identidade e cultura. Na mesma perspectiva, o conjunto de processos que caracteriza os grupos estabelece dinâmicas de exclusão e inclusão que permitem a definição do "nós", ao mesmo tempo em que caracteriza como distintos os "outros". Os princípios evidenciados, longe de estabelecerem polêmica são, mais ou menos, compartilhados em quaisquer dos arcabouços teóricos que sustentam os diálogos em torno dessas categorias. Um caminho para a polêmica e, neste caso, para a distinção de escolhas, diz respeito ao caráter múltiplo/único das atribuições identitárias.

Embora já tenhamos há muito superado os princípios de determinação biológica de cultura e identidade cultural, ainda existem abordagens culturalistas que estabelecem a identidade como uma condição imanente e estável ao indivíduo e, quiçá, preexistente. Embora caminhemos a paço largo para o abandono de tais princípios, ainda se verifica em nosso meio a permanência de leituras que estabelecem, ainda que implicitamente, "hierarquias identitárias". Estas são visíveis, por exemplo, em leituras que estabelecem primazia para identidades etnoculturais, relegando a planos inferiores outras experiências que situam os indiví-

duos no interior de grupos. Nessa perspectiva objetivista de identidade cultural, são delimitados critérios determinantes, considerados como de origem comum e, justamente por isso, o grupo étnico é privilegiado por ser capaz de estabelecer as bases de uma genealogia comum[1].

Em tais leituras, um ponto de fragilidade já, sobremaneira, evidenciado diz respeito à redução da identidade a seu caráter atributivo. Nesta vertente crítica, já são antigas as contribuições de leituras subjetivistas, as quais consideram que a identidade cultural não é fixa nem recebida definitivamente. Para estes, a identidade etno-cultural é um sentimento de vinculação, sendo efetivamente importantes as representações comuns que os indivíduos fazem da realidade e de suas divisões (COUCHE, 1999). Nessa perspectiva de abordagem, embora se corra o risco de enfatizar um excessivo aspecto efêmero da identidade, verifica-se a vantagem de considerar o seu caráter variável.

Considerado o exposto, resta destacar que qualquer uma das concepções abordadas de forma excludente levaria à impossibilidade de raciocinar acerca do caráter relacional e situacional das identidades. Estas, embora sejam uma construção social, não são exclusivamente determinadas pelas subjetividades dos atores sociais. Preferimos, então, considerar os elementos de construção identitária como aspectos de uma mesma identidade em constante transformação, ou, noutro caminho de leitura, uma das muitas identidades que se manifestam com maior e ou menor preponderância no cotidiano das relações sociais. Múltiplas identidades, portanto – mais, ou menos eleitas; mais, ou menos, impostas – se superpõem em cada indivíduo, manifestando-se em diferentes graus, conforme se estabelecem as relações e (por que não dizer?), as estratégias de convivência e sobrevivência, ou relembrando E. P. Thompson (1998), conforme se manifestam as oportunidades de "ser e se tornar".[2]

Assim, melhor nos parece conceber que os processos de afirmação, negação, substituição e superposição de auto e hetero-identidades, são determinados por relações que opõem um grupo a outro (ou, quiçá, numa situação ou outra)[3]. Mais ainda, quando consideramos a heterogeneidade que marca os grupos humanos, compostos não somente de classes, mas na complexidade de blocos e subgrupos que estabelecem alianças e conflitos, muitas vezes concomitantemente, só nos resta extrapolar tais considerações para a multiplicidade de relações que também marcam o convívio dentro dos grupos sociais[4]. Nessa perspectiva, resta reconhecer que as culturas não produzem identidades fixas nem naturalmente diferenciadas, mas que estas resultam das interações entre os grupos, e como já argumentamos, das relações no interior destes, sendo advindas dos procedimentos de diferenciação utilizados nas relações. Assim, o importante na definição de identidades não é a busca de traços distintivos, mas a busca de

que traços são eleitos para os processo de distinção do nós/eles. Em outras palavras, as identidades se constróem e se reconstróem constantemente no interior das trocas sociais, numa dinâmica que, particularmente, se presta à nossa presente análise.

Neste caminho de compreensão, cabe-nos considerar que não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. Identidade e alteridade estão intrinsecamente relacionadas numa relação dialética. Nessa vertente, René Gallissot (apud COUCHE, 1999) chega a propor a substituição do conceito de identidade por "identificação". Esta última pode funcionar como afirmação ou imposição de identidade – prevalecendo, aliás, em nosso universo de análise. Assim, consideramos, a identidade é sempre uma concessão, uma negociação, um resultado de uma relação de poder expressa no campo de valores[5]. Identidade é, portanto, uma negociação entre uma "auto-identidade" e uma "hetero-identidade" ou uma "exo-identidade" definida, ou imposta, pelos outros.

Na dinâmica do episódio tratado, convém ressaltar, ainda, o caráter situacional da identidade uma vez que uma mudança no caráter da situação das relações ainda pode modificar, ou, quiçá multiplicar, as concepções identitárias. No momento da guerra, em seu desenrolar e após sua conclusão, inimigos, aliados, salvadores e vítimas têm, constantemente, papéis e leituras reelaborados, à medida que a correlação e a subjugação das forças se estabelece.

O COMITÊ PATRIÓTICO: CIDADANIA E CARIDADE

Ser cidadão no Brasil dos anos iniciais da República não se relacionava, necessariamente, com os ideais de igualitarismo que marcaram as origens do uso do termo na modernidade. Por estes caminhos, o uso da expressão "cidadão" está associada às formas de tratamentos distintivos e dignatários, destinada aos homens de bem – o que, aliás, denotou em designações complicadas, carregadas de contradição e, por vezes, cômicas, como nos casos da superposição de honrarias civis e militares[6].

Especificamente, os ideais de cidadania e patriotismo professados pelos membros do *Comitê Patriótico* remetem a uma visão romântica de pátria. Ainda assim, a condição de cidadão e de patriota implicava em uma distinção – à qual se chegava pelo cumprimento do dever. Nossa leitura da documentação do *Comitê* indica dois caminhos para o alcance do privilégio implícito pela forma de tratamento. Uma alternativa é a conduta heróica em defesa da República, a qual deve ser honrada por todos e defendida pelos bravos, tais como os heróis do exército em Canudos. A outra alternativa de demonstração de compromisso com a nação faz-se pela ação humanitária, expressão de amor à pátria:

> Cidadão Lellis Piedade: – Saúdo-vos a melhor saúde, todas as felicidades possíveis e que são realmente devidas ao grande propagandista, ao incansável batalhador pela verdadeira causa republicana.
> Aos vossos esforços, conjuntos com os demais membros do patriótico Comitê, muito devem aqueles, que a fatalidade e as agruras de uma luta de emboscadas, atiraram no leito de dor, longe dos pátrios lares, sofrendo a mais arriscada saudade da mãe, esposa e filhos [...] feliz foi a idéia e melhor interpretada pelos dignos membros do Comitê, que nobilitaram-se com alto civilismo, auxiliando o governo com a fundação de hospitais [...], velando o heróico enfermo com a mais decidia abnegação. (PIEDADE, 1901, p. 119).

O *Comitê Patriótico*, desde sua fundação, associa patriotismo e cidadania à caridade – embora tenha passado a retratá-la como "a verdadeira causa republicana", após a visualização das mazelas promovidas pela intervenção da República nos sertões. Franz Wagner, presidente e fundador do *Comitê*, apela, em nota de 26 de julho de 1897 veiculada nos principais periódicos da cidade, aos "bons patriotas" que apoiem ao governo, no cumprimento do dever de cidadãos.

A formação consolida-se em reunião no dia seguinte, tendo sido designado como secretário-geral seu mais conhecido membro e responsável pela publicação do *Relatório*, o jornalista Lélis Piedade. A repercussão do apelo e da formação do *Comitê* resultou em notas na impressa que configuram a posição de Wagner como um consenso social, pois "A caridade, essência de Deus, abre as suas azas de conforto e de amparo sobre os que estão caindo feridos nos combates, que ensangüentam o sertão da Bahia e compungem o coração da Pátria" – nota publicada no *Jornal de Notícias* (apud PIEDADE, 1901, p. 13).

O uso do termo cidadão, em quase todo o documento, aparece dissociado dos indivíduos, salvo em raras situações. Em uma ocorrência curiosa, por exemplo, dignifica-se o cidadão que, mesmo não sendo de uma "família de posses", pretende a guarda, ou o resgate, de egressos de Canudos. Os homens e mulheres citados são cidadãos "no coletivo" ou são assim tratados em sentenças indiretas: "[...] para o fim de angariarem donativos e artigos necessários aos feridos de Canudos, e prestarem à comissão executiva os outros auxílios de atividade, prestigio e simpatia de que fossem capazes os cidadãos escolhidos para comporem-na." (PIEDADE, 1901, p. 14).

São cidadãos por apresentarem um comportamento próprio de cidadão, tal qual entendem que seja este: o termo qualifica, distingue e os define, mas pela atitude benemérita, tida como dever de patriota que todos "de todas as classes sociais" devem exercitar. Na leitura da documentação, percebemos claramente uma associação entre as noções de cavalheirismo e cidadania.

Não é surpreendente, portanto, que a ação do *Comitê* vise, sobretudo, ao amparo a mulheres e crianças indefesas. O destaque que ora nos interessa é ressal-

tar a configuração indireta de um dos elementos do arquétipo de feminilidade, ou, melhor ainda, constatar a introjeção por tais homens deste elemento da identidade feminina, a saber, o mito da fragilidade. Nesse caminho, será possível conduzirmos nossa análise no último bloco, percebendo o direcionamento das leituras e descrições das mazelas das vítimas do combate que, mais que seqüelas da guerra, são resultados desta última superposta à própria essência do ser mulher.

Para esses "patriotas", a cidadania é um sentimento de amor à República, amor aos "irmãos brasileiros" e a ser ensinado aos egressos de Canudos. Assim agindo, "[...] o *Comitê* andou correto, procurando salvar esta gente e dar aos menores educação que os habilitasse a ser futuros cidadãos da República, amando-a e não odiando-a." (PIEDADE, 1901, p. 152).

A prática referida esteve presente nos momentos posteriores à Guerra de Independência e na Guerra do Paraguai, sendo que, nesta última, a Bahia foi a primeira província onde se verificou a iniciativa. Amparado nessa prática que se forjava em tradição, Lélis Piedade destaca a obra do Comitê como "[...] a consagração da alma baiana, cuja bondade infinita foi a fonte sagrada de uma assistência aos vencedores feridos e aos vencidos de Canudos." (PIEDADE, 1901, p. 1). Ainda mais louvável quando se ampara àquelas que, naturalmente, pela condição de mulher, carecem de amparo.

O Comitê Patriótico reproduz um discurso das elites baianas, dos "cavalheiros" que se desdobram em eventos beneficentes a fim de angariar fundos, sem perder a oportunidade de professar seu amor à pátria, através de atos de desprendimento como o do negociante Sr. Albano Pereira de Carvalho, que, num espetáculo beneficente no Polytema, "[...] ofereceu ainda o seu camarote, no 13, que destinamos a uma família que havia recebido cadeiras." (PIEDADE, 1901, p. 48). Note-se que o autor "ainda" sugere outro tipo de benemerência que, neste momento, não foi registrado.

A atuação do Comitê Patriótico não deve, entretanto, ser minimizada. Os membros do Comitê mobilizaram recursos, captaram doações e enviaram representantes ao campo de batalha, sempre pretendendo o amparo dos feridos. Foi responsável, também, pela manutenção de três enfermarias de campo, uma das quais fundada por iniciativa própria. A ação do Comitê foi notável, também, no que diz respeito ao transporte e alocação de feridos e sobreviventes, tendo chegado a garantir estratégias de rápida mobilidade para os doentes em Salvador.

As ações nobilitárias, bem como os diversos rituais de sociabilidade, revelam a permanência de um ideal de filantropia que, mesmo tendo incorporado um ideário republicano, pretende a distinção entre os seus por seus atos. Mais uma vez, a passividade feminina e seu potencial desamparo fica evidenciado em um discurso. "É de opinião que o Comitê pense numa obra que perpetue seu

nome e que esteja dentro de seu programa. Seja ela um albergue para viúvas, uma colônia agrícola para menores filhos de militares especialmente, e órfãos de Canudos." (PIEDADE, 1901, p. 155).

O caráter meramente distintivo do feminino/masculino é ainda mais ressaltado quando lembramos que às viúvas dos combatentes foi reservada uma pensão com soldo igual ao da ativa de seus falecidos companheiros. Nessa perspectiva, ressaltamos, a necessidade de amparo não se refere a uma incapacidade material de sobrevivência, mas sugere uma incapacidade essencialmente feminina de sobrevivência sem um amparo masculino ou, na falta deste, institucional. Ademais, vale ressaltar, as remanescentes do episódio estavam reduzidas em sua condição humana, feminina, a um rótulo social que as categorizava como viúvas desamparadas, sendo descartado qualquer outro potencial de condução de suas vidas. Na vacância da função de marido, senhor dos destinos da esposa, resta-lhes o papel de viúva, cujos destinos passam a ser definidos previamente pela sociedade baiana e pelos "homens de bem". De todo modo, esta atribuição servia-lhes, favoravelmente, para a diluição da identidade de "jagunças", no caso das egressas de Canudos, e para o distanciamento daquela, no caso das vítimas advindas do "esforço militar republicano".

Instalada a República, a interação desses homens com o Estado, através do Exército, colocava-os em situação privilegiada. Os homens de armas interagiam segundo os princípios do patrimonialismo e do patriarcalismo, numa relação de pertencimento e exercício de poder que associava os princípios da reciprocidade a, ao menos, um dos aspectos da noção de "estadania"[7]. Nesse sentido, o afastamento da República e do Exército das mazelas provocadas pela ação em Canudos configura-se, mais claramente, como uma contradição.

A grande mortandade verificada provocou incômodos à época, desde o interior do próprio Exército até a sociedade civil. O tenente Duque-Estrada anotou, em suas memórias, a glória da vitória sem deixar de registrar o triste saldo do combate:

> As forças enviadas àqueles duros sertões [...] atingiram doze mil homens, dos quais seguramente cinco mil ficaram com seus corpos adubando a esterilidade fatal daquelas regiões que tanto sangue absorveram.
> Foi também necessário que, para voltar a normalidade à paz, fossem sacrificadas populações inteiras de valorosos sertanejos, e assim sucedeu. (SOARES, 1985, p. 226).

No registro das atas de reuniões do Comitê Patriótico, vemos, com freqüência, referências ao Exército como "[...] nossos caros irmãos, que em luta fratricida batem-se em prol das instituições republicanas, áurea lei da nossa acrisolada Pátria, contra uma horda de desenfreados bandidos" (PIEDADE, 1901, p.

44)[8], numa repetição das expressões do "[...] pesar pelo desastre de que foram vitimados tantos braços defensores da Pátria na [3a] expedição contra os fanáticos de Canudos"[9].

No relatório final do Comitê, entretanto, há o recorrente destaque da filantropia, da caridade e da compaixão como a nobre causa patriótica, a "verdadeira causa republicana" (PIEDADE, 1901, p. 119). Como já destacado, é especialmente caro o amparo às mulheres e crianças remanescentes dos conflitos. Neste sentido, a auto-afirmação – ser homem, ser cidadão, condição aliás, exclusivamente reservada aos homens – implica no amparo do "outro" frágil, da mulher, em sua essência desamparada, ainda mais vitimizada pela mazela da guerra. "Pela Pátria e pelo amor do próximo (eis a nossa divisa, que havemos de manter", clamava Lélis Piedade (1897, p. XI), enquanto as atrocidades do Exército saltavam aos olhos, gritando por denúncia.

> Serão duas as minhas últimas cartas daqui escritas, contendo as impressões novas recebidas em parte da via dolorosa por que ultimamente atravessou o nosso Exército. Com melhores dados e podendo agora dizer verdades que outrora devia calar, hei de deixar patentes algumas misérias de Canudos, escritas com toda sorte de erros, requintadas por sofrimentos atrozes.
> [...] impressões colhidas no acampamento em que estavam amontoados muitos jagunços, crianças e mulheres, imundas, rotas, esquálidas.
> [...]
> Dolorosa página, em que a miséria escrevia a largos traços toda sua histeria.
> Na ponta de um outro telheiro fomos ver, então, três jagunços, amarrados [...]
> À hora em que partimos vímo-los seguir para a caatinga, afim de receberem [...]
> a "gravata vermelha". (PIEDADE, 1897, p. XLVII-XLVIII).

Destaque-se, no arremate da análise documental, mesmo na descrição do conjunto de prisioneiros miseráveis, mulheres são ressaltadas em suas mazelas, enquanto os homens são simplesmente descritos como cativos.

Ao mesmo tempo, era necessário o desagravo para os briosos oficiais e para o próprio Exército, maculados pelo destempero de alguns. Os valorosos líderes militares que, na confusão da batalha, não foram capazes de conter os ímpetos mais bárbaros de seus comandados, tinham que ser isentados de culpa, tal como a República a qual defendiam. Ainda no palco da ação, o jornalista escreveu acerca dos maus tratos, "escravizações" e abusos sexuais realizados pelas tropas vitoriosas: "Revela ainda dizer para a honra dos mais distintos oficiais do nosso Exército, sobre os quais não deve recair a tremenda responsabilidade da inclemência e desumanidade havida para com os vencidos, mulheres e crianças, vítimas imbeles da guerra [...]" (PIEDADE, 1897, p. VI).

Finalmente, resta destacar que o *Comitê Patriótico* registrou as arbitrariedades cometidas contra prisioneiros, agiu, pontualmente, na proteção de alguns dos

egressos e amparou centenas de desvalidos, entretanto, o valoroso grupo que se mobilizou em defesa da República não promoveu qualquer ação em favor da cessação dos desmandos, nem tampouco atribuiu responsabilidade ao poder republicano pelos atos. As forças federais eram representantes da responsabilidade da República em seu ato de pacificação do sertão, enquanto as arbitrariedades eram ações individuais.

Vítimas, Amparadas, Bruxas e Princesas

Os diversos relatos de época são recorrentes em afirmar a presença maciça de mulheres e crianças entre os sobreviventes em Canudos. No que tange aos amparados pelo *Comitê*, as mulheres e meninas são preferidas, somando quase sua totalidade. A vocação filantrópica daqueles "homens bons" da Bahia compelia-os à ação social. O *Comitê*, em sua origem, tinha como objetivo, tal como expresso em telegrama enviado aos governadores em 23 de setembro de 1897, atuar "Em favor [dos] feridos [em] Canudos e viuvas e órfãos dos combatentes." (Piedade, 1901, p. 103). Neste sentido, com o fim dos conflitos e sensibilizados pelo estado de penúria das sobreviventes, passaram a amparar grandes contigentes de egressos do arraial de Belo Monte. Para tanto, a imagem pregressa de ferozes, promíscuos, bárbaros e incivilizados carecia de diluição para que se justificasse o amparo.

As tentativas de identificação das vítimas, entendemos, levaram à repetição de estratégias descritivas que antagonizavam os relatos anteriores, quando, diante da suposição de uma conspiração monarquista baiana, era necessário alargar as distâncias entre Canudos e o resto da Bahia.

Em narrativas como as do consagrado Euclides da Cunha (1973), mas também em texto de jornalistas como Lulú Parola e do próprio Lélis Piedade, encontramos a descrição das jagunças como seres horrendos de aparência, de caráter matreiro, violentas, ignorantes. Verdadeiras "bruxas" ou "harpias", como chegam a ser nominadas, careciam agora de resgate, no momento de amparo e do reconhecimento da presença de egressos de posses e de "boas famílias" no séquito do Conselheiro. As descrições reelaboram estratégias de identificação que pretendem diluir a identidade de "jagunça", construída ao longo do conflito.

Além dos traços negativos acima destacados, compunha ainda o perfil da jagunça, uma conduta moral repreensível. A ordem do dia de 19 de setembro de 1897, proferida por Artur Oscar (4ª expedição) é exemplar:

> O inimigo a quem combatemos não é o fanático vulgar; é sobretudo, um inimigo contra a religião da República. Ele criou uma religião contra a religião de nossos pais que é a verdadeira religião de cristo. Isto é uma calamidade para

> nós que cremos na religião que nossas mães nos ensinaram na infância. Por outro lado fêz acreditar que a República é inimiga da Religião e que quer de novo escravizar aos antigos escravos. Ainda mais : permite, em tôda a terra que domina, a mais completa promiscuidade de sexo[10]. (CUNHA, 1972, p. 86).

A propósito desta última afirmação, uma das mais recorrentes preocupações diz respeito à caracterização de uma conduta ilibada para as sobreviventes. São recorrentes os relatos de bravura em defesa da honra e as declarações que atestam a boa conduta das sobreviventes:

> O que muito é honroso para as desventuradas jagunças e nos não é dado calar, em nosso relatório, como informações que devemos ao Comitê Patriótico, é o fato de havermos verificado que nenhuma, dentre todas as prisioneiras, era mulher de má reputação ou de conduta irregular, notando-se-lhes bons costumes, hábitos de trabalho e, depois o sentimento da honra e esse recato, que são o apanágio e a maior riqueza da família sertaneja. Pudicas, forçando posições para esconder com os andrajos a nudez da pele, vemos raparigas e mulheres, ocultando envergonhadas o rosto entre as mãos. (PIEDADE, 1897, p. IX-X).

Uma leitura menos atenta poderia entender a caracterização como um resgate do efetivo perfil de conduta das jagunças amparadas, nublando o seu caráter de escolha que visa a construção (ou imposição) de um perfil identitário. A perspectiva de evidenciamento de tais percursos transparece quando vemos as permanências das imagens deformadas para aquelas que não merecem o apreço do *Comitê*. A lascividade potencial das jagunças continua sendo ressaltada, mesmo entre as jagunças falecidas, como uma "Morena, moça, cabelos negros e roupas andrajosas. Estava deitada sobre o lado direito [...] naqueles lábios onde a alegria tantas vezes brilhou, as varejeiras revoavam e pousavam." (PIEDADE, 1897, p. IX-X).

Por outro lado, na própria justificação da nova missão do comitê, que, atendendo à solicitação do General Olympio, passou a tentar "[...] evitar a prostituição que começara a lavrar e salvasse as crianças abandonadas." (PIEDADE, 1897, p. VI). O mesmo suplicante alega que os conselheiristas eram: "[...] irmãos brasileiros, a quem a fatalidade condenara ao extermínio [...] abandono de seus filhos, tanto mais dignos de outra sorte quanto é certo que os jagunços não eram bandidos como se supunha, mas simplesmente fanáticos." (PIEDADE, 1897, p. VI).

As egressas de Belo Monte, ressaltamos, não tinham um destino comum. Algumas tinham suas qualidades destacadas numa tentativa de que fosse justificado seu acolhimento junto às famílias para o trabalho doméstico. Outras, indesejáveis por quaisquer motivos que fossem, simplesmente eram consideradas incapazes para tais empreitadas, visto terem "[...] hábitos de serviços muitos diferentes dos nossos." (PIEDADE, 1897, p. VI).

As prisioneiras de Canudos, no entanto, não se prestavam apenas ao serviço doméstico ou ao risco de prostituição. Algumas, sendo de "boa família",

tinham como destino a reintegração à seu meio de origem, sendo que muitas destas tinham seu traço em comum com os "homens bons" do *Comitê* ressaltados. Tendo saído com alguns "bens" e "somas em dinheiro" de "relativa monta", desdobravam-se em distribuí-los, tal como podiam, entre as "colegas" menos afortunadas, chegando a dividir o seu "de comer", tal lhes era a caridade inata. Quando identificadas em sua origem e reencaminhadas aos seus, costumavam ainda ser descritas em derradeiros atos de caridade, seja entregando seus últimos préstimos, seja oferecendo-se a levarem rebentos alheios consigo[11].

Aparecem, ainda, com alguma freqüência, notícias de matrimônio ou concubinato entre militares e egressas de Canudos. Uma caso, porém, merece atenção no nosso trabalho, pois diz respeito ao estabelecimento de um compromisso de noivado. Resgatada de Canudos por um oficial, não temos maiores informações sobre como se desenvolveu o laço que resultou em compromisso, nem, tampouco vemos arrolado, neste trecho do documento, o nome da envolvida.[12] O fato conhecido é que se noticia que Júlio Marciano dos Santos tem uma "tia" que veio prisioneira, mas, ao nome e destinação, comuns a quase todos no *Relatório*, lhe seguem as ressalvas que pretendem distinguí-lo dos demais jaguncinhos pela valorização da notável tia. O recurso à procedência de "boa família" nos leva à jovem nubente. O consorte é identificado como Capitão Ângelo, do 5º Corpo de Polícia do Estado. Tal como entendemos, a seqüência de atributos pretende a distinção da ex-jagunça, visto a sua incorporação eminente através do matrimônio. No tratamento da referida moça, em nenhum momento o termo jagunça é utilizado. Quanto à sua procedência, o relator limita-se a dizer que veio "prisioneira" e encontra-se sob a guarda de parentes em Alagoinhas, onde aguarda o noivo para a consumação do casamento. Destaca-se, ainda, ser de "boa família", "traços finos", possuir parentes com posses, e ser órfã de um pai que levou grande soma a Canudos.

Outras mulheres, entretanto, distante de serem reconhecidas como "iguais" pelos seus benfeitores, permanecem como jagunças. As suas características são ressaltadas em carta de 4 de setembro de 1897, não se distinguindo do velho perfil elaborado ao longo do conflito:

> Imundas de famintas careciam de compaixão e, mais ainda, condução, para que se lhes resgatasse alguma similitude de humanidade:
> Às desgraçadas prisioneiras do Dr. Felix Gaspar [...], mandou dar comida que as circunstâncias permitem.
> [...]
> Forneci diversos canecos para beberem água e intercedi para que os praças acompanhassem-nas até o rio, afim de banhar-se, por isso que se me queixaram não lavar-se há cerca de um mês. (PIEDADE, 1897, p. VII-IX).

Faltava-lhes, ainda, capacidade cognitiva, visto que "Toda a idéia de revolta contra o Conselheiro desaparece diante dessas mulheres que o fanatismo levou à fome, à ignorância estúpida e até ao apagamento das feições humanas". Verdadeiras bruxas, cujas "[...] provações e a imundícies, porém, dão-lhe aspecto singular." (PIEDADE, 1897, p. VII-IX).

Noutra descrição, surge uma aparente contradição, pois informam-nos: "Há uma outra Izabel, uma verdadeira desgraça e digna de dó, muito simpática." (PIEDADE, 1897, p. IX). Em seu comportamento, vemos elementos que compõem o arquétipo de "boa mulher", ainda que para uma jagunça. A referida "monstruosidade simpática", amamenta uma criança de colo, preservando ares santificados de mãe que não abandona o filho. Não fora, também, voluntariamente a Canudos, mas seguiu as "Sugestões do marido, que, aliás, caiu morto." (PIEDADE, 1897, p. IX). Além de subserviente ao marido jagunço, também mostrava-se "reservada", o que é digno de louvor e merece a condescendência do narrador, que resolve não atormentá-la mais com perguntas, pois "seria capaz de chorar" (PIEDADE, 1897, p. IX).

Note-se que o que é louvado para aquela que cai nas graças do "bom homem" é motivo de condenação para outra menos afortunada. Referindo-se a outra jagunça, o narrador não titubeia em atribuir-lhe outro elemento peculiar, recorrente na construção da identidade feminina, a saber, a dissimulação: "Voltei à casa em que estão presas essas mulheres, como as demais companheiras, três ou quatro vezes e sempre encontrei uma tal Tereza, que muito me interessava para notícias [interrogatório], de rosto na mão, a dormir ou a fingir que dormia." (PIEDADE, 1897, p. IX).

As estratégias de identificação que se prestam ao estabelecimento do nós/outros, manifestam-se em passagens que constróem monstros e beldades, bruxas e princesas, conforme os atributos valorizados pelos olhos do observador, caracterizando em agrupamentos de mulheres de mesma procedência, antes rotuladas sobre uma mesma hetero-identidade, agora vistas e diferenciadas de formas completamente distintas. Vejamos, num provocativo exemplo, um grupo desenhado por Lélis Piedade (1897, p. VI), no qual chega a identificar, nos padrões do pensamento eugenista da época, o verdadeiro caráter nacional:

> O fato mais interessante de minha rápida visita de 3 horas, tanto quanto me permitiu o tempo, foi o de uma conversação com um grupo de jagunças, que vieram presas para aqui. Nove mulheres, algumas mal encaradas, feias, verdadeiras fúrias. Três ou quatro simpáticas, entre as quais uma Izabel de tal, clara, rosada e amamentando uma criancinha de cerca de 3 meses, que ela dera à luz por ocasião do combate de Cocorobó.
> Que pena inspirou-me esta mulher, que declarou-me ter-se metido em Canudos por ameaças de seu marido, que a obrigou a acompanha-lo!

Mais adiante, continua: "A Isabel (uma que se julgava princesa) é um tipo completo do brasileiro legítimo. Olhar seguro, penetrante e bonito, rosto fino e cor de cobre, cabelos negros e abundantes, dentadura alva e correta, cheia de espírito, enfim." (PIEDADE, 1897, p. IX).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, resta considerar que a possibilidade ilimitada de exercício de poder que marca as relações de vencedores e vencidos implica nas atribuições (quase) unilaterais de perfis e descrições que caracterizam a identidade dos vencidos em Canudos[13]. Ou seja, o conjunto de definições de identidade funciona como um sistema de classificações que atribui as respectivas posições de cada grupo.

As escolhas de atribuições que classificam vítimas, prisioneiros, vencidos, mortos e amparados, traduzem escolhas que estabelecem alternativas de inserções, ou mesmo do reconhecimento de elementos distintivos, que permitem valorar e distinguir os indivíduos. Nesse caminho, as relações estabelecidas promovem diluições das distinções do nós em relação aos outros, numa dinâmica de valorização de atributos (padrões de comportamentos, valores morais partilhados, posses, pertencimento a "boas famílias"). Estes, que permitem uma maior aproximação dos vencidos "eleitos", em relação ao algoz vitorioso, ao mesmo tempo em que valorizam a distinção destas do conjunto dos demais vencidos que se pretende manter como "os outros", os "jagunços" ou, mais especificamente em nosso caso, as "jagunças": bruxas monstruosas da Belo Monte de Antônio Conselheiro.

NOTAS

[1] Ver, por exemplo, Geertz (1989).
[2] Sobre as leituras do autor citado, acerca da noção de experiência, ver Thompson (1981). Sobre suas leituras acerca da cultura, identidades compartilhadas ver Thompson (1977; 1998).
[3] Ver discussão em Barth (1998).
[4] Aqui, como transparece no texto, recorremos às leituras gramiscinianas da tecitura social.
[5] Sobre conflitos de valores, ver Thompson (1998), dentre outros.
[6] Sobre a questão, ver Oliveira (2000), especialmente o capítulo IV.
[7] Sobre a questão, ver Carvalho (1997).
[8] Comunicação do Bando Precatório da classe dos chapeleiros da companhia "Norte Industrial".
[9] Correspondência do Governo do Estado, em resposta ao ofício de solidariedade enviado pela Faculdade de Medicina da Bahia (APEB. Cx.1816. Doc. 1921).
[10] Como indica o próprio título, a saga do batalhão é associada à existência da República e sua manutenção. Deste batalhão também fez parte Moreira César.

[11] As passagens são recorrentes no referido *Relatório*.
[12] Recorrendo a memorialistas seria possível especular sobre o nome que, para este momento, consideramos desnecessário.
[13] Ver, dentre outros, Bourdieu (1980).

Referências

BOURDIEU, Pierre. L´Identité et la représentation. **Actes de recherche em science socialies**, França, n. 35, 1980. (tradução livre).

BARTH, Ferderik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

COUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Edusc, 1999.

CUNHA, Epaminondas Ferraz da. História de um batalhão sentinela da República. **A Defesa Nacional,** Rio de Janeiro, n. 641, p. 86, jan./fev. 1972.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: São Paulo Editora, 1973.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, [1989].

OLIVEIRA, Wálney da Costa. **Sertão virado do avesso.** A República na região de Canudos. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PIEDADE, Lélis. Carta aos membros do Comitê Patriótico em Salvador. Queimadas, 04 de setembro de 1897.

_____. **Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia**. Salvador: Litho. Typ. e Enc. Rei, 1901.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. **A guerra de canudos.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1985. (1. ed. de 1904).

THOMPSON, E. P. Folklore, Antropologia e História Social. **The Indian Historical Reviw**, [s.l.], v. III, n. 2, jan. 1977. (Tradução livre).

_____. **Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sobre as/os Autoras/es

Alda Britto da Motta
Doutora em Educação pela UFBa, professora da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBa, pesquisadora do NEIM

Amy Adelina Coutinho de Faria Alves
Professora da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora do NEPING

Ana Alice Alcantara Costa
Doutora em Sociologia Política pela UNAM/México, Profa. do Dept. de Ciência Política da UFBa. Pesquisadora do NEIM

Ana Maria Vasconcelos Melo
Professora da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora do NEPING

Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Doutoranda em Educação pela UFBa, Professora do Instituto de Biologia da UFBA.

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Doutora em Antropologia pela Boston University/Estados Unidos da América, Profa. do Depto. de Antropologia da FFCH/UFBa, Pesquisadora do NEIM

Diana Maffia
Doutora em Filosofia, Professora da Universidade de Buenos Aires e Membro da Red Argentina de Género, Ciencia y Tecnología (RAGCyT)

Fanny Tabak
Doutora em Ciência Política, Professora da PUC-RJ

Helena Selma Azevedo
Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF/UFC.

Laura Susana Duque Arrrazola
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal Rural de Pernambuco e do Grupo "Fazendo o Gênero" do Centro Josué de Castro. Integrante do Forum de Mulheres de Pernambuco.

Lígia Albuquerque de Melo
Pesquisadora da FUNDAJ. Doutoranda de Sociologia da UFPE

Lucila Scavone
Doutora em Sociologia, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP-Araraquara

Márcia Queiroz de Carvalho Gomes
Terapeuta, Mestre em Sociologia e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBa; Pesquisadora Associada ao NEIM

Maria Helena Santana Cruz
Doutora em Educação pela UFBA; Professora da Universidade Federal de Sergipe, Pesquisadora do NEPIMG

Maria Luzia Miranda Álvares
Doutoranda em Ciência Política, Professora Adjunto 4-DECIP; CFCH;UFPA. Coordenadora do GEPEM;UFPA, associada à REDOR

Marion Teodósio de Quadros
Mestre em Antropologia, Doutoranda em Sociologia e Pesquisadora do FAGES/UFPE

Nadia Regina Loureiro de Barros Lima
Professora da Universidade Federal de Alagoas, Membro do Núcleo Temático Mulher & Cidadania - NTMC/UFAL

Silvia de Aquino
Mestre em Sociologia e Doutoranda no Programa de Pós-graduaçào em Ciências Sociais da UFBa, Pesquiadora Associada ao NEIM

Sylvia Maria dos Reis Maia
Doutora em Antropologia pela Boston University/ Estados Unidos da América, Professora de Antropologia da UFBa, Pesquisadora do NUCLEAR;UFBa

Tâmara Cruz Arapiraca
Aluna do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFBa, bolsista de iniciação científica do CNPq

Walney da Costa Oliveira
Mestre em História pela UFBa; Professor assistente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Feira de Santana; Historiador do Centro Universitário de Cultura e Arte